

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO E
DOUTORADO)

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

SOBRE CABOCLOS E (IN)VISIBILIDADES NO CONTESTADO:
PACTO DE SEGURANÇA, BIOPOLÍTICA E IMAGENS-*FRAME*
NO DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO DE CELEBRAÇÃO CENTENÁRIA

MARINGÁ - PR

2017

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**SOBRE CABOCLOS E (IN)VISIBILIDADES NO CONTESTADO:
PACTO DE SEGURANÇA, BIOPOLÍTICA E IMAGENS-*FRAME* NO
DOCUMENTÁRIO BRASILEIRO DE CELEBRAÇÃO CENTENÁRIA**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso.

MARINGÁ - PR
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

Oliveira, Valéria Cristina de
O48s Sobre caboclos e (in)visibilidades no Contestado:
pacto de segurança, biopolítica e imagens-frame no
documentário brasileiro de celebração centenária /
Valéria Cristina de Oliveira. -- Maringá, 2017.

226 f. : il., color. figs., quadros

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ismara Eliane Vidal de
Souza Tasso.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017.

1. Letras - Análise de discurso - Fotografia. 2.
Letras - Análise de discurso - Guerra do Contestado -
Imagens-frame. 3. Letras - Análise de discurso -
Biopolítica. 4. Análise de discurso - Pacto de
Segurança. 5. Análise do discurso - Caboclo. 6.
Análise de discurso - Documentário. I. Tasso, Ismara
Eliane Vidal de Souza, orient. II. Universidade
Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras.
III. Título.

CDD 21.ed.401.41

VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**SOBRE CABOCLOS E (IN)VISIBILIDADES NO CONTESTADO: PACTO DE
SEGURANÇA E BIOPOLÍTICA NAS IMAGENS-FRAME DO DOCUMENTÁRIO
BRASILEIRO DE CELEBRAÇÃO CENTENÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovada em 29 de março de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Profª Drª Roselene de Fátima Coito
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Profª Drª Alba Krishna Topan Feldman
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof Dr Cleudemar Alves Fernandes
Universidade Federal de Uberlândia- UFU/ Uberlândia-MG



Prof Dr Atílio Butturi Júnior
Universidade Federal de Santa Catarina– USFC/ Florianópolis-SC

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais vão para os produtores dos documentários *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012), que possibilitaram-me um objeto de análise intrigante e provocativo.

Agradeço a agência de fomento de pesquisa CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela oportunidade de receber os incentivos financeiros que conferem maior dedicação à condição de pesquisador e à Casa da Memória de Curitiba, cujo atendimento prestativo e atento ofereceu-me materialidades muito importantes.

Sentimentos de gratidão também vão para os colegas do GEDUEM (Grupo de Estudos em Análises do Discurso da UEM), os quais por diversas vezes me interpelaram e apontaram reflexões possíveis para minha pesquisa. A participação nas reuniões do grupo sempre me trouxeram questionamentos e me auxiliaram no fazer investigativo.

Sinto-me grata também por ter aprendido com colegas de outras áreas ou de linhas de pesquisa diferentes da qual me encontro. Os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, também fazem parte de meus reconhecimentos, suas aulas deram-me suporte teórico para realizar a tese. Além destes agradeço ao Adelino, que nos suporta nas questões acadêmico-administrativas, ou seja, nos apoia, nos atura e nos aceita.

Obrigada aos professores Roselene, Alba, Cleudemar e Atílio pela leitura cuidadosa, pelo interesse em ler e participar das bancas de qualificação e de defesa desta tese, mas fundamentalmente obrigada pela generosa disposição, fiquei muito sensibilizada pela vontade em participar, pela vontade em ler e pela vontade em orientar para que a tese fosse muito melhor. Considero que a participação de vocês conferiu “luz” especial ao texto e às análises.

Sinto-me imensamente grata por ter ao meu lado os amigos, os vizinhos e os parentes, pois os amigos me interrogaram, me proporcionaram as materialidades jornalísticas da gazeta do Povo e do O Estado de S. Paulo, fazendo-as chegarem até mim e me provocando a escavar mais sobre meu objeto. Outros tantos me acompanharam e cuidaram de mim e de minha família. Os vizinhos me socorreram auxiliando nos cuidados com minha casa e meus filhos, oportunizando sossego em dias

mais atribulados. Os parentes deram o apoio para que eu pudesse restar tranquila em me ausentar de casa, como minha mãe, que a todo momento cuida de mim e me apóia. Sinto-me orgulhosa de tê-la como mãe e interlocutora e minha sogra, por sua especial contribuição, continuamente à disposição para ficar em casa cuidando das crianças. Além delas há um anjo que me ampara e para ela meus sinceros reconhecimentos:

- Vanda sem sua contribuição, sem sua presença calma e sua sabedoria em orientar a mim e às crianças, com certeza o percurso da tese teria sido muito difícil.

À Érica, ao Jefferson e à Raquel muito obrigada por me acolherem entre vocês, por me interrogarem, por pacientemente me explicarem noções teóricas, por me ouvirem. Sinto-me muito à vontade quando estou entre vocês. Obrigada por serem assim!

Agradeço também a dádiva que recebi em forma de duas pessoas, que ainda estão em formação, mas das quais tenho muito orgulho, meus filhos: Ana Clara e Leonardo.

- Vocês me ajudaram tanto nesta trajetória! Deram-me a oportunidade de crescer como pessoa, ficaram felizes e orgulhosos com minha aprovação para fazer o doutorado, tiveram paciência e generosidade quando me ausentava para os eventos e as aulas. Sem vocês, além de triste, minha vida seria incompleta.

Dedico esta tese ao meu marido Ricardo, que teve paciência em ouvir e em discutir, em não reclamar minhas ausências e em me incentivar a viajar todas as semanas para estudar. Seu olhar objetivo e reflexivo sobre as coisas, as teorias e os objetos estiveram constantemente presentes em minhas análises. Penso que desde o momento em que decidi seguir para o doutoramento, de fato, decidimos juntos e este comprometimento e companheirismo foram o esteio para que o projeto do doutorado chegasse até aqui. Costumo dizer que só posso estar no doutorado por causa de meu marido e de meus filhos.

- Muito Obrigada!!!

Finalmente, dedico agradecimentos superlativos à Ismara Tasso, minha orientadora, cujo olhar generoso me acolheu e me aceitou como sua orientanda. Imagino que em alguns momentos iniciais da pesquisa ela deve ter tido dúvidas sobre mim e minha capacidade de apreender as teorias necessárias e minhas possibilidades de empreender fazeres investigativos. Eu tive dúvidas!! Ainda assim, ela não desistiu e por isso, agradeço. Ismara é dessas pessoas que gostam de pessoas, ela gosta de ouvi-las, de agradá-las, de encher-lhes de mimos, de abrir sua casa e até de colocá-las sob suas asas.

Comigo foi e é assim, e por isso, eu agradeço. Suas análises atentas impelem a seguirmos analisando desse modo, e por isso, eu agradeço. Seu rigor metodológico, sempre me incomodou, mas eu incessantemente o persegui, porque vi em minha tese, o salto qualitativo que o cuidado metodológico presenteia as análises e por isso, eu também agradeço.

- Ismara agradeço a capacidade de traduzir sua experiência profissional para nós, seus orientados, de brindar-nos com aulas ímpares e de realmente orientar-nos, guiar-nos, aconselhar-nos e estimular-nos. Muito obrigada pela companhia nos eventos. Muito obrigada pelas discussões sobre a tese e sobre a vida. Muito obrigada por todos os momentos de desapego e altruísmo que ao seu lado pude desfrutar e aprender.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de **Sobre caboclos e (in)visibilidades no Contestado: pacto de segurança, biopolítica e imagens-frame no documentário brasileiro de celebração centenária.** 2017. 227f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

RESUMO

A tese que aqui se apresenta tem por alicerce as teorias foucaultianas que integram a Análise do Discurso de linha francesa, em suas discussões e desdobramentos brasileiros, que primam por olhar o “sujeito e seu instante”, instância de problematização do sujeito e do discurso. Esta pesquisa compreende que a biopolítica, lentamente principiada entre o limiar do século XIX ainda sob a ordem monárquica no Brasil e os primórdios republicanos do século XX, foi o procedimento de controle instaurado, na visibilidade das ações Estatais, para agir sobre o movimento civil, denominado “Guerra do Contestado”. Nesse sentido, a prática política e econômica do biopoder, estendida do passado até nossos dias, deu-se como estratégia da governamentalidade para pôr fim ao conflito, inscrevendo o sujeito caboclo, discursivizado como rebelde do Contestado, no esquecimento e na reiteração da exclusão em práticas discursivas, as quais são investigadas na edição das fotografias tornadas efêmeras em documentários. Materialidades estas que surgem como prática biopolítica de memória/rememoração/comemoração dos centenários e são convertidas, nesta investigação, em *corpus* de pesquisa. Tais condições de possibilidades deram lugar ao rompimento do dispositivo “pacto de segurança” e instituíram aos caboclos do Contestado marginalização e apagamento social. Nesses moldes, o descaso e o abandono geraram a emergência dos discursos da rememoração; sentidos que, na comemoração do centenário, são ressignificados e retomados em enunciados da contemporaneidade. Desse cenário, interessaram-nos, excepcionalmente, as condições de emergência discursivas desveladas pelas comemorações do centenário do evento; as condições de existência nas reivindicações enunciativas sobre o centenário em celebração; e as condições de possibilidade da prática iconográfica – organizada na animação fotográfica – colocarem em funcionamento os campos de estabilização e de utilização que garantem a unidade e a identidade enunciativa em documentários. Assim, compõem o *corpus* de análise: duas produções documentais videográficas, que empregam técnicas de movimentação em fotografias, cujo tema é o acontecimento factual e discursivo Guerra do Contestado – *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012). Ambos os documentários investem em um conjunto discursivo essencialmente baseado na história da Guerra do Contestado, conferindo destaque à materialidade iconográfica, a qual, sob tal textura, desestabiliza os regimes de visibilidade e de enunciação. Assim, o objeto de pesquisa evoca memória, poder, verdade e biopolítica em relações com os saberes técnicos de edição das materialidades fotográficas e com os saberes discursivos. Tal reunião de saberes evidencia discursos de poder legitimados, em lugar de outros, o que nos leva a problematizar: as condições de possibilidade dos regimes de visibilidade e de visualidade, reunidas nas imagens-frame, produzem ou não relações de remanência enunciativa que deslocam e dispersam os modos de ver e de dizer a população minoritária, dita cabocla, em documentários sobre o centenário da Guerra do

Contestado? Diante disso, nosso objetivo é investigar como e por que a animação fotográfica, ao convocar a rememoração da “Guerra do Contestado” pela celebração de seu centenário, presentifica esse acontecimento histórico e discursivo em documentário audiovisual, atribuindo-lhe “nova” textura, e, por esse modelo de escritura, dá visibilidade aos caboclos e aos regimes de governamentalidade pelas tecnologias do biopoder e da biopolítica. Como resultados a pesquisa revelou, nessa meada discursiva, o conjunto de saberes técnicos de visibilidade e de enunciação das produções videográficas, os quais mostram traços de uma comunidade indesejada e abandonada e de uma memória, que se quer presentificar. As imagens-*frame* assinalam, discursivamente, a existência de um período de rompimento do “pacto de segurança” apontando um Estado que exclui e mata. Os gestos de leitura empreendidos pela analítica desvelaram, ainda, nessas materialidades imagéticas discursivas, o modo como se estabelece a reinscrição material dos enunciados, mantendo campos de estabilização de sentidos sobre os sujeitos caboclos, sobretudo, demonstraram como essas animações se inscrevem em regimes outros de olhar e de dizer sobre a população cabocla, cuja reinscrição não muda os enunciados acerca do Contestado, porém os colocam em jogo de relações com outros dizeres, movimentando e constituindo práticas atuais. Em tempo, a pesquisa revela que, inscritas em outros modos, como os fazeres tecnológicos dos documentários que as animam, as imagens-*frame* fazem ver o funcionamento dos discursos imagéticos e não imagéticos e notabilizam o lugar híbrido de existência desses enunciados iconográficos e a sustentação de saberes e de ordens institucionais as quais obedecem.

Palavras-chave: Fotografia/Imagem-*frame*. Biopolítica. Pacto de Segurança. Caboclo. Documentário. Guerra do Contestado.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de **On “caboclos” and (in)visibilities in the “Contestado”: security pact, biopolitics and “imagens-frame” into brazilian documentary of centennial celebration.** 2017. 227f. Thesis (Doctorate Degree in Letters) - State University of Maringá, Maringá, 2017.

ABSTRACT

This thesis is based on Foucauldian theories which incorporate the Discourse Analysis of French line, in their Brazilian discussions and developments, aiming at looking the “individual and their instant”, instance of problematization of subject and discourse. This research comprises that biopolitics, inchmeal started between threshold of XIX century still under the monarchy order in Brazil and republican beginnings from XX century, it was the control procedure established, in State actions’ visibility, to act over civil movement, named the “Contestado” War. In this sense, the political and economic practice of biopower, from the past up to the present, as a governmentally strategy to end the conflict, enlisting the “caboclo” individual, discoursed as a “Contestado” rebel, into oblivion and reiteration of exclusion in discursive practices, which are investigated in the editing of photographs turned into ephemeral in documentaries. These material elements are characteristic to appear as a biopolitical practice of recollection/memory/celebration of centenarians and are converted, in this investigation, into corpus of research. Such conditions of possibility gave rise to "security pact" and established marginalisation and social deletion to the “caboclos” of “Contestado”. In that way, the negligence and abandonment created the emergence of discourse of recollection; senses that, in celebration of the centennial, are redefined and resumed in contemporary statements. From this scenario, we were exceptionally interested in the conditions of discourse emergency revealed by centennial celebrations of the event; the conditions of existence in expressed claim about the celebrated centennial; and the possibilities of iconographic experience – organized in photography animation- put the stabilisation and use fields into operation that guarantee the unity and identity expressed in documentaries. Thus, Corpus Analysis is composed by: two documentary video productions, applying techniques of movement in photography, in which the topic is the factual and discursive “Contestado” War event – *Meninos do Contestado* (2012) and *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012). Both documentaries invest in a discursive set essentially based on the story of the “Contestado” War, giving prominence to the iconographic materiality, which, under such texture, destabilizes the viability schemes and enunciation. So, the search object recalls memory, power, truth and biopolitics related to the technical knowledge of photographic material elements edits and discursive knowledge. All this knowledge together highlights legal power discourses, rather than others, which leads us to discuss: Does the possibility of visibility and visuality, in the image/frame, produce relations of expressed remanence, which moves and disperses the way of viewing and saying minority population, known as “cabocla”, in documentaries about Contestado War centennial? Therefore, our goal is to investigate how and why the photo animation, calling the recollection of Contestado War for its centennial celebrations, presents this historic and discursive event in audiovisual documentary, giving it a “new” texture, and for this model of scripture , gives visibility to governmentality by the technologies of biopower and biopolitics. As a result, this study has shown, in this discursive part, the set of technical knowledge and visibility of enunciation of video production, which shows aspects of an unwanted and abandoned community and of a memory that wants to be present. The images-frame

mark, discursively, the existence of a break period in the “security pact” aiming at a killing and deleting State. The reading gestures undertaken by analytics, showed in these imagistic discursive material elements, the way that the material listed is settled, keeping the stabilization fields of senses “caboclo” individuals. Above all, it was presented how these animations are in other schemes of looking and saying in the “cabocla” population, in which reinstatement does not change the statements about “Contestado”, but place them in relation to other sayings, moving and forming current practises. The research shows that, included in other ways, such as the technological making documentaries, which animates them, the images-frame expose the imagistic and non-imagistic discourse and stablish an existent hybrid place for this iconographic enunciation and the support of knowledge and institutional order that they obey.

Key Words: Photography/Image-frame. Biopolitics. “Security Pact”. Caboclo. Documentary. Contestado War.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de A **propôs de “caboclos” et (in)visibilités dans “Contestado”: pacte de sécurité, biopolitique et les “imagens-frame” dans le documentaire brésilien des célébrations centenaire.** 2017. 227f. Thèse (Doctorat en Letres) - Université d'État de Maringá, Maringá, 2017.

RÉSUMÉ

La thèse présentée est soutenue sur les théories de Michel Foucault qui intègrent l'analyse du discours français dans leurs discussions et dans leurs développements brésiliens, qui se distinguent par la recherche à l'instance "sujet et son temps", remettant en question le sujet et le discours. Cette recherche comprend que la biopolitique lentement éclatée entre le XIXe siècle, le seuil même de la monarchie au Brésil et de la république au début du XXe siècle, a été la procédure de contrôle établie, à la visibilité de l'action de l'État, pour contrôler le mouvement civil, appelé "Guerra do Contestado". En ce sens, la pratique politique et économique du biopouvoir, étendue du passé à nos jours, a été donnée comme stratégie de gouvernementalité mettre fin au conflit, en inscrivant le sujet "Caboclo", appelé comme rebelle, dans l'oubli et l'exclusion dans les répétitions des pratiques discursives, qui sont étudiées dans l'édition des photographies éphémères dans les documentaires. Matérialités ceux qui surviennent comme pratiques biopolitique de la mémoire/remémoration/célébration des centennaires et sont converties, comme l'objet de cette recherche. Ces conditions de possibilités ont conduit à la rupture du dispositif "pacte de sécurité" et a institué les "caboclos do Contestado" à la marginalisation sociale et au l'effacement. Ainsi, la négligence et l'abandon ont conduit à l'émergence de discours du souvenir; effets, qui dans les célébrations des centennaires, sont réinterprétés et reflètent dans les énoncés la contemporanéité. Dans ce scénario, nous intéressé, à titre exceptionnel, les conditions d'urgence discursives dévoilées par les célébrations du centenaire d'événement; les conditions d'existence dans les revendications d'énonciation au sujet de la célébration du centenaire; et les conditions de possibilité de la pratique iconographique – qui organise l'animation photographique - mettre en place les champs de stabilisation et de l'utilisation qui garantissent l'unité et l'identité des documentaires objet de la recherche. Alors, le *corpus* d'analyse: deux productions documentaires vidéographiques, qui emploient des techniques de manipulation de photographies, dont le thème est l'événement factuel et discursive "Guerra do Contestado" – *Meninos do Contestado (Les fils du Contestado)* (2012) et *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito (Le regard du Contestado: les codes démasqués d'un conflit)* (2012). Les deux documentaires investissent dans un ensemble discursive essentiellement basé sur l'histoire de la "Guerra do Contestado", en donnant une importance particulière à la matérialité iconographique, qui, en vertu de cette texture, déstabilise les régimes des visibilité et des énonciations. Ainsi, l'objet de recherche évoque la mémoire, la puissance, la vérité et la biopolitique dans les relations avec l'édition comme les savoirs techniques de la matérialité photographique et le savoir discursive. Une telle réunion de la connaissance montre des discours de pouvoir légitimé, plutôt que d'autres, termes qui nous amène à la question: les conditions de possibilité de systèmes de visibilité et de visualité, réunis dans les "imagens-frame", produit ou pas produit des relations de remanence d'énonciation qui change les façons de voir et de dire la population minoritaire, déclaré "cabocla" dans les documentaires sur le centenaire de la "Guerra do Contestado"? Par conséquent, notre objectif est d'étudier comment et pourquoi l'animation photographique, dans le remémoration de la "Guerre do Contestado" par la

célébration de son centenaire, rend présent au événement historique et discursive dans le documentaire audiovisuel, en lui donnant "nouvelle" texture, et pour ce modèle d'écriture, donne une visibilité aux régimes de gouvernementalité avec les technologies du biopouvoir et de la biopolitique. En conséquence, la recherche a révélé l'ensemble des connaissances techniques de la visibilité et de l'énonciation des productions vidéographiques, qui montrent des traces de la communauté non désirée et abandonnée et une mémoire qui veut faire présent. Les "images-*frame*" marquent, discursivement, l'existence d'une période de rupture du "pacte de sécurité" en montrant un État qui exclut et tue. Les gestes de lecture faites par l'analyse dévoilent encore, que ces matérialités discursives iconographiques, la façon dont il établit les jeux de (ré)inscription des énonces, en gardant champs de stabilisation sur le sujet "caboclos" surtout démontré comment ces animations souscrivent à d'autres régimes de regarder et de dire au sujet "caboclo", dont la (ré)inscription ne modifie pas les énonces sur le "Contestado", mais les mettre en jeu des rapports avec d'autres énonciations, em déplacent et constituant des pratiques actuelles. La recherche conclut aussi que par d'autres moyens, tels que les actions technologiques de documentaires qui animent les images, les "images-*frame*" veulent faire opérer des discours imagétiques et non imagétiques et remarquent un lieu hybride de l'existence de ces énonces dans le support iconographiques des connaissances et des ordres institutionnels.

Mots-clés: Photographie/*Images-frame*. Biopolitique. Pacte de Sécurité. Caboclo. Documentaire. Guerre.

LISTA DE IMAGENS, FIGURAS, QUADROS

Imagem 01 –	Mapa da 5ª Comarca de São Paulo até 1853	43
Imagem 02 –	Mapa demonstrativa de área atingida pela Guerra do Contestado	44
Imagem 03 –	Recorte da exposição do Presidente do Estado do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1 de fevereiro de 1913, à Assembleia Legislativa do Paraná	46
Imagem 04 –	Mapa do Estado do Paraná até 1916, com área disputada e dividida entre Paraná e Santa Catarina	48
Imagem 05 –	Pronunciamento do Presidente do Paraná em 1906 Vicente Machado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná	49
Imagem 06 –	Resposta do Presidente do Paraná ao Presidente do Brasil em 1906, Rodrigues Alves, sobre a atuação do governo catarinense em território paranaense	50
Imagem 07 –	Capa dos Cadernos de <i>A Notícia</i> - Homenagem à Guerra do Contestado	60
Imagem 08 –	História em Quadrinhos: <i>Nos Trihos da Guerra do Contestado</i>	63
Imagem 09 –	Recorte do artigo: <i>Órfãos e Herdeiros do Contestado</i>	64
Imagem 10 –	Recorte do artigo: <i>A retórica do Front</i>	64
Imagem 11 –	Recorte do artigo: <i>O Caminho do Eremita</i>	65
Imagem 12 –	Recorte do artigo: <i>Dignidade aos Descendentes</i>	65
Imagem 13 –	Recorte do artigo: <i>O dia em que o Santo foi Preso</i>	66
Imagem 14 –	Sebastiana Medeiros, 103 anos, personagem do artigo: <i>A Contadora de Histórias</i>	69
Imagem 15 –	Folclorista Vicente Telles, personagem do artigo: <i>Maestro da Memória Conte4stada</i>	70
Imagem 16 –	Altino Bueno da Silva, 109 anos, personagem do artigo: <i>Infância arrancada à bala</i>	71

Imagem 17	– Anastácia Ferreira, 92 anos, personagem do artigo: <i>A madeira era a lei</i> ...	72
Imagem 18	– Francisco Alves da Silva, 85 anos, e Isaura Alves da Silva, 76 anos, personagens do artigo: <i>Lá vai a vida, lá vai a madeira</i>	73
Imagem 19	– Antigo loval do cinema Lumber, à época a terceira sala de projeção do País. Artigo: <i>A madeira era a lei</i>	74
Imagem 20	– Leontina Iarocheski Fedalto, 92 anos, personagem do artigo: <i>Uma reza para curar</i>	75
Imagem 21	– Angelo Palhano, 89 anos, personagem do artigo: <i>Taquaruçu à espera da ressurreição</i>	76
Imagem 22	– Local do reduto Taquaruçu, atualmente um lago e ruínas da antiga igreja do Reduto Taquaruçu. Artigo: <i>Taquaruçu à espera da ressurreição</i>	77
Imagem 23	– João Rosa das Neves, 97 anos, personagem do artigo: <i>Entre a terra e os Trilhos</i>	78
Imagem 24	– Maria Trindade, 106 anos, personagem do artigo: <i>Ela fez nascer mais de 200 crianças</i>	79
Imagem 25	– Maria Thibes Alves, 90 anos, personagem do artigo: <i>Uma vela para São João Maria</i>	80
Imagem 26	– Capa do Caderno Especial de Domingo de O Estado de S. Paulo (12/02/2012)	92
Imagem 27	– Telegrama de Setembrino tratando da pacificação e do “fanatismo”	97
Imagem 28	– Carta de Setembrino ao Coronel leitão da Silva tratando da tomada de santa maria e da urgência em combater os rebeldes fugitivos	98
Imagem 29	– Fotografia da prisão de Adeodato	104
Imagem 30	– Capa e trechos do Discurso em homenagem à Setembrino de Carvalho ...	106
Imagem 31	– Trecho do livro <i>Accorda entre Paraná e Santa Catarina</i> ou <i>O Contestado diante das Carabinas</i>	108
Imagem 32	– Caderno Vida e Cidadania	112
Imagem 33	– Fotografias de rendição editadas em Meninos do Contestado	131

Figura 01 –	Modos de reinscrição e de transcrição da imagem-frame	140
Imagem 34 –	Acervo iconográfico utilizado em Meninos do Contestado	152
Imagem 35 –	Recorte de cenas 01’10; 01’15; 01’22 (respectivamente de cima para baixo) do vídeo Meninos do Contestado	156
Imagem 36 –	Crimes de guerra e o Contestado – Captura 02’24 de Meninos do Contestado	164
Figura 02 –	Conjunto das regularidades discursivo-imagéticas do vídeo Meninos do Contestado (2012) em mídias tecnológicas	165
Figura 03 –	Conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre Meninos do Contestado	166
Figura 04 –	Conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre o documentário Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito	167
Figura 05 –	Sequência do conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre o documentário Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito	167
Figura 06 –	Conjunto das regularidades discursivo-imagéticas do vídeo Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito (2012) em mídias tecnológicas	168
Quadro 01 –	Funcionamento discursivo dos documentários/imagens-frame	180
Quadro 02 –	Funcionamento dos discursos sobre os caboclos do contestado	209

LISTA DE IMAGENS-FRAME

Imagem-frame 01	– Chegada das tropas paranaenses a Porto União da Vitória - Capturas 00:06:16; 00:06:23 e 00:06:27 de Olhar Contestado	121
Imagem-frame 02	– Processo fabril da Lumber Company - Capturas 00:04:11 e 00:04:42 de Olhar Contestado	125
Imagem-frame 03	– Imagens de rendição - Captura 00:11:20 de Olhar Contestado	129
Imagens-frame 04	– Caboclos, militares e milicianos - Capturas 00:05:20; 00:06:48; 00:08:27 (em sentido horário)	130
Imagem-frame 05	– Imagens de rendição - Captura 00:11:42 de Olhar Contestado	132
Imagem-frame 06	– São João Maria - Capturas 00:05:27 a 00:05:37 de Olhar Contestado	134
Imagem-frame 07	– Imagens de rendição de caboclos - Capturas 00:11:11; 00:11:14; 00:11:16 e 00:11:19 (em sentido horário) de Olhar Contestado	159
Imagem-frame 08	– Seguimento de imagens de rendição e churrasco - Capturas 00:11:45; 00:11:57; 00:12:07 (de cima para baixo) de Olhar Contestado	161
Imagem-frame 09	– Destacamento militar - Captura 00:01:39 de Meninos do Contestado	183
Imagem-frame 10	– Trihos em terras Contestadas - Capturas 00:01:40; 00:01:41; 00:01:44 de Meninos do Contestado	183
Imagem-frame 11	– Recorte e direção do olhar na rendição - Capturas 00:01:45; 00:01:46; 00:01:49; 00:01:53 de Meninos do Contestado	185
Imagem-frame 12	– Militares e armas - Captura 00:01:54; 00:01:57; 00:02:00 de Meninos do Contestado	189
Imagem-frame 13	– Coluna de soldados - Captura 00:00:15 de Olhar Contestado	192
Imagem-frame 14	– Soldado - Captura 00:00:16 de Olhar Contestado	193
Imagem-frame 15	– Soldado em foco - Captura 00:00:17 de Olhar Contestado	194
Imagem-frame 16	– Fileira de soldados - Captura 00:00:20 de Olhar Contestado	195

Imagem-frame 17 – Tropa anunciada por trombetas – Captura 00:00:20 de Olhar Contestado	196
Imagem-frame 18 – Coluna de vaqueanos - Capturas 00:10:17; 00:10:22 e 00:10:26 de Olhar Contestado	199
Imagem-frame 19 – Churrasco para os caboclos rendidos - Capturas 00:10:28; 00:10:32 e 00:10:36 de Olhar Contestado	201
Imagem-frame 20 – Bonifácio Papudo – Captura 00:10:38 de Olhar Contestado	202
Imagem-frame 21 – Bonifácio Papudo em foco - Captura 00:10:42 de Olhar Contestado	203
Imagem-frame 22 – Tenente Castelo Branco e Bonifácio Papudo - Captura 00:10:48 de Olhar Contestado	204
Imagem-frame 23 – Exército, caboclos rendidos e vaqueanos - Capturas 00:10:53; 00:10:55; 00:11:00 e 00:11:04 de Olhar Contestado. Apresentação em sentido horário	207

SUMÁRIO

CENA 1: TOMADAS INICIAIS	20
1 DISPOSITIVOS E ENUNCIADOS QUE NÃO CESSAM EM CONTESTAR... ..	29
1.1 “PACTO DE SEGURANÇA”: DISPOSITIVO E BIOPOLÍTICA NO CONTESTADO	37
2 CABOCLOS DO CONTESTADO EM DISCURSO: DA INTERDIÇÃO À (RE)MEMORAÇÃO	55
2.1 BUSCA DE UM SUJEITO DO PRESENTE	56
2.2 DISCURSOS (IN)CONTESTÁVEIS: JORNAIS, RELATOS, RELATÓRIOS, CARTAS, IMAGENS.....	58
2.2.1 <i>Leituras de um Conflito: Reflexões</i>	62
2.2.2 <i>Memória e Alma Caboclas: Imagens de Testemunhos</i>	69
3 O PRESENTE INTERMINÁVEL: QUANDO O CONTEMPORÂNEO ALCANÇA O PASSADO CONTESTADO	91
4 FOTOGRAFIAS NO CONTEMPORÂNEO: NOVOS REGIMES DE VISIBILIDADE E DE VISUALIDADE DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS	114
4.1 REGISTROS/DOCUMENTOS: GÊNESE NOS REGIMES DE VISIBILIDADE	115
4.2 BREVE INCURSÃO DE UMA TRAJETÓRIA FOTOGRÁFICA: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA LEITURAS DO CONTESTADO NA ATUALIDADE.....	119
4.3 A FOTOGRAFIA MONUMENTO EM NOVAS ORDENS DE VISIBILIDADE E DE VISUALIDADE: O HIBRIDISMO DAS “MEMBRANAS DE LUZ”	133
5 REGIMES DE DIZER E DE OLHAR: O CONTESTADO NO ESPAÇO VIDEOGRÁFICO DOCUMENTAL BRASILEIRO	142
5.1 UM ESPAÇO PARA O CLÁSSICO	144
5.2 UM ESPAÇO PARA O OUTRO (OU MAIS DE UM IGUAL).....	147
5.3 DOIS ESPAÇOS DO DIZER: CONJUNTO ENUNCIATIVO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS MATERIALIDADES VIDEOGRÁFICAS	150
5.3.1 <i>Espaço um: Meninos do Contestado</i>	150
5.3.2 <i>Espaço Dois: Olhar Contestado: desvendando Códigos de um Conflito</i>	158
5.3.3 <i>Dois Espaços: o Descontínuo e a Regularidade</i>	162
6 PRESENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA EM TECNOLOGIA DE ANIMAÇÃO FOTOGRÁFICA	176
6.1 PRÁTICAS DE VER, PRÁTICAS DE OLHAR	177
6.2 A FOTOGRAFIA E O DOCUMENTÁRIO: UM DUPLO DISCURSIVO EM SEUS PRIMEIROS MOVIMENTOS.....	181
CENA FINAL: EM VISIBILIDADE E VISUALIDADE	211
REFERÊNCIAS	220

CENA 1: TOMADAS INICIAIS

Nas páginas a seguir gostaria de discutir a trajetória que me conduziu ao objeto de análise da tese e aos pontos metodológicos e urgentes para compreender e apoiar o trabalho de pesquisa, alcançando, ao final, a sucinta descrição das partes organizadas no trabalho.

Não me privarei de mostrar meus incômodos e desconfortos no caminho da formulação de meu objeto e de sua análise, compreensões que considero como ganho significativo que as investigações podem trazer ao pesquisador da área discursiva.

Saliento que o texto que avança apresentar-se-á em primeira pessoa do singular, (ressaltando -neste espaço introdutório), porque nele estarão dúvidas muito particulares, as quais me levaram ao exercício da dúvida dos dizeres, sejam os meus ou os de outros. Contudo, sua continuação distribuída nos capítulos que compõem a pesquisa será em primeira pessoa do plural, tendo a fundamental partilha, interrogação e esquadrinhamento do pensar e do fazer investigativo da professora orientadora.

Dessa forma, começo a dizer de meu objeto de pesquisa com a afirmação de que ouvi sobre como um tema ou um objeto de estudo se constitui a partir de um interesse ou de uma experiência pessoal. Para mim considero que foi assim também, pois em 2012, ao ler uma revista informativa, encontrei a resenha de uma obra editada em comemoração aos 100 anos de um fato histórico, fato este que me chamou a atenção, primeiro pela proximidade geográfica; acontecido, conforme aponta a historiografia, na fronteira entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Depois, senti-me ainda mais incomodada ou mesmo desconfortável, chegando à inconformidade, pelo inusitado desconhecimento pessoal sobre o evento em questão: A Guerra do Contestado.

Distanciando-me desse momento, acredito que o ocorrido se desdobrava da condição própria de sair de um lugar instável, dava os passos iniciais em busca do referencial de pesquisa e à investigação propriamente dita do doutorado e, pela primeira vez, saía de meu lugar, para o terreno das inquietações. Considero que neste ponto reside a justificativa desse meu trajeto, uma vez que posso afirmar que a proximidade geográfica do acontecimento com o lugar no qual me encontro, surpreendia-me, sobremaneira, pois, sou paranaense, nascida, criada e sempre moradora deste Estado. Além disso, tal inconformismo desencadeado dava-se em virtude de sempre gostar de história, de gostar aprender sobre história e de sequer imaginar (diante de todos os discursos de passividade da população brasileira e de outros que colocam em circulação a escassa contestação política, em especial a “apatia” de mobilização

política dos paranaenses) que uma “guerra” ou movimento bélico tivesse ocorrido tão próximo geograficamente. Sem dúvida, muitas coisas nos escapam ou não nos atingem em determinados momentos, porém, vasculhando baús pessoais de memória não encontro nada, nenhuma referência ao fato em questão. Descobri, depois de um tempo, que ao perguntar se amigos, vizinhos ou parentes conheciam sobre a história do Contestado, muitos faziam aquele olhar longínquo, acompanhado de trejeito manifestado pelo desconhecimento sobre algo – boca lateralmente puxada, indicando esforço da memória.

Posso me proteger e dizer, baseada em posições muito pessoais, obviamente, que, durante a educação básica, ainda sob o rigor escolar limitante, dada a conjuntura política que se estabelece numa ditadura, talvez não se ousasse ensinar e aprender sobre uma revolta civil brasileira, ou, ainda, que nosso sistema escolar, deficitário, se observadas nossas lacunas de desconhecimento acerca das várias revoltas e insurreições brasileiras ao longo dos séculos de formação de nossa nação (SCHWARCZ & STARLING, 2015), não dá conta de ensinar, outras perspectivas históricas além da oficial, geralmente impressa e mais eficazmente difundida entre nós, e, sem querer ir longe nessas discussões, por aí vai.

Desse modo, como um alento, recorri às ponderações feitas por Paulo Freire (1996) sobre o exercício e a vigilância do bom senso. Empreendimento este que me fez estabelecer regimes de olhar que ponderam sobre outros tantos regimes de ver e dizer. Substancialmente, olhares outros a respeito do acontecimento da Guerra do Contestado e sobre seus sujeitos em especial os sujeitos caboclos. No entanto, fronteiras de ver que não paravam de interrogar-me sobre se minhas inquietações estariam postas para outros também deram-me justificativa para a pesquisa e aproximaram de mim uma proposta que vislumbrasse seu objeto.

Logo depois, já como pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, ao realizar o Estado da Arte, pude comprovar, pelo Estado da Arte, que muitos se incomodaram, muitos estudam e muitos elevam inquietações e prosseguimento de estudos sobre a temática, porém, não pela perspectiva ou pelo regime de olhar por mim dispensado aos sujeitos dessa “história” do presente, inscritos à margem do almejado progresso. E, assim, começou minha saga pela história dos sujeitos e pela “história” dos discursos sobre os sujeitos caboclos do Contestado. Dessa forma, reitero que o incômodo me tirou, mais uma vez, de meu antes confortável lugar, embora com uma diferença: a de problematizar o presente e e a nós mesmos.

Comecei, admito, de modo grosseiro, simplista, muito histórico e nada discursivo, a me perguntar: que influências tal fato histórico teve em nossa formação como paranaenses? Para hoje lhes dizer que, ao iniciar as leituras das obras de Michel Foucault, não apenas saí

outra vez de meu lugar de estabilidade e de conforto que a total ignorância nos dá, mas fui jogada para fora dele e caí no terreno movediço da problematização das coisas, do pensar diferente e da ponderação sobre “quem somos?”, que as reflexões de Foucault nos impõem, enquanto nos inspiram.

Assim, à luz dos pressupostos de Michel Foucault, busco estudar, a partir das possibilidades teóricas que ele nos deixou, uma série de regularidades e descontinuidades, que me orientam a não apenas olhar para o conflito da Guerra do Contestado como uma sucessão de fatos, ou com pontos de vista sobre os cálculos, medições ou estratificações do que restou socialmente, como, por exemplo, seus mortos, seus feridos num quase domínio antropológico, mas, sobretudo, caminhar ao encontro de discursos que se proferiram, que circularam: como notas, tabelas, mapas, relatórios, páginas de jornais, fotografias e vídeos, enfim toda uma série de enunciados que margearam o conflito e que permitiram sua emergência no presente. Quero pensar que a partir de Foucault posso olhar “o instante e o sujeito” de lá, para ponderar o “instante e o sujeito” (FOUCAULT, 2011, P. 58) de cá, e considerar os corpos populacionais, os sujeitos enunciados no movimento da Guerra do Contestado, como sujeitos caboclos marcados pela razão de Estado, a qual controla os corpos e a vida em seus entornos, entendida por Foucault como biopolítica.

Para isso, ao vasculhar sobre as histórias desse sangrento episódio histórico do Paraná e de Santa Catarina, encontrei nos discursos das imagens efêmeras, uma possibilidade material já discutida e considerada nas primeiras conversas de orientação. Em busca da composição do arquivo, localizei vídeos: caseiros ou outros como modelos de filmagens escolares e documentários diversos, que iam dos institucionais (produzidos pelo Estado até organizados por mídias como os jornais) aos considerados como produções independentes. Dentre todos, dois chamaram minha atenção por diversos fatores: o alcance midiático, a posição dos sujeitos produtores e os processos e, principalmente, os aparatos técnicos e tecnológicos utilizados, os quais deram destaque para o recorte temático, com o uso de fotografias da época, que ao serem animadas ganharam e produziram sentidos que passei a reconhecer como singulares em nossos tempos, formas de ver e de dizer sobre os sujeitos que me tomaram e mais uma vez me tiraram do lugar “logicamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2012) do olhar e ler as materialidades fotográficas.

Os documentários selecionados são: *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012), sobre eles, adianto que, durante a pesquisa, formulamos, orientadora e orientanda, a denominação “imagens-frame” (cujo substantivo imagem, torna-se adjetivado por *frame* – designação para *quadro/moldura* em

inglês – que assume a função de adjetivo), “imagem-*frame*”, os quais tratam esse não lugar da materialidade visível da contradição, ou seja, uma fotografia que se movimenta; acima de tudo anima-se e anima o sujeito, e que, ao fazê-lo, legitima determinados discursos, pautados nos sentidos de memória e de acontecimento, em lugar de outros. Para constituir-se como uma imagem-*frame*, a imagem fotográfica precisa, portanto, ser animada por aparatos técnicos geralmente tidos como específicos da videografia, o que significa que ela poderá ser “escaneada”, “esquadrinhada”, “moldada” e colocada num funcionamento efêmero, no qual à ela será atribuída uma duração, ângulos e enquadramentos dispostos pelas condições de possibilidade dos recursos técnico-tecnológicos.

Desse ponto de vista uma imagem-*frame* será, para nós, as imagens fotográficas, antes imóveis, tornadas “móveis” e conformadas em recortes ou quadros. Saliento, que as capturas das imagens-*frame* apresentadas nos capítulos da tese, em especial no capítulo 6, foram recortadas dos vídeos, tendo sua nitidez, por vezes, comprometida dado o movimento empreendido sobre a materialidade iconográfica. Por fim, o plural “imagens-*frame*” corresponde ao conjunto das primeiras.

Nesse movimento reflexivo, proponho um *corpus* baseado nos vídeos, supra citados, que se utilizam de fotografias antigas, compondo e organizando nelas e para elas animação, movimento, edição, efemeridade, que implica “uma repartição do visível e do enunciável” (DELEUZE, 2005, p. 58) em outros modos de visualidade, “[...] porque a própria visibilidade varia em modo e os próprios enunciados mudam de regime” (DELEUZE, 2005, p. 58).

Destarte o objetivo geral será investigar como e por que a animação fotográfica, ao convocar a rememoração da “Guerra do Contestado” pela celebração de seu centenário, presentifica esse acontecimento histórico e discursivo em documentário audiovisual, atribuindo-lhe “nova” textura, e, por esse modelo de escritura, dá visibilidade aos caboclos e aos regimes de governamentalidade pelas tecnologias do biopoder e da biopolítica. Os objetivos específicos buscam: (i) estabelecer um conjunto enunciativo verbo visual sobre os sujeitos caboclos do Contestado; (ii) demonstrar como os discursos sobre os caboclos passaram da interdição do passado à rememoração nas celebrações centenárias; (iii) explicitar sobre os dispositivos, práticas discursivas e não discursivas, que pautados em noções foucaultianas, encontram no “pacto de segurança” a produção dos discursos sobre os caboclos do Contestado; (iiii) discorrer sobre ordens outras de visualidade e de visibilidade conferidas às materialidades fotográficas; (v) explicar sobre os regimes de dizer e de olhar do espaço videográfico documental (produzidos pela mídia jornalística e pela academia) a partir do viés

dos estudos discursivos; (vi) analisar o modo do funcionamento técnico-discursivo das imagens-*frame* em documentários brasileiros de celebração centenária.

Ao questionar o presente e a co-existência enunciativa de documentários contemporâneos, elaborados em conformidade com dispositivos técnico-tecnológicos de animação fotográfica e produzidos sob o rótulo do acontecimento factual e discursivo das comemorações do centenário da Guerra do Contestado – discussões cingidas pelos pressupostos foucaultianos de biopolítica, colocadas sob a égide do dispositivo “pacto de segurança”, considero que a problematização que se apresenta e que norteia o percurso estabelecido para a presente pesquisa consiste na seguinte questão: as condições de possibilidade dos regimes de visibilidade e de visualidade, reunidas nas imagens-*frame*, produzem ou não relações de remanência enunciativa que deslocam e dispersam os modos de ver e de dizer a população minoritária, dita cabocla, em documentários sobre o centenário da Guerra do Contestado?

Com Michel Foucault, encontrei espaço para reflexão nas obras: *A Verdade e as formas jurídicas* (2013), *A Ordem do Discurso* (2011), *A arqueologia do Saber* (2012), *Território, população e segurança* (2008), *Em defesa da sociedade* (1999) entre outras. Além desses limiares teóricos, outros domínios chegaram durante meu trajeto, como Benedict Anderson (2008), Pierre Nora (1981), Jacques Le Goff (1990), Michel Pêcheux (2012) e Eni Orlandi (2012), Giorgio Agambem (2009), Gilles Deleuze (1996, 2005), Kátia Menezes de Souza e Antônio Fernandes Júnior (2014), além das discussões específicas para fotografia e documentário como Dubois (2000, 2013), Barthes (1994), Flusser (2009) e Lins (2007), Gauthier (2011), Rouille (2009), Manguel (2001), Sontag (2003), entre outros.

A partir da leitura dessas obras, pude estabelecer uma perspectiva teórico-metodológica para esta pesquisa, pautada nos pressupostos da arqueogenealogia foucaultiana, tomando como ponto inicial o acontecimento histórico e discursivo a “Constituição Política do Império do Brasil (1824)”. Acontecimento discursivo e factual que gerou vários acontecimentos distintos e ofereceu condições de emergência para que os cidadãos brasileiros se constituíssem como tal, que se entendessem como protegidos e assegurados em seu modo de vida; dispersos, por sua vez, em vários meios sociais, pelo Estado.

Nesse sentido, parto do princípio de que os discursos concernentes ao Contestado, produzidos sobre esses “cidadãos brasileiros”, assim denominados e determinados a partir da *Constituição Política do Império do Brasil* de 1824, geraram, moldaram e controlaram os corpos populacionais, marcando-os como excluídos do dispositivo “pacto de segurança”, selado ainda no período monárquico. Isso em razão de ser o dispositivo aquilo que é “antes de

tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos [...] em resumo: tanto o dito como o não dito, [uma vez que ele] é a rede que se estabelece entre esses elementos”. (FOUCAULT, 1977; MACHADO, 1982, p. 244, AGAMBEM, 2013, p.28).

Sobre o “pacto de segurança”, Foucault esclarece que

[...] A relação de um Estado com a população se dá essencialmente sob a forma do que se poderia chamar de "pacto de segurança". Antigamente, o Estado podia dizer: ‘Vou lhes dar um território’ ou: ‘Garanto que vocês vão poder viver em paz em suas fronteiras.’ Era o pacto territorial, e a garantia das fronteiras era a grande função do Estado. (FOUCAULT, *STP*, 2008, p. 502).

Organizada assim, a pesquisa considera que o rompimento do dispositivo “pacto de segurança” legou aos rebeldes do Contestado a marginalização na 1ª República. Esta que os via como uma população desnecessária para os modos produtivos e organizacionais sob os quais a política Liberal alimentava sobrevivência de si mesma naquele momento. Nesses moldes, o descaso e o abandono no instante da rememoração, dada a comemoração do centenário, são recuperados e enunciados na contemporaneidade, posto que, esta tal reunião enunciativa, possibilitada pelo uso de recursos técnico-tecnológicos de animação fotográfica, enseja, por sua vez, a existência de materialidades espetaculares, tais como as fotografias nos documentários: *Meninos do Contestado e Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*.

Nesse jogo de forças enunciativas, constitui-se a tese a ser defendida, qual seja, a de que a biopolítica, lentamente principiada nos prelúdios do século XIX ainda sob a ordem monárquica¹, foi o procedimento de controle instaurado, na visibilidade das ações Estatais, para conter o movimento civil, denominado “Guerra do Contestado”, cuja ordem primou por acomodar os sujeitos caboclos, considerados à margem do biopoder instalado e consolidado no Brasil já no limiar do século XX, em processos de desenvolvimento e progresso, atravessados de poder soberano e de poder disciplinar. Compreendendo, portanto, que a prática política e econômica do biopoder, estendida do passado até nossos dias, deu-se como estratégia da governamentalidade para pôr fim ao conflito e às práticas de viver do sujeito caboclo, inscrevendo-o como um sujeito a ser esquecido, o qual ressurge na reiteração dos

¹ Parto do princípio que a biopolítica foi o modo empregado pelo Governo brasileiro de gerenciar, controlar e moldar uma população rural, entendida como rebelde e mestiça, em norma.

discursos atuais, investigados nos documentários, como prática de memória/rememoração da comunidade, um dia, desejada, que embora desvanecida constitui nossa nacionalidade e nossa identidade brasileira e paranaense.

Para finalizar esta seção, trago as palavras proferidas por Michel Foucault, na primeira conferência ministrada em 1973, na PUC-Rio; como uma forma de abrandar a ansiedade à qual vez ou outra se apossa de mim (do meu ser pesquisadora):

O que gostaria de dizer-lhes nestas conferências são coisas possivelmente inexatas, falsas, errôneas, que apresentarei a título de hipótese de trabalho; hipótese de trabalho para um trabalho futuro. Pediria, para tanto, sua indulgência e, mais do que isso, sua maldade. Isto é gostaria muito que, ao fim de cada conferência, me fizessem perguntas, críticas e objeções para que, na medida do possível e na medida em que meu espírito não é ainda muito rígido demais, possa pouco a pouco adaptar-me a elas; e que possamos assim, ao final dessas cinco conferências, ter feito, em conjunto um trabalho ou eventualmente algum progresso (FOUCAULT, 2013, p. 17).

Quanto a mim, na impossibilidade óbvia de dizer o mesmo, me consolo em pedir observações, críticas e objeções que formem um conjunto de possibilidades de leituras, para que esta pesquisa, junto a outras sobre imagem, seja parte de discussões pertinentes para os estudos do discurso e do texto, bem como possam colaborar com o projeto: Práticas discursivas, verdade e biopolítica em (in)visibilidades: corpo, língua e território filiado ao GEDUEM – Grupo de estudos em Análise do Discurso da UEM/CNPQ, cujos estudos primam por investigar os regimes de (in)visibilidade e(m) discursos da exclusão e da inclusão.

A organização dos capítulos da tese, apresentada na sequência, foi estruturada tomando por base a coleta de dados realizada sobre o Contestado, após a seleção do *corpus*, os documentários, já mencionados, que instituem a animação fotográfica. A seleção de outras materialidades primou por dispor um conjunto enunciativo sobre o Contestado, entendendo, que nos moldes foucaultianos:

[...] não há enunciado em geral, livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio de outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja (FOUCAULT, 2012, p.120).

Visto assim, os discursos que circularam e circulam sobre o Contestado nestes 100 anos passados foram se juntando e colaborando na formação desta rede de enunciados sobre seus sujeitos, por isso, considero que os três primeiros capítulos são um inventário dos

discursos sobre os caboclos do Contestado; constituem e são constituídos por outros discursos e por regimes de enunciação diversos, auxiliando esta pesquisa a empreender análises mais profícuas das *imagens-frame*.

Considerando que as margens do objeto desta pesquisa abrigam outros enunciados (FOUCAULT, 2012), inicio a tese tratando do sujeito caboclo e alguns discursos que circulam sobre ele, tema do primeiro capítulo, sob o título *Dispositivos e enunciados que não cessam em contestar...*, o qual trará materialidades acerca do Contestado problematizadas como enunciados organizados, no arranjo de sua singularidade, que fazem agir dispositivos que moldam sujeitos e práticas, produzindo-os e subjetivando-os como sujeitos caboclos do Contestado.

Na sequência, o capítulo 2 apresenta-se como *Caboclos do Contestado em discurso: da interdição à (re)memoração*, observando, portanto, o sujeito caboclo dos discursos e/ou os sujeitos e os discursos Contestados, nas materialidades da mídia jornalística ou outras coletadas por ela. Neste capítulo suplementos comemorativos sobre o Contestado, especificamente, os Cadernos dos 100 anos do Contestado, produzidos pelo jornal A Notícia de Joinville, serão observados a partir dos procedimentos de exclusão externos dos discursos arrolados por Foucault (2011).

O capítulo 3, *O presente interminável: quando o contemporâneo alcança o passado*, trará um conjunto de documentos também da esfera midiática: Caderno Especial de domingo de O Estado de S. Paulo (12/02/2012) e o Caderno Vida e Cidadania da Gazeta do Povo (12/10/2012); além de outras diversas materialidades, como, por exemplo: documentos do início do século XX: mapas e estratos de textos literários, que compõem uma cartografia da Guerra do Contestado. Enunciados que entrarão nas discussões sobre a interdição e a rememoração, tratando ainda do procedimento interno de exclusão dos discursos: o comentário.

Em *Fotografias no contemporâneo: novos regimes de visibilidade e de visualidade de registros fotográficos*, o capítulo 4 tratará da materialidade iconográfica, com breves discussões sobre suas especificidades, seus entornos como materialidade moderna, que conjuga, no imóvel, remanências discursivas da memória, e do (re)memorável; indo do passado ao contemporâneo em novos regimes de visualidade. Teço considerações, ainda nesta sessão, de que sua “nova” forma visual, identificada pela tese como uma imagem híbrida, transita entre a imobilidade e a efemeridade e é atravessada pelas noções de visibilidade, numa combinação entre o visível e o enunciável (DELEUZE, 2005), que permite ver e dizer

sobre a iconografia e os seus atuais modos de reinscrição e de transcrição, os quais mobilizam saberes a respeito dessa materialidade.

Para *Regimes de dizer e de olhar: o contestado no espaço videográfico documental brasileiro*, capítulo 5, abordo o documentário e também seu específico efêmero. Falo de uma aproximação do real, de suas fabulações da realidade e paro no ponto de suas redes enunciativas para mostrar as condições de produção dos documentários estudados: *Meninos do Contestado e Olhar Contestado*. A partir de então, as atenções recaem sobre as duas materialidades, como objetos de análise que organizam enunciados iconográficos para compor seu discurso, e que ao fazê-lo colocam em jogo “uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 123) para seus enunciados e os de outros campos associados, marcando um regime de materialidade, ou seja, organiza uma conjunta de reinscrição e de transcrição enunciativa das imagens.

O capítulo 6 intitulado *Presentificação e Memória em tecnologia de animação fotográfica* versará sobre as redes complexas que nos movem para possibilidades de leituras que alcançam a memória e a rememoração. Em minha análise a tecnologia de animação fotográfica será confrontada com os pressupostos teórico-metodológicos mobilizados no percurso desta pesquisa e as imagens-*frame* coletadas dos vídeos, serão observadas pelos gestos analíticos, que demonstrem a presentificação dos discursos e de seus sujeitos, antes permanentes e pertencentes ao passado memorável, para o hoje da rememoração e da resignificação. Os enunciados, reinscritos e transcritos nos regimes que a materialidade imagética permite, serão investigados em seus “campos de estabilização” e em seu “campo de utilização” (FOUCAULT, 2012), autorizando-me a discutir, a partir de tais pressupostos, possibilidades de ver e dizer sobre os caboclos do Contestado moldados por uma política da vida, que os controla e os conforma em ordens da normalidade, como a rememoração pelas celebrações centenárias.

Enfim, após essa trajetória compreendo que os enganos, desconfortos e incômodos da pesquisa movimentaram o pensar discursivo, prática esta que ou escondia-se de mim ou aqui não parava! E tal como no poema *A Partícula* de Lêdo Ivo (2000) “Não sei se esse ir me expõe ou se esse ir me esconde”, mas sei que me leva aonde não imaginava chegar e do qual com certeza não desejo sair tão cedo.

1 DISPOSITIVOS E ENUNCIADOS QUE NÃO CESSAM EM CONTESTAR...

As discussões neste capítulo colocam as materialidades acerca do Contestado problematizadas como enunciados organizados, no arranjo de sua singularidade, as quais fazem agir dispositivos que moldam sujeitos e práticas que retornam em regularidades discursivas dadas a ver e a dizer/redizer, em determinados momentos históricos (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, notas introdutórias).

Foucault atribui aos enunciados um princípio de raridade, este que se refere à condição específica “ de que nem *tudo* é sempre dito; [... uma vez que] relativamente poucas coisas são ditas em suma. [...] o domínio enunciativo está, inteiro, em sua própria superfície. Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence”, nessa perspectiva, não apenas a raridade, mas a exterioridade e o acúmulo a que se submete o enunciado, como em nosso caso os enunciados sobre o Contestado, alinham-se em efeitos e traços que extravasam e geram outros efeitos, produzem e determinam diagonalmente sujeitos e fazeres desses sujeitos caboclos do Contestado. Tal distinção, aos moldes foucaultianos “retomam enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço” para regressá-los “à sua pura dispersão” (FOUCAULT, 2012, p. 148).

Além disso, os enunciados sobre o Contestado encontram-se em lugares permitidos e possíveis de serem vistos, sob condições específicas de circulação, de troca e de transformação. Os documentários apresentados nesta tese, por exemplo, ao empregarem técnicas de edição/animação nas fotografias, fazem movimentar, trocar, desdobrar, ressignificar e transformar os sentidos sobre os caboclos e sua condição, atribuídos por outros domínios, como a historiografia e as ciências sociais.

Foucault nos orienta sobre a exterioridade dos enunciados afirmando que

Empreender a história do que foi dito é refazer, em outro sentido, o trabalho da expressão: retomar enunciados conservados ao longo do tempo e dispersos no espaço, em direção ao segredo interior que os precedeu, neles se depositou e aí se encontra (em todos os sentidos do termo) traído (FOUCAULT, 2012, p. 148).

Os dizeres e os olhares sobre o Contestado mostram a posição singular que ocupam na discursivização sobre o Contestado, tendo, pois, seus sentidos ressignificados ou não em constante atravessamento com o dispositivo que faz atuar e faz produzir subjetividades, isto é, uma população vista e dita como cabocla do Contestado, num indício das sociedades de

segurança que vislumbravam seu começo no Brasil, as mesmas sociedades de segurança, que na contemporaneidade controlam-nos e mantêm-nos no constante risco. Então, naquele instante historiográfico do Contestado, os discursos já diziam de sujeitos que na dispersão geral dos enunciados eram alijados do “pacto de segurança” que os mantinham como pseudocidadãos (mesmo que não se dessem conta disso).

Na perspectiva de uma sociedade sob tais condições de segurança, que já não assegura a vida do caboclo e de um Estado que o mata ou o deixa morrer, o desejo de ser cidadão contrastava e agia no percurso instituído pelo modelo de cidadão do desenvolvimento que o Estado e as comunidades das cidades imaginavam, isto é, o caboclo diante de tantas teorias que se apresentavam sobre eugenia e purificação étnica² estava longe de um padrão, de uma norma necessária para se inserir como um sujeito dos tempos do Liberalismo, de um tempo em que a biopolítica principiava já nos centros urbanos suas estratégias de governar e de assegurar. Para Anderson (2008) “mais que inventadas, nações são imaginadas, no sentido que fazem sentido para a “alma” e constituem objetos de desejo e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10, grifos do autor).

Numa remanência, ou seja, na condição singular em que os enunciados sobre o Contestado puderam se conservar em vários lugares de enunciação, trazemos alguns dizeres que vagaram pelo jornal “Diário da Tarde”, entre os anos de 1912 e 1915, coletados por Woitowicz (2003), os quais são compreendidos por nós como sequências enunciativas de denominações que criaram condições de existência de discursos singulares, regulares e excludentes. Sequências que a pesquisadora apresenta, do ponto de vista das teorias da comunicação, campo de sua atuação, do seguinte modo:

Observando os jornais que tematizaram e construíram os acontecimentos da Guerra do Contestado, é possível perceber que o processo de denominação, embora conte com eventuais nuances de diferenciação, se faz valer de formas adjetivadas para reafirmar um sentido comum: a inferioridade (cultural e moral) do sertanejo. Que tipo de atitudes, no cenário simbólico construído pelo jornalismo, é possível esperar de ‘esfaimados carnívoros’ (17/06/1915), ‘bandidos temíveis’ (12/02/1915), ‘bandoleiros assassinos’ (09/02/1915) e ‘hordas bárbaras de desertores da lei’ (29/10/1912)? Que perfil os leitores acabam por construir de homens que figuram como ‘famigerados bandoleiros’ (09/06/1915), ‘sanguinários inimigos’ (10/10/1914), ‘criminosos fanáticos’ (03/06/1912) e ‘feras indignas de piedade’ (02/05/1914)?

Os adjetivos, ao explicitarem os valores presentes na sociedade, estão

² Schwarcz (1993) na obra *O espetáculo das raças*, discute, como resultado de sua tese, a questão da miscigenação da população brasileira, passando anteriormente pelo conceito de homem, raça, povo. Em nossa tese as questões surgem diluídas sem, no entanto, e por diversos fatores, preocupar-nos em desenvolvê-las mais aprofundadamente.

carregados de valor simbólico, angulando os sentidos negativamente. Assim, através das denominações ‘povo inculto e sanguinário’ (02/10/1912), ‘caboclada rebelde’ (05/09/1914), ‘selvagens criminosos’ (12/09/1914) e ‘perversos facínoras’ (17/09/1914), os sertanejos passam a ser considerados sinônimos de criminalidade, ao mesmo tempo em que as expressões ‘fanatismo bárbaro e truculento’ (05/04/1914) e ‘infelizes jagunços fanatizados’ (19/12/1913) evidenciam a ‘ignorância e ferocidade daquela gente fanatizada’ (20/05/1914) dominada por seus ‘instintos sanguinários’ (01/05/1914) (WOITOWICZ, 2003, p. 6, grifos da autora).

O sistema enunciativo das denominações limita a presença de dizeres contrários, torna sua existência um verdadeiro de época, promove, portanto em nosso ponto de vista, “uma distribuição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites, de recortes” (FOUCAULT, 2012, p. 146), cuja análise enunciativa pressuporia práticas que encontram e produzem de um lado princípios de exclusão social e de outro resistência aos modos de funcionamento dos discursos. Com esse olhar ambas as práticas mostram a posição que os sujeitos caboclos ocupam ou o não-lugar do sujeito biopolítico, do sujeito da modernidade.

No entanto, salientamos que a singular presença dos enunciados do passado, retomados no presente, significa também, como bem nos lembra Foucault (2012), ao se referir ao princípio do acúmulo enunciativo “que as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas” (Foucault, 2012, p.151).

Enfim, as discussões acima levam-nos a considerar o sistema enunciativo que circulou e continua em circulação sobre a Guerra do Contestado, o qual se centra nos enunciados acerca dos sujeitos tidos como “socialmente excluídos”. Um movimento cêntrico, que leva as materialidades, em geral, ao eixo da explicitação das práticas contra os caboclos do Contestado, na vitimização desses “rebeldes”, que faz circular e recircular sentidos que tornam militares e Estado opressores e dominadores. Um jogo discursivo que na dizibilidade surge como oposição política, e que, no entanto, mantém os rebeldes no mesmo lugar.

A rede dos enunciados contemplada na citação anterior inscreve os caboclos num modo de governar, pois coloca-os na restrição dos discursos da violência da incivilização, do banditismo que deve ser vigiado e punido, da não observância, por parte dos caboclos, de uma economia da normatização social necessária à formação da população e de sua decorrente governança. É o que indaga Woitowicz (2003) quando relaciona a adjetivação atribuída pelo jornalismo aos caboclos com a compreensão que os leitores à época fariam dos “esfaimados carnívoros”, “bandidos temíveis”, “bandoleiros assassinos”, “hordas bárbaras de desertores da lei”.

Assim seriam, estes homens e mulheres perigosos à sociedade, como um conjunto populacional que desejava se formar sob a guarda e a segurança do Estado, que via, pelos discursos midiáticos do período, a importância da coerção bélica aos rebeldes. Fazer a guerra parecia-lhes plausível porque os enunciados organizados nesse espaço de dizeres sobre a violência dos rebeldes contra o conjunto dos homens de direito³ evidenciam a face protetora do Estado para com a população geral e apagam a conduta dos caboclos como uma resistência ao biopoder que se instalava.

Nessa lógica, compreendemos que a análise enunciativa não faz conjecturas entre quem tem ou deixa de ter o poder, posicionando-se de algum “lado”, porque busca na regularidade dos enunciados, sua singularidade, a qual os torna capazes de existir e de persistir na rede de dizeres, designando lugares e circulação, trocas e possibilidades de transformar-se em outro discurso.

As materialidades fotográficas, editadas nos vídeos selecionados para tese, embora façam parte da rede de ver e dizer, a qual organiza uma ressignificação do sujeito caboclo, não estão neles pelo acaso, ou seja, foram as fotografias possíveis, pois coletadas e selecionadas oferecem aos sentidos a migração entre dizeres sobre o banditismo desses sujeitos, para sua vitimização na maioria dos discursos e um pouco menos sobre sua reação aos processos de exclusão. A irrupção dos discursos (FOUCAULT, 2012), fragmentados em textos, excertos e imagens concernentes ao Contestado, mostram deslocamentos significativos de sentidos ao longo de cem anos, no entanto, muitas possibilidades de leituras do conflito ficam cimentadas pela lógica da vitimização do que, como sociedade, compreendemos como o sujeito mais “fraco”.

Conceitos que de tanto se repetirem, tornaram-se (pré) conceitos e em nada contribuíram, conforme o que investigamos e depreendemos, para retirar os caboclos de seu lugar de população pobre e analfabeta⁴ do interior de dois Estados brasileiros não tão pobres assim, no que diz respeito ao imaginário social nacional.

³ Consideramos o termo a partir dos estudos feitos por Lazzarato (2013) que tem nas noções foucaultianas suas bases para pensar o sujeito de direitos no embate entre economia e política. O sujeito de direitos, um sujeito jurídico, deve, de acordo com a constituição política, renunciar/transferir seus direitos para alguém. Já para a constituição econômica há o homem econômico, que não renuncia a seus direitos, mas multiplica-os. Sobre isso, Foucault argumenta que essa é uma forma de governar, nas palavras de Lazzarato (2013, p. 44) “de se limitar, de se reger segundo os princípios da economia e de definir uma maneira de ‘governar o menos possível’”.

⁴ Anderson (2008, p. 123), discute a alfabetização das massas como um processo de um “atraente convite das massas para a história”. Nessa perspectiva a população cabocla, por exemplo, teria sofrido efeitos diferentes, como por exemplo, o apagamento de seus falares ou suas práticas discursivas rurais (questões também suscitadas por Anderson na mesma obra), sem padecer pela morte, prisão ou expurgo de suas terras.

Nesse sentido, os dizeres, independentemente de seus autores, sustentam acepções e a circulação delas, principalmente, porque em se tratando de enunciados lembramos que a eles, os enunciados, cabe um lugar, o que significa que os dizeres também derivam de um lugar, não são ditos de “qualquer lugar”, por isso é importante considerá-los como parte de um jogo discursivo, que pode retomar, acumular, transformar suas ocorrências. Como exemplo, tomamos duas sequências enunciativas da obra intitulada *A revolta do Contestado (1912-1916) nas memórias e nos ensinamentos do seu pacificador*, obra já mencionada, escrita pelo Coronel Claudio Moreira Bento (1913), entendendo que a elas tange supor que

Todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas. [...] Além disso, coloca o passado enunciativo como verdade adquirida, como um acontecimento que se produzia, como uma forma que se pode modificar, como matéria a transformar, ou, ainda, como objeto de que se pode falar (FOUCAULT, 2012, p. 152).

Primeira sequência:

Neste ano, comemora-se o centenário da Guerra do Contestado, que durou cerca de 46 meses, de outubro de 1912 a agosto de 1916, com a prisão do último líder da Revolta, Adeodato Ramos. Ela foi considerada por Nilson César Fraga, grande estudioso desta tragédia social ‘como a maior guerra camponesa ocorrida na América do Sul’. Ela superou a Guerra dos Muckers em 1874, no Rio Grande do Sul e a de Canudos em 1897, no sertão baiano, como **resultado de omissões ou de impossibilidades de atender obrigações sociais por parte dos governos federal, estaduais e municipais que resultaram no abandono de populações pobres e injustiçadas e órfãs do Poder Público**, levando-os à revolta, e **obrigando os governos estaduais a recorrerem ao governo federal para empregar o Exército, e assim evitar mal maior, como também o caos e danos irreparáveis à Unidade Nacional e à Paz Social**. A nossa abordagem no centenário desta guerra é do ponto de vista militar, com vistas a dela retirar lições preciosas no tocante à História Operacional e Institucional do Exército e das polícias militares de Santa Catarina e do Paraná no período. Os aspectos políticos, sociais e econômicos, acreditamos, encerram preciosas lições para os historiadores estudiosos sobre Política, Sociologia, Antropologia e Economia na Revolta do Contestado para, deste mergulho crítico, melhor entenderem o presente, e fornecerem as ferramentas para as atuais e futuras lideranças políticas construir um Brasil mais seguro, mais justo, com menos miséria e militarmente mais forte, à altura de sua grande e crescente projeção econômica e social mundial e, ainda, com imensas riquezas do povo brasileiro a proteger (MOREIRA BENTO, 2013, p. 15, grifos nossos).

Observamos nos trechos assinalados, a recuperação de enunciados de outros domínios e a retomada de enunciados que abrigam conceitos gerais e já bastante difundidos, que deram aos dizeres acima condições de possibilidade de se fazerem circular e de existir na meada discursiva de nossos tempos. A convocação de outros domínios mostra a possibilidade enunciativa de poder dizer sobre o Contestado ainda hoje, pois, entende-se que muitos campos do saber avaliam e, se não o fazem, deveriam avaliar as “preciosas lições” do Contestado.

Na singular condição de objeto do qual se pode falar, principalmente diante do fato comemorativo do seu centenário, o texto encontra legitimação dos dizeres numa remanência, ou seja, como postulado por Foucault, significa dizer “que as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas” (FOUCAULT, 2012, p.151).

Esse outro modo de enunciar sobre o Contestado desvela uma mudança na conduta discursiva, que parte do banditismo e de fanatismo, para a condição outra de existência dos sujeitos, que agora são vistos na contemporaneidade como populações “pobres e injustiçadas e órfãs do Poder Público”. Tais práticas consideram os caboclos num lugar do desprestígio social, da marginalização e da miséria, que os assujeita, embora mantenha-os distanciados dos temidos “caos e danos irreparáveis à Unidade Nacional e à Paz Social”, como o excerto assevera.

Segunda sequência:

Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirarem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Aí, lhes são garantidos os meios de subsistência, até que o Governo lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que o não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites da ação da tropa, serão considerados inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra. Quartel General das Forças em Operações, 26 de Setembro de 1914 (SETEMBRINO DE CARVALHO (1914) apud MOREIRA BENTO, 2013, p. 67-68).

Os enunciados que circularam permearam sentidos de que aos rebeldes foram imputados diversos modos de “rigores das leis de guerra”, conformando-os como vítimas e como “inimigos”. A memória assim manteve os enunciados e seus agrupamentos. Então, de um lado estão os rebeldes e seus descendentes e de outros os militares, os vaqueanos e o Estado brasileiro. Estas ideias gerais buscam estabilizar os enunciados, tentam mantê-los

sempre em direção ao seu interior, não revolvem a poeira dos ditos pronunciados quase indefinidamente, nem dão a dimensão da positividade dos discursos, emoldurando-os como verdades únicas e não lhes restituindo seu devido valor, como a lei de sua aparição no tempo de sua ocorrência.

Compete esclarecermos que discursivizar sobre a Guerra do Contestado e seus enunciados e efeitos, configurava-se numa tarefa relativamente simples. No entanto, mais árdua e complexa foi-se constituindo à medida que observávamos que o que se anunciava sobre o evento bélico eram ideias e (pré) conceitos gerais, que a história oficial e, também, a oficiosa tratou de sedimentar. Cumpre dizer que, até o momento, ponderamos que os jogos do dizer-verdadeiro, a busca da singularidade e da raridade permearam nossas tentativas de mostrar o pensar, os dizeres e os enunciados sobre a Guerra do Contestado como discursos. Entretanto, além deles, aceitaremos os conselhos de Veyne (2013) e olharemos mais atentamente para os dispositivos, ou seja, são eles que parecem responder às problematizações de como dar visibilidade aos primeiros.

O historiador afirma que o discurso para Foucault “é a descrição mais precisa, mais concisa de uma formação histórica em sua nudez, é a atualização de sua última diferença individual”, para Veyne, portanto, “[...] assim, seria melhor falar de práticas discursivas, ou ainda, com uma palavra carregada de sentido [...], de dispositivos” (VEYNE, 2013, p. 16-17, 21).

Eis que os dispositivos alcançam-nos. Conforme Castro (2009), os dispositivos apresentam uma função estratégica, porque estabelecem uma rede entre elementos heterogêneos; além disso, designam a natureza relacional entre esses mesmos elementos discursivos, tratam também de responder a uma urgência, podendo mostrar inclusive a gênese dos discursos, de tal modo que “o dispositivo, uma vez constituído, permanece como tal na medida em que tem lugar um processo de sobredeterminação funcional: cada efeito, positivo e negativo, querido ou não querido, entra em ressonância ou em contradição com os outros e exige um reajuste” (CASTRO, 2009, p. 124).

Nas palavras de Foucault (1982), os dispositivos são

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1982, p. 244).

Elegemos até o momento as noções de exclusão, como noções que parecem normatizar as relações e as práticas discursivas produzidas pelos sujeitos, como também, produtoras dos sujeitos caboclos do Contestado, tais categorias sustentam nossa tese de que as práticas de poder que regeram o Contestado relacionam-se e se estabelecem com/em dispositivos que fizeram delas realidade, ou seja, entraram “em um certo regime de verdade e [em] certas práticas” (VEYNE, 2013, p. 166). Esse encadeamento fabrica um dispositivo de saber-poder em “O que é tido por verdadeiro se faz obedecer” (VEYNE, 2013, p. 167).

O dispositivo liga-se a relações de poder e regimes de saberes, cujos efeitos produzem e moldam sujeitos. Para Deleuze (1996) regimes de ver e dizer, ou seja, de visibilidade e de dizibilidade.

Estes pressupostos dão conta de se pensar os dispositivos como esse conjunto heterogêneo, designado por Foucault, em que não apenas um, mas vários são os dispositivos que nos moldam em regime(s) de verdade(s), condicionando nossas práticas. Para Foucault, os dispositivos tanto podem ser discursivos (concretos, materializados em textos e formas verbais e não verbais de expressão), quanto não discursivos (pequenas ou grandes práticas cotidianas, modos de fazer e de ler o mundo a nossa volta, enfim práticas discursivas que não necessariamente configurem-se para modos de verbalização escrita/imagética).

Revel (2005) esclarece que inicialmente os dispositivos apresentavam-se sob a forma de “dispositivos de poder” e “dispositivos de saber”, como “operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005, p.40). Com o desenvolvimento das pesquisas de Foucault, os dispositivos foram cada vez mais sendo ampliados em suas acepções.

Os sentidos que mobilizam os dispositivos como aqueles que fazem ver e fazem falar, movem e deslocam os lugares de poder, porque podem dar visibilidade e voz, mesmo que as coisas dadas a ver e permitidas de dizer o façam sob regimes e ordens outras. Ainda assim, é pelos dispositivos que mostramos práticas discursivas inscritas em linhas de força, de poderes e de saberes, mesmo que pouco descritas. Desse modo, parece-nos possível chegarmos ao ponto de considerar os dispositivos como produtores de sujeitos, ou seja, por eles somos subjetivados.

Pertencemos a dispositivos e neles agimos. À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro (DELEUZE, 1996, p. 4).

Para Fernandes Júnior (2014) “Se os discursos ‘cartografam’ o que as pessoas fazem/pensam e se são imanentes aos dispositivos, logo, estes atuam na produção/fabricação de sujeitos historicamente situados” (FERNANDES JÚNIOR, 2014, p. 59, grifos do autor). Assim, os sujeitos do Contestado de modo geral e suas práticas discursivas foram profundamente marcados, modelados pelas noções de desenvolvimento e industrialização do Brasil, ideias que compunham os ideais e as práticas de poder/saber difundidas e desejadas no início do século XX no Brasil.

Numa atuação em rede, os dispositivos exercem controle e normalizam os “fenômenos indesejáveis” (SOUZA, 2014, p. 143), organizando e realocando as vidas num arranjo político, o que, no caso dos caboclos, significa colocá-los no seu lugar passado de ignorância, enquanto exalta-se a resistência com raios de vitimização, ou seja, os dispositivos ao se perpetuarem concedem um espaço de confronto numa medida controlada, pois as materialidades ainda tornam mais visíveis os discursos de poder/saber entre Estado e povo.

Para Souza (2014), as discussões sobre a noção de povo complementam o paradoxo de um dispositivo que assegura a vida de uns, enquanto deixa e abandona a de outros. Nesse sentido, a pesquisadora esclarece que o povo, segundo Foucault: “é aquele que se comporta em relação à gestão da população como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo, é aquele que, ao recusar a ser população, vai desajustar o sistema” (SOUZA, 2014, p. 133).

O povo que fez a guerra contra o Estado brasileiro do início do século XX foi produzido pelo dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”, o qual os considerando como risco e perigo para a organização da governamentalidade, reconfigura-se para, na atualidade, marcar uma identidade e continuar a produzir um tipo de sujeito, que é compreendido ainda hoje como avesso e no avesso aos processos de industrialização resvalando nos mesmos discursos do passado. Nessa perspectiva consideramos, que o rompimento desta seguridade, tido por Foucault como uma “ideia [...] que passa a ligar o Estado à população” (FOUCAULT, 2008, p. 502), deu condições de emergência às práticas que levaram milhares de pessoas ao embate bélico e fez falar e calar todo um grupo de sujeitos.

1.1 “PACTO DE SEGURANÇA”: DISPOSITIVO E BIOPOLÍTICA NO CONTESTADO

A primeira acepção do termo “pacto de segurança” nos é dada pelo filósofo que problematiza:

O que acontece hoje portanto? A relação de um Estado com a população se dá essencialmente sob a forma do que se poderia chamar de ‘pacto de segurança’. Antigamente, o Estado podia lhes dizer: ‘Vou lhes dar um território’ ou: ‘Garanto que vocês vão poder viver em paz em suas fronteiras’. Era o pacto territorial, e a garantia das fronteiras era a grande função do Estado (FOUCAULT, 2008, p. 502).

Essas garantias de território, garantias de vida e de trabalho, em síntese, um pacto pela segurança do/em viver, instituíram-se a partir da administração de práticas aceitáveis e não aceitáveis entre e para o conjunto dos indivíduos, práticas que regeriam e regeriam a vida cotidiana.

Surgidas na certeza de que sob a cautela do Estado os males gerais estariam, muito provavelmente, distantes, as práticas estatais acima comentadas entram na ordem da governamentalidade, como um processo, ou melhor o “resultado do processo” (FOUCAULT, 1994, p. 655) descrito e analisado por Foucault, no qual as sociedades dos séculos XV e XVI tornam-se Estados administrativos, ou nas palavras do filósofo um Estado que “pouco a pouco torna-se governamentalizado”. Para tanto, o mecanismo de segurança, como observamos com todo dispositivo, precisa expandir-se, precisa, por vezes encontrar-se num “processo de perpétuo preenchimento (*remplissement*) estratégico” (CASTRO, 2009, p. 124), assegurando e garantindo o que se propõe: salvaguardar a vida produtiva dos sujeitos, mantendo-os desejosos, interessados e governados.

A segurança constituída de práticas discursivas e não discursivas encontra na rede de poder/saber a função estratégica de manter a vida. Conforme nos orienta Souza (2014),

Essa compreensão liga-se à elaboração de Foucault acerca da sociedade de controle que começa a se desenhar no século XVIII, com o aparecimento de um poder que é, ao mesmo tempo, disciplinador e normalizador, e exercido não mais sobre os corpos individualizados, porque se concentra na figura do Estado, sendo exercido com pretensões de administrar a vida e o corpo da população (SOUZA, 2014, p. 126).

Dessa forma, a noção “pacto de segurança” expande-se para além de pactos territoriais e fronteiriços, para ganhar força nas práticas de seguridade dos indivíduos e em especial da população, que como vemos hoje, exige, enquanto conforma-se, um “conjunto das medidas legislativas, dos decretos, dos regulamentos, das circulares que permitem implantar os mecanismos de segurança, [e] esse conjunto é cada vez mais gigantesco” (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Nessa conjuntura, consideramos que na esteira do acontecimento factual da promulgação da “*Constituição Política do Império do Brasil*” (1824), o dispositivo “pacto de segurança” ganhou condições de existência, oferecendo, por decorrência, condições de existência ao caboclo, ao homem dos sertões, que mesmo distante do meio urbano, distante dos benefícios que as mudanças políticas e o crescente desenvolvimento do país daquele instante passavam, pode entender-se cidadão da recente nação brasileira.

Tal prerrogativa leva em conta que, a partir desta primeira carta de leis nacionais do Brasil, há uma sucessão de eventos historiográficos e discursivos que conduziram a política da ocasião, fortemente pautada nos moldes imperiais de regência e poderio soberano, para configurações mais modernas, com lampejos, já na ocasião de linhas republicanas de nacionalismos e unidade da Pátria, (nos termos foucaultianos, já cintilavam nuances luminosas de uma passagem do poder soberano, ainda forte, para o disciplinar), as quais, por sua vez, deram chance de existência para a chamada onda revolucionária de 1790, que inclui, mundialmente falando, a Guerra de Independência dos Estados Unidos (1775-1783) e a Revolução Francesa (1789-1790). Estes movimentos oportunizaram ao Ocidente, incluindo o Brasil, a esperança de uma política e de uma economia Positivista e, posteriormente, Liberal, com maior participação da sociedade civil (rural e urbana), nas decisões concernentes, em especial, ao comércio e a produção de bens de consumo.

Contudo, antes de anunciar o “novo”, a “*Constituição Política do Império do Brasil*”, também buscou organizar o que já existia. Então dela partiram as primeiras averbações vindas de um regente “brasileiro” para os indivíduos brasileiros, para os cidadãos livres, os sujeitos de direitos, anunciada como um conjunto de leis: “Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião” E, afirmando em seu artigo primeiro que:

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia” (Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824).

Na mesma carta, no segundo título, o Império Brasileiro determina a quem cabe a alcunha de cidadão brasileiro, observemos:

TITULO 2º
Dos Cidadãos Brasileiros.
Art. 6. São **Cidadãos Brasileiros**

I. **Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos**, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. **Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira**, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. **Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio**, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. **Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época**, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. **Os estrangeiros naturalizados**, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação. (Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824, grifos nossos).

Somam-se a estas determinações e as complementam os direitos relativos às eleições:

CAPITULO VI.

Das Eleições.

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos Membros dos Conselhos Geraes das Provincias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art. 91. **Têm voto** nestas Eleições primarias

I. **Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.**

II. **Os Estrangeiros naturalizados.**

Art. 92. **São excluidos de votar** nas Assembléas Parochiaes.

I. **Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.**

II. **Os filhos de familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.**

III. **Os criados de servir**, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. **Os Religiosos**, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. **Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.**

Art. 93. **Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia**, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. **Exceptuam-se**

I. **Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.**

II. **Os Libertos.**

III. **Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.**

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. **Exceptuam-se**

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na fórmula dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegíveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o numero dos Deputados relativamente á população do Imperio (Constituição Política do Imperio do Brazil (de 25 de março de 1824, grifos nossos).

Comprendemos, a partir de nossas análises que as disposições contidas na “*Constituição Política do Imperio do Brazil*” de 25 de março de 1824, foram organizadoras de um dispositivo em transição, que legava aos indivíduos, aos cidadãos brasileiros, incluindo os caboclos, direitos modernos, como uma sociedade de segurança, sob indumentárias reais, cujas determinações sobre os cidadãos e as eleições, podem ser observadas nos extratos grifados nas promulgações da *Constituição política do império do brazil*. Sobre os cidadãos observamos que as designações “**Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, [...] Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, [...] Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, [...] Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época,[...] Os estrangeiros naturalizados, [...]**”, mostram como o “pacto de segurança” acomoda a população sob as asas de um Estado, que embora, monárquico, trata parte dos habitantes como um conjunto de indivíduos, como uma sociedade. Fato discursivo que pode ser visto como um acordo social, o que significa para Foucault (1977) uma individuação com vistas ao que ele cunhou como “pacto de segurança”, sobre o qual pontua: “Vocês estão garantidos. Garantidos contra tudo que possa ser incerto, acidental, danoso ou de risco. [...] O Estado que garante a segurança é obrigado a intervir em todos os casos em que a trama da vida cotidiana é interrompida por um acontecimento singular, exceptional” (FOUCAULT, (1977), 1994, p. 385).

Os artigos legislativos apresentados, mostram que o rompimento de um “pacto de segurança” constituído entre todos os que figuram, ou acreditavam figurar cidadãos, deu-se no momento em que a *Carta Magna da Constituição Política do Imperio do Brazil* (de 25 de março de 1824) deixou de ser considerada como tal, ou seja, a partir da instituição da 1ª República (1889- 1930). Neste momento político, que inaugurava seus moldes positivistas e já não reconhecia como suas várias leis que esculpiram, por quase sete décadas, os indivíduos, das

regiões rurais, muitas das quais ainda fervilhavam os ideais imperialistas, os sujeitos caboclos passaram a viver à margem dos outros sujeitos assegurados como população.

Não se compreender mais como cidadão com direito à propriedade e ao trabalho, excluído, do ponto de vista social do modo de produção agrário de subsistência, e invisibilizado como sujeito pertencente ao corpo da população, retira fisicamente o caboclo de seu espaço de sobrevivência e retira-o da partilha da vida merecida de existência. Nesse contraponto, resiste com o combate bélico ao poder que separa quem pode e quem não pode viver, aquele que será acolhido pelo Estado e sua população e aquele que será alijado e abandonado.

A irrupção singular dos discursos sobre o Contestado, mostra-nos que os deslocamentos discursivos não são estáveis, constantes ou absolutos, podem surgir como heranças discursivas, ou seja, em nosso caso, a Guerra do Contestado, a qual poderia, a partir deste ponto de vista, encontrar traços retomados e deixados pelo governo de São Paulo, que em 19 de dezembro de 1853, concedeu a Emancipação Política ao Estado do Paraná, ou conforme nomina Priori (2012), a emancipação da 5ª Comarca de São Paulo.

Desde a transição de cidadão paulistas a cidadãos paranaenses, a contestação de terras, entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, produziu as condições de emergência discursivas, que tanto nominaram o conflito quanto contribuíram para seu surgimento. Além disso, o conjunto de enunciados apresentados nos capítulos anteriores mostrou-nos, na visibilidade dos discursos, as exclusões e as coerções que podem determinar e produzir assujeitamentos acerca dos sujeitos caboclos do Contestado, mas podem, além disso, descortinar a dispersão e a irregularidade discursiva, seus limites e seus recortes, que darão a positividade que desvela a resistência e as memórias sobre estes sujeitos.

Numa breve incursão pelos domínios historiográficos, observamos que, entre os anos de 1710 e 1853, como Priori (2012) argumenta, a precariedade civilizatória que a região conhecia, inscrevia o espaço físico como um espaço a ser problematizado. De acordo com o historiador,

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo (PRIORI et al., 2012, p.16).

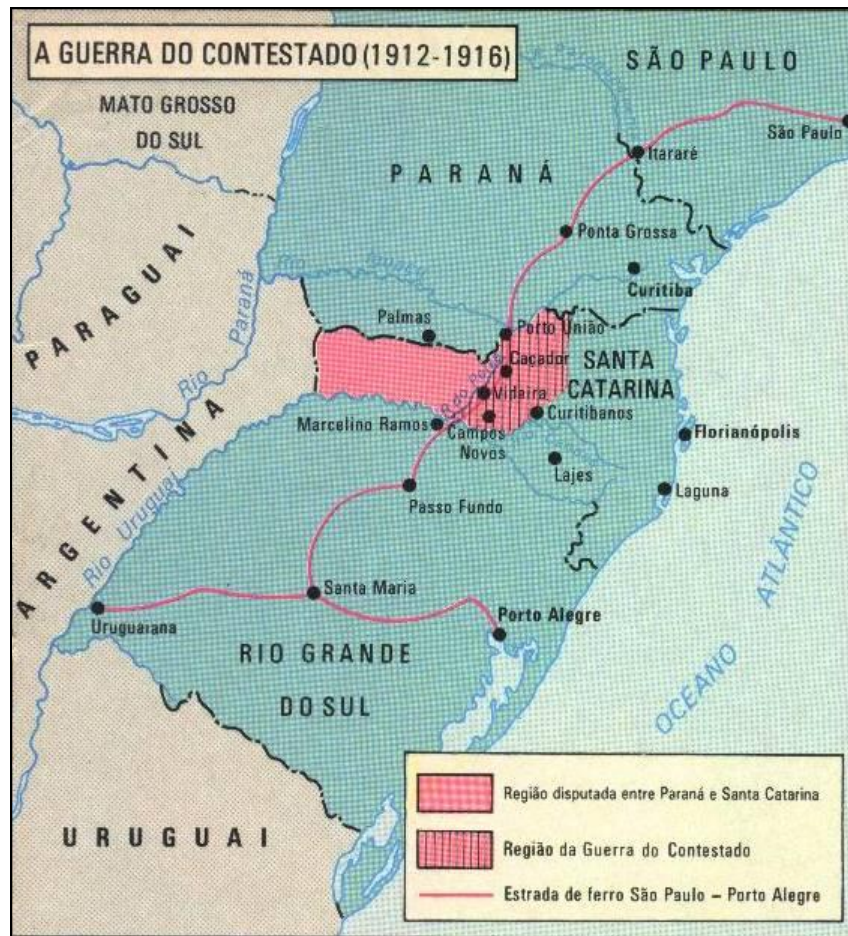
Nos mapas selecionados (Imagens 01 e 02), podemos visualizar a extensão do território da 5ª Comarca de São Paulo até a data da Emancipação Política do Paraná em 1853.

Imagem 01 – Mapa da 5ª Comarca de São Paulo até 1853.



Fonte: (PRIORI et al., 2012, p. 17)

Imagem 02 – Mapa demonstrativo da área atingida pela Guerra do Contestado.



Fonte: 4bp blogspot (informação de meio digital).

Verificamos que várias foram as tentativas de emancipação e/ou separação do território paulista, os discursos das elites paranaenses, sustentadas na extração da erva-mate e na madeira com os pinheiros paranaenses, traziam na visibilidade de suas práticas o ensejo pela separação política e, principalmente, financeira da comarca paulista. Contudo, foram necessários mais de cem anos para que, na metade do século XIX, com as crescentes ameaças de invasões dos países vizinhos (Argentina e Paraguai), manobras mal sucedidas de deputados paulistas e até apoio de outras comarcas que queriam enfraquecer o poderio econômico paulistano (PRIORI, 2012), a emancipação fosse considerada e tomada como prioridade pelo príncipe regente. Então, a 29 de agosto de 1853 foi outorgada, por D. Pedro II a lei 704, decretando a criação da Província do Paraná:

Dom Pedro II, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a

todos os nossos súditos que a Assembléia Geral Legislativa decretou e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - A Comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, fica elevada à categoria de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.

Art. 2º - A nova Província terá por capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3º - A Província do Paraná terá um senador e um deputado à Assembléia Geral; sua Assembléia Provincial constará 20 membros.

Art. 4º - O Governo fica autorizado para criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia Geral para definitiva aprovação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos vinte e nove de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e três, trigésimo segundo da Independência e do Império (CAMARGO, 2004 apud PRIORI, 2012, p. 20).

O ato foi oficializado com o primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos, em 19 de dezembro de 1853. O nome do Estado, originário do Guarani, significa “semelhante ao mar”, mesma denominação do maior rio do Estado, o Rio Paraná. Por fim, Priori aponta:

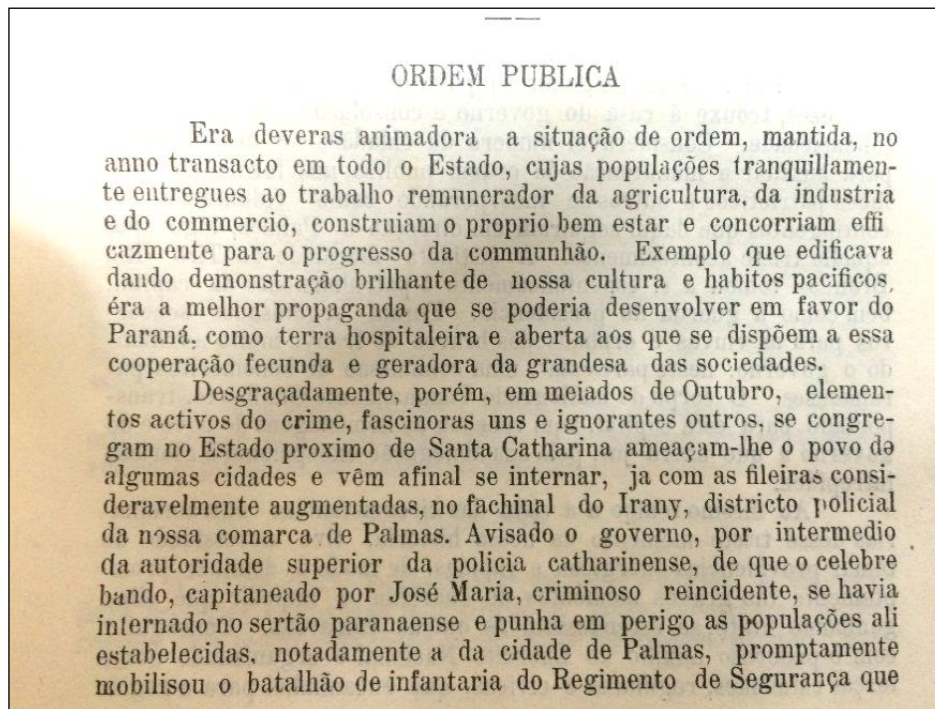
O Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos manteve Curitiba como capital da Província do Paraná e a dividiu em três comarcas: Curitiba, Paranaguá e Castro. Nesse momento, o Paraná tinha em seu território duas cidades – Curitiba e Paranaguá –, sete vilas – Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Príncipe (Lapa), Castro e Guarapuava –, seis freguesias – Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro – e cinco capelas curadas – Guaraqueçaba, Iguaçú, Tindiquera (atual Araucária), Votuverava (Rio Branco) e Palmas. A população era de aproximadamente 62.258 habitantes. A vida econômica era baseada na pecuária, muares, agricultura de subsistência, comércio, indústria extrativa de erva-mate e indústria de transformação incipiente (CAMPINAS, 2005 apud PRIORI et al, 2012, p. 22).

Nessa dança política os discursos “emancipatórios”, compreendidos a partir de nossas pesquisas como atos político-econômicos que demarcavam territórios e separavam recursos e população, desobrigaram, portanto, o Estado de São Paulo de manter uma área que já não lhe interessava e liberaram o Estado do Paraná das ações políticas e de seus agentes do julgo paulista.

Já Santa Catarina, só pôde manifestar-se após a demarcação do Estado do Paraná, passando a solicitar extensões territoriais que acreditava lhe pertencer. Nessas terras, as materialidades falavam de sujeitos de um sertão que, obstante o gentílico de paranaenses, paulistanos ou catarinenses, não tiveram, em sua maioria, por quase sete décadas, acesso a escolas, hospitais, propriedades registradas. Viviam sob as condições de transição entre o poder soberano, aquele que “deixa viver e faz morrer” (FOUCAULT, 2006) e o poder disciplinar, que controla individualmente os homens e seu mundo rural.

O excerto da Imagem 03 demonstra a perturbação e as relações tensas de poderes das fronteiras, contestadas há décadas, traziam para o governo paranaense à época, numa produção de sentidos sobre os caboclos que se manteve como verdade por muitos anos.

Imagem 03 – Recorte da exposição do Presidente do Estado do Paraná Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1 de fevereiro de 1913, à Assembleia Legislativa do Paraná.



Fonte: Annaes do Congresso Legislativo – 2ª Sessão da 11ª Legislatura. Casa da Memória de Curitiba/ setor de obras raras.

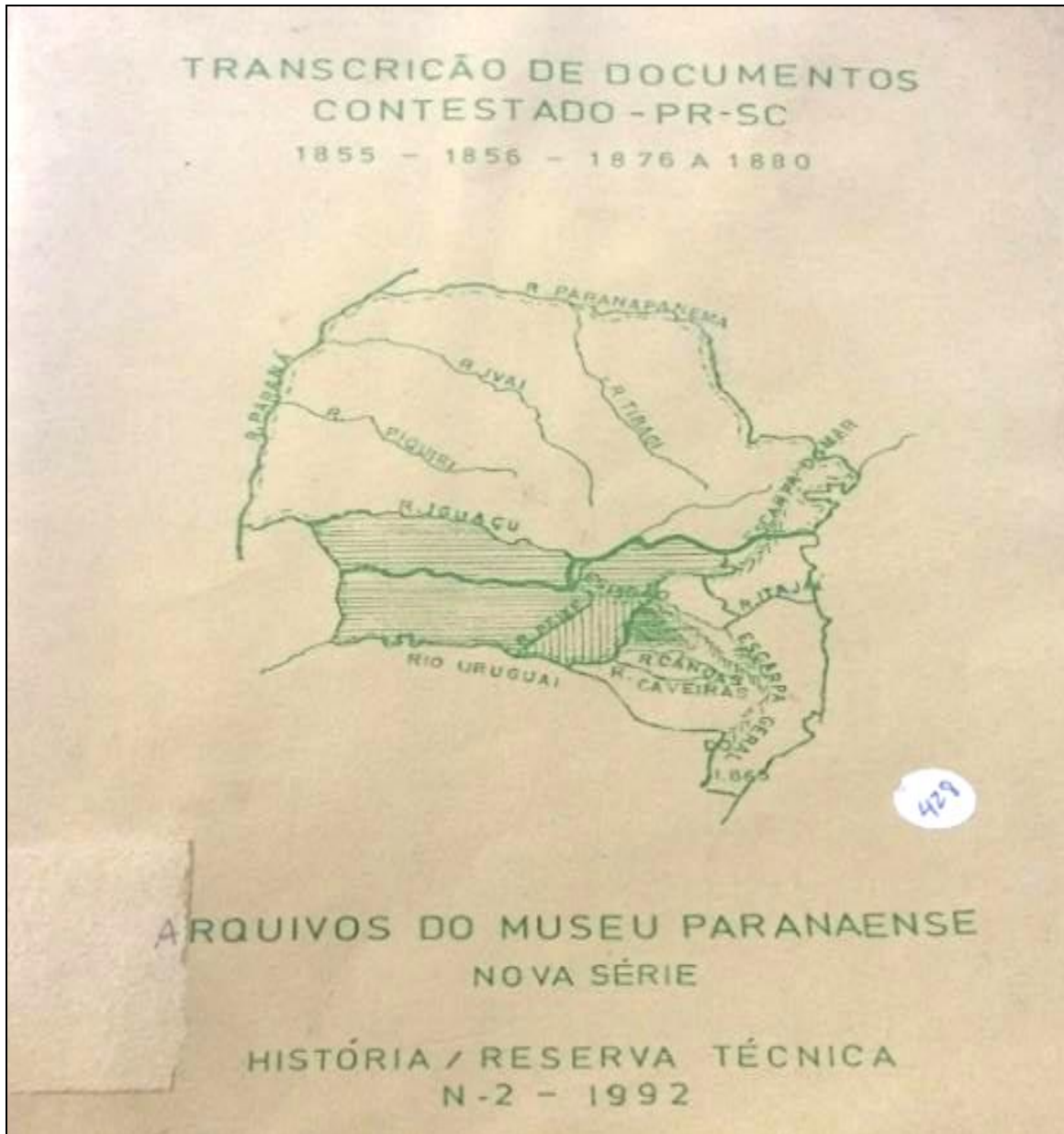
Na exposição de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, observamos que os “hábitos pacíficos” da população do Paraná foram perturbados por “elementos activos do crime, fascinoras uns e ignorantes outros”, pronunciamento que, embora não acuse ou atribua diretamente responsabilidade a Santa Catarina, mostra que tais “elementos” perturbadores são e saíram de lugares diferentes do Paraná. Autores como Derengoski (2013) e Heller (2012),

mostram em seus livros a importância que a disputa judicial, por vezes a de armas, e acrescentamos, a disputa e a circulação discursivas instituídas nas relações de poder/saber, tiveram na formulação dos significados que contribuíram para a eclosão da Guerra do Contestado e para todo o conjunto de regimes discursivos da população desta região.

Tal situação legou aos sujeitos caboclos, além de práticas de controle econômico e político, de ambas as partes, (elites paranaenses ou as elites catarinenses) uma não identidade, um entre lugares, um lugar discursivo. Como aponta Foucault, esta condição do discurso ao invés de “reconstituir *cadeias* de inferência [...], em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* [...], descreveria *sistemas de dispersão*” (FOUCAULT, 2012, p. 46, grifos do autor) e, de exclusão, os quais duram, permanecem até o nosso presente.

Reiteramos, diante das materialidades coletadas e pesquisadas, que a querela judicial não foi a única situação causadora da Guerra do Contestado, entretanto, deu-lhe nome e fim; pois diante do acordo de cisão das terras em 20 de outubro de 1916, considerou-se, como já apontamos no capítulo dois, definitivamente, encerrada a Guerra do Contestado. Dessa forma, para os governos federal e estaduais, resolvidas as questões fronteiriças (Imagem 30), resolviam-se também os conflitos armados e a tensão entre uma sociedade de segurança e um mundo incivilizado e impróprio para a vida, que duraram quase quatro anos, mataram, de acordo com a historiografia atual, mais de 10.000 pessoas, levaram aos campos de batalha treze expedições militares, modernos aparelhamentos bélicos, deram visibilidade ao Exército Nacional, ajudaram na mudança geopolítica do Sul do Brasil, introduziram o desenvolvimento econômico Liberal no interior dos Estados envolvidos, pelas mãos do extrativismo e da exportação madeireira no Sul do Brasil, produziram uma infinidade de enunciados que deram identidade, classificação e significado para a população cabocla e quase apagaram e silenciaram milhares desses sujeitos.

Imagem 04 – Mapa do Estado do Paraná até 1916, com área disputada e dividida entre Paraná e Santa Catarina



Fonte: Casa da Memória de Curitiba

A circulação dos discursos sobre os sujeitos que habitavam a jurisdição paranaense deu possibilidades de existência a todo um conjunto de enunciados, que para Foucault (2012) funcionam como discursos que devem ser olhados em seu conjunto, integrando redes de enunciados em relações sempre complexas. Estas associações enunciativas podem ser observadas nas sequências proferidas por políticos paranaenses em 1906 e organizadas nos *Annaes do Congresso legislativo: 1ª Sessão da 8ª Legislatura* do Estado do Paraná (Imagem 05 e 06):

Imagem 05 – Pronunciamento do Presidente do Paraná em 1906 Vicente Machado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

O governo catharinense que, por actos de successivas violencias, já conseguia levar a maior perturbação ao districto policial de Canoinhas, onde concentrou, ao lado de suppostas autoridades que procurou investir de poderes, os elementos mais perigosos de desordem, arrebanhados entre o banditismo das fronteiras, pretende levar mais longe as suas pretensões e, ultimamente, até á mão armada de seus sequazes, entre os quaes se avolumam as figuras sinistras de assassinos corridos á acção da justiça do Rio Grande do Sul, voltou as suas vistas para a região do Timbó, onde demora pacifica e laboriosa população paranaense, obediente ás autoridades deste Estado, que alli, ha muitos annos, têm jurisdicção em districto policial, tambem ha muitos annos creado e installado

Fonte: Casa da Memória de Curitiba

Imagem 06 – Resposta do Presidente do Paraná ao Presidente do Brasil em 1906, Rodrigues Alves, sobre a atuação do governo catarinense em território paranaense.

Devo, porém, dizer a v. ex. que, concomitantemente com essa promessa, deveria o governo de S. Catharina não permittir que Canoinhas seja o valhacouto de bandidos da peor especie, sob a protecção da autoridade, e que continue como uma ameaça constante á paz da população do Timbó, convido informar á v. ex. que já no governo do venerando dr. P. de Moraes, e sendo ministro da guerra o sr. Marechal Argollo, taes eram as ameaças da bando-leira população que se aggre-miava em Canoinhas, suspeitando-se que alli se formasse um novo Canudos, que foram dadas ordens ao commando do 5º districto militar para destroçar e (termos textuaes) levar a ferro e fogo esse perigoso ajuntamento.

Fonte: Casa da Memória de Curitiba

Observamos o incomodo do presidente do Estado do Paraná com a tramitação dos problemas relativos às fronteiras, principalmente, porque conforme anuncia, o governo do Estado vizinho introduziu “os elementos mais perigosos de desordem, arrebanhados entre o banditismo das fronteiras”, perturbando, dessa forma, a “pacífica e laboriosa população

paranaense”. Discursos que, do nosso ponto de vista, reverberam um verdadeiro de época⁵, pautado na luta pela hegemonia política dos territórios, que envolvidos por décadas em litígio buscam na defesa do pertencimento regional, na defesa do gentílico (paranaense) um quadro formal, uma moldura discursiva, sustentada na palavra. Asseveramos que nos primeiros dois anos do movimento do Contestado, os discursos ditavam que pertencer a um ou a outro Estado, ou declarar-se paranaense ou catarinense, poderia determinar uma posição, um obstáculo, maiores ou menores sofrimentos.

Os dizeres e os espaços de dizer foram, no decorrer de 100 anos, circulando e proliferando; os dizeres que passeiam pelos sentidos, atribuem ao caboclo muitas significações, classificando-os em tipos de indivíduos, desclassificando-os em outros tipos. Aos soldados e militares o tratamento não é diferente, pois, sobram-lhes, na contemporaneidade, a palavra da repressão e do aparelhamento de matar.

Em 2013, o coronel Claudio Moreira Bento, publicou pela Federação de Academias de História Terrestre do Brasil, caudaloso livro de 232 páginas, intitulado *A Revolta do Contestado (1912-1916) nas memórias e nos ensinamentos militares de seu pacificador*, referindo-se ao general Setembrino de Carvalho, que é lembrado, na historiografia oficial contemporânea, como o militar que estrategicamente, por diversos meios, pôs fim ao conflito do Contestado. O general atribuiu “versões” muito específicas, sobre os “fanáticos do Contestado”, em seus relatórios e determinou perseguições aos fugitivos dos redutos por milícias civis.

No entanto, na obra supracitada, a introdução mostra que o texto visa a reparação do perfil de perseguidor e “mão de ferro” na captura e prisão dos caboclos para o de pacificador dos conflitos da Guerra do Contestado:

Transcorre em 2012-16 o centenário da Revolta do Contestado, resultado da indefinição dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. A demora em ser solucionada esta indefinição terminou por gerar a maior ‘guerra camponesa da América do Sul’, na interpretação de Nilson César Fraga. Demora decorrente de ‘nossos erros de ordem social e política’, na interpretação do coronel Lafayette Cruz, em 1949, ao apresentar as Memórias do Marechal Fernando Setembrino. **A Revolta do Contestado 1912-16, nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador** e abordaremos este tema com apoio em duas obras (hoje raras) produzidas pelo Marechal Setembrino, com vistas a uma análise isenta daquela revolta, ocorrida há um século, e **por ele pacificada**, ao pedido de uma intervenção federal ao Presidente da República, formulado pelos governadores de Santa

⁵ Reiteramos que nossas discussões estão apoiadas em pressupostos foucaultianos, como por exemplo, os procedimentos de exclusão externos do discurso, cf. em *A Ordem do Discurso*. Princípios que controlam e policiam a produção discursiva externamente como a palavra proibida, a segregação e a verdade.

Catarina e Paraná, que se declararam impotentes para pôr um fim à mesma. Em consequência, **foi nomeado para tal missão pacificadora**, pelo Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, [...] (BENTO, 2013, p. 10, grifos nossos).

O dizer “verdadeiro” de pacificação dos militares, confrontado pelas práticas rebeldes da resistência armada e violenta, trazia em muitos enunciados a restituição das garantias de seu viver rural. No entanto, a distância do tempo manteve ao lado da proliferação desses enunciados de mitigação do conflito, outras enunciações que colocam o caboclo como resistente e/ou como vítima, porém ainda excluído do lugar seguro do corpo populacional.

A Guerra do Contestado, foi um corte do biopoder no tecido social daquele espaço. Um poder que observando a vida ancorou-se na governamentalidade da vida produtiva e necessária contra a vida indesejada, expulsando o caboclo, o mestiço do lugar antes mantido e ocupado pelo “pacto de segurança”. O mesmo acordo que uma vez rompido, reorganiza-se por outros modos e regimes para perpetuar o dispositivo de segurança. Esta reorganização acomoda-se e normaliza. Nas palavras de Souza (2014)

O biopoder é uma forma de normalizar a própria conduta da espécie, de reger, manipular, incentivar e observar macrofenômeno, como taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das cidades [e do campo], o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida. As tecnologias do biopoder e os saberes investidos nessas tecnologias produzem as categorias de anormalidade (delinquente, perverso, doente, [mestiço, revoltoso, ignorante] etc), com base no par normal/anormal, e constroem formas para eliminá-la (SOUZA, 2014, p. 128).

Reiteramos em dizer que, o dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”, deu condições de instaurar condutas, e, como um dispositivo de poder, organizar práticas discursivas e não discursivas que deram, por sua vez, condições de existência ao embate bélico, à resistência, ao caboclo do Contestado. Agamben (2009), contribui dizendo que:

Foucault assim mostrou como, numa sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua “liberdade” de sujeitos no próprio processo do seu assujeitamento (AGAMBEN, 2009, p. 46).

Nessas circunstâncias, a sociedade preparava-se para combater todos, incluindo os seus, que pudessem não estar no espaço desejável de subjetivações. Essa formação de conceitos foi fundamental para moldar os sujeitos do Contestado, em especial os caboclos,

que conforme registram as fotografias presentes nos vídeos que serão investigados à frente e todo o processo de circulação midiática nos quais se inscreveram, ainda hoje padecem dessa falta do Estado, e, mesmo hoje, portanto, padecem dos efeitos que o rompimento do dispositivo lhes causou.

Contudo, como vimos, o dispositivo não cessa de se completar, de preencher nossa sociedade com mais dispositivos. Nesse sentido, o acontecimento discursivo da *Constituição Política do Império do Brasil* produziu e deu visibilidade a um sujeito cidadão, o qual consideramos também instituído nesta ordem o sujeito caboclo, no entanto, esse dispositivo permitiu também a existência de outros sujeitos quando da eclosão da Guerra do Contestado.

Ocorre, então, um processo de apagamento do caboclo e da visibilidade de outros, tais como: militares, vaqueanos, pequenos produtores rurais, detentores de capital estrangeiro, emigrantes europeus, enfim um processo que deu condições de existência e de emergência a outros sujeitos e outros discursos.

Do ponto de vista sócio histórico os caboclos sofreram o que a história chamou de espólio, sendo obrigados, por falta de comprovação documental, a saírem de suas terras, as quais habitavam há décadas, para a construção da ferrovia SP/RS (mais 15 quilômetros de cada lado percorrido de toda a ferrovia, conforme leis Federais). As análises historiográficas se ocuparam em considerar, também, que os pequenos agricultores, proprietários com documentação, tiveram suas terras tomadas para dar passagem à mesma ferrovia; enquanto que os pequenos comerciantes de madeira perceberam seus negócios se extinguirem quando a ferrovia passou a transportar toras gigantescas e madeiras beneficiadas para serem exportadas; os militares por sua vez, dada a insurgência do movimento bélico de resistência, tiveram a oportunidade de aparelhar e modernizar seus contingentes, ganhando visibilidade como protetores da Nação; trabalhadores da ferrovia puderam construir suas casas em pequenas vilas que aos poucos foram se tornando cidades e todos os que colaboraram na captura, interceptação ou delação dos rebeldes ou da localização de seus redutos, facilitando o acesso militar, tiveram, via de regra, conforme o ponto de vista historiográfico, benefícios em forma da terras validadas pelos governos estaduais.

Tendo em vista o dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”, compreendemos que cem anos depois, já na contemporaneidade, baseados no mesmo dispositivo de segurança, tivemos a retomada de discursos e a organização de outros nas comemorações centenárias e por outros modos e outras visualidades, como as fotográficas tornadas efêmeras a serem discutidas posteriormente, os sujeitos caboclos e suas práticas

ganharam visibilidade e, apesar do destaque dado à resistência, os dispositivos de segurança seguem agindo para o apagamento e o silenciamento de muitos discursos sobre o Contestado.

A coexistência de enunciados sobre a Guerra do Contestado e os sujeitos caboclos foi principiada em sua organização para expor a intensidade de registros sobre o tema, que responde às inquietações introdutórias da tese, sobre os estudos, os registros, as discussões e as materialidades possibilitadas de existir acerca da Guerra do Contestado, observando-se nossas discussões sobre sujeito Contestado e as celebrações da Guerra do Contestado.

Esse empreendimento suscitou a sequência de nossos estudos sobre observando investigação e coleta de outras materialidades que nos mostre mais sobre a constituição e as práticas do sujeito caboclo do Contestado, enfim, uma rede de práticas enunciativas que mostre-se positivada nos inúmeros enunciados apresentados, cuja presença “nos cindiu, capturou nossas atenções; [...], determinou nossos conceitos; interceptou o que já havíamos dito; modelou nossas posições; [...] e assegurou para si o *status* do “novo” e do verdadeiro de uma época” (TASSO; OLIVEIRA, 2015, p. 15), primordialmente, escavamos o descortinar-se dos enunciados na circulação deles e, ainda que digam o contrário, e ainda que pensássemos o contrário, como observaremos, fortuitamente, nos capítulos seguintes a rede enunciativa do Contestado e sobre os sujeitos caboclos é ampla e complexa..

2 CABOCLOS DO CONTESTADO EM DISCURSO: DA INTERDIÇÃO À (RE)MEMORAÇÃO

O estudo teórico-analítico, desenvolvido especificamente para este capítulo, sustenta-se, em grande parte, nas problematizações sobre sujeito e discurso, com vistas aos pressupostos desenvolvidos por Foucault na obra *Arqueologia do saber* (1969) e na conferência *Ordem do Discurso* (1970). Nesse intuito, nossas discussões posicionam-se filiadas ao projeto arqueogenealógico de Foucault, estendidas em pressupostos da área da Análise do Discurso de linha francesa e alguns de seus desdobramentos brasileiros, compreendendo que o percurso arqueológico é aquele que orienta a coleta dos discursos vários que circularam sobre os caboclos; tais e tantos que a exemplo do capítulo anterior estão reunidos também neste momento.

Essas considerações, voltam nossos olhares à produção e à circulação de discursos em materialidades imagéticas e linguísticas (verbo visuais), cujas formações enunciativas produzem regimes de dizer e olhar sobre os sujeitos da Guerra do Contestado (1912-1916), com enfoque especial nos sujeitos caboclos. Nessa genealogia os sujeitos caboclos estão inscritos como minoria subjetivada nas práticas e nos discursos produzidos para e sobre o movimento do Contestado, cujas observações e reflexões buscam lugar de compreensão no funcionamento dos regimes discursivos na contemporaneidade.

Salientamos que o duplo movimento metodológico (arqueologia/genealogia) aqui proposto orienta-se para tratar os discursos como possibilidades de “escavar” os dizeres produzidos sobre os sujeitos do Contestado; e, na investigação genealógica, porque se propõe observar o funcionamento dos saberes, do poder, da verdade e da biopolítica, sobre os mesmos sujeitos. Compreendemos, assim, a emergência de estudos que questionem a soberania e a estabilização dos sentidos construídos sobre as minorias brasileiras, neste caso, os caboclos sujeitos do Contestado, e sobre os enfrentamentos bélicos ou, mais recentemente, as práticas de controle repressivo/policial de uma sociedade de segurança, ocorridas em solo brasileiro, entre o Estado e a população, indagando, fundamentalmente, a sociedade de segurança organizada a partir do dispositivo de rompimento do “pacto de segurança”, discutido anteriormente.

Caso emblemático de nossa historiografia, a Guerra do Contestado será apresentada, neste capítulo, por olhos da imprensa, da literatura e das ciências sociais; numa abordagem que se buscará traçar como discursiva. Uma direção que busca reunir um conjunto de dizeres das condições enunciativas dos caboclos, militares e rebeldes participantes do movimento do

Contestado, embora consideremos que cada uma dessas posições discursivas constitua, por si só, uma tese. As materialidades, ao serem “escavadas”, servirão, dessa maneira, como base para o prosseguimento dos capítulos vindouros.

2.1 BUSCA DE UM SUJEITO DO PRESENTE

Os estudos sobre o sujeito em Michel Foucault encontraram lugar em toda a sua obra, muito embora tais noções tenham sido problematizadas com maior intensidade à medida que o filósofo as alçava como o cerne e o objeto de suas discussões. Fernandes (2014), no capítulo publicado sob o título *Em Foucault, o sujeito submergido no discurso*, atesta como essa preocupação em problematizar o sujeito do presente, cercava os estudos de Foucault.

Para expor a maneira como concebe o sujeito, em 1966, em *As palavras e as coisas*, Foucault anuncia a morte do homem. Uma década mais tarde, em *Sujeito e o poder*, afirma que o sujeito ocupa, e sempre ocupou, interesse central em suas pesquisas, objeto em seus primeiros feitos acadêmicos, quando procedeu ao estudo da loucura e do louco (FERNANDES, 2014, p. 108, grifos do autor).

As reflexões fundamentais sobre os sujeitos, as mesmas sobre as quais Foucault sustenta seus pressupostos, tratam das relações de força e de poder, constitutivas da prática discursiva dos sujeitos. Dessa forma, no encalço de entender o sujeito e problematizar o que somos hoje, Foucault alega que somos uma invenção da modernidade, por ela nos tornamos sujeitos e cabe a ela dar-nos a possibilidade da produção de discursos. Essas ordens discursivas nos encontram na contemporaneidade, que ao ser observada e descrita, por percursos arqueológicos, cuida de organizar “tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos”, e por delineações genealógicas, oferece-nos modos de ler e compreender a “forma do que somos [...]”, do porque somos, a forma da “contingência que nos fez ser o que somos [e] a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (FOUCAULT, 1984, p. 348; DUARTE, 2008).

Os sujeitos caboclos, compreendidos como uma posição, na qual caboclos, soldados, pequenos lavradores, populações citadinas, até coronéis⁶ e vaqueanos (milícia civil contratada

⁶ Sujeito mandatário de uma região ou município, que ganha poder semântico e de representatividade política, especialmente a partir da Primeira República ou República Velha (1889-1930). Schwarcz & Starling (2015) definem assim: “Coronel era o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional, a instituição do Império que

pelo exército), cuja alternância de sentidos durante cem anos produziram regimes de dizer que se confundem em significações como: jagunços, caboclos ignorantes, rebeldes, fanáticos, bandoleiros, assassinos, degoladores, imorais, etc., serão problematizados por nós como uma miríade de possibilidades de se dizer; pois, nos textos, excertos, imagens e relatos pesquisados para esta tese, e especificamente os tratados neste capítulo, encontramos uma posição sujeito cortada e submersa em práticas discursivas, que como assevera Fernandes (2014), confunde-se e é confundida nas denominações que as determinam.

Consideraremos, para esta pesquisa de modo geral e para os sujeitos que dela fazem parte, que a unidade do sujeito é, aproveitando-nos do termo que se põe à disposição, contestada, ou seja, uma unidade negada, contraditada, contrariada, diante dos discursos que teimam em classificá-los, como também, uma contestação das terras, da propriedade e do trabalho, colocando em prova a contestação em conformar-se ou não ao controle do Estado.

Nesse sentido, apontamos que os discursos do Contestado, “ordem arriscada”, nas palavras de Foucault (2011, p. 7), foram e são produzidos, controlados e organizados por nós, sujeitos do ontem e do hoje, que lhes atribuímos ou não poder e capacidade de surgir em um ou outro momento, de excluir a palavra do outro, de interditar outros sujeitos que falam, determinando-lhes o que dizer e quando dizer ou como aponta Foucault, entendendo que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2011, p. 10).

Ressalvamos, ainda, que no trajeto percorrido para a tese, as relações de poder e de interdição circunscrevem-se a diversas materialidades, textos verbais e visuais, documentários que compõem os corpora desta pesquisa. Nesse arquivo de caráter monumental, os sujeitos caboclos do Contestado atendem a uma forma de descrição que os inscrevem temporalmente, discursivizados e dispersos, o que nos possibilita considerar que, longínquos ou recentes, foram evocados a participar do presente como (re)memorações do centenário do marco inicial do conflito (1912-2012). Razão de considerarmos que os textos constitutivos da pesquisa, conjunto enunciativo imagético e verbal, foram resgatados e repetidos e, serão, do ponto de vista dos estudos do discurso, apresentados e analisados, postos em jogo e desvelados no tempo; o mesmo tempo que, ao velar por eles na zona “morta” das memórias, aquela que

ligou proprietários rurais ao Governo. Com a República, a Guarda perdeu sua natureza militar, mas os coronéis conservaram o poder político nos municípios onde viviam. Daí em diante, o coronelismo passou a significar um complexo sistema de negociação entre esses chefes locais e os governadores dos estados, e destes com o presidente da República”. (SCHWARCZ & STARLING, 2015. P. 322).

deseja não lembrar e não ser lembrada, pode, pelos discursos e os modos contemporâneos de fazê-los funcionar, dar-lhes vida.

2.2 DISCURSOS (IN)CONTESTÁVEIS: JORNAIS, RELATOS, RELATÓRIOS, CARTAS, IMAGENS...

Para tratarmos especificamente deste capítulo, cabe dizer que o *corpora* é composto por matérias jornalísticas com relatos de caboclos, apresentados em periódicos, reportagens, entrevistas com estudiosos e imagens fotográficas contidas em reportagens. Sua organização primou pela apresentação e descrição de conjuntos discursivos recentemente produzidos e/ou reorganizados para as comemorações dos cem anos de eclosão do conflito. Tal forma delinea, a partir de então, uma pesquisa que observe especialmente o sujeito caboclo e fronteiriço, como o sujeito a ser analisado. Para tanto, apontamos como materialidade os discursos circulados pelo Jornal *A Notícia* de Joinville-SC, (2012). Este periódico apresenta suas discussões baseadas em enunciados orais: relatos dos habitantes da região planaltina catarinense - região que contém o maior número de municípios envolvidos na Campanha do Contestado -, além de artigos de historiadores, de um folclorista catarinense e políticos, e materialidades imagéticas como: fotografias, gráficos, mapas e história em quadrinhos.

Por tal organização a pesquisa trará, em capítulos posteriores, materialidades diversas, que consideradas em seus campos de circulação e em sua datação atual ou quase secular podem revelar seus movimentos enunciativos que fizeram produzir, com mais ou menos intensidade, discursos sobre o Contestado.

Para acomodar o passado e o presente enunciativo da Guerra do Contestado, o limite metodológico propõe-se a observar e a analisar as diversas materialidades apresentadas neste capítulo e no seguinte, sob o ponto de vista de uma ordem coerciva dos discursos. O que significa dizer que consideraremos os textos como discursos, que inseridos em ordens discursivas determinadas pelo seu tempo, podem ser pensados em seus poderes e desejos ou nos acasos que os retomam e os dominam ou, ainda, na seleção dos dizeres e dos sujeitos possibilitados de dizer (e de guerrear também), tratados assim por Foucault (2011) em *Ordem do Discurso*. Consideramos, a partir dessas premissas, discutir e indagar sobre os sujeitos, que alocados inicialmente em três conjuntos metodológico-discursivos na obra

foucaultiana⁷, serão por nós preferencialmente analisados a partir dos procedimentos externos de exclusão (segregação, palavra proibida e vontade de verdade) e pelo comentário, um dos sistemas de restrição do discurso, que aparece como um procedimento interno de exclusão.

Os quatro elementos – segregação da palavra, palavra proibida, vontade de verdade e comentário – compõe um conjunto de princípios que compreendemos poderão auxiliar-nos na tarefa de mostrar como os discursos sobre/do Contestado elevaram os caboclos à condição de existência, sem dúvidas, no que concerne à visibilidade das comemorações centenárias, mas também à condição de exclusão e de indesejáveis, embora resistentes, do ponto de vista discursivo.

Para tais análises e para fins de organização do capítulo, trataremos o caderno comemorativo do Jornal *A Notícia*, como materialidade discursiva acerca do acontecimento das comemorações, inscrito como rememoração (FOUCAULT, 1984) do centenário da Guerra do Contestado, que guarda seus discursos numa ordem externa, a qual constitui o tecido social e por ele é constituída, agregando relações de poder e de desejo.

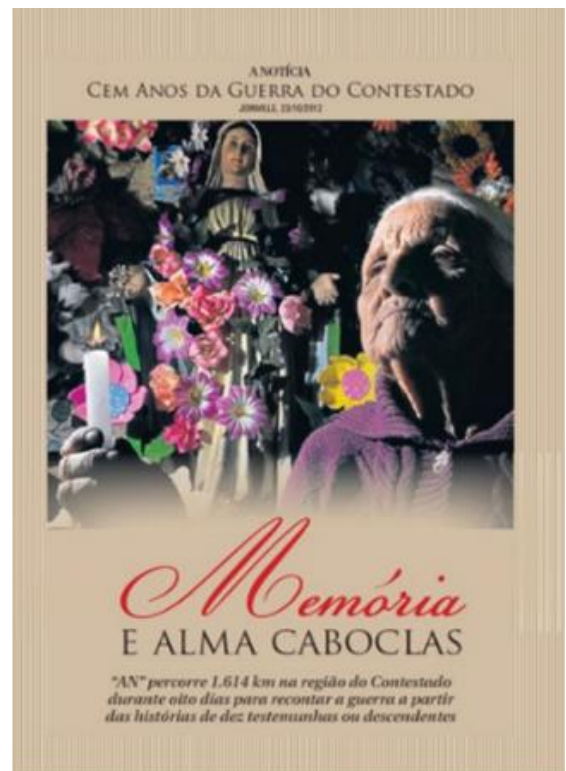
Dispostos numa sequência de três cadernos (Imagem 07), o jornal *A Notícia*, apresenta o primeiro deles sob o título *Leituras de um conflito*, (16 páginas) cujo lançamento deu-se em 22 de outubro de 2012, data oficialmente aceita para o início da Guerra do Contestado; o segundo caderno, *Memória e alma caboclas*, (24 páginas) é datado em 23 de outubro de 2012 e o terceiro e último, *Caminhos para o futuro*, (7 páginas) tem o dia 24 de outubro de 2012, como data de apresentação.

Na impossibilidade de adquirirmos as edições físicas dos cadernos desenvolvidos por *A Notícia*, dada a distância geográfica, recorreremos ao *blog*, mencionado como fonte da imagem 1, para a obtenção dos cadernos, visto que a partir dele, os leitores são direcionados para um link⁸, cuja leitura e impressão dos textos é possível. Dessa forma, imagens e trechos recortados das reportagens, artigos e/ou relatos terão como referência o *blog* e os cadernos fotocopiados que temos à mão.

⁷ Resumidamente elencamos: i. Procedimentos externos de exclusão (segregação, palavra proibida e vontade de verdade); ii.. Procedimentos internos de ordenação dos discursos (comentário, autor e disciplinas); iii. Sistemas de restrição (rituais da palavra, as sociedades do discurso, doutrinas e apropriações sociais).

⁸ A NOTÍCIA, 22 de outubro de 2012.

Imagem 07 – Capas dos Cadernos de *A Notícia* - Homenagem à Guerra do Contestado (2012)



Fonte: Cadernos: Cem anos da Guerra do Contestado. Jornal *A Notícia* (2012)

O jornal *A Notícia*, no primeiro caderno publicado, apresenta um editorial com o título *Para ler a Guerra*, que introduz e contextualiza a produção, dizendo: “Esta série tem os objetivos de oferecer diferentes formas de ler a guerra, estimular o estudo e a reflexão e, cem anos depois manter acesa a chama da indignação contra o esquecimento de uma região [...]” (A NOTÍCIA, 2012, p. 2). A partir daí os enunciados que cercam as palavras esquecimento, guerra e cem anos, são recorrentes nas três edições e deles também nos envolveremos. Lendo-os como “procedimentos de exclusão” (FOUCAULT, 2011), uma vez que compreendemos que eles interditam dizeres pelo poder, que separam os sujeitos de seus dizeres, moldam uma vontade de verdade e produzem práticas de resistência, ou seja, a palavra interdita, proibida, a segregação e a vontade de verdade, embora moldem os sujeitos, os fazem agir sobre tais moldes.

Importa esclarecer, que os excertos recortados, entremeados com considerações sobre os discursos e com exemplos de discursos imagéticos e verbais sobre os sujeitos do Contestado, comportam noções relativas ao esquecimento: guerra e cem anos, posto que a “guerra”, na acepção de um evento bélico, que impõe sevícias e revezes precisa ser esquecido, enquanto que “cem anos”, remete-se às comemorações do acontecimento factual, como um movimento que na visibilidade seria compreendido como festividade, o qual na problematização dos discursos o observamos como resquícios de reminiscências a serem saldadas pelas instituições políticas, que, por sua vez, invertem os sentidos da ausência do Estado e buscam pelas comemorações centenárias controlarem a memória e o esquecimento (LE GOFF, 1990).

Esse manejo de significações dos termos guerra e cem anos mostra-se como “procedimentos de exclusão” porque não se furtam em figurar nos discursos produzidos no controle da contemporaneidade, e, especificamente, em produções recentes, que estão “na ordem das leis” (FOUCAULT, 2011, p. 7) dos discursos de comemoração. Compreendemos que, as produções, recém organizadas sobre o Contestado e motivadas pelas comemorações de seu centenário, são, assim como seus modos de circulação, discursos que podem, nas palavras de Foucault (2011), passar “com o ato mesmo que os pronunciou” (FOUCAULT, 2011, p. 22).

Nessa perspectiva, a circulação por domínios jornalísticos, serve-se, por sua vez, de regimes de dizer e de olhar contemporâneos, lançando mão de enunciados, nem “novos”, nem diferentes sobre o movimento do Contestado, mas imbuídos de noções tecnológicas, muito desejáveis em nossa sociedade atual, sustentadas pela iconografia e seu instantâneo.

Começando pelo acesso virtual dos cadernos e passando por diagramações com cores, aspeamentos, legendas de extrema organização e clareza gráficas, chegando às fotografias que saturam nossos olhos, com cores e matizes perfeitos, em perfis denunciante e olhares que parecem clamar pelo “resgate”, as reportagens trazem, no percurso adotado, reiterações discursivas de verdades que, como salienta Foucault ao falar do discurso mantêm-se “sobre um suporte e uma distribuição institucional [que] tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2011, p 18).

Sabe-se que os discursos sobre o Contestado excluem os sujeitos e suas práticas. Mostrar isso pelos excertos parece-nos inicialmente tarefa fácil; no entanto, à medida que os perseguimos, encontramos séries e sequências enunciativas, as quais multiplicadas e ampliadas formam um todo, uma unidade complexa de atuação desses enunciados na sociedade, mudam suas funções, transformam seus significados e dispersam as possibilidades de leituras. Os discursos reorganizam-se na ordem do discurso de nosso instante e dão-lhes “novas” visualidades⁹ e lugares que na superfície não parecem excluir tanto assim. Uma multiplicação que fere, desse modo, o que surgia analiticamente como provável e estável.

2.2.1 Leituras de um Conflito: Reflexões

O primeiro caderno, apresentado sob o título que abre o subtópico: *Leituras de um conflito*, muda as formas enrijecidas do texto escrito e apresenta a história do Contestado no gênero “história em quadrinhos” (Imagem 8), cuja inserção é justificada na proximidade com os leitores jovens. Contudo, o novo espaço de narração da Guerra do Contestado não entra na ordem da interdição pelo formato textual, mas mantém os sentidos de exclusão estabilizados no próprio fazer discursivo.

Na sequência da produção do caderno aparecem, também, artigos e um relato, cujas imagens que os acompanham, ou lhes auxiliam nos títulos (Imagens 9-13), mostram lugares expressões religiosas ou posições ocupadas como sujeitos do Contestado. Os artigos e relatos ainda apresentam argumentos sobre as causas, os descendentes, as versões historiográficas e as populares.

Nos textos os discursos mostram a separação dos sujeitos, a diferenciação entre “eles e o nós”, como é, por exemplo, o caso da “história em quadrinhos”, cujo personagem-narrador, enuncia-se, ao final da história, como sendo um caboclo: “Esta é uma história de uma guerra

⁹ Termo empregado a partir das noções discutidas por Philippe Dubois (2013) em Conferência na Universidade Federal do Pará, intitulada: *Questões sobre a “pós-fotografia” nas imagens contemporâneas de Arte*. O termo será explorado ao longo da tese especialmente nos capítulos sobre fotografia e documentário.

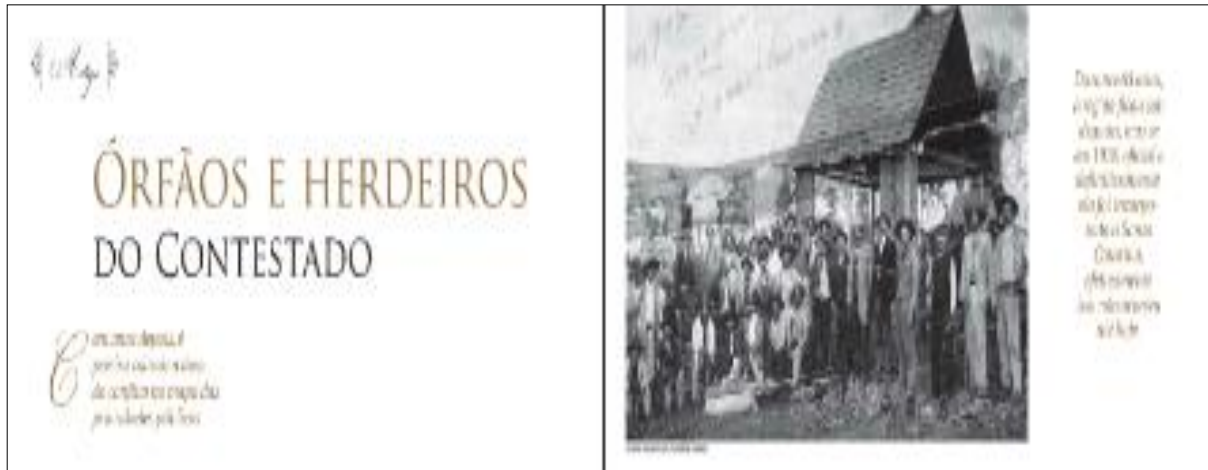
de verdade, meu neto [...] uma guerra que **ficou na memória catarinense... e na minha também**” (Leituras de um Conflito, 2012, p. 7, grifos nossos). Em momento anterior o mesmo personagem, ao explicar como uma empresa Norte-Americana teve permissão para construir a ferrovia SP-RS, mostra a diferença entre os que “pertenciam” aos sertões e aqueles que faziam uso das leis para ficar com as terras dos sertões: “**A República concedeu**, em 1906, à Brazil Railway Company, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande [...]. **O governo ignorou** que nesta área já havia moradores, a ferrovia desalojou até grandes fazendeiros” (Nos Trilhos da Guerra do Contestado, 2012a, p. 4, grifos nossos).

Imagem 08 - História em Quadrinhos: *Nos trilhos da Guerra do Contestado*



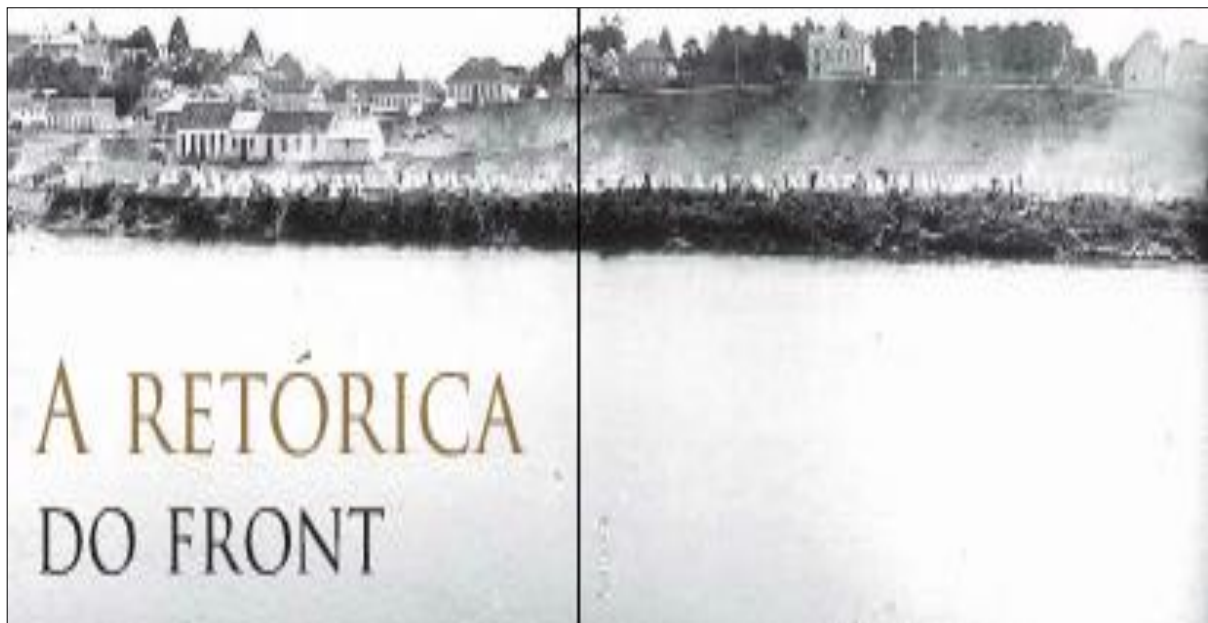
Fonte: *Leituras de um conflito*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 09 – Recorte do artigo: *Órfãos e Herdeiros do Contestado*.



Fonte: *Leituras de um Conflito*. Jornal A Notícia (2012)

Imagem 10 – Recorte do artigo: *A Retórica do Front*



Fonte: *Leituras de um Conflito*. Jornal A Notícia (2012)

Imagem 11 – Recorte do artigo: *O caminho do Eremita.*



Fonte: *Leituras de um Conflito*. Jornal A Notícia (2012)

Imagem 12 – Recorte do artigo: *Dignidade aos Descendentes.*



Fonte: *Leituras de um Conflito*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 13 – Recorte do artigo: *O dia em que o Santo foi preso.*



Fonte: *Leituras de um Conflito*. Jornal *A Notícia* (2012).

Observamos que os discursos apresentam o mundo caboclo e o mundo de fora. O caboclo anulado e ignorado, uma palavra interdita, só pode, neste excerto, reter em sua memória os fatos de guerra, enquanto o governo (Estado), legítimo “dono”, ou um administrador competente, gerencia por meio de dispositivos, como os legislativos e os de segurança, os espaços de terra que podem prosperar, para isso “ignora” quem já estava lá.

O historiador e professor Rogério Rosa (Udesc)¹⁰, autor de artigo, neste mesmo caderno, pondera sobre os registros dos militares que participaram da campanha do Contestado, seus relatórios de guerra, livros e biografias. Rosa afirma que tais publicações acabaram por cercar ainda mais os caboclos em seu próprio mundo. O que podemos entender que, na resignificação dos dizeres, essas materialidades estão sempre “dispostas” e à disposição para serem retomadas, mantendo, os caboclos, excluídos; numa separação que

¹⁰ Universidade do Estado de Santa Catarina

permanece (FOUCAULT, 2011), nas palavras do pesquisador, os autores dos primeiros registros sobre o Contestado “Eram oficiais do Exército. Combateram no front. **As armas que utilizaram tiveram poder de fogo tão arrasador quanto os canhões. São os livros publicados pelo conflito**” (ROSA, 2012, p. 8, grifos nossos).

Outro texto, no mesmo periódico, sob a assinatura de Paulo Pinheiro Machado, coordenador do curso de história da UFSC¹¹, aponta que os caboclos do Contestado, seja pelas narrativas posteriores (orais e escritas), seja pela historiografia, ou por falta de um “Euclides da Cunha”, ou, ainda, por desinteresses institucionais de diversas ordens, são vistos com muito preconceito e, conforme argumenta o professor: “vistos por suas carências e pelo que não eram” (MACHADO, 2012, p. 12).

Os procedimentos de exclusão pela interdição dos dizeres e pela separação permanecem orientados também e reforçados pela verdade da imprensa, da literatura e da academia (literatura científica). Para o historiador

Por muito tempo, o estudo sobre o conflito refletiu todos os preconceitos que existem sobre as populações rurais, em geral e, em especial, os caboclos. ‘Matutos’, ‘tabaréus’, e outras denominações pejorativas aos habitantes indicavam uma mistura de **preconceito racial** (contra negros, indígenas e mestiços) **associado ao preconceito urbano e de classe, contra os camponeses em geral**. Esta população – desde as primeiras crônicas na imprensa, nos relatórios de militares, médicos e de autoridades políticas – **era tratada como povo ignorante, desprovido de civilidade, despreparado para qualquer política de modernização**, preso a superstições e guiado por charlatães e exploradores de sua fé ingênua (MACHADO, 2012, p. 12, grifos nossos).

Para nossa tese, os caboclos eram palavra interdita e desqualificada, assim como as dos loucos para Foucault (2011). Tais palavras foram desprovidas de autoridade para dizer, condição que fez dos caboclos “‘fanáticos’, ‘bandidos’, ‘facínoras’, ‘povo ignorante desprovido de civilidade [...] preso a superstições e guiado por charlatães’” (MACHADO, 2012, p. 12), ou seja, “crianças” que precisam de correção e condução, cabendo cerceamentos como os concernentes aos loucos nas pesquisas foucaultianas, numa condição que os colocavam no lugar da separação, sobre a palavra dos loucos Foucault pontuou que: “não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato [...]”. De modo que, “[...] ela [a palavra do louco] não existia [...] elas eram o lugar onde se exercia a separação[.]” (FOUCAULT, 2011, p. 11).

¹¹ Universidade Federal de Santa Catarina

Fernando Tokarski (pesquisador e historiador – IHGSC¹²) considera que dentre as muitas “histórias” sobre o Contestado, a que narra o ataque ao reduto de Santa Maria é uma das mais singulares para explicar o apagamento historiográfico sofrido pelo movimento do Contestado. Ele conta que, em 1915, o capitão do Exército Nacional Tertuliano Potyguara “arrasou” o reduto de Santa Maria. O fato foi descrito assim em relatórios do Exército, publicados por Tokarski:

Era a visão do inferno! Majestosa sob a **pretensa ameaça monarquista**, a claudicante República estava consolidada nos sertões do Contestado, embora os **campônios chacinados** tivessem morrido sem conhecer a bandeira auriverde, nem as primeiras ou as virtudes do Estado. Mas o lema da ordem e do progresso havia prevalecido diante dos **tiros de canhões e sob as baionetas caladas, inclusive na alma dos miseráveis** (TOKARSKI, 2012, p. 14, grifos nossos).

Mortos, homens e mulheres deixam suas crianças órfãs que, às dezenas, pranteiam os parentes e seus corpos tombados. Então, o historiador questiona uma República que não poderia acolhê-los, “O que fazer com aqueles infantes? A República não lhes tinha guarida” (TOKARSKI, 2012, p. 14). A solução, se nosso próprio texto nos permitir dizer, o *Mein Kampf*¹³ da República, para o incômodo contingente de crianças herdeiras dos “degenerados” caboclos, foi deixá-las sob os “cuidados” dos vaqueanos contratados pelo Estado, já no final do conflito, os quais foram incumbidos de fazer “o que deveria ser feito”: “Para o bem nacional, ao fio de espadas e facões, as crianças foram **apagadas** da história” (TOKARSKI, 2012, p. 14, grifos nossos).

No trecho acima a separação social entre pretensos monarquistas e republicanos, passa pela interdição causada pelos tiros de canhões e baionetas caladas e termina na chacina dos campônios, prevalecendo uma vontade de verdade, um discurso verdadeiro, cujas condições de existência e de emergência faziam funcionar a ordem e o progresso. Os efeitos dessa vontade de verdade foram, como argumentaremos melhor na sequência da tese, o rompimento do “pacto de segurança” e das garantias de vida e de sobrevivência da população cabocla e, como vimos aqui, de seus descendentes.

¹² Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Conferir Caderno 1 *Leituras de um conflito* pp. 14-15.

¹³ Referência ao texto *Mein Kampf* (Minha luta, em tradução livre) escrito por Adolf Hitler logo após a Primeira Guerra Mundial.

2.2.2 Memória e Alma Caboclas: Imagens de Testemunhos

O Caderno 2, mais extenso e, do ponto de vista dos relatos de testemunhas, mais comovente, traz dez entrevistas (Imagem 3), as quais, comentadas e fotografadas, estão repletas de referências ao passado e ao presente. Quanto a sua produção, os editores salientam que preservaram no texto escrito, o modo de falar dos entrevistados, por isso “As frases entre aspas estão grafadas da mesma forma como foram faladas” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 24).

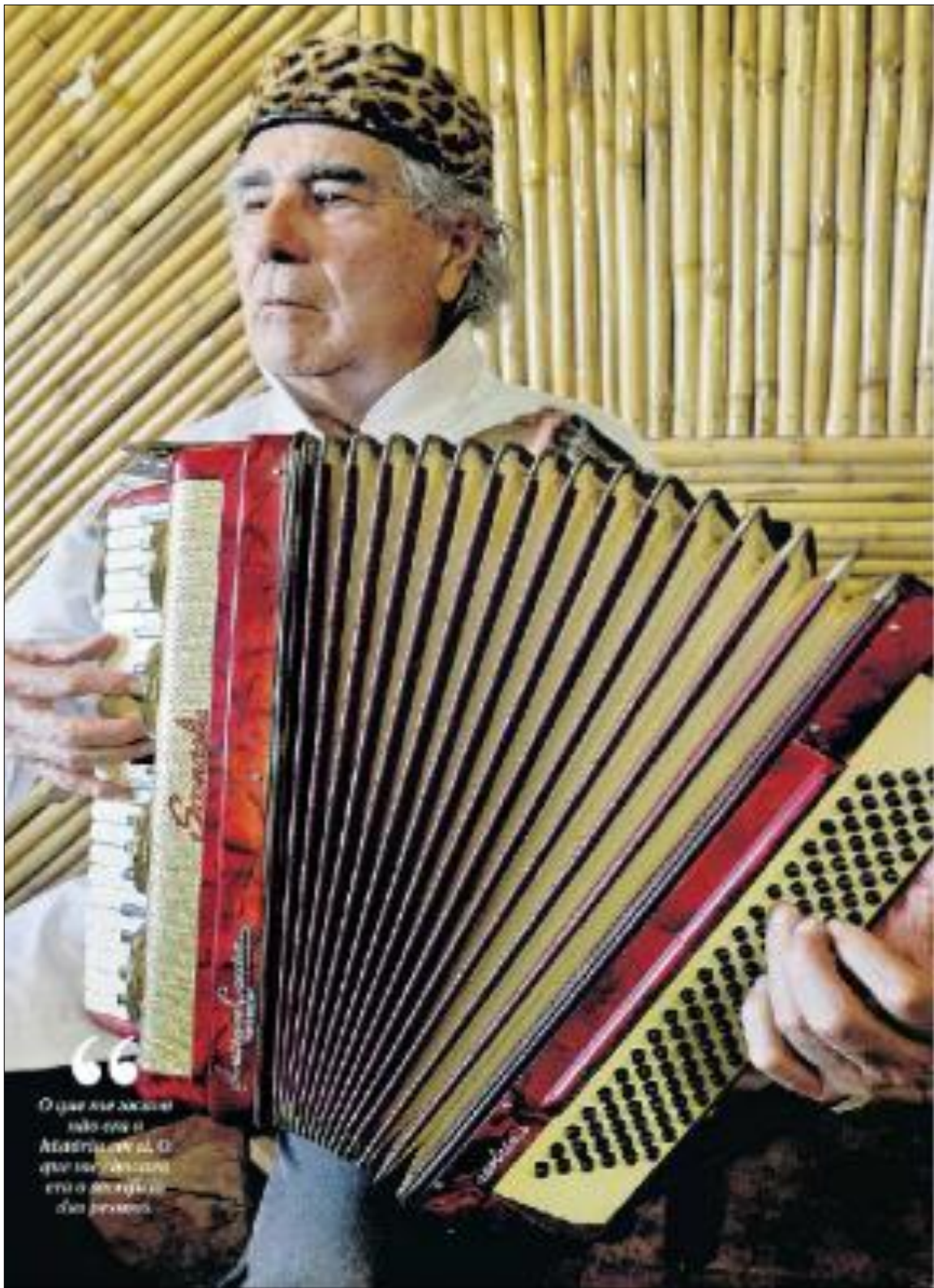
O título do filme brasileiro de 1999, com direção de Marcelo Masagão, bem poderia ser um título para este capítulo: *Nós que aqui estamos, por vós esperamos*, uma vez que parece representar bem a palavra que calada e interdita dos caboclos, nas imagens (Imagens 14 a 25), deseja, no anseio das comemorações de um centenário, libertar-se do silenciamento e mostrar-se resistente.

Imagem 14 – Sebastiana Medeiros, 103 anos, personagem do artigo: *A Contadora de Histórias*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 15 – Folclorista Vicente Telles, personagem do artigo: *Maestro da Memória Contestada*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 16 – Altino Bueno da Silva, 109 anos, personagem do artigo: *Infância arrancada à bala*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 17 – Anastácia Ferreira, 92 anos, personagem do artigo: *A madeira era a lei*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 18 – Francisco Alves da Silva, 85 anos e Isaura Alves da Silva, 76 anos, personagens do artigo: *Lá vai a vida, lá vai a madeira*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 19 – Antigo local do cinema Lumber, à época a terceira sala de projeção do País.
Artigo: *A madeira era a lei*.



Fonte: *Memória e Alma e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 20 – Leontina Iarrocheski Fedalto, 92 anos, personagem do artigo: *Uma reza para curar*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 21 – Angelo Palhano, 89 anos, personagem do artigo: *Taquaruçu à espera da ressurreição.*



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 22 – Local do reduto Taquaruçu, atualmente um lago e ruínas da antiga Igreja do Reduto Taquaruçu. Artigo: *Taquaruçu à espera da ressurreição*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 23 – João Rosa das Neves, 97 anos, personagem do artigo: *Entre a terra e os Trilhos*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal A Notícia (2012).

Imagem 24 – Maria Trindade, 106, anos, personagem do artigo: *Ela fez nascer mais de 200 crianças*



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal *A Notícia* (2012).

Imagem 25 – Maria Thibes Alves, 90 anos, personagem do artigo: *Uma vela para São João Maria*.



Fonte: *Memória e Alma Caboclas*. Jornal A Notícia (2012).

As fotografias dos senhores nos registros da Imagem 3, podem desvelar a vontade de não estar mais “do outro lado do discurso” (FOUCAULT, 2011), pois deixam-se fotografar, deixam-se identificar, como personagens que sabem sobre o Contestado ou que nasceram à época dele, ou ainda, que, no caso do folclorista, lutam diariamente, para que o Contestado não seja apenas a lembrança de uma culpa, de uma responsabilidade muitas vezes atribuída ao caboclo e seus descendentes, cujas falas mostram o discurso de verdade da violência desses sujeitos, predominante desde dos tempos da guerra. Um discurso que, sem o prestígio da verdade, a qual orienta todos os outros discursos para interditar e segregarem, sobrevive do dizer folclórico dos cantos e rezas caboclas e em referência às palavras de Noel Nascimento, autor de *Casa Verde*, primeiro romance com o tema do Contestado, editado em 1963, poderíamos dizer que a lei discursiva da vontade de verdade coloca-se, assim, numa imagem de funil: “larga para cima, fina para baixo” (NASCIMENTO, 2001, p.50).

A responsabilização dos conflitos aos caboclos descendentes, moradores que habitam hoje a região do Contestado, transformou-se em sentimento que margeia as acepções de “vergonha”, com sentidos que extrapolam os aspectos sociais e adentram em interdições íntimas, familiares dos discursos dos tempos da guerra. Devem-se, tais sentidos, aos muitos horrores cometidos durante o movimento do Contestado, os quais atribuídos aos caboclos, que vestidos como rebeldes, vaqueanos ou agricultores, carregaram e acabaram por destinar aos seus familiares, marcas indeléveis das denominações de bandidos, jagunços ou assassinos.

Relatórios de militares e páginas de periódicos (alguns discutidos e analisados no próximo capítulo) figuraram entre os principais veículos de difusão dessas ideias, que extrapolaram estes espaços de circulação e ganharam, pela historiografia oficial, os manuais didáticos e escolares. Nestes, os enunciados acusavam os caboclos das atrocidades na Guerra do Contestado. Juntos os saberes técnicos dos relatórios de guerra e dos textos midiáticos, alcançaram pelo menos duas outras grandes redes de saber, cujas instituições: sistema escolar e história oficial, são legitimadas como dispositivos que sustentam um Estado de controle.

Muitos moradores dos locais pertencentes à região do Contestado formulam e/ou repetem enunciados que ditam, por exemplo que “A guerra foi indo até que acharam o **paradio dos jagunços. Daí não deixaram um pra contar pros outros. Como eles fizeram pros cristão, fizeram pros jagunço [...]**” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 2, grifos nossos¹⁴), ou como na sequência: “Via aquele movimento de gente, daí **tinha piquete que faziam de gente do lado do governo, e o outro era do lado dos jagunços** (Memória e Alma

¹⁴ Fragmentos da entrevista de Sebastiana Medeiros para A NOTÍCIA, 2012b, p. 2, Caderno 2.

Caboclas, 2012, p. 6, grifos nossos¹⁵), enunciando modos de nomear, que grifados por nós, podem ser observados como práticas de separação e de proibição incutidas na fala dos participantes do Contestado, os quais marcados pela diferença, sendo **jagunços, não são cristãos** e se havia **gente do lado do governo**, havia gente que **era do lado dos jagunços**. Mostras de diferenciação, problematizações que sustentamos pelo pensamento foucaultiano acerca de separação entre razão e loucura, que desvelam não apenas lados, mas regimes de dizer e de olhar as gentes desses lugares. Regimes que os tornam, aos olhares daqueles que se encontram fora do ambiente do Contestado, mas dentro da ordem discursiva dominante, todos jagunços não cristãos. Vontade de verdade que os tem como bárbaros de uma luta, e que, no entanto, hoje são convocados, pelos discursos das comemorações, a pronunciar suas histórias em posições diferentes, talvez como prestigiadas testemunhas do tempo da guerra, alçados à visibilidade pelos meios midiáticos.

A restauração das palavras caboclas, no instante do contemporâneo, muda seu lugar enunciativo, uma vez que, antes desconsideradas e esquecidas nos sítios, vales e pequenas cidades do interior do Sul do Brasil, são celebradas como testemunho, como um lampejo de verdade nos cadernos de *A Notícia*. Palavras de notoriedade e visibilidade pelos sentidos que as comemorações dos 100 anos possibilitam; sentidos que Le Goff (1990, p.432) chama a atenção para dizer que “a comemoração, [organiza pela] celebração de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. [Nesse sentido] A memória assume então a forma de inscrição- [...]” legitimada num efeito discursivo necessário para “lembrar” o passado, para não “esquecermos as violações de direitos humanos”, para lembrarmos dos conflitos, para “conhecermos” nossa história.

Ordens discursivas que, obedecendo ao signo comemorativo, inscrevem os sujeitos e os discursos, proferidos há 100 anos, no mundo presente; e reforçam os sentidos de interdição que os caboclos sofreram e, ainda, sofrem. A entrevista do folclorista Vicente Telles ao Caderno 2 mostra rastros dessa interdição e apresenta sua “versão” de uma possível causa do apagamento das histórias e dos sujeitos, quando se refere à chamada “operação limpeza”, ação do Exército Nacional, muito suscitada pelos historiadores e sociólogos compreendidos pelo lado oficial da historicização como esquerdistas. Importa destacar que, embora não tenha qualquer comprovação factual ou documental, essa ação é tema de debate e de histórias lendárias que envolvem o movimento do Contestado.

¹⁵ Fragmentos da entrevista de Altino Bueno da Silva para A NOTÍCIA, 2012b, p. 6, Caderno 2.

Sobre essa ação militar, divulgada em alguns dos relatos das testemunhas e no documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012), consta que aproximadamente em meados de 1916, quase seis meses antes do término oficial da Campanha do Contestado, após a tomada dos redutos de Taquaruçu e de Santa Maria, o Exército contratou os chamados vaqueanos, grupos de civis, que organizados em forma de milícia armada, com a recompensa de tomar quaisquer espólios de guerra para si mesmos, teriam o papel de perseguir e matar remanescentes dos redutos e órfãos que julgassem suspeitos. Para o folclorista morador de Irani, lugar da primeira batalha entre rebeldes e soldados, “**Eles (os pais) sofreram aqui os efeitos** não da guerra, mas **da chamada operação limpeza**, que consistia na prisão e execução sumária dos veteranos de guerra, testemunhas oculares e de todos aqueles que os seguiam nos sertões” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 4, grifos meus¹⁶).

O jornal *A Notícia* salienta na sequência do texto:

Para Vicente, a sucessão de silêncios após a guerra foi consequência da operação, cuja prisão era na frente da família. A execução também. Caso falassem teriam o mesmo destino. Assertiva na qual Telles arremata assim: Eu não sabia nada dessa história de fanáticos, o pessoal não se abria. Viu a herança que recebi ainda na infância? (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 4, grifos nossos).

Nos recortes acima, os discursos tornam-se proibidos de circular pelo medo e seus efeitos. Um sistema de interdições que mantém o silenciamento e o apagamento das falas caboclas da historiografia oficial. O que nas palavras de Foucault (2011, p. 14), esse discurso representa “um sistema histórico, institucionalmente constrangedor”, o mesmo que promove a exclusão dos discursos e dos sujeitos desses discursos e que alcançaram as gerações futuras. Formas de se entender verificadas nos enunciados “Eu não sabia de nada dessa história de fanáticos e viu a herança que recebi ainda na infância?”

As histórias sobre os ataques mútuos entram nas páginas de fabulistas, como, por exemplo, nos escritos de Godofredo de Oliveira Neto, cujo romance *O Bruxo do Contestado*, com edição em 1996, narra os épicos embates do Contestado pelos olhos de um personagem que carrega, nas palavras do autor, “uma guerra dentro de si”. No romance saudado pela crítica, uma passagem nos chamou a atenção. Ela conta assim:

Os jagunços, comandados por Bonifácio Papudo, se viram encurralados

¹⁶ Fragmentos da entrevista de Vicente Telles para *A NOTÍCIA* (2012b, p. 4), Caderno 2.

perto de um despenhadeiro e foram atacados por três lados. Os soldados legalistas atiravam de olhos fechados nos fiéis, que avançavam, vários armados apenas com pedaços de pau, de peito aberto, convictos de que as balas pecadoras não entravam em corpos abençoados. Foram quase todos mortos, só Bonifácio Papudo, com três caboclos conseguiu fugir. Muitos dos integrantes das tropas federais e das forças policiais se ajoelhavam, logo depois do massacre, e se benziavam pedindo perdão a Deus. Nunca tinham visto nada igual! (OLIVEIRA NETO, 1996, p. 105).

Como herdeiros necessários (ANDERSON, 2008), as populações caboclas dos Municípios da região Contestada, em geral, aceitam e prolongam esse legado de silêncios e embates. Tal conjuntura é imposta aos que mataram, pois, como diria Gérard Vincent, historiador e sociólogo francês, “Morrer pela pátria, matar pela pátria. Aquele é valorizado, este é silenciado. Se um homem recebe a morte, ele se transforma em um cadáver, se um homem dá a morte, ele se transforma em um outro homem” (VINCENT, 2009, p.180).

Essa “renúncia” a uma existência para o ingresso em outra, foi impingida mais aos caboclos, nos discursos divulgados sobre sua violência nos ataques às vilas, aos soldados e às fazendas, que aos soldados e vaqueanos, cujas ações de aniquilamento entram no rol das medidas necessárias e louváveis pela defesa pátria. Contudo, alguns poucos, como o já citado folclorista Vicente Telles, manifestam-se publicamente e desrespeitam a lei das interdições e dos discursos obstinados em perpetuar uma única memória, ponderando que “Apesar de um certo silêncio, escuridão, quem sabe, hoje [referência à reportagem] vocês comecem a resgatar” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 4).

Lemos as palavras do folclorista, supracitadas, como a condição de possibilidade de discursos outros que mostrem não a violência dos caboclos, pois estes, bem observados aqui, proliferam e circulam há tempos, mas como resistência e um enfrentamento ao poder discursivo que os cem anos passados legaram. Desse modo, as leituras foucaultianas sobre o poder autorizam-nos a analisar, não a construção da terminologia, das práticas e do próprio discurso sobre a violência e a ignorância circuladas sobre os caboclos, mas sua resistência pela luta e pela negação ao poder do Estado e das ordens econômicas que adentraram o Contestado. Um poder que produziu a guerra claro, mas que deu condições de visibilidade e de dizibilidade aos caboclos, que se os submeteu à ordem e à normalização, também os mostrou desubjetivados e resistentes.

Esclarecemos que a palavra resistência em nossa tese assume um caráter de reação ao jogo de poder/saber imposto aos caboclos, sem, no entanto, relegar aos sujeitos “rebeldes” do Contestado qualquer militância ou engajamento político contra o Estado brasileiro. Sua luta

contra a condição de violência e violações tratava de resistir a tais práticas, que se configuraram discursivas e não discursivas ao final do conflito. As mesmas que acabaram por lhes infligir o legado do esquecimento e do não retorno ao que mais desejavam - um modo de vida anterior ao Contestado -, sob a tutela protetora e segura de um Estado que os olha como cidadãos.

Consideramos ainda, que os procedimentos de exclusão dos discursos e dos sujeitos chegaram de modos diferentes aos imigrantes europeus e suas colônias, os quais foram trazidos para os sertões paranaense e catarinense para trabalhar na madeireira Lumber e para “branquear” a população. É o que atesta o periódico *A Notícia*, ao entrevistar Anastácia Ferreira, filha de imigrantes poloneses, na seguinte sequência:

O nome oficial, Southern Brazil Lumber and Colonization, diz mais do que parece. Além da serraria e a concessão de explorar 15 quilômetros de terras de cada lado da linha do trem, **a Lumber tinha a missão de colonizar a região com imigrantes brancos.** Para eles, a maioria poloneses e ucranianos, vendia os lotes de terras das quais expulsou os posseiros da região (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 8, grifos nossos).

Ameaçados por longos períodos de fome e privações, além de uma guerra que se pronunciava em seus países de origem, os europeus encontraram aqui outras privações, além dos riscos do trabalho braçal madeireiro e a proximidade da guerra dos rebeldes, os quais creditavam aos estrangeiros parte de seus problemas. Para preservar os trabalhadores, entendidos como um certo bem de direito, a madeireira os cerceava por modos diferentes, prendia-os no entorno de sua vida, dava-lhes “vendas”, mercearias, onde podiam gastar seus pagamentos, todos em forma de “vale”, cinema com películas hollywoodianas, quadras de tênis, de futebol, cassino e hospital, “Tal e qual um território americano no Brasil, o lugar parava no dia 4 de julho, dia da independência dos Estados Unidos” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 10).

Os discursos dos descendentes de imigrantes ou ex-trabalhadores da madeireira e seus filhos ficam entre o vislumbre pelas condições que encontravam no início do século no sertão brasileiro e a preocupação em sobreviver com tanta adversidade. Nas memórias de Anastácia Ferreira, outra entrevistada de *A Notícia*, a madeireira supria de modo satisfatório as necessidades daquela época. “**Tinha um armazém da Lumber.** Era nosso armazém. **Lá**

tinha de tudo pra nós, fazenda, comida, de tudo. Só que era vale, né?” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 10, grifos nossos¹⁷).

Em outra entrevista Francisco Alves da Silva, ex-trabalhador da madeireira lembra que seu pai, também madeireiro, contava sobre o medo que tinham dos ataques às estações ferroviárias e aos trens: “Meu pai contava que **eles vinham. Se encontrasse, matava ou tinha que garrá com eles.** Quem tivesse porco, criação abandonava com tudo. Tinha que acompanhar eles.” Em outra sequência enunciativa explica que seu pai “pegou os cachorros que ele tinha e foi pro mato. Ficou um mês escondido pra não ser levado” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 12, grifos nossos¹⁸).

Envoltos pelos “cuidados” que a madeireira lhes dispensara, os ex-trabalhadores pouco sabem sobre o ponto de vista dos rebeldes da Guerra do Contestado. Entendem o conflito, pelos olhares e dizeres oficiais e cultivam lembranças de quando a madeira era abundante e as economias locais cresciam por causa dela. De acordo com a série de reportagens do jornal *A Notícia*, após a estatização da Lumber, por Getúlio Vargas, em 1940, suas atividades foram gradativamente encerrando o corte de madeira nativa. Em 1951, determinou o fim de suas atividades na matriz em Três Barras-SC e, em 1956, suas terras foram cedidas ao Exército Brasileiro.

Em outra ponta da rede discursiva, encontramos Angelo Palhano. Para ele, descendente direto de rebeldes, a história conta que, em 22 de outubro de 1912, o monge José Maria seguiu rumo a Irani, que na época pertencia ao Paraná, junto com sua “guarda especial”, denominada, por ele, como “pares de França”, em referência à história de Carlos Magno¹⁹, e mais alguns de seus seguidores. O coronel João Gualberto também foi para lá, para conter a movimentação do monge em terras paranaenses, na tentativa de frear o que o Governo paranaense acreditava ser um suspiro monárquico no Sul do Brasil ou uma estratégia da vizinha Santa Catarina para dominar terras em litígio.

Como resultado, 21 combatentes, entre soldados e caboclos, morreram. Na Vala dos 21, como o local do combate ficou conhecido, estão dois de sobrenome Palhano, antepassados do senhor Angelo Palhano, morador por muitos anos de Taquaruçu, hoje Fraiburgo. Ele conta que seu pai morou no reduto de Taquaruçu, um dos mais populosos, dentre os redutos organizados pelo movimento Contestado. Sobre o reduto, várias outras histórias de barbáries

¹⁷ Fragmentos da entrevista concedida por Anastácia Ferreira para *A Notícia*- Caderno 2 (2012b, p. 10).

¹⁸ Fragmentos da entrevista concedida por Francisco Alves da Silva para *A Notícia*- Caderno 2 (2012b, p. 12).

¹⁹ Rei do Império carolíngio, numa região que compreende hoje França, Espanha e partes da Itália, Portugal e Alemanha (768- 814). Retirado de <http://www.sohistoria.com.br/ef2/carolingio/p1.php>.

são comuns, como a peleja, entre o Exército e os rebeldes, que incendiou a igreja com mulheres e crianças dentro.

Angelo Palhano narra que seu pai

[...] foi acompanhar os **jagunços**. Eles não queriam obedecer à **polícia do Paraná**. Não queriam obedecer e eles queriam que se entregassem e eles não queriam se entregar. Foram bater, **se armaram só de facão** e foram pelear com o pessoal do Paraná, **só polícia armada**. E se encontraram numa altura da estrada e se atracaram no facão. E facão, e bala de todo tipo. **Sei que os policiamento eram contra meu pai** (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 16, grifos nossos²⁰).

Inquirido pela reportagem do jornal *A Notícia* sobre quem estava certo ou errado, Angelo Palhano responde: “Eu não vou dizer que os **jagunço** tavam certo ou tavam errado. **Porque tinha minha gente que era jagunço**. Não falo contra eles” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 16 grifos nossos).

Foucault (2011) afirma que os procedimentos de exclusão, pela palavra proibida, pela separação e pela vontade de verdade fazem parte de um sistema que joga com o desejo e o poder, visto que o discurso pode tanto manifestar quanto ocultar o desejo, além de torna-se, ele próprio, um objeto de desejo.

Consideramos, do ponto de vista discursivo, que estas últimas sequências enunciativas mostram o jogo, ao qual Foucault apontava na Ordem do Discurso, entre o desejo e o poder, visto que a denominação “jagunços” apresenta uma vontade de verdade, da qual o caboclo, mesmo sendo descendente desse grupo, não consegue escapar. Marca também um discurso de separação entre eles, os “jagunços” e nós, que não o somos e não queremos sê-lo. Exclui, por diversos mecanismos, todos os que não se encontram nessa verdade dual entre “polícia” (república) e “jagunços” (contrários à república). Assim, não falar contra eles, é ser como eles os “jagunços” e não ser “polícia”.

Ressaltamos que “jagunço e polícia” podem, neste caso, ser compreendidos de modo mais amplo. O primeiro referindo-se aos sujeitos caboclos e seus descendentes, aos imigrantes pobres e seus descendentes, aos moradores das várias cidades encolhidas e não desenvolvidas do interior do Sul do Brasil, que vivem à sombra ou à margem dos discursos de progresso republicano, ou de desenvolvimento e de infraestrutura, de sustentabilidade e inovações tecnológicas do hoje, ou seja, sujeitos de palavra rejeitada e desprestigiada, sujeitos de palavras que não existem (FOUCAULT, 2011).

²⁰ Fragmentos da entrevista concedida por Angelo Palhano para *A Notícia*- Caderno 2 (2012b, p. 16).

Já o enunciado polícia, pode, por sua vez, ser apreendido como um dispositivo político, isto é um conjunto social, organizado para ser uma técnica da governamentalidade, um mecanismo da Razão de Estado, o qual é definido por Foucault como um “conjunto bem específico de técnicas de governo” (FOUCAULT, 2004, p. 304). Nesse sentido, o filósofo salienta o papel cuidador da polícia, aquela que deveria, dada a sua gênese, zelar pelo bem comum, observar as carências e administrar o cidadão e as sociedades: “Podemos dizer que, desde então, no fim do século XVIII, a população se torna o verdadeiro objeto da polícia; ou, em outras palavras, o Estado deve antes de tudo cuidar dos homens como população” (FOUCAULT, 2004, p. 316).

“Jagunço e polícia” estavam quase todo o tempo no movimento do Contestado, em lados opostos, ambos lutavam para que seus discursos prevalecessem. Os primeiros empunhavam facões, os demais, armas de fogo. Àqueles eram-lhes imputadas narrações sobre o uso da degola e da mutilação dos corpos dos inimigos e até dos prováveis amigos. Uma força para amedrontar, narrada por historiadores em nossos tempos e antes deles pelos militares, sobreviventes dos ataques às cidades e imprensa. As emboscadas contra a polícia, empreendidas pelos fanáticos ou jagunços, ficaram, portanto, constrangedoramente famosas e por algum tempo motivaram levadas de caboclos a se concentrarem nos redutos, geraram um sentido de resistência com força para suportar as investidas militares por quase quatro anos. Enquanto isso, o policiamento dos Estados, recebendo reforços do Exército Nacional, passou a perseguir e torturar todos de quem poderia suspeitar, mas sobre estes casos pouco ou nada se sabe.

Feito inimigo público, por uma vontade de verdade, o caboclo do Contestado, tendo ou não participado e colaborado nos redutos rebeldes, era visto com desconfiança pelo policiamento e pelos cidadãos das vilas e Municípios da região, tanto que findada a guerra, muitos caboclos foram presos e levados para cadeias de cidades distantes, outros relocados para sertões mais adentro do Paraná e de Santa Catarina. Separados de suas famílias, os que conseguiam esconder-se, vagavam de vilas em vilas, sem residência. Maria Trindade, aos 106 anos em 2012, conta que perdeu sua família no mesmo lugar em que nascera, um vilarejo chamado de Campos do Corisco, provavelmente em um dos ataques constantes que o lugar sofria. “Me criei pelas casas, que nem cachorro louco. Aí eu precisava trabalhar pra me calçar, me vestir, pra comer, para ganhar um teto pra pousar” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 20²¹).

²¹ Fragmentos da entrevista concedida por Maria Trindade para *A Notícia*- Caderno 2 (2012b, p. 16).

Observamos que as interdições no discurso funcionam constituindo-o e não o distanciando de suas possibilidades enunciativas. Maria Trindade, por exemplo, prefere, conforme a matéria jornalística aponta, não falar do movimento do Contestado, pois as interdições orientadas pela verdade tornaram-se práticas sociais, em meios sociais. O que significa dizer que os discursos tomados como modos de circulação do poder - como os discursos religiosos nos sermões e homílias, os familiares ao pé de fogão, narrados por tios e avós, por exemplo, - fazem falar modos e regimes de dizer e de não dizer, e são impregnados do poder oculto ou manifesto desses sujeitos e instituições ao mesmo tempo em que atribuem poder.

Maria Thibes Alves, outra personagem entrevistada por *A Notícia*, conta que o tio, Lino Thibes em companhia do cunhado dele Modesto Pinto de Lima, colaboraram diretamente para o fim oficial da Guerra do Contestado. Já era o ano de 1916, e a maioria dos redutos já havia sido combatido, quando seu ancestral descobriu o mais temido dentre os líderes do Contestado Adeodato Manoel Ramos dormindo nas terras da família.

A captura deu-se facilmente, conforme registra a reportagem, dadas as condições sofríveis que se encontrava Adeodato. Amarrado em uma mula, foi entregue ao Exército e levado para a cadeia de Canoinhas em 4 de agosto de 1916. Ato que encerrou oficialmente a Guerra do Contestado.

A mistura de histórias e causos povoa a lembrança de Maria Thibes, cujo tio, afirma, “era inspetor de quartirão, era guardião de família. Ele pegou Adeodato, decerto ele é vivo ainda, [...]” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p.23²²). Sua sogra, Maria da Conceição de Bairos, viveu no reduto de Santa Maria e cuidava das crianças órfãs dos pais que a guerra levava; Claudiano Alves da Rocha, seu sogro, já era viúvo e casou-se com Maria da Conceição. Ele morreu e foi sepultado ainda no reduto, “Nós passava a cavalo pelo meio do cemitério deles. Mas a quantia de cruzeiros que tinha! Morriam de doença, outros morriam matado. Algum morria de fome” (Memória e Alma Caboclas, 2012, p. 23), relembra Maria Thibes.

Suas falas intervalam medo e admiração, mostram a heterogeneidade dos discursos, que numa mesma família encontram rebeldes e não rebeldes. Uma mistura de possibilidades de olhar e de dizer, visto que todos são caboclos, sem a urgência na defesa dos “jaguços” (pelados) ou da “polícia” (peludos). Claro que as separações, as palavras proibidas ainda estão

²² Fragmentos da entrevista concedida por Maria Thibes Alves para *A Notícia*- Caderno 2 (2012b, p.).

lá para constituírem essa vontade de verdade, que determina lados, que nos instiga a uma posição. Vontade que se desloca para seu “enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação, a sua referência” (FOUCAULT, 2011, p. 15).

Os saberes que entraram na rede discursiva divulgada sobre os caboclos, os militares, os civis, os jagunços, os vaqueanos, os coronéis e os detentores de capital, como os madeireiros, representados pelo consórcio estrangeiro de Percival Farquhar, são, aqui, considerados como saberes constitutivos dos discursos, que moldaram os regimes de dizer e de olhar a ordem discursiva, que na ocasião apresentava-se como verdadeira.

Os excertos, observados até aqui, compõem apenas uma parte do material coletado para este capítulo, dado que as comemorações do centenário de início da Guerra do Contestado produziram, especialmente nos domínios jornalísticos e literário científico, várias realizações documentais e historiográficas, sobre o evento em questão.

Para nós, o periódico *A Notícia*, em seus cadernos 1 e 2²³, inscreve os sujeitos do Contestado numa vontade de verdade, a qual pondera Foucault “seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” ((FOUCAULT, 2011, p. 20), porque, tal vontade produz efeitos de outras verdades ou de ressignificações da mesma verdade; uma “verdade” chamada pelo centenário da guerra, e recolocada no presente, trabalha para, justo hoje, interditar e separar os sujeitos, pois sua força e poder são tais, que mesmo, os olhos e a consciência cheios de práticas de segregação, trazidas a nós nestes cem anos que separam nossas sociedades, não conseguem contorná-la.

Essa verdade pode dizer muito sobre os sistemas de exclusão. Seus enunciados podem recusar a se apagar, podem ainda de pedra tornarem-se pó, mas por muitos modos podem, acima de tudo, retornar em saberes organizados em domínios que mostrem mais da resistência dos caboclos ontem e hoje para sobreviver.

Os demais domínios jornalísticos que na sequência problematizaremos são um exemplo dessa tentativa de trazer para circulação e para o debate, não apenas o acontecimento factual, mas o percurso de luta cabocla durante os últimos cem anos. Esses acontecimentos do discurso movimentam a condição dos sujeitos caboclos, pois ao dar-lhes visibilidade permite que práticas discursivas sejam legitimadas, ressignificadas, postas à prova das verdades antes incontestáveis.

²³ Ressalvamos que o caderno 3 *Caminhos para o futuro*, apresentado no início deste capítulo, contempla poucas possibilidades para as discussões deste capítulo, por isso furtamo-nos de trazer para nosso texto excertos desta edição.

3 O PRESENTE INTERMINÁVEL: QUANDO O CONTEMPORÂNEO ALCANÇA O PASSADO CONTESTADO

No início da presente pesquisa, no lugar ainda escuro da coleta de objetos a serem descritos, os amigos, interlocutores constantes, ajudaram no recorte, dando-nos, sem o saberem, duas materialidades que, numa junção de saberes midiáticos recentes, unem-se ao Jornal *A Notícia* da mídia jornalística catarinense apresentado e discutido no capítulo anterior. São o Caderno Especial do Jornal *O Estado de S. Paulo*, (domingo, 12 de fevereiro de 2012), com 14 páginas, intitulado: *Meninos do Contestado*, mesmo título de um dos documentários desta pesquisa, e a matéria *A Nova Jerusalém do Contestado*, do Jornal *Gazeta do Povo*, Sessão Vida e Cidadania de 12 de outubro de 2013. Curiosa, fortuita e singularmente, ficam, assim, os Estados envolvidos direta ou indiretamente envolvidos na disputa judicial, - Santa Catarina, Paraná e São Paulo, representados nos veículos jornalísticos.

Continuando nosso trajeto discursivo metodológico, buscamos olhar para as materialidades, do jornal *O Estado de S. Paulo*, a partir dos procedimentos externos de controle dos discursos, embora tratemos com mais propriedade do princípio do comentário, apresentado por Foucault nos procedimentos internos de restrições discursivas. Para o filósofo tais procedimentos “exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição: do acontecimento e do acaso” (FOUCAULT, 2011, p. 21).

Compreendemos que para Foucault (2011) o comentário entra como princípio de exclusão e de diferenciação entre os discursos e em suas relações internas, porém, o filósofo nos alerta que no próprio discurso há controle, zonas permitidas, ou não, de circulação. Posto na primazia de nossas considerações, o comentário é um princípio de “reaparição, palavra por palavra, [...] daquilo que ele comenta [...]” (FOUCAULT, 2011, p. 23).

Na capa de apresentação do caderno de *O Estado*²⁴ (Imagem 26), encontramos o seguinte enunciado: *Documentos militares e civis sobreviventes relatam os últimos cem dias da Guerra do Contestado (1912-1916), a maior rebelião do país no século 20.*

²⁴ Adotaremos esta denominação para tratar do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Imagem 26 – Capa do Caderno Especial de domingo de O Estado de S. Paulo (12/02/2012)



Fonte: Caderno Especial de domingo de O Estado de S. Paulo (12/02/2012).

À fala jornalística de O Estado, acrescentamos outra do mesmo domínio, mas divulgada em outro domínio, desta vez literário, por Paulo Ramos Derengoski (2013), escritor e jornalista catarinense, que relata, em seu livro *A sangrenta Guerra do Contestado*, que sua motivação para escrever sobre o Contestado foi ouvir sobre “le mouvement messianique du

Contestado au Brésil²⁵” num café em Paris, percebendo, dessa forma, que a insurreição do Contestado, foi “uma luta bem maior que aquela acontecida nos sertões de Canudos [...] só não ganhou notoriedade porque nos faltou um Euclides da Cunha para descrevê-la” (DERENGOSKI, 2013, notas introdutórias).

Outro autor, o historiador paranaense e também jornalista, Milton Ivan Heller (2012) lembra na obra *A Atualidade do Contestado* que, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, faz referência ao Contestado, no livro *As veias abertas da América Latina*, como “a maior guerra civil das Américas”. Desse modo, inscrevemos o evento como um fato historiográfico, que produziu e ainda produz discursos sobre “o instante e o sujeito”. Discursos que, silenciados, interditados ou apagados²⁶, clamam no seu interior por comentário, e buscam um lugar nessa ordem discursiva, onde procuram, mesmo passados cem anos, “contornar essa vontade de verdade” (FOUCAULT, 2011, p. 20), comentando-a, repetindo-a, mesmo que seja na/pela interdição.

No primeiro capítulo fizemos uma breve menção ao fato de que a referência aos textos militares, citados na manchete de O Estado (2102), conforme aponta a historiografia, foi, após os primeiros anos de encerramento do conflito, a principal fonte de informações sobre o Contestado.

Desse modo, estruturamos nossa trajetória neste capítulo considerando observar e discutir: o trajeto metodológico, pautado prioritariamente no princípio do comentário, a partir dos apontamentos iniciais relativos às obras acima citadas acrescido do exame de relatórios de campanhas e de atividades diárias que abasteceram os manuais didáticos e as obras literárias, utilizados como base para que a cronologia do movimento pudesse se formar.

Inicialmente marcamos que no vasto material historiográfico produzido sobre o Contestado prevaleceu uma história dos vencedores, um ponto de vista bastante específico, uma “verdade” baseada nos domínios institucionais do próprio Estado. Imprensa e historiografia oficial colaboraram, assim, para a circulação dos discursos militares, os quais tratavam de fortalecer as próprias instituições nos diversos documentos produzidos.

Rodrigues (2011) entende que o Exército Nacional, ainda carregando o desastroso embate de Canudos e sem prestígio político para fortalecimento de suas bases, viu na Campanha do Contestado a oportunidade de se fazer presente e necessário na condução da

²⁵ Movimento messiânico do Contestado no Brasil. (DERENGOSKI, 2013, notas introdutórias, tradução nossa).

²⁶ Esclarecemos: silenciados, porque só são retomados de tempos em tempos, para atender às vontades de verdade que autorizam sua voz a dizer; interditados, posto que para várias práticas institucionais os sujeitos do Contestado são sujeitos proibidos de dizer sobre si e apagados, porque os sujeitos do Contestado, distantes dos acontecimentos do centenário, permanecem desvanecidos diante das políticas afirmativas e da assistência do Estado.

segurança pública e Nacional no Brasil daquele momento, utilizando de vários meios para mostrar-se progressista. Uma destas iniciativas foi, conforme o historiador aponta, o fomento das narrativas militares no pós Contestado, as quais puderam “construir uma memória oficial” do conflito e, do ponto de vista discursivo, moldar a superfície de (in)visibilidades das leituras e dos comentários feitos sobre os sujeitos do Contestado.

A possibilidade de falar e estabelecer “um dizer e um saber verdadeiro”, para os militares, surgiu com a convocação, em 1914, do general Fernando Setembrino de Carvalho. Oficial experiente que, seguro em mostrar as mudanças do Exército, decretou Estado de Guerra na região do Contestado, ao invés de outorgar o Estado de Sítio nos Estados envolvidos de Santa Catarina e Paraná. Situação que daria condições para deposição dos atuais governos civis, aos cuidados militares. Desta forma, sem que o Exército tivesse que gerenciar os Estados, pôde, como general de brigada, ter autonomia militar de perseguição e prisão, ou seja, livre atuação para reprimir pela força o movimento. Para isso, como solicitou, foram-lhe postos à disposição quase um terço do efetivo do exército à época, equipamentos novos e estratégias vindos da Europa (RODRIGUES, 2011).

Em sua estratégia de divulgação e de consolidação de forças armadas modernizadas, Setembrino de Carvalho, como homem de confiança do então Presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, contratou oficiais escritores. Como assevera Rodrigues (2011, p. 12).

Nas operações militares comandadas por Fernando Setembrino de Carvalho em 1914 foram convocados ao menos dois oficiais, com o firme propósito de registrar e imortalizar a atuação do exército neste conflito. Herculano Teixeira de Assumpção e Dermeval Peixoto. Ambos com formação erudita com vinculações à instituições científicas como sociedade de geologia e história.

Outra iniciativa do general Setembrino de Carvalho, observada por Rodrigues (2011) foi a proibição da presença da imprensa nos locais de conflito e a contratação de um fotógrafo, que para a missão foi o Sr. Claro Jansson, sobre o qual discorreremos em capítulo posterior. Estes fatos contribuíram com a estratégia de divulgação da modernidade e da civilidade do Exército brasileiro. As imagens capturadas, por exemplo, eram, com a maior celeridade possível,

Publicadas nos principais jornais do Rio de Janeiro, particularmente, na prestigiada revista ilustrada *Fon-Fon*. Este periódico chegou a criar uma sessão específica para divulgar as imagens do Exército no palco da guerra

chamada de *Fon-Fon no Contestado*. Nesta sessão foram publicadas entre dezembro de 1914 e março de 1915 aproximadamente 70 fotografias de guerra. Todas a destacar os modernos equipamentos bélicos e o preparo técnico dos militares no Contestado (RODRIGUES, 2011, p. 9).

Enfim, de posse dos instrumentos modernos também da escrita e da fotografia, os militares escreveram relatos, que chamaremos de biográficos²⁷, sobre a Guerra do Contestado e a participação militar, um exemplo, são as obras do próprio Setembrino de Carvalho. Além disso, relatórios oficiais de guerra e livros literários sobre a Campanha do Contestado, proliferaram, entre os militares, pelo menos nas três décadas subsequentes ao conflito.

Na modalidade do comentário, se assim podemos considerar, que difundiram discursos e ideais, geraram e produziram discursos sobre os rebeldes e os soldados do Contestado, nas possibilidades de dizer (dos militares) e de repetir discursos comprimidos em leituras únicas, tornando o próprio comentário e sua reaparição rarefeitos dentro da ilusória unidade discursiva.

Na ausência de outros saberes, muitos autores do Exército, como salienta Espig (2007, p. 205), projetaram esperança de tornarem-se novos Euclides da Cunha. Nas palavras da pesquisadora

Parece-me que alguns (possivelmente a maioria) desejavam uma imortalização semelhante à daquele escritor, algo que não foi logrado por nenhum deles. Tal intenção pode ser constatada através do formato de alguns dos livros e dos recursos literários utilizados.

Nesse sentido, os militares, produziram artigos, relatórios, livros, etc, que determinaram dizeres e cercearam outros, principalmente se considerarmos que a escrita dos militares foi, imediatamente, aceita porque seu campo de atuação militar/autoridade conferia-lhe legitimidade. Assim, sua posição como sujeitos e sua função os colocaram como produtores de discursos, podendo deste modo, munir de discursos sobre o Contestado, discursos posteriores na literatura científica, nos manuais historiográficos, na imprensa e na própria memória da população e, embora tenham os limites e os recortes que o domínio discursivo militar possibilita, foram, nesse sentido, nestes jogos discursivos limitados e recortados, dada sua formação discursiva, os “Euclides da Cunha” possibilitados pelo Contestado.

²⁷ A denominação “biográficos” adotada por nós, refere-se ao caráter de descrição de atividades de campanha no Contestado ou um relato das memórias do que foi e de que como foi o levante para estes militares escritores.

Diante das considerações sobre os manifestos “militares” circulados sobre a Guerra do Contestado, compreendemos que tais enunciações, não foram as únicas, mas com certeza foram as mais importantes, para imprimir contundentes regimes de dizer sobre os caboclos, moldando-lhes um rosto e uma conduta, determinando-lhes, um lugar de aceitação discursiva, ou seja, um espaço de dizeres possíveis e “dizeres verdadeiros”.

Na reportagem *Meninos do Contestado*, do Caderno Especial de O Estado de S. Paulo (2012, 12/fev. p. X2, grifos nossos), há a seguinte inserção:

Antes de concluir um plano de ataque aos caboclos, Setembrino deu ordens para a população civil sertaneja **deixar suas terras e casa** na área de conflito. A ideia era limpar o terreno e facilitar o reconhecimento dos rebeldes. Quem permanecesse nas terras seria **considerado “inimigo” pelo Exército**. Os avisos eram dados por **toque de corneta** – que rapidamente se transformaram numa **marca da repressão** comandada pelo general [...].

Em depoimento, Maria Simão, entrevistada de O Estado (2012), afirma, na mesma reportagem, “O pessoal, os jagunços, ouvia de longe as cornetas dos soldados. Mais à frente relata: Minha mãe contava que **vivia fugindo, correndo, tentando escapar**. Era muita gente ensanguentada no chão que, para andar, era preciso ir com as pontas dos pés [...]” (O ESTADO, 2012, p. X2, grifos nossos).

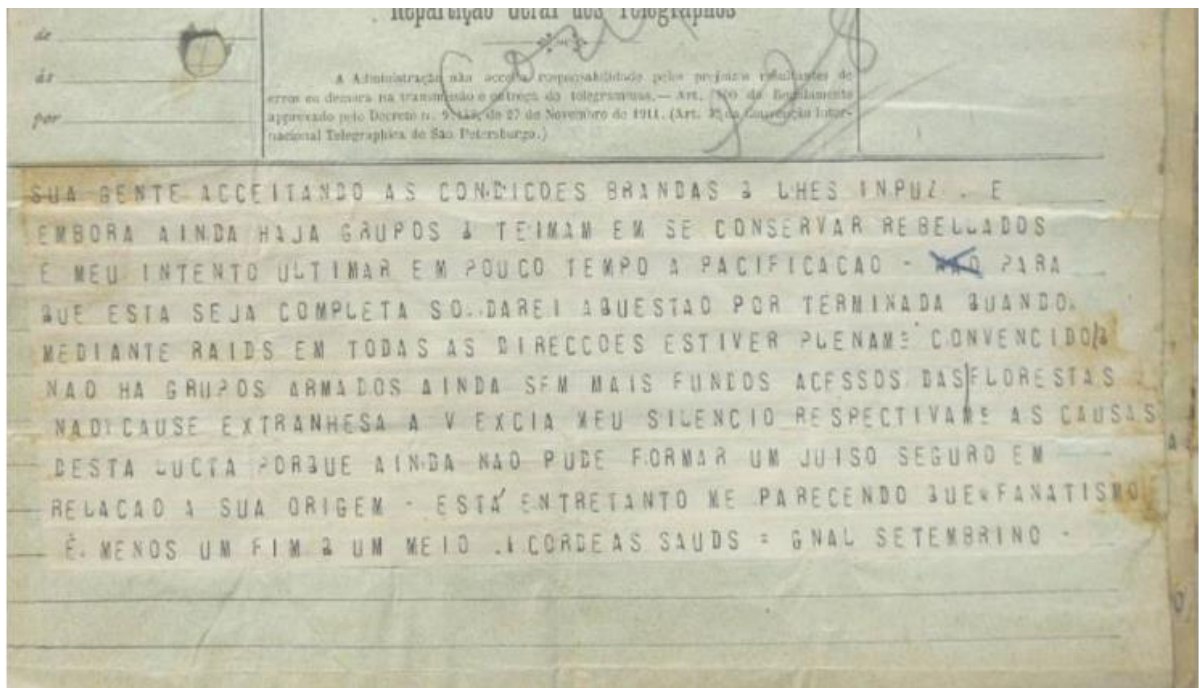
O relato e a reportagem mostram enunciados que, indubitavelmente, interdita, coíbe, reprimem externamente, - se pensarmos que circularam e que circulam, nestas condições de enunciação-, mas também o fazem internamente, visto que as relações mantidas nesse interior discursivo controlam as possibilidades de dizeres, de ordenação e de distribuição necessários no próprio jogo das relações discursivas.

Nesse sentido, dentro os procedimentos internos de restrições discursivas considerados por Foucault, o comentário diz da limitação interna que os discursos impõem a outros discursos e às práticas discursivas, e acabam por expor a importância do acaso e do acontecimento, como atuantes dessa polícia interna dos discursos.

Em outro trecho recortado, o jornal *O Estado* afirma: “Nas suas correspondências, os oficiais sempre se referem aos rebeldes como ‘fanáticos’. Durante a marcha até Santa Maria²⁸, não há referências aos problemas sociais enfrentados pela população sertaneja, o que será uma marca da troca de telegramas e cartas após a guerra”. (Imagem 27 e Imagem 28).

²⁸ O maior reduto (como eram chamadas as comunidades formadas pelo movimento do Contestado) e o último a ser dominado em 1915. Historiadores afirmam que após a derrota de Santa Maria, o fim da Guerra e a vitória do Exército eram inevitáveis.

Imagem 27 – Telegrama de Setembrino tratando da pacificação e do “fanatismo”.²⁹



Fonte: Tópicos Estadão/Contestado. (Blog de O Estado de S. Paulo)

²⁹ Transcrição da Imagem 21: Sua gente aceitando as condicoes brandas q lhes impuz. E embora ainda haja grupos q teimam em se conservar rebelados. É meu intento ultimar em pouco tempo a pacificacao. Para que esta seja completa só darei a questao por terminada quando mediante raids em todas as direccoes estiver plenam convencido/a nao ha grupos armados ainda sem mais fundos acessos das florestas nao cause extranhesa a v excia meu silencio respectivam as causas desta lucta porque ainda nao pude formar um juizo seguro em relacao a sua origem esta entretanto me parecendo que fanatismo é menos um fim a um meio. Cordeas sauds. Gnal Setembrino.

Imagem 28 – Carta de Setembrino ao Coronel Leitão da Silva tratando da tomada de Santa Maria e da urgência em combater os rebeldes fugitivos.³⁰

Curitybanos

Em vista ter sido tomado reducto Santa Maria, onde columna sul faz junção com o destacamento Capitão Potyguara, tendo inimigo perdido esse combate mais de seiscentos homens e sendo arrasadas com as mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a campanha devendo-se effectuar perseguição aos fugitivos em todas as direcções. Assim deveis ali permanecer mandando effectuar saída de infantaria, auxiliado por piquete civil que ali existe em direcção de cima de Serra e outros pontos onde possam fugitivos apparecer. Inimigo foi completamente destruido. Devois assumir o Commando de toda a força de Curitybanos. Nesse sentido telegrapho ao Coronel Leitão. Saudações cordiaes.

J. Setembrino

Fonte: Tópicos Estadão/Contestado (Blog de O Estado de S. Paulo)

³⁰Transcrição Imagem 22: Curitybanos. Em vista ter sido tomado reducto Santa Maria, onde coluna sul faz junção com o destacamento Capitão Potyguara, tendo inimigo perdido esse combate mais de seiscentos homens e sendo () mais de mil casas, muitas igrejas e ranchos, está terminada a campanha devendo-se effectuar perseguição aos fugitivos em todas as direcções. Assim deveis ali permanecer mandando effectuar saída de infantaria, auxiliado por piquete civil que ali existe em direcção de cima de Serra e outros pontos onde possam fugitivos apparecer. Inimigo foi completamente destruido. () assumi o comando de toda força de Curitybanos. Nesse sentido telegrapho ao Coronel Leitão. Saudações Cordiais. Gal. Setembrino.

Num relato colhido por *O Estado* (2012, X6), o senhor Altino Bueno da Silva, que à época da entrevista, contava com 108 anos, afirma que no Contestado era “piá”, mas lembra que seu pai abandonou a família (esposa e quatro filhos) para juntar-se nas lutas dos caboclos, tendo claro que

Quando a guerra começou, ele foi embora, deixou a família abandonada [...] Com a guerra muita família morreu de fome e de doença. Os jagunços faziam guarnição de couro. Quando a primeira força do governo bateu lá, os jagunços esperavam sem armas de fogo. Eles se armaram depois. Na primeira vez brigaram só com facão de guaramirim sapecado no fogo. [...] Os jagunços tomaram as armas dos soldados só com facões de pau, deram bordoadas nos soldados, sobrou pouquinho soldado. [...] Veio outra força. Eles usaram descarga nos jagunços. Aquilo parecia trovoada. Pararam um pouco para embalar as armas. Tinha o canhão que dava tiro, um tiro muito forte.

Na leitura da mídia jornalística, as memórias do personagem “menino do Contestado”, Altino Bueno da Silva, são todas para o pai “É a lembrança do pai, Manoel, que vem na memória de Altino sempre que alguém o provoca a falar do conflito” (O ESTADO, 2012, X6). O sofrimento pelo abandono, provocado pelo começo da guerra, fica marcado em sua fala, a qual é tomada, como um comentário, do ponto de vista foucaultiano, visto que seu “depoimento”, até então sem projeção regional ou nacional, é compreendido como um texto primeiro que paira no lugar das “narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar (FOUCAULT, 2011, p. 22). No entanto, não fossem as comemorações do centenário, talvez ainda estivessem ocultas, na ritualização de um espaço determinado de sua própria fala, como da geografia e da sociedade, sem conhecer os lugares destinados à visibilidade do mundo contemporâneo, tal qual os jornais e os vídeos (modos de circulação dos discursos e da materialidade documental que anima a fotográfica – a qual se configura como *corpus* da pesquisa).

As sequências enunciativas acima, não determinam lados corretos ou errados da guerra, nem comparam as desigualdades, mas, enunciam o lugar do caboclo e sobre qual pode acomodar sua fala, ou seja, as comemorações, a produção do documentário, do Caderno Especial e os testemunhos fazem funcionar uma enunciação possibilitada pelos cem anos, apresentados por sua vez pelos meios de circulação midiáticos e editados pelas tecnologias que a eles servem. Com estas considerações, entendemos que o espaço jornalístico discursivo possibilitou tanto a existência dos discursos caboclos, quanto a própria existência do fazer jornalístico, que deseja ocupar a posição investigativa e denunciante.

Para Foucault (2011, p. 22), o comentário traz para a visibilidade dos discursos e das práticas “coisas ditas uma vez e que se conservam [...] discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles [...]”. Compreendemos que os enunciados proferidos pelos caboclos, não são, necessariamente, discursos que originaram os dizeres sobre a Guerra, pois encontram-se nesse espaço ritualizado dos dizeres que são empurrados para os domínios da não lembrança, do desejo de esquecer, de errar, no sentido em que vagam invisíveis diante da massa discursiva que tende a proliferar-se.

As testemunhas falam, enunciam, mas seus dizeres esbarram no próprio sentido das palavras. Sebastiana Medeiros, por exemplo, tem na repetição dos poucos adjetivos que encontra para descrever o que viu e ouviu, seu alento enunciativo.

O Exército era de guerra mesmo, com batalhão de guerra. Tinha a espada de guarnição. Degolava, degolava. O que não queria se entregar, eles matavam degolado. Não dissesse que não se entregava, eles matavam, [...] O caboclo que agredia era morto a tiro. O que não agredia era degolado, passavam a faca no pescoço, [...] Não tinha pai por filho, filho por pai, mãe por filha, filha por mãe, Os parentes eram tudo obra estranha. Não podia acudir um parente, que morria. Meu Deus do céu. Foi um tempo bravo. Bravo. Bravo (O ESTADO, 2012, p.X10).

De modo contundente seu relato pode desvelar práticas militares, que atribuem condutas aos caboclos, ora como “fanáticos”, ora como “jagunços”. Misturam-se, a estas, outras falas que denunciam várias ações dos governos. Discursos que se deslocam e se confundem, ao ponto de não serem exatas as responsabilidades e culpabilidades dos motivos e motivações das mortes.

A imprensa, como a imprensa paranaense, alternava opiniões, optando por debater os acontecimentos factuais e jogando com objetos dos seus domínios. Apresentava informações de correspondentes sobre a guerra, entrevistas de políticos, publicação de manifestos, etc. Objetos que tentaram produzir heterogeneidade. Nesse sentido, o comentário limita a produção discursiva tornando-a uma massa uniforme, que no jogo enunciativo recupera dizeres, de diversos modos, para ordenar e normalizar.

Alguns trechos coletados por Woitowicz (2014, p. 171-212), com excertos do jornal *Diário da Tarde*³¹, podem contribuir com nossas considerações:

³¹ Para, Woitowicz (2003, p. 4) “[...] o jornal *Diário da Tarde* acompanhou e participou de maneira significativa dos principais acontecimentos da história do Paraná desde o seu surgimento, em 18 de março de 1889”. Foi com

Notícias alarmantes chegaram à vila de Curitiba, as autoridades ficaram com receio de que os **fanáticos** viessem à vila. [...] (03/10/1914)

[...] Pelas palavras dos **fanáticos**, pelas respostas aos conselhos do missionário, pelas ameaças às censuras que este articulava contra os erros de sua crença absurda, torna-se evidente o **estado de perturbação daqueles rudes espíritos, de sertanejos abandonados à sua própria sorte e entregues à mais completa ignorância** [...]. (05/01/1914).

[...] Entendemos que esta revolta monarquista com coroas de madeira e de **caboclos boçais** constitui sério perigo à instituição republicana. Hoje ela tem à sua frente **rudes caboclos**; amanhã, porém, ela terá para a sua direção homens de ação e virá fatalmente a restauração da monarquia ou custará muito sangue e rios de dinheiro ao Brasil. [...] (31/08/1914).

A conflagração europeia, preocupando exclusivamente os espíritos, desviou as atenções que antes convergiam para os **“fanáticos”** em armas. Como que respondendo do esquecimento que os cerca, ele se fazem lembrados, a todo momento. Ainda agora, chagam-nos notícias de que eles atacaram Papanduva e fizeram outras **tropelias criminosas**. (29/08/1914) (WOITOWICZ, 2014, p. 171-212, grifos nossos).

Baseados nos trechos anteriores, talvez possamos arriscar pensar que as formulações discursivas grifadas formulam discursos que instituem regimes de reiteração das condutas, das práticas, dos próprios sujeitos e de indefinidas proposições que alcançam nossos dias.

Proposições estas que ao serem formuladas, organizam as condições para limitar os discursos nas margens dos dizeres que classificam e ordenam o mundo discursivamente aceito como inserido nos efeitos do “verdadeiro de época”. Margens de saberes formulados pela imprensa, pela política, pelas lideranças político-econômicas, que podem determinar uma proliferação de sentidos estabilizados.

Nesse sentido, Foucault pontua sobre a importância da força que os sentidos de verdade possuem, uma força que separa, que exclui, pela oposição do discurso verdadeiro e do discurso falso, as relações de poder dos discursos, que diante da sua associação com, o que o filósofo chama de, “‘contingências históricas’ [...] são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem; enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 2011, p. 14).

Estar na produção de discursos que celebram um centenário, talvez, seja, pela recuperação das materialidades vistas até aqui, encontrar-se num verdadeiro de época, ou seja, a prática da produção de materialidades organizada para marcar/comemorar os cem anos da Guerra do Contestado produz também efeitos de verdade, tornam os discursos positivos e produtivos, pertencem, como vimos aos modos contemporâneos de enunciar, que se

esta denominação até a década de 1950, passando a ser vendido atualmente como Gazeta do Povo. Cf. referências completas ao final.

inscreveram como comemorativas. Além disso, há uma retroalimentação produzida a partir de outras materialidades, as quais, já mais distantes temporalmente, surgem tímidas diante da pujança técnica das atuais, mas nem por isso com menos força e poder de multiplicar-se como enunciados de controle.

Algumas materialidades produzidas no início do século XX, serão evocadas na sequência de nossas pesquisas. Parte do conjunto de imagens e textos, que estarão presentes nos próximos capítulos, estão preservados em *sites* e páginas da *web*, que a o tempo atual ajuda e tem possibilidades de conservar e de organizar, como também sempre recortar. Demais materialidades contidas aqui em nossas discussões foram garimpadas em sebos ou em Instituições de preservação da memória nacional, como a Casa da Memória de Curitiba.

Falávamos anteriormente dos discursos sobre a Guerra do Contestado reiterados na contemporaneidade, cujas materialidades carregavam o teor comemorativo do centenário do conflito. Doravante, nossos objetivos nesse capítulo são os de observar a circulação de materialidades produzidas sob a égide da historiografia da Guerra do Contestado, que ao longo de cem anos circularam como enunciados regulares, os quais, a despeito do tempo, tornaram-se passíveis de repetição, de recirculação e de redizers.

A rememoração dos eventos ocorridos, dos sujeitos, de seus feitos e práticas têm, para muitos historiadores³², o peso da sensação do deixar uma janela aberta ou esquecer uma porta destrancada ao sair, ou seja, para eles, o Contestado é um evento, e, claro, uma sequência deles, do ponto de vista historiográfico, que ainda não terminou. De modo geral, os argumentos, neste ponto de vista, defendem que dada a complexidade de suas causas iniciais, assim como as de seu encerramento oficial, precisam de discussão e de releituras sobre sua historiografia.

Em tempo, gostaríamos de explicitar algo dessa complexidade de motivações e discursos, que levaram ao início do conflito denominado Guerra do Contestado. Contudo, tal complexidade antes de se estender às motivações para a eclosão do evento, atinge sua própria denominação, visto que a mais famosa delas – *Guerra do Contestado* -, é controversa para os militares, que preferem chamá-la de Campanha do Contestado ou Insurreição Cabocla, evitando, assim, maiores tensões sobre sua participação polêmica no conflito bélico. Para os campos historiográficos, sociológicos, antropológicos e geopolíticos, nos quais os

³² Sociólogos como Rafael Ginane Bezerra, geógrafos como Nilson César Fraga e algumas dezenas de historiadores como Milton Ivan Heller, Nilson Tomé, Paulo Pinheiro de Machado e jornalistas como Paulo Ramos Derengoski, estão entre os estudiosos mais proeminentes sobre as discussões da Guerra do Contestado. Suas considerações contribuíram para as problematizações desta pesquisa.

pesquisadores discutem os aspectos sociais, ligados ao modo de vida econômica e de relações sociais dos caboclos, além dos problemas jurídicos e políticos da resolução das fronteiras entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, as denominações alçam o evento aos sentidos de guerra, como exclusão e como Estado de exceção, sentidos que serão problematizados posteriormente nesta pesquisa. Neste universo de possibilidades, posicionamo-nos, em nominar o fato histórico de Guerra do Contestado, Movimento do Contestado ou Movimento Rebelde³³.

Explicamos que, nesse sentido, para alguns, a denominação mais comum, - Guerra do Contestado-, não comporta todos os sentidos do que aconteceu nos sertões paranaense e catarinense naquela época, quanto a nós, parece-nos bastante produtivo, do ponto de vista discursivo, considerar iniciar nossas discussões a partir da inversão proposta por Foucault (2005, p. 22) do princípio de Clausewitz³⁴ para dizer de uma possível causa para o Contestado, ou seja, nas palavras do filósofo: “diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios”. Com este tratamento, podemos avançar nas considerações de que a Guerra do Contestado produzia discursos de exclusão, antes de seu início, intensificou esta produção durante o conflito e permaneceu produzindo discursos indefinidos, a partir de seu término. O que vale dizer, no sentido discursivo, como uma guerra que ainda não acabou, que ainda produz por meios políticos, discursos que investidos de biopoder assujeitam e controlam a população cabocla remanescente do conflito do Contestado.

Um presente interminável de repetições do dizer verdadeiro. Assim, deu-se com a Guerra do Contestado. A formação de um sistema discursivo que congregou uma rede de restrições dos falares e, principalmente, restrições dos sujeitos caboclos e suas palavras, modos de ação de uma governamentalidade que descortinada pode mostrar o funcionamento dos discursos e suas regras de dizeres, ou seja, o que será dito e a quem é ou não permitido dizer (FOUCAULT, 2011.).

O movimento de retomada dos dizeres desses cem anos sobre a Guerra do Contestado pode ser mostrado quando observamos os diversos enunciados que circularam sobre os fatos historiográficos ligados ao final do conflito, que, officiosamente, teve o seu fim em agosto de 1916, com a prisão de “Adeodato”, um dos últimos líderes rebeldes, retratado ao centro, aprisionado, como vemos na Imagem 29.

³³ Observada a imprecisão do significado de Guerra, salientamos que não tememos chama-la assim, porque as sociedades de segurança, em geral, são nestes termos compreendidas: uma guerra, de civis ou não, mas de todo modo de sujeitos de direito, ora promovidas contra o Estado, ora incitadas por ele mesmo.

³⁴ “A guerra não é mais que a continuação da política por outros meios; ela não é somente ato político, mas um verdadeiro instrumento da política, seu prosseguimento por outros meios” (FOUCAULT, 2005, p.22), cf. referências completas desta obra ao final.

Imagem 29 – Fotografia da prisão de Adeodato.

Fonte: Prefeitura de Caçador/SC.

Suas ações de guerrilha e práticas de coerção com os soldados e entre os próprios rebelados deram condições de existência ao funcionamento de discursos ligados à extrema violência, à ignorância, ao fanatismo religioso e ao desprezo pela vida, que circularam após o término da Guerra do Contestado.

Oficialmente, contudo, a Guerra do Contestado deveria ter um final, que só foi conhecido com o acordo de divisão de território e decorrente demarcação das fronteiras geográficas entre Santa Catarina e Paraná, num ato assinado pelos então presidentes de Estado Afonso Camargo do Paraná e Felipe Schmidt de Santa Catarina, sob a intervenção do Presidente dos Estados Unidos do Brasil Venceslau Brás, em 20 de outubro de 1916.

Nessa conjuntura, os discursos envolveram-se de motivos de disputa fronteiriça, dando início às práticas de dispersão territorial dos rebeldes, bem como, de dispersão dos discursos produzidos sobre a população cabocla, a qual, com o final do conflito e sua rendição foi gradativamente retirada dos redutos nos quais alojava-se, para ser conduzida a lugares ermos no interior dos Estados de Santa Catarina e Paraná ou para vagar como nômade, sendo que poucos puderam voltar às localidades de origem.

Consideramos que os enunciados do pós-Guerra do Contestado associam-se muito rapidamente aos problemas geográficos/fronteiriços, que tratam de definir um povo, uma

“raça”, uma etnia aos caboclos, que em muitos aspectos diferencia-se da população “civilizada” das capitais ou do interior ocupado por imigrantes europeus. Nesse sentido, a política de fragmentação da identidade cabocla, retirando, separando e espalhando os rebeldes pelo interior dos Estados envolvidos, coloca-os como sujeitos indesejáveis, classificados como os “bandidos do Contestado”.

Do ponto de vista da análise discursiva houve, por muitos meios, uma seleção e uma supressão dos sujeitos que poderiam ou não falar, impondo uma conduta de governo, cujas bases determinaram que o acordo de divisão de territórios seria o término do conflito bélico do Estado contra os “bandidos e facínoras do Contestado” e o início da governamentalidade que acomoda os caboclos e o esquecimento destes como população a ser segura e preservada.

Datado de 1915, as imagens 24 e 25 trazem uma narrativa elogiosa do então 1º vice-presidente do Paraná, Affonso Camargo, homenageando o General Setembrino de Carvalho pela atuação na Guerra do Contestado.

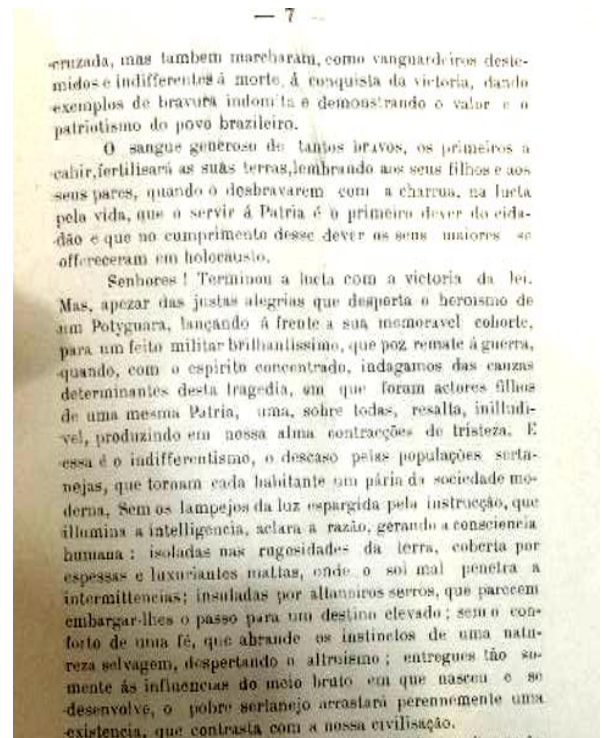
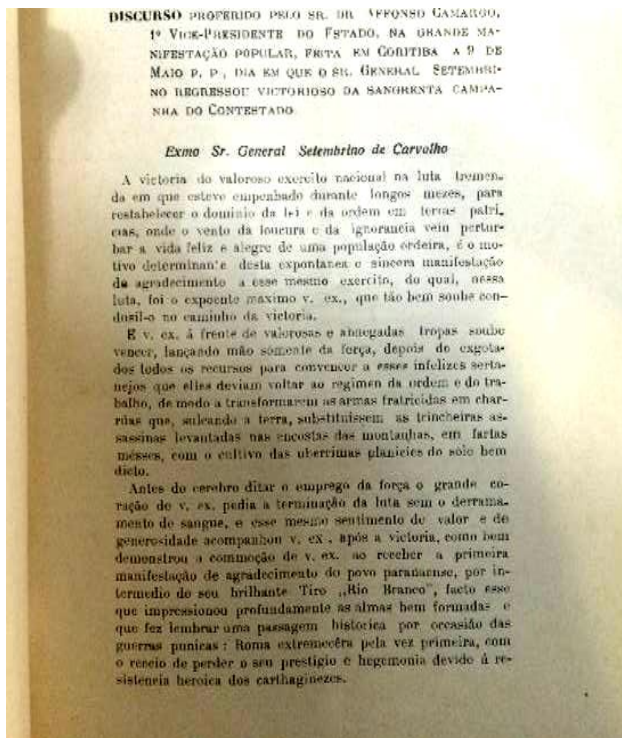
Da narrativa presente nas imagens acreditamos pertinente recortar:

A victoria do valoroso exercito nacional na luta tremenda, em que esteve empenhado durante longos meses para restabelecer o domínio da lei e da ordem em terras patricias, onde o vento da loucura e da ignorância vein perturbar a vida feliz e alegre de uma população ordeira [...]E v.ex. a frente de valorosas e abnegadas tropas soube vencer, lançando mão sómente da força depois de esgotados todos os recursos para convencer a esses infelizes sertanejos que elles deviam voltar ao regimen da ordem e do trabalho de modo a transformarem as armas fraticidas em charrúas, que sulcando a terra, substituísem as trincheiras assassinas, levantadas nas encostas das montanhas em fartas mésses com o cultivo das uberrimas planícies do solo bem dicto.

O sangue generoso de tantos bravos, os primeiros a cair, fertilizará as suas terras, lembrando aos seus filhos e aos seus pares, quando o desbravarem com a charrua na lucta pela vida, que o servir à Pátria é o primeiro dever dos cidadãos e que no cumprimento desse dever os seus maiores se offereceram em Holocausto!

Senhores! Terminou a lucta com a victoria da lei.[...].

Imagem 30 – Capa e trechos do Discurso em homenagem à Setembrino de Carvalho



Fonte: Casa da Memória de Curitiba, setor de obras raras.

Os extratos (Imagem 30), olhados pela ótica foucaultiana são dizeres que, pela palavra daqueles que oferecem o tributo dos elogios, produziram sujeitos honrosos e bravios (soldados), como também fabricam os sentidos discursivos dos infelizes sertanejos (caboclos). Todos estes são sujeitos que ao longo dos anos foram, pelos cultos ou pela ignomínia, moldados como sujeitos do Contestado, que, lembrados e valorizados, podiam definir seus gestos, no que Foucault afirma como “os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; [tal discursivização] fixa, enfim, [...] seu efeito sobre aqueles aos quais [eles] se dirigem, os limites de seu valor de coerção” (FOUCAULT, 2011, p. 39).

Nessa perspectiva, os sujeitos esquecidos e desvalidos que vagaram pelos sertões do Paraná e de Santa Catarina ou os sujeitos encarcerados - enfim, os caboclos de fronteira, foram os que mais sofreram as penas e coerções, políticas, econômicas e discursivas, da Guerra do Contestado. Tornaram-se espectros de um evento histórico, cuja simples lembrança, deveria ser interdita, dado que para uns rememorava o sofrimento da fome, da perda parental, da perda da terra ou da perda da liberdade; enquanto que, para outros, era a imagem da invasão, do cerco à cidade natal, do medo da morte e da tortura.

Das lembranças que ninguém queria aos discursos silenciados, os caboclos foram julgados como população à margem dos processos e tecnologias modernas. Uma governamentalidade pela violência, pela exclusão com certeza, porém uma governamentalidade pelo resistir e pelo insistir em viver de um modo e não de outro. É o que observamos em documentos coletados que descrevem a indignação do Estado do Paraná, cujas pretensões de manutenção e posse definitivas do território que adentrava o Estado vizinho, haviam sido frustradas na incapacidade de defender os “ideais” paranaenses. No jornal *O Diário da Tarde* (1916), citado em livro de Cleto da Silva³⁵ (1920, p.76), ardoroso defensor das fronteiras alargadas para o Estado do Paraná, aparecem trechos de artigos publicados por Romário Martins³⁶ (Imagem 31)³⁷, então jornalista na década de 1910 e pesquisador contratado pelo governo paranaense nas questões sobre as disputas fronteiriças.

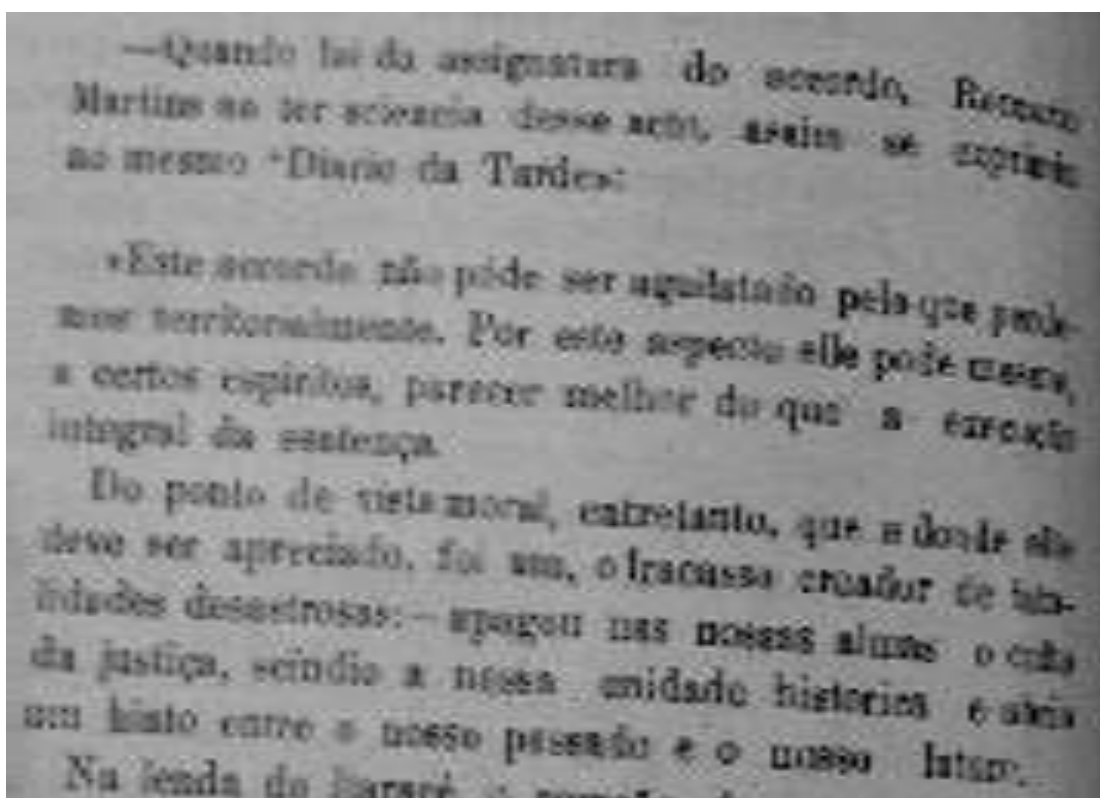
³⁵ Cleto da Silva (1901-1960), empresário, cineasta pioneiro do Paraná, deputado estadual e prefeito de União da Vitória. Foi defensor das questões fronteiriças no Paraná com a publicação de artigos e livro sobre a querela.

³⁶ Romário Martins (1874-1948). Ufanista das questões paranaenses, entusiasta do movimento “paranista”. Tornou-se diretor do Museu Paranaense, cargo que ocupou por vinte e cinco anos. Depois, como deputado estadual auxiliou na instituição dos símbolos da bandeira do Estado do Paraná e legislou pela normatização do desmatamento e do reflorestamento no Estado do Paraná.

³⁷ Transcrição da imagem 25: - Quando foi da assinatura do accordo, Romário Martins ao ter sciencia desse acto, assim se exprimiu ao mesmo “Diario da Tarde”: Este acordo não pôde ser aquilatado pelo que perdemos territorialmente. Por este aspecto ele pode mesmo, a certos espíritos, parecer melhor do que a execução integral da sentença. Do ponto de vista moral, entretanto, que e donde ele deve ser apreciado, foi um, o fracasso creador

O excerto trata o fracasso na condução jurídica, que determinou a divisão do território disputado, uma perda moral para o Estado do Paraná. Sobre isso, parece-nos que os discursos dessa perda da moral e desse fracasso mostram uma “irrupção de acontecimentos”, uma “pontualidade”, tal como afirma Foucault (2012)³⁸, noções que entendem o momento da produção de um discurso, como aquele que se prolonga, se estende e pode ser repetido, como, por exemplo, as materialidades jornalísticas precedentes à Guerra do Contestado, as quais corroboram os discursos sobre o Contestado no Estado do Paraná à ideia do fracasso, por parte do governo, na questão das disputas de terras com Santa Catarina. Nesse sentido, observamos que as práticas da governamentalidade sofreram e geraram transformações, apagamentos e silenciamentos que dispersaram as causas mais complexas do evento bélico, legando, ao lado paranaense, a necessidade do esquecimento.

Imagem 31 – Trecho do livro *Accordo entre Paraná e Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas*.



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba

de fatalidades desastrosas:- apagou nas nossas almas o culto da justiça, seindio a nossa unidade historica e abriu um hiato entre o nosso passado e o nosso futuro.

³⁸ Foucault afirma que "É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros" (FOUCAULT, 2012, p. 31).

Enquanto isso, para Santa Catarina, que contestava o território há quase cem anos, a divisão das terras foi um ganho tanto moral, político e discursivo quanto territorial, uma vez que suas fronteiras foram alargadas e sua geografia ganhou área em aproximadamente 28.000 Km², alcançando diversas localidades estratégicas. Nessa compreensão, para Santa Catarina, a noção identitária de unidade estadual foi na visibilidade afirmada e, diferentemente do Estado do Paraná, a Guerra do Contestado, passado os anos de interdição da Ditadura Militar no Brasil, está, ainda que sob cuidados de uma razão economicista de Estado³⁹, aos poucos sendo rememorada e desvelada em vários e possíveis sentidos, como nos museus e nos diversos estudos oriundos de Universidades e Faculdades que se dedicam a ler e entender o que foi o Contestado sob diversas óticas.

No entanto, o duplo apagamento e rememoração dissimula o trânsito dos discursos sobre o Contestado e suas coerções, o qual nunca cessou completamente, nem diante das consternações do governo paranaense pela “perda” de território, nem nos anos de interdição entre ditaduras no Brasil, muito menos nas releituras atuais por diversos meios midiáticos ou institucionais.

Nos cem anos passados, o Contestado foi, portanto, na superfície dos discursos, esquecido e apagado; contudo, as práticas daqueles anos permaneceram vivas. Tokarski (2012), por exemplo, afirma que para os governos dos Estados envolvidos a população revoltosa da região contestada era constituída de “bandidos e vadios que aviltavam o sistema republicano. Não eram trabalhadores, nem homens honrados. Para isso, precisavam ser extirpados da vida”, com o fim da guerra, durante todos estes anos que se seguiram, as populações da região do Contestado, especialmente os moradores do Estado de Santa Catarina⁴⁰, ainda vivem nos limites do mesmo discurso e das práticas de controle de coerção e de exclusão de cem anos atrás, ou seja, “[...] mesmo cessada a guerra, a população do contestado viveu [e vive] à margem dos grandes empreendimentos econômicos e sociais, como cidadãos de segunda classe adotados por necessidade e piedade” (TOKARSKI, 2012, p. 14).

Historiadores e sociólogos não cansam em repetir que a disputa quase secular por território entre Santa Catarina e Paraná, não teve ligação aparente com o conflito bélico,

³⁹ Lazzarato (2013) discute a dimensão econômica e política do poder em Foucault como aquela que governa sujeitos livres, pensados juridicamente, porém regrados e limitados pelos princípios da economia de governar cada vez menos.

⁴⁰ Cabe a ressalva de que na divisão dos territórios, entre Santa Catarina e Paraná, coube à Santa Catarina uma extensão territorial um pouco maior, o que significa também que a maioria dos Municípios atingidos pelas batalhas e suplicios ficou em área catarinense.

período compreendido entre os anos de 1912 e 1916, pois do ponto de vista historiográfico a disputa judicial foi isolada da disputa nos sertões. No entanto, discursivamente pensando-se, uma guerra é o prolongamento discursivo de enunciações diversas, as quais se estendem também para além do evento histórico. Uma rede de discursos e de práticas, que fomentou e também foi fomentada pela querela entre os dois Estados, produzindo discursos ímpares sobre os sujeitos que viviam no território⁴¹. Discursos estes que tratados “no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2011), a partir do presente, do nosso presente, não serão considerados como ruptura com o passado, nem como continuidade infinita dele, mas como um feixe discursivo que se prolonga, se estende ou se encurta dependendo da intensidade da luz, para que o vejamos, ou ainda materialidades submetidas à ordem de discursos que se querem pensar como verdadeiros, com formas de apropriação e de exclusividade, como os relatórios militares ou os documentos governamentais, que se constituem em “sociedades de discurso”. Assim, instaurado e reinstaurado nas condições de possibilidade temporais ou sociais, os discursos sobre o Contestado são convidados a retornar e a mais uma vez cercear, ou (re)inscrever regimes de ver e de dizer.

Revolta do Contestado 1912-16, nas Memórias e nos Ensinamentos Militares do seu Pacificador a abordaremos este tema com apoio em duas obras (hoje raras) produzidas pelo Marechal Setembrino, com vistas a uma análise isenta daquela revolta, ocorrida há um século, e **por ele pacificada**, ao pedido de uma intervenção federal ao Presidente da República, formulado pelos governadores de Santa Catarina e Paraná, que se declararam impotentes para pôr um fim à mesma. Em consequência, **foi nomeado para tal missão pacificadora**, pelo Presidente Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, o General de Brigada Fernando Setembrino de Carvalho, [...] (BENTO, 2013, p. 10, grifos nossos).

Esses dizeres verdadeiros diferentes dos que ouviam e sob os quais deviam subjetivar-se, é o que lemos no caderno Vida e Cidadania da gazeta do Povo de 12 de outubro de 2013 (Imagem 32), quando discute, a partir das opiniões do professor Paulo Pinheiro Machado, a formação dos redutos; “O objetivo maior era ter uma comunidade livre, justa e longe das forças políticas. Todos deviam trabalhar pela sobrevivência e em defesa da comunidade”, salienta Machado.

A verdade do progresso e do desenvolvimento econômico mostrou-se excludente e seletiva aos olhos dos caboclos que, apartados da “civilização” das cidades, eram, naquele instante, também, desnecessários no ambiente secular que antes lhes pertencia. A reportagem

⁴¹ Salientamos que até o acordo de divisão dos estados em 1916 todos os habitantes da região contestada eram tidos como paranaenses.

A Nova Jerusalém do Contestado salienta esta divisão; “Com expulsão e assassinato dos caboclos pobres, a população sertaneja nas fronteiras entre Paraná e Santa Catarina foi praticamente dizimada”. O excerto abre espaço para as nossas discussões sobre o rompimento do dispositivo “pacto de segurança”, um pacto pela segurança do viver que aparentemente sedimentado pela Monarquia, do ponto de vista do caboclo, fora rompido pela República, quando o homem rural expulso de suas terras, e de qualquer terra conhecida, passou a ter como lar a “casa verde com teto de estrelas”⁴².

As concentrações populares e seus habitantes rebeldes foram, nos anos subsequentes ao conflito, conforme aponta o jornal *A Gazeta do Povo*, “[...] fortemente reprimidas por forças policiais até sedimentar na região o silêncio sobre a guerra. ‘Ainda hoje, os descendentes dos sertanejos que lutaram no Contestado vivem em situação precária, espremidos em pequenos lotes ou na periferia das grandes metrópoles’, assinala Machado”.

Muitos empreendimentos verbais e visuais plenos de seus objetos, inseridos em campos de saberes da história, da antropologia, da teologia, da política ou da comunicação, por exemplo, almejam mudanças e descobertas de outros objetos que possam dar visibilidade aos seus campos e saberes e aos sujeitos do tempo da Guerra do Contestado. Esquecem-se, no entanto, que “só atingimos uma coisa em si por meio da ideia que dela formamos a cada época” (VEYNE, 2011, p.22).

Nesse sentido e a partir do próprio campo do discurso, compreendemos que a grande regularidade discursiva sobre a Guerra do Contestado centra-se no esquecimento e no silenciamento imputado aos próprios sujeitos, muito embora tal assertiva ocupe, como afirmamos, o lugar da superficialidade, tornando, uma generalidade, o dizer da exclusão e do quase apagamento de todo um povo. Então, reiteramos que a dispersão ininterrupta dos discursos e a infinidade de “novas” formulações trazem “ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações” (FOUCAULT, 2012, p. 47) às lembranças e aos dizeres que, retomados e descritos em sua rede discursiva, proporcionam-nos a inevitabilidade de pensá-las como práticas discursivas, no plano das literaturas, ou não discursivas, caso das instituições militares, políticas e econômicas, que produziram e, ainda produzem não apenas textos, leis, ordens, mas, principalmente sujeitos.

⁴² Referência à obra *Casa Verde* de Noel Nascimento.

Imagem 32 – Caderno Vida e Cidadania.

12 Vida e Cidadania GAZETA DO POVO
SABADO, 12 DE OUTUBRO DE 2013

História

SEU SAUBEREM-ESTAR | TER. EDUCAÇÃO | QUA. MEIO AMBIENTE | QUA. COMUNIDADE | SEX. VIDA PRÁTICA | SAB. HISTÓRIA

» CONFLITO

A Nova Jerusalém do Contestado

Povoado em memória do monge José Maria foram formados pelos sertanejos durante a Guerra do Contestado. Objetivo era contrapor a República dos latifundiários e coronéis

Diego Antomilli

Duzentos seguidores do monge e curandeiro José Maria refugiaram-se em Irani. Sertanejos simples, eles não desejam encerrar uma batalha contra as forças do governo. Mas mal sabiam que uma simples reunião numa região tomada por conflitos fronteiriços já significava um desafio às autoridades. Um grupo de 58 soldados do Regimento de Segurança do Paraná invade o local. O saldo é de 21 mortes, entre elas as dos chefes dos dois grupos em confronto: o coronel João Gualberto Gomes de Sá e o monge José Maria. Conhecido como Batalha do Irani (localidade então pertencente ao município de Palmas, no Paraná), a luta de 22 de outubro de 1912 foi o marco inicial da Guerra do Contestado, uma longa e sangrenta batalha que se estendeu até 1916 entre seguidores do monge e forças militares. Morto, José Maria foi santificado pelos sertanejos. Reunidos em nome dele, dezenas de redutos foram for-

mados para combater as forças militares.

Início desses agrupamentos parte de uma menina de 11 anos. Já era final de 1913, quando Teodoro relata sonhos com o monge. "Nesses sonhos José Maria ordenava para que eles voltassem a se reunir em Taquaruçu", explica o historiador e escritor Paulo Pinheiro Machado, que é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Um ano antes, o grupo de José Maria havia sido expulso dessa localidade, pertencente então a Curitiba em Santa Catarina, a mando do prefeito e coronel Albuquerque, seguindo para Irani — onde as batalhas começaram.

Ao retornar a Taquaruçu, o grupo de sertanejos instalou na localidade em memória do monge a primeira "cidade santa", chamada por alguns adeptos como a Nova Jerusalém. Mas desta vez, eles sabiam estar desafiando as autoridades locais e estaduais. Além do grupo inicial de seguidores de José Maria, dirigiram-se a Taquaruçu opositores políticos dos coronéis que governavam em Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas. "O objetivo maior era ter uma comunidade livre, justa e longe das forças políticas. Todos deviam trabalhar pela sobrevivência e em defesa da comunidade", salienta Machado.

Segundo ele, a invenção da "cidade santa" dava um sentido novo ao que eles chamavam de "monarquia". "Negava a República vigente, dominada pelos latifundiários e coronéis. Era uma espécie de uma monarquia 'celestes sem rei', aponta. Os sertanejos adotaram um corte de cabelo rente e usavam

chapéus com fitas brancas na aba.

Mas entre dezembro de 1913 e fevereiro de 1914, uma série de três ataques das forças militares pôs fim à Nova Jerusalém de Taquaruçu, que chegou a abrigar 400 pessoas. "No terceiro ataque só havia mulheres no local. Muitos já haviam se dirigido a outros locais, como Caraguatá, onde deram continuidade a outras cidades santas que existiram ao longo do Contestado", ressalta Machado.

Com expulsão e assassinato dos caboclos pobres, a população sertaneja nas fronteiras entre Paraná e Santa Catarina foi praticamente eliminada. Estima-se que a Guerra do Contestado deixou mais de 10 mil mortos. Nas décadas seguintes outras concentrações de caboclos, em torno de monges, foram fortemente reprimidas por forças policiais até sedimentar na região o silêncio sobre a guerra. "Ainda hoje, os descendentes dos sertanejos que lutaram no Contestado vivem em situações precárias, espremidos em pequenos lotes ou na periferia das grandes metrópoles", assinala Machado.

CABOCLOS DIZIMADOS

Com expulsão e assassinato dos caboclos pobres, a população sertaneja nas fronteiras entre Paraná e Santa Catarina foi praticamente eliminada. Estima-se que a Guerra do Contestado deixou mais de 10 mil mortos. Nas décadas seguintes outras concentrações de caboclos, em torno de monges, foram fortemente reprimidas por forças policiais até sedimentar na região o silêncio sobre a guerra. "Ainda hoje, os descendentes dos sertanejos que lutaram no Contestado vivem em situações precárias, espremidos em pequenos lotes ou na periferia das grandes metrópoles", assinala Machado.

CIDADES SANTAS
Confira os principais redutos da época do Contestado:

MONGES
A saga dos Joãoes Marias peregrinos

Antes de José Maria, outros dois monges circularam em territórios paranaenses e catarinenses. O primeiro, que contava com apoio do clero por ter estudado no seminário de Roma, era João Maria de Agostini e circulava pela região desde meados do século XIX. Ele era um andorinho que perambulava num amplo território que ia de Sorocaba, em São Paulo, até Rio Pardo e Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A partir da década de 1860, este primeiro João Maria nunca mais foi visto. Para muitos, ele é um santo, chamado de "São João Maria. O profeta pregava uma vida de respeito ao próximo, aos animais e à natureza. Ele costumava assinalar a existência de fontes de água. Entre 1890 e 1908, circulou o monge denominado João Maria — chamado também por João Maria de Jesus. Ao contrário do primeiro, ele foi hostilizado pela Igreja Católica e perambulou também por Paraná e Santa Catarina.

PARA SABERMOS

- » Lideranças do Contestado e a formação e a atuação das chafias caboclas, de Paulo Pinheiro
- » Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916), de Maurício Vinhas de Queiroz
- » Contestado, a Guerra Cabocla, de Aureliano Pinto de Moura

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

REDUTOS
Cidades santas se proliferam durante a guerra

A intensificação dos ataques das tropas do Exército e das polícias estaduais fez com que ao longo de 1914 pelo menos uma dezena de outras cidades santas fossem formadas pelos sertanejos. Caraguatá, Bom Sossego, Caçador Grande, Campina dos Buenos, Santa Maria, Pedra Branca, Piaçudo e São Pedro são alguns exemplos.

O professor Paulo Pinheiro Machado relata que esses redutos possuíam uma praça central em frente de igrejas locais reunidas gerais dos membros da irmandade cabocla, chamadas de "formas". Os sertanejos chamavam outras institui-

ções, como o grupo dos "Pares de São Sebastião" — combatentes de elite, filhos do favela e conhecedores da tradição de João Maria.

O conflito se agravou com a chegada de expedido chafias pelo general Setembrino de Carvalho. Sete mil soldados do Exército atuaram no cerco e no combate aos redutos. Entre março e abril de 1915, após longa batalha, veio abaixo Santa Maria, a maior das cidades santas, com mais de 200 mil habitantes. A rendição dos últimos sertanejos aconteceu em janeiro de 1916. "Na fase final do conflito, uma série de massacres e até mesmo deglamos de combatentes já rendidos eram recorrentes. As cidades santas desapareceram", explica Machado. (DA)

Os motivos da Guerra do Contestado

A Guerra do Contestado foi um conflito social, ocorrido nos planaltos catarinenses e paranaenses entre 1912 e 1916, que colocou de um lado coronéis, latifundiários e governo e, de outro, posseiros, pequenos lavradores, ervateiros e tropeiros. O conflito teve início com a perseguição policial ao grupo de sertanejos que se reunia em torno do curandeiro José Maria, em Taquaruçu.

O professor Paulo Pinheiro Machado explica que a disputa pela terra é a causa principal da guerra, em decorrência da tentativa de expropriação de posseiros e ervateiros caboclos, que aconteceu em três processos diferentes. No primeiro deles, houve a gradativa concentração fundiária promovida por pecuaristas, que transformavam em agregados os posseiros e situa-

tes que viviam independentes, nos limites das fazendas. Posteriormente houve a concessão de até 15 km de cada lado do leito da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande para a empresa norte-americana Brazil Railway Company. Também a grilagem de coronéis da Guarda Nacional do Paraná sobre os territórios contestados por Santa Catarina.

Ainda havia uma longa disputa de limites entre os dois estados. Os catarinenses reivindicavam, como suas divisas com o vizinho do norte, os rios Iguaçu e Negro. Os paranaenses consideravam que toda a região dos campos de Palmas, de União da Vitória até o rio Caçador e das saliências do Timbó, de Três Barras, Rio Negro, Itaipópolis e Papanduva, constituía parte de seu território. "Os catarinenses já possuíam três sentenças do Supremo Tribunal Federal em seu favor (de 1904, 1909 e 1910), mas a execução destas decisões era inviabilizada por pressão política dos paranaenses", explica Machado. (DA)

Combolo da coluna do Norte do poder militar em Canoinhas, em março de 1915.




Fonte: Gazeta do Povo (12 de outubro de 2013).

Portanto, asseveramos que os procedimentos externos de exclusão dos discursos e o princípio do comentário, alcançam os sujeitos dos discursos sobre o Contestado, os quais colocados sob a égide da visibilidade de sua marginalização e abandono social, tentam mostrar as marcas sociais desse passado de guerra, como uma continuidade de “grandes verdades mortas” (VEYNE, 2011, p.25), que apagam não necessariamente a história dos homens e dos lugares do Contestado, por que esta, como já mencionado, retorna por alguns modos, mas moldam o “dizer verdadeiro”, determinam as práticas de poder, controlam os jogos enunciativos e seus produtores, geram uma positividade em favor da unidade que enxerga um quadro, mas nunca seu interior.

Consideramos, nesse sentido, que os vários discursos que aqui se apresentaram, encontram-se organizados numa série enunciativa. Esta que fora iniciada antes da datação historiográfica do conflito e se prolonga até a contemporaneidade, colaborando para que, do ponto de vista da descontinuidade discursiva e de sua regularidade, seja compreendida na profusão desses discursos, os quais fizeram e fazem da Guerra do Contestado uma singularidade. Dessa forma, a importância maior dessa série não está nos dizeres sobre o esquecimento, a guerra ou a barbárie, mas nos discursos que, uma vez proferidos, encontram ecos de solfejos nas práticas discursivas atuais, discursos sobre os sujeitos caboclos e seus fazeres, sobre seus cotidianos e seus modos de olhar. Molduras discursivas que, ao serem retomadas, ganham vigores outros, dando a estes mesmos discursos e seus sujeitos a potencialidade para se inscreverem como singulares, ou nas palavras de Foucault (2011, p. 26) um “novo [que] não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.”

Se os dizeres deslocam seus sentidos na temporalidade, as “verdades” do Contestado assumem, por diversos suportes e materialidades, lugares de reinterpretação que não cessam de aparecer e reaparecer, posto que sua circulação, conforme revelados nos diferentes objetos apresentados aqui, alcança campos verbais e visuais da literatura, em romances, poemas, quadrinhos e prosas. Tais objetos colaboram na cena do capítulo seguinte, cujas discussões sobre fotografia abarcam os dispositivos e os caboclos do contestado em espaços iconográficos tradicionais e outros em suas mais recentes texturas enunciativas, como os vídeos, que articulados no desenrolar deste trabalho, nos auxiliarão nas análises das imagens-*frame*, como uma materialidade de muitas espessuras e camadas enunciativas (FOUCAULT, 2012), que se desdobra, se reinscreve e é reinscrita, num “regime de materialidade repetível” (FOUCAULT, 2012, p.124).

4 FOTOGRAFIAS NO CONTEMPORÂNEO: NOVOS REGIMES DE VISIBILIDADE E DE VISUALIDADE DE REGISTROS FOTOGRÁFICOS

As discussões dessa pesquisa foram, até este ponto, delineadas para investigar as práticas e a regularidade discursivas de materialidades do ontem e do hoje, pautadas no acontecimento histórico e discursivo da Guerra do Contestado. A este empreendimento somaremos discussões que buscam compreender a materialidade fotográfica inserida em novos regimes de visualidade e de visibilidade⁴³, os quais modularam os regimes de verdade sobre os sujeitos fronteiriços, “caboclos” do Contestado. Sob tal direção, observaremos as miríades de lugares transitados na contemporaneidade, que nos tomam como sujeitos de espaços controversos e ao mesmo tempo semelhantes, os quais parecem estar todos à nossa disposição.

Consideramos que nossos objetos, selecionados para esta análise, as materialidades fotográficas, podem ser também pensadas, como imagens do contemporâneo: diferentes e controversas, posto que, sendo resgatadas do passado, inscrevem-se e são reinscritas como muito atuais. Um princípio de mudança dos modos de ler nosso mundo que pode começar a ser compreendido assim: “Pela primeira vez, a imagem das coisas é também a de sua duração, qual uma múmia da mutação” (BAZIN, 2014, p.33).

Talvez uma das primeiras fotografias animadas vistas pela maioria de nós circulada no/para o cinema mundial em um circuito comercial tenha sido em *Le fabuleux destin d'Amélie Poulain* (2001) - (O fabuloso destino de Amélie Poulain) -, dirigido por Jean Pierre Jeunet, com fotografia de Bruno Delbonnel. Na ocasião, a sequência trouxe-nos certa estranheza em razão da cristalizada ideia de (im)possibilidade do movimento em um objeto fotográfico, entretanto, como estávamos já em ordens político-sociais de interação imediata, graças à internet e à globalização, pareceu-nos estar, neste processo técnico-tecnológico, o espaço para a aceitação, além das possibilidade de estudar o objeto fotográfico animado e dos efeitos de sentido dele decorrentes.

Temos a destacar que, após a série *Harry Potter*, com data de lançamento, do primeiro de seus sete filmes, também em 2001, os sentidos da fotografia foram atravessados pela impossibilidade de se ter ao lado os retratados. As animações estabelecidas para a iconografia produziam efeitos de memória, os quais marcados pela distância temporal e pela ausência

⁴³ O termo é empregado a partir das discussões de Dubois (2013) arroladas na sequência desta sessão, enquanto visibilidade é problematizada tendo em vista as reflexões de Deleuze (2005), as quais estão ao longo do texto da tese marcando os processos do visível e do enunciável, que alcançam desde os dispositivos até as análises das imagens-frame.

causada pela morte dos personagens retratados, que traziam reminiscências do passado para o presente. Neste formato, as fotografias cresciam em sua importância de monumento, carregado de histórias memoráveis.

Nessas inscrições, trazemos os domínios dos estudos da fotografia e da arte, para debater, objetar ou acrescentar possibilidades de leituras ao campo discursivo; seus olhares nos ajudarão na tessitura dos nossos próprios argumentos, rumo a compreender a fotografia como um objeto em transformação e em transição para outras possibilidades de fazer ver, em regimes de visibilidades e de visualidades que se filiam à contemporaneidade.

4.1 REGISTROS/DOCUMENTOS: GÊNESE NOS REGIMES DE VISIBILIDADE

A fotografia, como objeto do mundo moderno, deu-nos, desde sua gênese, conhecimento e informação (KOSSOY, 2001), mas exigiu de nós o consumo dos equipamentos modernos e dos materiais fotossensíveis necessários para sua reprodução e qualidade. Um expansionismo da máquina possibilitado pelo desenvolvimento das cidades e da economia, da industrialização e do tempo/espaço das comunicações, “Tudo isso, associado ao seu caráter mecânico, fez da fotografia, na metade do século XIX, a imagem da sociedade industrial, a mais adequada para documentá-la, servir-lhe de ferramenta e atualizar seus valores” (ROUILLE, 2009, p. 16).

Assim, à medida que os custos para a produção de fotos de qualidade aumentavam, avolumavam-se, também, nossa quase sofreguidão pela imagem do mundo e todo o conhecimento que dela poderíamos capturar e reter. “O mundo, a partir da alvorada do século XX, se viu, aos poucos, substituído por sua *imagem fotográfica*. O mundo tornou-se, assim, *portátil e ilustrado*” (KOSSOY, 2001, p. 27, grifos do autor).

Rouille (2009) atesta, assim, o caráter moderno e industrial da fotografia:

Os lugares, as datas, os usos, os dispositivos, os fatos: tudo comprova que a invenção da fotografia se insere na dinâmica da sociedade industrial nascente. Foi ela que assegurou as condições de seu aparecimento, que permitiu seu desdobramento, que a modelou, que se serviu dela. Criada, forjada, utilizada por essa sociedade, e incessantemente transformada acompanhando suas evoluções, a fotografia, no decorrer de seu primeiro século, como destino maior conheceu apenas o de servir, de responder às novas necessidades de imagens da nova sociedade. De ser uma ferramenta (ROUILLE, 2009, p. 31).

Entre documento e denúncia, a fotografia cristalizou sentidos como “expressão da verdade” (KOSSOY, 2001), mas, da mesma forma, pela cristalização de sentidos possibilitada pela sociedade industrial, entrou nos lares e se tornou objeto de família, posta à privacidade, num primeiro breve instante, depois utilizada como escalonamento social, com retratos ricamente retocados à mão e suntuosamente emoldurados. Dessa forma, passou a compor, mais comedidamente, álbuns familiares simples, para mais uma vez, na contemporaneidade, ser objeto (ou ferramenta) plural, podendo estar em “novas” configurações, como as redes sociais ou mantendo relações com “velhos” dispositivos.

Benjamim (1994), em *Pequena história da fotografia*, discute como o moderno conceito do daguerreótipo pôde ser favorecido pela intercessão do Estado francês, que “interveio em vista das dificuldades encontradas pelos inventores [Joseph Niépce e Louis Jacques Daguerre] para patentear sua descoberta e, depois de indenizá-los, colocou a invenção no domínio público. Com isso, foram criadas condições para um desenvolvimento contínuo e acelerado, [...]” (BENJAMIM, 1994, p. 91) da maquinaria da fotografia como hoje a conhecemos.

As imagens “fotográficas” que se apresentavam no século XIX, apesar de muito rudimentares, em seus processos reprodutivos, se comparados aos atuais, já causavam tanto assombro, que o filósofo pondera que muitas pessoas se negavam a olhar os daguerreótipos, temendo que ao invés de observarem, fossem elas o objeto de observação.

Deleuze (2005) aponta as discussões sobre o Panóptico na obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, como possibilidades de uma maquinaria ver, sem ser vista, de observar, sem ser observada. A luminosidade do maquínico, seja no caso do Panóptico, seja quanto ao daguerreótipo, afeta, transfigura e dá opacidade aos olhos humanos, gerando naquela ocasião de novidade do dispositivo de capturação de imagens, dúvidas sobre sua função.

Sobre isso, Dubois (1993) tece considerações recuperando Bazin, que pondera haver uma distribuição de funções sociais entre a fotografia, como dispositivo da era moderna, e a pintura, tradicionalmente legitimada como meio de reprodução dos objetos, pois, à primeira caberia “a função documental, a referência, o concreto, o conteúdo; à pintura, a busca formal, a arte, o imaginário” (DUBOIS, 1993, p. 32). Contudo, o pesquisador atenta para o fato de que a distribuição está entre técnica e atividade humana, convocando o homem e a máquina para um paradoxo que margeia o confronto e a associação.

Entre assombros e adesões, a fotografia firmou-se, então, como máquina, e, principalmente, como máquina da realidade, posto que diante de uma fotografia “somos obrigados a crer na existência do objeto representado, literalmente re-presentado, quer dizer,

tornado presente no tempo e no espaço” (BAZIN, 2014, p.32). Para Kossoy (2001, p. 37) “A imagem fotográfica é o que resta do acontecido, fragmento congelado de uma realidade passada, informação maior de vida e de morte, além de ser o produto final que caracteriza a intromissão de um ser fotógrafo num instante dos tempos”.

Sob tal orientação, a imagem fotográfica rompe com a “*ausência do sujeito*” (DUBOIS, 1993, p. 32), com o estatuto da neutralidade pela semelhança, para surgir enquanto arte ou “transformação do real” (DUBOIS, 1993), enquanto uma fotografia-expressão, como a nomina Rouille (2009), emergindo como possibilidade de reprodução de imagens, dado o seu caráter indireto de leitura do mundo, instalando uma crise na noção da fotografia-documento.

[...] na evidência, quase sempre esquecida, de que em si, a fotografia não é um documento (aliás como qualquer imagem), mas somente está provida de um valor documental, após ter conhecido níveis muito elevados na fase próspera da sociedade industrial, declina junto com ela; é a razão pela qual a perda da hegemonia da ‘fotografia-documento’ abre caminho para outras práticas, até então marginalizadas ou embrionárias, sobretudo para a ‘fotografia-expressão’ (ROUILLE, 2009, p. 19, grifos do autor).

Nesse sentido, tomada nos domínios visuais, a fotografia atua na realidade, especificamente, num fragmento dela, uma pista, uma faísca desse cotidiano, o que significa que pode fabricar, produzir um registro de mundo, conferindo ou não ao objeto representado a iconicidade do registro e da memória, como também de “efeitos deliberados”, lembra-nos (DUBOIS, 1993). Assim, promove-se (e promove o seu autor) como tecnologia que seleciona um real, que interrompe e congela a vida e, talvez, como aponta Kossoy (2001), tornar-se-ia um fragmento que teria a possibilidade de congelar a morte.

A trajetória da fotografia descrita por Dubois (1993), compreendida inicialmente como espelho do mundo, depois como transformação do real, culminando nos efeitos de real, mostra-nos como este objeto foi atravessado e atravessou as mudanças em nós mesmos e nos modos como vivemos e produzimos. Fundamentalmente, a fotografia mudou o modo como vemos as coisas, os outros e a nós mesmos.

Do ponto de vista discursivo, a fotografia pode ser compreendida “[...] para além da pretensão de fazer arte, [pois] vem se mostrando um campo profícuo para os estudos linguísticos discursivos” [Além disso] “A relação linguagem e fotografia coloca em evidência a etimologia e a semântica da palavra “fotografia”: escrever com luz; logo, cabe à foto contar uma história, ser uma narrativa visual” (FERNANDES, 2015, p. 225-226,). Discussões que podem ser somadas às de Barthes (1994) quando pondera que a fotografia em latim poderia

ser tratada por “*imago lucis opera expressa*”; ou seja: imagem revelada, ‘tirada’, ‘subida’, ‘espremida’ (como o suco de um limão) por ação da luz” (BARTHES, 1994, p. 121, grifos do autor), ou ainda, essa luz ilumina e ressalta, ou faz saltar aos nossos olhos, um objeto, um corpo, diria Barthes, com sua própria intensidade e alquimia dos elementos que a compõem, não precisando, portanto, de luz externa. Daí a manifestação do autor, em considerar que não há necessariamente, rememoração quando se olha uma fotografia, mas sim, o espanto pela possibilidade de o que se vê ter de fato existido.

Em outra visada, a fotografia, nos domínios do discurso, configura-se como um enunciado, numa relação que prevê o objeto fotografia como singular em sua situação de tomada, de registro; como possível de ser lido nos limites de sua existência; como enunciado do campo da visibilidade, que estabelece relações com o meio das artes, das tecnologias e das mídias; como objeto que exclui e que prolonga seus efeitos; como um objeto histórico que cabe em determinados lugares e não em outros e sobre o qual poderíamos problematizar, emprestando palavras de Foucault para questionar: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz [e no como se diz] e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2012, p. 34).

Essa máquina de ver e de dizer faz, na perspectiva discursiva, captar, orientar e também determinar, “Assim, a fotografia é máquina para, em vez de representar, captar. Captar forças, movimentos, intensidades, densidades, visíveis ou não; e não para representar o real, porém para produzir e reproduzir *o que é passível de ser visível*” (ROUILLE, 2009, p. 36, grifos do autor).

Estendemos nossas discussões em tomar a fotografia como uma visibilidade que também se oculta, ou seja, a visibilidade que a máquina produz, ilumina escreve enunciados de uma ordem e não de outras imediatamente visíveis. Como se iluminasse numa direção e apagasse outras, o produto da maquinaria – a fotografia- tem seu brilho, sua orientação. Para Deleuze (2005) o opaco e mesmo o invisível só se dá a ver quando “abrimos” seus extratos, suas camadas, suas espessuras. Esta é para o filósofo a tarefa da arqueologia: escavar tais camadas para “abrir as qualidades, as coisas e os objetos” (DELEUZE, 2005, p. 62).

Objeto de visibilidades e de enunciabilidades, a fotografia foi “o registro”, “o documento” mais contundente da Guerra do Contestado. Pelas lentes dos fotógrafos, por seus recortes e/ou suas “invenções”, chegaram-nos muitas informações dos quase quatro anos de conflito e, especialmente, através das capturas do fotógrafo Claro Jansson os documentários, puderam ser realizados e por nós escavados.

Com o objetivo de fazer falar testemunhas do início do século, *Meninos do Contestado* não relaciona os registros fotográficos a Jansson, fotógrafo sueco radicado no Brasil. As fotografias utilizadas constam como pertencentes ao acervo da Biblioteca do Exército Nacional no Rio de Janeiro, cabendo a esta instituição vários dos créditos apresentados no vídeo, fato que leva, neste momento do capítulo, a deter nossas atenções para o vídeo *Olhar Contestado*, o qual se baseia, essencialmente, na produção fotográfica deixada por Claro Jansson para debater as condições de existência do conflito bélico.

Vale ressaltar, contudo, que ambas as produções vídeo-documentais enveredam nos domínios fotográficos para problematizar a Guerra do Contestado, conferindo a esses objetos apenas um estatuto de registro e de documento que enunciam, pelos gestos empreendidos, o caráter de monumento.

4.2 BREVE INCURSÃO DE UMA TRAJETÓRIA FOTOGRÁFICA: CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE PARA LEITURAS DO CONTESTADO NA ATUALIDADE

Na obra *Claro Jansson: o fotógrafo viajante* (2003), Vito D’Alessio (escritor e editor) propõe, junto à família de Claro Jansson, divulgar parte do acervo fotográfico, bem como, a trajetória do imigrante sueco no Brasil, nos limiares do século XX. Conforme o autor aponta, Claro Jansson, sem nenhuma qualificação específica para o desempenho da atividade de fotógrafo, estava sob o regime da historiografia, no lugar certo e no momento adequado, pois criara, um pouco antes do início da Guerra do Contestado, um pequeno estúdio de fotografia em sua casa, no vilarejo de Palmeira das Missões/RS. Com a falta da demanda para retratar, procurou estabelecer-se próximo a grandes construções, como a estrada de ferro de Marcelino Ramos, já sob concessão da *Brazil Railway*, mesmo sindicato que entraria no sertão paranaense e catarinense para construção da estrada de ferro SP/RS, cuja rota partiria de Porto União da Vitória, nome do município antes da divisão dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, rumo ao Rio Grande do Sul.

Conforme aponta Bezerra (2009), com a associação à empresa *Brazil Railway* Claro Jansson pôde exercer a atividade profissional

[...] tanto a confecção de retratos como o trabalho de documentação [que] poderiam ser desenvolvidos num local mais compatível com os seus anseios. Foi por este motivo que Claro Jansson, já atuando como fotógrafo profissional, voltou à Região do Contestado, local onde a *Brazil Railway* e suas subsidiárias estavam consolidando um projeto que integrava a

construção de ferrovias, a exploração de recursos naturais e o assentamento de colonos. Pela sua magnitude, este projeto reunia o fluxo necessário de pessoas para o estabelecimento de um estúdio voltado à confecção de retratos e, em paralelo, possibilitava um grande campo para o desenvolvimento do trabalho de documentação (BEZERRA, 2009, p. 98).

Residindo e trabalhando na região, Jansson foi contratado pelo exército, em 1912, para documentar a chegada da tropa do regimento de segurança do Paraná, comandada pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá. As fotografias apresentadas na sequência registram, conforme enuncia o documentário *Olhar Contestado*, o momento da movimentação das tropas militares em Porto União da Vitória, dando a dimensão do regimento enviado para o interior do Paraná, para conter um pequeno grupo revoltoso e conduzir preso o líder messiânico que proclamava vivas à Monarquia. Enquanto imagens-*frame*, os quadros enfatizam ao som do que parece ser uma marcha militar o aspecto suntuoso e midiático da prática militar, tendo a frente o próprio Coronel João Gualberto Gomes de Sá, apresentado, nessa sequência, montado a cavalo na última cena.

Cabe ressaltar que a voz *off*⁴⁴, que completa essas imagens-*frame*, reveza-se entre dois enunciadores, cujo objetivo central é marcar a presença apta do fotógrafo Claro Jansson no local, porém, salientam a construção dos sentidos de heroísmo e de atitude cívica, que aos militares foram dedicados com a circulação dessas imagens no transcorrer dos eventos da revolta do Contestado.

⁴⁴ Transcrição da voz *off 1* (Rafael Ginane Bezerra, em participação no documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).) Logo em que o governo do Estado do Paraná à época foi avisado que um grupo de pessoas havia cruzado a divisa na região dos campos de Irani enviou em seguida o Coronel João Gualberto pra dissuadir esse grupo de ficar em terras paranaenses, ou aquilo que se considerava terras paranaenses. Transcrição da voz *off 2* (Paulo Moretti, em participação no documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).) Ao passar por Porto União da Vitória ele descobriu meu avô como fotógrafo e tirou algumas fotos da tropa dele, ele mesmo montado à cavalo.

Imagem-frame 01 – Chegada das tropas paranaenses a Porto União da Vitória - Capturas 00:06:16; 00:06:23 e 00:06:27 de *Olhar Contestado*.





Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Dessa forma, as imagens reforçam a irrupção da força, no caso a militar, no sertão paranaense, que sem desenvolvimento, não teria como abrigar, acolher (ou combater) tal contingente humano. Nas fotografias o regimento ora caminha ao som de cornetas, ora levemente desordenado, embora se projete sob a ordem de um comandante, que se apresenta destacado. Então, o fotógrafo, fortuitamente residente no lugar, torna-se “testemunha ocular” (BURKE, 2004) do fato historiográfico e produz um artefato que testemunha e diagnostica um presente, um instante.

O trabalho do fotógrafo transfigura-se numa possibilidade de leitura histórica, que no sentido discursivo, descreve a vida e seus viventes, sujeitos e subjetivações. Assim, mesmo quando muda, calada (BURKE, 2004) a imagem suscita textualização, ou seja, as imagens técnicas, como é o caso da fotografia, “imaginam textos que concebem imagens que imaginam o mundo” (FLUSSER, 2009, p. 13), formam um texto primeiro, que, apesar de estar acima, como salienta Foucault, tem em “seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por ser detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar” (FOUCAULT, 2011, p. 25).

Nesse sentido, a mudez da imagem, salientada por Burke (2004), que a considera como um objeto difícil, e acrescentamos arriscado, na acepção da descrição histórica quando suscita possíveis “interpretações”, é convertida, em Foucault, para uma proliferação

indefinida, isto é, para o filósofo o texto primeiro (a fotografia) possibilita o comentário (sua reinscrição em imagem-*frame*), que tem por função “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (FOUCAULT, 2011, p. 25).

Compreendemos que tal processo acontece pela análise enunciativa, a qual considera que não há sentidos escondidos, há, sim, lugares, espaços de dizer, que não podem ocupar outros. Detalhando o que enunciamos, as fotografias capturadas por Claro Jansson criam possibilidades de entendermos, como a passagem dos militares alterou a relação de forças entre eles e o próprio Estado, bem como, com a população local da época. Além disso, é possível avaliar como a presença do contingente militar numa região isolada trouxe outras formas de compreender as funções dos sujeitos na sociedade brasileira, e no seu meio, e, para além disso, como os sentidos de nação, de cidadão, de cidade, progresso, civilização, sujeito e Estado ganharam outros espaços de visibilidade e de enunciação.

Cabe salientar que:

As imagens técnicas são tentativas de juntar os elementos pontuais em nosso entorno e em nossa consciência de modo a formarem superfícies e destarte taparem os intervalos. Tentativas para transferir os fótons, elétrons e bits de informações para uma imagem. Isto não é viável para mãos, olhos ou dedos, já que tais elementos não são nem palpáveis, nem visíveis, nem concebíveis. Logo, é preciso se inventarem aparelhos que possam juntar “automaticamente” tais elementos pontuais, que possam imaginar para nós o inimaginável. É preciso que tais aparelhos sejam por nós dirigíveis graças as teclas, a fim de podermos levá-los a imaginarem. A invenção desses aparelhos deve preceder a produção das novas imagens (FLUSSER, 2008, p. 28-29 apud RAMOS, 2014, p.123, grifos do autor).

Na perspectiva da mudez das fotografias, compreendemos que as imagens técnicas produzidas por Jansson, pedem, por outras visibilidades, que passam do espaço restrito aos relatórios militares ou aos livros históricos, para a visualidade das formas videográficas. As fotografias se transformam, pela descrição, que olha sua função enunciativa e encontra nossas análises desses instantes e de seus sujeitos retratados, alterando, quem sabe, os olhares que projetamos sobre nós mesmos.

Além dessas, são apresentadas várias outras fotografias no vídeo-documentário *Olhar Contestado*, retratando, “documentando”, esta passagem das forças militares nos sertões do Contestado. Vale lembrar que várias imagens do Contestado reforçam o empenho enunciativo de gerar o efeito do caráter humanitário da guerra, no que tange ao tratamento dado pelos militares aos capturados ou rebeldes rendidos. Tanto que várias fotografias, conforme destaca

Rodrigues (2011), foram publicadas no jornal *Fon-Fon* (1907-1958) do Rio de Janeiro, conforme já salientado no segundo capítulo desta tese.

Cabe aqui a ponderação de Deleuze de que “Cada época enuncia ‘perfeitamente’[...]. Cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas condições de enunciado” (DELEUZE, 2005, p. 63). Nesse sentido, os enunciados produzidos pelo fotógrafo Claro Jansson são legíveis hoje por todo o conjunto de condições e de inscrições que lhe foram propostas, essa organização para enunciar, discursivamente pensada, chegou até nós, não na forma de documentos, mas como monumentos.

Contratado inicialmente pelo Exército Nacional, Claro Jansson foi também requisitado a trabalhar para a companhia, que fazia a expansão em seus negócios, a *Brazil Railway*, com a implantação da linha férrea SP/RS, como também pela *Lumber Company*, mais especificamente denominada *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, madeireira que aliada à primeira empresa constituíam o “Consórcio ou Sindicato Farquhar”⁴⁵.

Neste caso, as fotografias produzidas por Jansson para estas empresas tinham, para Bezerra (2009), o objetivo de documentar o projeto de expansão das companhias no Sul do Brasil à época, mostrando aos investidores nos Estados Unidos, que seus negócios prosperavam; fato que oferecia outra possibilidade de trabalho para o fotógrafo, baseada na própria demanda de trabalhadores, que se concentravam ao redor das empresas. Bezerra (2009, p.16) pontua:

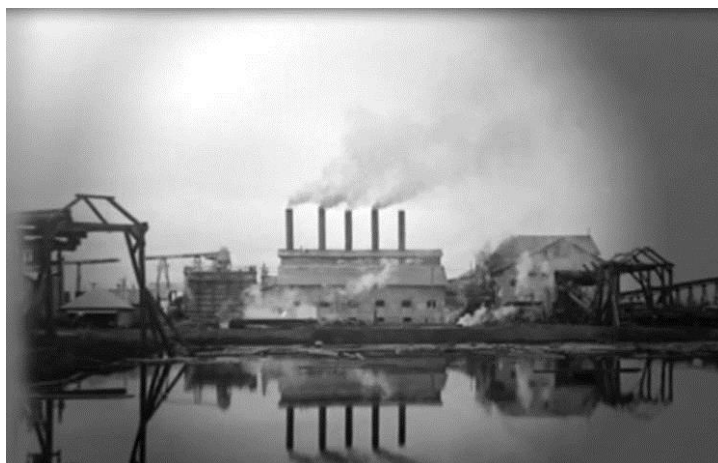
Assim, num local exótico e em rápido processo de mudança, reunindo indivíduos que viviam distantes de seus países de origem – além dos norte-americanos, a maior parte dos operários era formada por ucranianos e poloneses –, desencadeando uma monumental transformação da natureza e simulando um estilo de vida que procurava preservar os vínculos com um mundo tido como civilizado, a cidade-empresa da *Lumber* oferecia um campo fértil para a atividade fotográfica. Havia demanda por retratos e vistas da região para serem enviados aos familiares, por imagens que testemunhassem as celebrações e os aspectos miúdos do cotidiano, além daquelas que documentassem a própria organização do trabalho. Havia, enfim, a demanda por registros da novidade que chegava e que se experimentava (BEZERRA, 2009, p. 16, grifos do autor).

Numa sequência alternada entre imagens-*frame* e o vídeo *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, produzido em 1922, pelo jornalista e cinegrafista Alberto Botelho,

⁴⁵ Bezerra (2009, p. 14) em nota de rodapé salienta: “Sindicato Farquhar” foi a designação crítica dada pela imprensa da época ao extenso conjunto de empresas que atuavam em diferentes regiões do país e que integravam os investimentos ligados a Percival Farquhar, lendário empresário norte-americano”.

conforme descrito na plataforma *youtube*⁴⁶, o documentário *Olhar Contestado* apresenta o modo vertiginoso de produção da madeireira, passando as imagens como numa esteira, cuja função é conduzir as toras para o corte das serras ou, ainda, como um trem, o mesmo que “trazia” o conflito. Os registros são sobrepostos da direita para a esquerda, enquanto um pano de fundo se mantém. Desse modo, à medida que a voz *off*⁴⁷ enuncia, o tempo de exposição de cada imagem diminui gerando um efeito de velocidade, que por sua vez nos esclarece a respeito da mudança nas relações sociais naquele momento.

Imagem-frame 02 – Processo fabril da *Lumber Company* - Capturas 00:04:11 e 00:04:42 de *Olhar Contestado*.



⁴⁶ Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=78H4czJ-anI>.

⁴⁷ Transcrição da voz *off* 3 (Nilson Cesar Fraga, em participação no documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).) A Companhia Lumber ela tem um papel primordial nas terras do Contestado primeiro que é a própria modernização do Brasil. A Lumber significa técnica chegando num mundo arcaico. A Lumber é então uma das maiores serrarias instaladas no Brasil naquele momento talvez uma das maiores do mundo. Ela vai construir em território catarinense e paranaense ou território contestado à época uma pequena cidade, um pequeno país um fragmento dos estados Unidos que comemora o quatro de julho.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

As imagens anteriores aproximam o espectador inicialmente do cotidiano industrial e compreendido como civilizado, que invade o meio rural e modifica as relações de trabalho e do viver. Contudo, se consideradas imagens-*frame*, cuja forma une tempo e instantâneo, ou seja, organiza uma duração, criam-se as possibilidades de se considerar que, discursivamente, elas mostram um feixe de relações no passado, que cerceava e excluía o caboclo de seu ambiente, que produzia outras formas de poder, que ordenava a estrutura do meio rural em

diferentes regimes de verdade, e que produz hoje sentidos de “isso foi”, ou seja, um passado prolongado que Barthes (1994) definiu assim: “isso seria sem dúvida: *‘interfuit’*: isso que vejo encontrou-se lá, nesse lugar que se estende entre o infinito e o sujeito [...]; ele esteve lá, e todavia de súbito foi separado; ele esteve absolutamente, irrecusavelmente presente, e no entanto já deferido” (BARTHES, 1994, p. 115, grifos do autor)

Tasso (2013) ao referir-se à Barthes, quando discute os discursos de documentários, cunha o termo “inventário do real”, observando por tal construção que

As cenas retratadas [animadas] compõem, na atualidade, o inventário do real. Formam, a partir do instante flagrado, o “*interfuit*” responsável pelas criações de realidades ausentes, de realidades imaginárias e de representações, cujos gestos de leitura podem revelar o que não se deseja lembrar ou retomar, o acontecimento discursivo. Viés que a fotografia permite assumir (TASSO, 2013, p. 122).

Perspectiva que une instantâneo e duração e permite reconhecer na materialidade discursiva da fotografia, tal como se apresenta nos documentários, uma imagem-*frame* investida de sentidos de memória e de rememoração.

Além disso, a duração das imagens-*frame* olhadas por dispositivos técnico-tecnológicos caminha na velocidade do tempo presente, isto é, pelo movimento temos uma descrição, de todas essas forças, que ao serem exercidas, produzem sentidos, pois apresenta de modo bastante contemporâneo o passado inscrito em fotografias antigas. Assim, se antes demorávamos nossos olhos na leitura das imagens fotográficas, com os recursos de animação já temos, na velocidade que desejamos, as orientações dessas leituras, sentidas pelo movimento e seu tempo.

Barthes (1994) discute a noção de duração da fotografia, quando pondera que a pose, no exemplo que apresenta, traz uma duração física, porque na posição de leitores da imagem, somos tomados pelo pensamento do que ocorreu naquele instante fotográfico. Considerada assim, a imobilidade, torna-se relativa, quando encontra nosso olhar, nossas projeções e expectativas sobre o(s) sujeito(s) retratado(s), podendo ser alterada, quando comparada à mobilidade do cinema. Nas palavras de Barthes (1994), “na Foto, alguma coisa *se pôs* diante do pequeno orifício e aí permaneceu para sempre (está aí meu sentimento); mas no cinema alguma coisa *passou* diante desse mesmo pequeno orifício: a pose é levada e negada pela sequência contínua das imagens:[...]” (BARTHES, 1994, p. 117, grifos do autor).

Por esse viés, esbarramos nas cenas contínuas dos documentários, que mobilizam dizeres “verdadeiros” sobre os sujeitos e suas práticas, mas podemos também compreender

que tanto o permanecer, quanto o passar das imagens geram, indefinidamente, sistemas de exclusão, os quais contam verdades específicas e oferecem àqueles que delas fizeram leituras possibilidades já organizadas de compreensão das imagens imóveis e móveis.

Nesse sentido, a relação saber/poder esteve muito presente no trabalho de Claro Jansson, e foi, sem dúvida, de grande valor documental, do ponto de vista social e historiográfico, pois graças aos contratos que obteve com o Exército e com o “Sindicato Farquhar”, pôde transpor as barreiras temporais das imagens que produziu. É o que atesta, por exemplo, Passos (2014b):

A trajetória de Claro Gustavo Jansson, autor das fotografias mais conhecidas e publicizadas sobre a guerra tratada nesse artigo, esbarram no passado e nas origens do fotojornalismo paranaense. Embora Jansson não tenha estado no *front*, registrando os confrontos ou a ação desencadeada por esses fatos, suas imagens mostram, em certa medida, um viés documental, revelador das condições enfrentadas pelos personagens desse enfrentamento (PASSOS, 2014b, p. 5, grifos do autor).

Em outro trabalho, Passos (2014a) afirma ainda:

Claro Jansson pode não ter tido como atividade principal a confecção e criação de imagens para fins noticiosos, porém teve o cuidado de arranjar e organizar álbuns de fotografia que se configuram, como já comentado, verdadeiras narrativas visuais de cunho documental, que revelam modos de vida, fatos e acontecimentos de impacto social transformador (PASSOS, 2014a, p. 64).

O pesquisador e historiador Rogério Rosa Rodrigues apresenta vários comentários em sua tese de doutorado sobre o trabalho fotográfico de Claro Jansson. Segundo ele:

Devido a sua popularidade, como também ao fato de ser o único fotógrafo das redondezas, Jansson teve a oportunidade de fazer retratos de importantes líderes políticos envolvidos na guerra, como muitos dos coronéis incorporados à força oficial nas expedições militares contra os sertanejos do Contestado. [...] Como primeiro fotógrafo da guerra, senão o único, Jansson registrou personagens e cenários envolvidos nesse conflito desde os primeiros momentos. [...] O trabalho desse fotógrafo circulou, e ainda circula, para além do seu domínio. [...]. Constatamos também que entre as fotografias de guerra publicadas na *Fon-Fon* constavam imagens feitas por Jansson (RODRIGUES, 2008, p. 302-303).

Sob a perspectiva discursiva, a trajetória de Claro Jansson legitimou os sentidos de documentação do conflito, colocando os sujeitos em visibilidade, ou seja, pelas imagens

produzidas, os sujeitos que participaram dos embates e outros que habitavam e trabalhavam na região contestada à época, foram apresentados à nossa leitura atual, gerando possibilidades de ver e de dizer de uma organização de saberes muito específica, ancorada em suportes institucionais –Exército e *Southern Brazil Lumber and Colonization Company e Brazil Railway*- que produziram e distribuíram discursos de uma vontade de verdade, a qual cerceia, ainda hoje, os discursos mais fragilizados e carentes de apoios institucionais.

Um poder de coerção manifestado na violência discreta de imagens, como a Imagem-frame 3, que mostram a submissão e a subjugação de determinados sujeitos a outros, que traduz a vontade de verdade pela busca do “desenvolvimento e progresso” Nacional, como uma prática econômica que condiciona nossa existência e forma nosso olhar nas “teorias das riquezas e da produção” (FOUCAULT, 2011, p. 18).

Imagem-frame 03 – Imagens de rendição - Captura 00:11:20 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Esse discurso tido como verdadeiro, essa maquinaria significada, em nosso caso, pelas imagens técnicas fotográficas de Claro Jansson, inclui vários personagens em suas capturas, conformando-os em grupos e dispondo-os em separado: caboclos, rebeldes, vaqueanos, soldados, comandantes; encerrados em negativos de vidro e presentes nas imagens; eles para hoje serem ressignificados, a partir de nossos desejos, de nossas relações de saberes, de nossa vontade de verdade.

Imagens-frame 04 – Caboclos, militares e milicianos - Capturas 00:05:20; 00:06:48; 00:08:27 (em sentido horário).



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Imagem 33 – Fotografias de rendição em *Meninos do Contestado*.



Fonte: blogEstadão.com.br

Estaríamos confortáveis na apresentação das fotografias anteriores também como imagens-*frame* porque foram estão inseridas e editadas/animadas no documentário *Meninos do Contestado*. Do mesmo modo, consideramos adequado concebê-las como registros feitos por Claro Jansson. Afirmação que pode ser confirmada na imagem-*frame* 5, a qual, para nós, pode, baseando-nos nas leituras de Le Goff, exprimir “o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é [tornado] monumento” (LE GOFF, 1990, p. 11). Para Flusser (2009, p. 28) “este movimento do complexo aparelho-fotógrafo, pode ser um exercício para a análise da existência humana em situação pós-industrial”

Imagem-frame 05 – Imagens de rendição - Captura 00:11:42 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Nesse sentido, as noções de documentação e de modernidade, ou, como queiram alguns historiadores, “um fotojornalismo”⁴⁸, atribuídas à produção do fotógrafo, entram, discursivamente, no espaço da memória e das relações de saber/poder que os sentidos de memória e de rememoração convocam nos aspectos sociais e políticos, arrastando as imagens da historiografia para a economia. Nessa ordem, o dizer verdadeiro impõem e reconduz as relações de saber/poder sobre tudo o que se enunciava a respeito dos sujeitos do Contestado para uma economia da imagem de nossos tempos. Imagens que precisam ser tratadas como monumentos, para se inscreverem na ordem discursiva contemporânea, para serem eficazes, produtivas e positivas.

Outra ponderação importante para nossas discussões encontra bases no princípio do autor em Foucault, que inicialmente considera a escrita como a “abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer” (FOUCAULT, 20091, p. 270). Nesse sentido, correlacionamos o autor/fotógrafo Claro Jansson como aquele que também não cessa de desaparecer, ou seja, suas fotos marcam e registram um tempo em que ele mesmo já não se encontra, porque por diversos modos os cem anos do Contestado silenciaram os discursos de vários sujeitos, principalmente alguns que estiveram lá. Outro apontamento para esse desaparecimento do autor é o fato de que suas capturas, uma vez produzidas e postas à

⁴⁸ Termo problematizado por nós, como equivocado, pois se pensado discursivamente veremos que as fotografias não sustentam sentidos de campos de batalha, de sevícias e de circunscrições próprios do fotojornalismo e suas definições atuais. A iconografia da Guerra do Contestado mantém sentidos de eugenia, de exclusão e de dominação pela força, mas não de morte e /ou genocídio de uma população.

circulação ganharam discursos que deitam na vontade daqueles que as divulgam, ganhando outros sentidos, sendo organizadas para outros fins ou de outros modos, como por exemplo, a visualidade mais contemporânea que os documentários lhe ofereceram.

A ausência do fotógrafo ou fato de não nos importarmos mais com o autor da fotografia, gera sentidos de “desaparecimento” desse sujeito e por outro lado trata o registro imagético como natural, descontextualizado e semelhante a tantos outros. Por esse ângulo, o efeito dessa condição da imagem pode trazer-lhe duas possibilidades de leitura: como um vestígio do passado distante e lamentável ou como um monumento que beira o documento, porém, ainda distante e lamentável.

4.3 A FOTOGRAFIA MONUMENTO EM NOVAS ORDENS DE VISIBILIDADE E DE VISUALIDADE: O HIBRIDISMO DAS “MEMBRANAS DE LUZ”

As fotografias geram conceitos, posto que são, conforme Flusser (2009) ensina, imagens técnicas, mas as fotografias também comportam conceitos, porque, para o pesquisador “imaginam”, ou nos fazem imaginar, outros lugares, dão-nos visões, diríamos melhor, possibilidades de visões do mundo, que cobram, contudo, a leitura que elas organizam, o que significaria, nesta perspectiva, que vigiam por nós o mundo.

Talvez, resida aí, parte do motivo de nosso fascínio pelas imagens em preto e branco, que embora muito distintas da “realidade” que enxergamos, pois não vemos em preto e branco, são as situações “ideais”, como argumenta o próprio Flusser, ao afirmar: “O branco é presença total de todas as vibrações luminosas; preto é a ausência total. [...] De maneira que cenas em preto e branco não existem. Mas fotografias em preto-e-branco, estas sim, existem. Elas “imaginam” determinados conceitos [...]” (FLUSSER, 2009, p.38).

Diante da época e dos dispositivos possíveis para os aparelhos fotográficos, todas as fotografias produzidas durante a Guerra do Contestado estão em preto-e-branco, e, nos documentários são utilizadas em sua imensa maioria assim; a exceção fica por conta de poucas imagens como a Imagem-*frame* 06, que foi disposta em cores para mostrar as aplicações possíveis do recurso tecnológico, o *software Blender 3D*, ação que aloja, estas imagens, num *efeito-blender*.

As demais que surgem com leves cores, quando se configuram como retratos, produzidos pelo fotógrafo em seus estúdios, podem ter sido pintadas à mão pelo profissional, técnica muito empregada na época.

As imagens do mundo em preto-e-branco, magicizam-no, criam alternativas de pensar e de conceituar nossa prática, sem atribuímos ao cotidiano a dureza da realidade. Esta relação complexa entre o que vemos e o que queremos ver constitui a fotografia, que assim lida torna-se enunciável. Um discurso que não esconde seus modos e seu sistema, mas os mascara à medida que os dispositivos técnico-tecnológicos, como dispositivos de comando da sociedade, exigem.

Nesse sentido, a fotografia é ambígua e complexa, uma maquinaria que prevê iludir, regular e naturalizar modos de ver e, por decorrência, modos de dizer sobre o outro, sobre si, sobre o mundo, fazendo ver “alguma coisa e que coloca sob as luzes em evidência” (DELEUZE, 2005, p. 67) outras.

Imagem-frame 06 – São João Maria - Capturas 00:05:27 a 00:05:37 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Como um dispositivo moderno se reatualiza, para isso, entra, cada vez mais, nos domínios das chamadas imagens tecnológicas ou imagens híbridas, cujos dispositivos interpõem a fotografia como “Uma decorrência imediata dessas passagens e atravessamentos entre as formas de expressão [...] elas [as passagens] desempenharam um papel especialmente produtivo, dissolvendo antigos preconceitos e inserindo-a, de modo estratégico, no universo da produção imagética contemporânea” (FATORELLI, 2013, p. 5).

Em suas discussões, Fatorelli (2013) pontua que a fotografia ganha com o processo de hibridização, porque tem a oportunidade de problematizar a duração de suas imagens, ou seja, sua temporalização, quando inserida nos vídeos ou no cinema. Conforme afirma o pesquisador:

Os processos de hibridização entre os meios favorece contornar alguns dos impasses legados pela tradição da crítica moderna, como o abandono dos discursos e das práticas instituídas sobre [...] o instantâneo e a duração, o espaço geográfico e o espaço efetivo da experiência, entre inúmeras proposições dualistas que desempenharam historicamente o papel de segregar, de forma definitiva e não problemática, a imagem fixa e a imagem em movimento (FATORELLI, 2013, p. 9).

Nessa perspectiva, os processos de hibridização das imagens brindam as pesquisas na linha do discurso em pelo menos três probabilidades analíticas: (i) a instabilidade da visualidade e da reprodutibilidade proporciona a análise das verdades instauradas na imagem fotográfica e na imagem videográfica, como no caso desta tese; verdades que partem em geral da experiência do ato de filmar ou de fotografar. Em outras palavras, uma fabricação. Como salienta Barros (2000), a reprodutibilidade estabelece uma relação difícil com a verdade, posto que a experiência da observação, sustentada pelo suporte, dá o sentido de verdade, embora cause também sua destruição.

Assim, a problematização das verdades da imagem fixa e da imagem em movimento, afastada dos dogmas que as engessam em rótulos e sua consequente ilusão do interminável instantâneo ou da inabalável efemeridade, trazem à luz outros modos de fazer as imagens, que, embora, possam configurar como apenas outras verdades, cumprem ao menos a tarefa de fazer crescer a miríade de possibilidades e diferenças no pensar; (ii) orientam-nos a “intuir um devir fotográfico e um devir cinematográfico em processo, abertos à emergência de formatos e de configurações imprevistas entre as imagens estáticas e as imagens em movimento” (FATORELLI, 2013, p. 9), ou seja, suas singularidades poderão mostrar-nos as “condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com

os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (FOUCAULT, 2012, p. 34), e (iii) podemos, no questionamento das verdades que os dispositivos imagéticos trazem, problematizar também a noção de monumento conferida às imagens fotográficas, as quais, tomadas como documentos, são consideradas como memórias desse passado organizado e eleito pela vontade de verdade. Um processo que cabe à história, em nossos dias, incorrer socialmente, desdobrando “onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (FOUCAULT, 2012, p. 8).

Essa monumentalização das fotografias rende-se ao formato videográfico, para ampliar seus sentidos de memória. Tal monumentalização pode, ainda, ser compreendida como uma relação de “laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (FOUCAULT, 2012, p. 69). A passagem das imagens imóveis para as efêmeras e/ou sua aplicação nos meios digitais midiáticos, movem os sentidos de monumento, de memória e de rememoração da fotografia, enquanto a atravessam com seus recursos, especialmente os dispositivos temporais, que intrinsecamente ligados às noções de memória e de rememoração, encerram, além dessas acepções, efeitos da sociedade que as lê. As práticas sociais facultam ao monumento fotográfico atravessado pela passagem das imagens efêmeras, saberes e poderes de seu tempo; saberes que determinam espaços de reprodutibilidade e poder de ler o passado e, principalmente poder de ler uma memória futura (LE GOFF, 1990) de conservá-la e de homogeneizá-la.

O modo distendido do tempo,- sua temporalização-, traz para as imagens-*frame*, utilizadas nos documentários, *corpus* desta pesquisa, como um objeto que tendo sido alterado em sua essência de instantâneo tem, agora, na efemeridade imagética, o aprisionamento às imagens que transcorrem, que continuam. O que significa que já não há o controle do tempo, por parte de quem vê. Tal regime de olhar retém, portanto, a ilusão do tempo de observação das imagens imóveis, pois lembremos: seu observador já não se detém pelo tempo que deseja; posto que, coloca sua observação sob a égide do avanço quadro a quadro da videografia. E, fundamentalmente, o regime de olhar assegura uma mudança na passagem da noção temporal, tendo em vista que as imagens ora saltam, ora são embaçadas, comportam acelerações e retardos, animam personagens e são animadas para fora de seu espaço geográfico. Essas tensões são proporcionadas pela percepção de continuidade da videografia, cujos recursos midiáticos digitais e seus dispositivos rompem sentidos instituídos, podendo gerar outros efeitos e discursos.

Sobre a movimentação ou não das imagens, Fatorelli (2013, p. 32) explica que “lugar entre a imagem imóvel e a imagem em movimento compreende as expansões e as contrações do instantâneo e, igualmente, as temporalidades complexas resultantes das intervenções no encadeamento regular e sucessivo das imagens em movimento”. Para a análise do discurso há um duplo discursivo, de entremeios e atravessamentos da fotografia na mobilidade do videográfico/documental e do efêmero na imagem registro/documento da fotografia. Ambas constituem imagens técnicas que são modificadas pelos recursos técnico-tecnológicos da contemporaneidade.

Os atravessamentos e deslocamentos, que as ordens discursivas contemporâneas promovem, transformam as imagens técnicas em texto, discursivizam-nas nos moldes de um comentário, o qual sofre as coerções discursivas do verdadeiro de época. Um duplo discursivo: se concebidas no hibridismo (imagem móvel e imagem imóvel) e em seus efeitos; um comentário, um texto primeiro, a fotografia, em sua reverberação na contemporaneidade (vídeo/fotografia). Uma tecnologia política de regimes e ordens de olhar e de dizer os corpos populacionais do contestado (caboclos, militares, população rural, milicianos).

Outra abordagem, que não deixa, no entanto, de também fraturar o conceito da fotografia como o estatuto do instantâneo, encontramos em Gouvêa (2011), quando indaga se:

É possível expandir a imagem fotográfica para além do limite de seu tempo próprio, esgarçar essa aparente instantaneidade de forma a lhe restituir o fluxo vital múltiplo do tempo e, dessa maneira, incluí-la no campo mais vasto das imagens-tempo? (GOUVÊA, 2011, p. 17).

A resposta encontrada pela artista e pesquisadora está na “desaceleração do movimento do mundo em relação à presença do ser, que é feita ou provocada conjuntamente pela memória e pelo desejo, e que trazem à tona todo um bloco de sensações e experiências do passado [...]”. Essa duração, esse período de tempo lento e contínuo no qual as imagens fotográficas, se diferem dos fotogramas acelerados e vertiginosos, produzem um olhar mais atento do seu observador, que, embora conformado em regimes de olhar muito específicos, regrados pela incidência de luz dos focos, *closes* e *zooms* que o dispositivo permite, contrasta com o apressado da câmera nos quadros que regram os fotogramas.

Semelhante ao congelamento fílmico, a fotografia animada tem nessa passagem de olhar um regime de duração que dilata os efeitos discursivos de memória e da memória que se “reatualiza”, na qual rostos, olhares e corpos do Contestado, por exemplo, tornam-se, por esse viés, “memórias do presente” (LE GOFF, 1990, p. 189).

O foco nos dispositivos técnico-tecnológicos revela uma emergência de saberes e de práticas que inserem as imagens em outros regimes de visibilidade e de visualidade. O mundo se torna, quando olhado/vigiado por esses saberes mais tecnológicos, modernos, contemporâneos e acelerados. Adjetivos que ofuscam a constituição das verdades que se relacionam com as sociedades digitais do hoje, com dispositivos que produzem sujeitos, enquanto são produzidos por estes; uma maquinaria do desejo e do poder.

Consideramos que as fotografias tiveram seus alicerces de confiabilidade documental abalados pela imagem digital (GOUVÊA, 2011), que toma o posto de máquina “mediadora do invisível” da primeira, principalmente quando as imagens em movimento assumem “sistemas de vigilância em tempo real” (GOUVÊA, 2011, p. 28).

A “fotografia filmada”, sintagma empregado nos domínios da arte e citado por Gouvêa (2011), ou “fotografia que dura ou que se mexe” para Dubois (2013), parece solidificar as afirmações da temporalização das fotografias do Contestado usadas nos vídeos, uma vez que, estando na ordem dos dispositivos, a noção de fotografia filmada, recruta uma dobra do tempo, que tratada em seu conceito físico estabelece uma duração para as imagens imóveis, - que agora já não estão mais no nível da imagem imóvel - , ao mesmo tempo, tal dobra se amplia, ou melhor, desdobra-se, ação que muda os efeitos de sentidos, quando as relações temporais são “esticadas”, para além delas, desvelando outros sentidos e gerando relações com outros discursos.

Se às imagens fotográficas cabem as noções de fotografia filmada, que dobra e se desdobra no/pelo tempo, quando editadas sob a égide dos dispositivos discursivos e não discursivos; à passagem, ao entremeio ou ao entre-imagens (Bellour, 1997) - como consideramos acontecer com as imagens fotográficas que se dão a ver nos documentários - , acomodam-se os princípios, também propostos por Gouvêa (2011) das “membranas de luz”.

Observando esse processo sob a ótica das artes, a pesquisadora e artista apropria-se de um conceito da biologia, para entender que:

[...] nos sistemas biológicos existe a distinção tradicional entre o passado, presente e futuro, mas não há uso para o fluir do agora. A função do presente é conectar o passado com o futuro do ser vivo, portanto ele pode ser modelado [...] [por] uma das grandes invenções da natureza: a membrana (GOUVÊA, 2011, p. 17).

Compreendidas como membranas, as imagens, tal como a pele, dispõem camadas e separam ambientes. O que concede às imagens visibilidade, no entanto relativa, pois a

membrana ao separar, distingue o que está visível do que não é visto, um fora e um dentro, uma fronteira. Assim, o que lhe é interno configura-se como memória-passado, enquanto que sua parte visível, expõe possibilidades, uma delas é a projeção para um futuro.

Numa perspectiva discursiva, o presente atua como uma passagem entre estes dois tempos distintos – passado e futuro -, ainda que unidos e interdependentes, faz relacionar e retomar enunciados, que como uma pele (uma membrana) abraça o presente. As fotografias nos vídeos trazem estes sentidos de membranas de luz, porque envolvem o presente, portanto, instituem-se presentificadas nele, na memória desse passado, numa primeira camada, que não está escondida, em absoluto, nem carrega sentidos a serem “descobertos”, apenas acomoda seus enunciados, onde talvez eles deveriam estar.

Nossos investimentos nos sentidos atribuídos a membranas de luz vão ao encontro das acepções de remanência⁴⁹ em Foucault (2012), tratando dos enunciados, os quais, jogamos ao lado dos híbridos fotografia/vídeo-documentário, os quais, nessa perspectiva,

[...] se conservam graças a um certo número de suportes e de técnicas materiais [como a passagem da imagem imóvel para a imagem móvel] [...]. isso que dizer, também, que eles estão investidos em técnicas que os põem em aplicação, [tal como os dispositivos técnico-tecnológicos de animação] em práticas que daí derivam em relações sociais que se constituíram ou se modificaram através deles. Isso quer dizer, finalmente, que as coisas não têm mais o mesmo modo de existência, o mesmo sistema de relações com o que as cerca, os mesmos esquemas de uso, as mesmas possibilidades de transformação depois de terem sido ditas (FOUCAULT, 2012, p.151).

As imagens-*frame* entram na rede dos suportes e das técnicas apontados na citação, para ter condições de existência e conferir condições de possibilidade necessárias para que as fotografias dos caboclos ganhem, pelo dispositivo de animação fotográfica, visibilidade. Uma vontade de verdade da contemporaneidade que atribui sentidos de positividade aos dispositivos tecnológicos.

A figura 1 demonstra como a imagem-*frame* tem sua condição de existência e de possibilidade alçada pelo campo de reinscrição e de transcrição, modos pelos quais retoma a identidade de enunciados. Tal identidade configura-se também, por sua vez, pela apresentação das fotografias, nos documentários, como imagens efêmeras. Desse modo, o objeto fotográfico dà-se a ver como imagem-*frame* que mobiliza discursos outros, os quais vão pelo

⁴⁹ Consideramos a remanência como uma “memória óptica”, algo que permanece, persiste como estímulo sensorial/visual, mesmo após o fim do estímulo físico. Um rastro, em nosso caso, discursivo.

zoom, corte móvel, duração e salto, produzir e/ou ampliar os sentidos transcritos como rememoração e celebração centenária.

Isso permite que as fotografias utilizadas nos vídeos, por exemplo, sejam as mesmas de outros vídeos, textos e análises nestes 100 anos passados da Guerra do Contestado, e que, no entanto, inscritas em outros modos, como os fazeres técnico-tecnológicos que as animam, tenham alcançado diferentes possibilidades de reinscrição e de transcrição. Dessa maneira, compreendemos que pelas imagens-*frame* desvelam-se o funcionamento dos discursos, os campos de desestabilização, o lugar híbrido de existência desses enunciados imagéticos e a sustentação de saberes e de ordens institucionais as quais obedecem.

Figura 01– Modos de reinscrição e de transcrição da imagem-*frame*



Fonte: Figura organizada pela autora.

Dessa forma, entendemos que os modos contemporâneos de visualidade das fotografias antigas, a exemplo das registradas durante a Guerra do Contestado, modificam sua relação com os efeitos de visibilidade que elas contêm, ou seja, já não as olhamos mais como antes, quando estavam encerradas em quadros de um museu, ou expostas em porta-retratos de famílias. Vemo-las como monumentos, como objetos reinscritos.

Uma das grandes mídias da atualidade, a saber os documentários, será questionada na sequência desta tese, como uma rememoração do que não foi conhecido ou do que jamais foi visto antes, uma conformidade temporal de dizeres, que normaliza uns, enquanto exclui outros, numa meada discursiva que problematiza o presente e seus modos biopolíticos de

condução, possibilitando, diante do objetivo proposto na introdução deste trabalho, a visibilidade de regimes de verdade sobre os sujeitos fronteiros, “caboclos” do Contestado, em “novas” texturas dos regimes de visualidade.

5 REGIMES DE DIZER E DE OLHAR: O CONTESTADO NO ESPAÇO VIDEOGRÁFICO DOCUMENTAL BRASILEIRO

Dos espaços da circulação indefinida dos discursos, para os lugares da imagem fílmica, propusemo-nos o empreendimento de considerar aspectos relativos a estes domínios do efêmero, marcando-o, de antemão, como uma materialidade ligada constitutivamente aos saberes técnicos. Afirmção que será explicada na sequência deste trajeto, e na qual ancoramos os estudos iniciais sobre especificamente o cinema documental e as produções videográficas, garantindo, de um ponto de vista discursivo, possibilidades de olhares e gestos de leituras desses espaços que comportam traços do efêmero e da fotografia como lugar que mobiliza a técnica e suas tecnologias para falar, para discursivizar.

Além disso, gostaríamos de apresentar com maior propriedade, ainda nesse estudo duas produções vídeo-documentais brasileiras que, selecionadas para esta pesquisa, têm como argumento o centenário da Guerra do Contestado (1912-1916): *Meninos do Contestado e Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*. Nelas a historiografia do Contestado ganha rememoração e presentificação e formam o *corpus* de pesquisa.

Quando estudamos, nos campos da Análise do Discurso, em linhas de pesquisa que versam, em geral, sobre o texto, olhando e problematizando um espaço tão heterogêneo como os pertencentes aos domínios fílmicos, os questionamentos, sobre os discursos e as imagens sobre o Contestado, levantados e discutidos no primeiro capítulo desta tese, tornam-se fundamentais. Nesse sentido, as formas imagéticas e seus discursos extrapolam linhas num papel, letras e tipos gráficos para compor práticas de comunicação bastante complexas para análise, cumprindo, através de seus enunciados e das séries que compõem seus discursos, um papel de organização e de divulgação de um modo de compreender o mundo.

Os discursos dos domínios fílmicos documentais e videográficos foram os elencados por nós, pois mostram, como Foucault diria sobre o enunciado, uma “tal série de enunciações” que, nos move por sabermos “que vivemos em um mundo em que houve coisas ditas. [...], em sua própria realidade de coisas ditas, [as quais] não são, como às vezes se tende muito a pensar, uma espécie de vento que passa sem deixar traços, [...]” (FOUCAULT, 2009, 404).

O conjunto de imagens dos documentários, uma rede discursiva que se prolonga nas técnicas empregadas para tratamento da imagem, mantém o que Foucault nomina de “traços” na realidade, tornando possíveis de existência seus modos de ver o mundo. Recortes de real que, embora apoiados no passado, posto que a imagem móvel traz para seu universo a

imagem imóvel, fazem subsistir esses “traços” de coisas antes ditas e vistas, deixando para nós enunciados.

Um mundo que é todo tecido, entrelaçado pelo discurso, ou seja, enunciados que foram efetivamente pronunciados, coisas que foram ditas, afirmações, interrogações, discussões, [imagens] etc., que se sucederam. Desse ponto de vista, não se pode dissociar o mundo histórico em que vivemos de todos os elementos discursivos que habitaram esse mundo e ainda o habitam (FOUCAULT, 2009, p. 404).

Nessa direção, consideramos necessário conhecer nosso objeto de pesquisa. Contudo, marcado nosso trajeto metodológico a partir da AD, consideramos de igual importância, nos privarmos de um tratado sobre os domínios fílmicos, para nos concentrar em recortes teóricos, que entendemos mais urgentes para compor o quadro, também teórico, no qual basearemos nossas pesquisas, passando pelo que compreendemos como uma síntese despreziosa de aspectos substanciais, das produções imagéticas documentais e videográficas.

Foucault (2012) em *A Arqueologia do Saber*, ao tratar das regularidades discursivas, nos apresenta o título: a formação dos conceitos. Neste estudo, o filósofo propõe possibilidades de desmontar o quebra-cabeça do que ele denomina de uma “arqueologia dedutiva” de como os conceitos se organizam, instrumento analítico que, para esta pesquisa, contribui para entender como o funcionamento das produções vídeo-documentais pode deslocar sentidos, mantê-los, reagrupar outros, construir novos sentidos e emergências discursivas.

Sob tal perspectiva, junto ao filósofo, consideramos necessário “descrever a organização do campo de enunciados que aparecem e circulam” (FOUCAULT, 2012, p. 67) para entender a formação dos conceitos que também circulam e se apresentam socialmente. Assim, num exercício arqueogenealógico, poderíamos questionar a própria materialidade, perguntando de sua organização, de seu estatuto discursivo, dos domínios que a suportam, de suas formas migrantes para outros campos do conhecimento.

Compreendemos inicialmente dois formatos de discussão, que cumprem apresentar-se neste estudo: o formato documentário e o formato das imagens videográficas. Passando à discussão das materialidades fílmico-documentais, poderíamos, observá-las distanciadas dos conceitos que permeiam sua gênese e sua reprodutibilidade técnica, discussões que, talvez, sigam Dubois (2013), em Conferência ministrada na Universidade Federal do Pará-Brasil, quando emprega o termo forma-fotografia e possam ser contempladas em outro trabalho, para que nesta tese, consideremo-la como uma forma-documentário videográfica, a qual, diante da

heterogeneidade discursiva contemporânea, transformaram-se em modos que extrapolam, expandem mesmo, o sentido clássico do documentário e o sentido moderno da videografia.

A partir da formação dos conceitos em Foucault, outras várias possibilidades de olhar se impõem; seriam, pelo viés das discussões foucaultianas, materiais que comportam uma sucessão de séries enunciativas, ou tipos de correlações; também, poderíamos entendê-las como variados esquemas de enunciados, formas de coexistência com outros enunciados e de concomitância; ou, ainda, domínios de memória ou procedimentos de intervenção.

5.1 UM ESPAÇO PARA O CLÁSSICO

Anterior aos sentidos e conceitos contemporâneos, os documentários são marcados e compreendidos por sua especificidade, ou seja, condenados aos sentidos etimológicos da palavra documento, sobre a qual Le Goff (1990), no momento das discussões sobre as noções de monumento e documento, atesta que “O termo latino *documentum*, derivado de *docere* ‘ensinar’, evoluiu para o significado de ‘prova’”, e mais tarde, já no século XIX, foi-lhe atribuído o sentido mais moderno de ‘*titres et documents*’,[...]” como um “testemunho histórico” (LE GOFF, 1990, p. 462, grifos do autor)⁵⁰.

Sob tal princípio etimológico, o documentário nasce como um depoimento visual da realidade, com um “caráter de documento” que na contemporaneidade passa por nós como um “efeito do real” (GAUTHIER, 2011, p. 20, 24). Isto significa que é uma materialidade gerada pela conjunção entre real e ficção, entre a prova e o testemunho, que negocia e produz efeitos de real e de não real.

Muito embora o espectador de documentários procure pelo documento, pela prova, pelo real nas imagens que assiste, Lins afirma que

Em meio às imagens de todos os tipos que constituem o mundo moderno contemporâneo, as imagens do documentário apresentam de maneira mais evidente, uma tensão que encontramos em diferentes domínios: tensão entre a realidade e a ficção, entre a verdade e o falso, entre a imagem e o real (LINS, 2007, p. 227).

Gauthier (2011, p. 27) conclui, numa abordagem similar a de Lins, que “o documentário, no sentido que o entendemos [...], não é senão uma abordagem possível

⁵⁰ Alguns trechos deste estudo já foram discutidos em capítulo publicado no livro *Imagem e(m) Discurso: a formação das modalidades enunciativas*, 2015. CF. referências ao final.

daquilo que chamamos de ‘o real’ (que se limita, evidentemente, ao que podemos perceber dele) ”.

Outro autor que buscamos para compor este recorte histórico/genealógico dos documentários é Bill Nichols, que inicia o primeiro capítulo de sua obra, *Introdução ao Documentário* (2012), rompendo, ou melhor, colocando pontos finais nas discussões contemporâneas, versando sobre como os filmes são ligados à invenção dos romances e à ficção dessa inventividade, na contrapartida de cineastas e produtores que situam o documentário como primordialmente ligado à verdade e à história. Sobre isso, ele argumenta que

Todo filme é um documentário. Mesmo a mais extravagante das ficções evidencia a cultura que a produziu e reproduz a aparência das pessoas que fazem parte dela. Na verdade, poderíamos dizer que existem dois tipos de filme: (1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes (NICHOLS, 2012, p. 26).

Essa heterogeneidade ou essas possibilidades das produções imagéticas efêmeras de se converterem em conceitos diversos ao olhar de quem as vê pode ser compreendida como “possibilidades” também de utilizar dispositivos tecnológicos de campos outros. Tais mecanismos dão tratamento contemporâneo, criam possibilidades de edição e organização diferentes, mas acima de tudo, cabem como mecanismos que especificam e descrevem toda uma rede de relações discursivas, que conforme sinaliza Foucault, é “o que permite delimitar o grupo de conceitos [...] a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros” (FOUCAULT, 2012, p. 70).

Nessa direção, a asserção metalinguística de Gauthier (2011) sobre os documentários, quando recorre ao dicionário *Littré* de 1871, assevera a materialidade documental como aquela “que tem caráter de documento” (LITTRÉ, 1871 apud GAUTHIER, 2011, p. 26); e continua, acrescentando a essa definição, o requisito de que “o filme documentário [necessariamente] viria do conhecimento científico e de sua transmissão”, estabelece, assim, relação conceitual com Le Goff, Lins e Nichols, preparando aqui um “feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual” (FOUCAULT, 2012, p. 71).

Consideramos que, em tais acepções, o documentário pode ser visto como uma materialidade que guarda uma explicação ou toda uma relação de explicações e conceitos. Embora tais conceitos pareçam dizer do real e da realidade⁵¹, principalmente, quando

⁵¹ Além da noção de documento as noções de “real” e “realidade” empregados doravante assumem, em nossas pesquisas, a condição observada por Foucault (2012, p. 60) de um “regime de objetos”, que compreende todo um

consideramos o documentário tão somente a partir da noção de documento, rende-se, na atualidade, a práticas que se utilizam das técnicas fílmicas, como cores, formas e movimentos, bem como, aos mecanismos de determinação de uma tela, como a recepção e a tomada e a seleção de cenas⁵².

Nesse empreendimento teórico, o documentário, antes uma certeza da realização de um material do “real” e da “verdade”, expande-se para possibilidades de outras realizações, torna-se, salientando, uma *forma-documentário*. Cumpre, ainda, determinar sua não analogia direta, na contemporaneidade, a toda representação de real. A “ficção”, entendida como fabulação e narração, entra em sua constituição e em suas práticas, muda os sentidos de “realidade/verdade”, mesmo que estes estejam afetados por efeitos mascarados, camuflados de ilusões do que queremos como real e permitidos pelas relações estabelecidas nos procedimentos metodológicos de intervenção técnica e discursiva, além de legitimados por meio daquele que segura a câmera, ou daqueles que a orientam, gerando imagens, sons e cores, que produzem regimes de olhar, ordens de como ver e do que ver. De tal forma que

Se o documentário fosse uma *reprodução* da realidade, esses problemas seriam bem menos graves. Teríamos simplesmente a réplica ou cópia de algo já existente. Mas ele não é uma reprodução da realidade, é uma *representação* do mundo em que vivemos. Representa uma determinada visão de mundo [...] (NICHOLS, 2012, p.47, grifos do autor).

A partir de tais considerações, a formação dos conceitos relacionados aos documentários busca nos campos de concomitância entre o real e a ficção, nas diferenças ou similaridades dos procedimentos de intervenção, como os usos de campos de conhecimento do tratamento digital da imagem, na aproximação desses enunciados e em sua sistematização (FOUCAULT, 2012), formas que acompanham e orientam as fabulações documentais e os aspectos de sua essência. Nos recortes e seleções emprestados das técnicas fílmicas, as produções documentais estabelecem práticas e ordens de representação do mundo, produzindo perspectiva nas posições de uma câmera, no tratamento da imagem fotográfica, na utilização de recursos computadorizados, que intervêm e fazem do documentário um espaço de interação de práticas e de relações discursivas dos saberes técnicos. O documentário é, nesse sentido, “[...] uma arena onde as coisas mudam. [...] [espaço no qual] Existe contestação” (NICHOLS, 2012, p.48).

conjunto ou feixe de relações e suas regras próprias, ou seja, práticas discursivas que constituem e são constituídas pela história, pelos sujeitos e suas relações.

⁵² Conferir: OLIVEIRA, 2015.

Ressalvamos que ainda há distância até o esgotamento das discussões sobre a gênese ou sobre o específico da materialidade fílmica documental. Compreendemos a urgência de definições e conceitos do que na contemporaneidade entendemos por documentário. Contudo, para o campo discursivo, no qual nossa pesquisa se inscreve, mais importante do que aprofundamentos é descrever e analisar quais relações discursivas o uso das “novas” tecnologias pode trazer, que mobilizações são feitas, como os processos maquínicos mudam nossa relação com a realidade e como, as imagens digitais e entregues ao espaço do “entre-imagens” (BELLOUR, 1997), e das passagens, como salienta o teórico, geram negociações, mas principalmente expandem as possibilidades discursivas e suas relações diante da virtualidade do meio tecnológico digital.

5.2 UM ESPAÇO PARA O OUTRO (OU MAIS DE UM IGUAL)

Quando pensamos em documentário, temos, muitos de nós, ainda uma visão, uma esperança, podemos dizer “romântica”, do homem com sua câmera, representando uma realidade, que, se não fosse registrada assim, não nos chegaria de outro modo. Para que esta esperança se confirme e, também, para que o circuito de circulação e produção se complete, vamos a uma sala de cinema, que são, muitas vezes, salas alternativas, não tão comerciais, para o assistir.

Com os vídeos, os espaços de organização e de circulação podem ser muito diferentes. Adaptando nossas discussões, tomamos emprestadas palavras de Dubois (2013), para dizer que, com os vídeos, há uma mudança dos “regimes de visualidade” da própria materialidade, posto que as produções videográficas, salvaguardando suas possíveis contribuições sociais, ampliam subjetivações e moldam ordens de olhares mais próximos do grande público, oferecem ao sistema de circulação e de leitura imagéticos, espaços transformados e transformadores das próprias imagens, ou seja, as videografias instituem práticas e redes de uso em domínios diversos: televisão, salas de projeção, micro aparelhos, como *tablets* e *smartphones*.

Os regimes de circulação e de divulgação, estabelecidos pelos documentários, e antes deles, sustentados pelo cinema, apostavam na propagação de suas imagens em espaços específicos, que dessem suporte necessário às demandas de suas materialidades. Com as práticas videográficas, mudam-se estes espaços, e as práticas ganham novos regimes de visualidade, que, por sua vez, ampliam as possibilidades de “participação” dos sujeitos nestas produções. A visão, antes colocada sob o regime do cinema arte, como dispositivo

tecnológico clássico ou, mesmo, conformada aos lugares discursivos do documentário denunciante, é deslocada para um vídeo, uma imagem do comum, do cotidiano, do banal.

Com as videografias, as imagens desse cotidiano atingiram outra dimensão - a dimensão do extrapolar técnico. Os vídeos são, nesse sentido, produções possibilitadas pela tecnologia e seu desenvolvimento, para ampliarem a “densidade espacial do real” (BASIN, 2014, p. 90), antes imposta pelo cinema clássico, por outros dispositivos não digitais.

Se a demanda por novas fronteiras tecnológicas se estabelece na contemporaneidade, a criação de vídeos, ou as videografias são, no campo imagético, meios que podem transcender aos recursos técnicos disponíveis para inscrever modos e regimes de visualidade muito específicos de nossos tempos. Numa retomada de Bellour (1997, p. 230) “[...] imagens do mundo. Todas as imagens [no vídeo]. As da história e as da lenda. As imagens do corpo-máquina que as recebe e transmite. Elas chegam com uma violência que aumenta a sensação de urgência. É preciso saber o que se tornaram essas imagens [...]”.

Assim, as videografias impõem-se como esse espaço em que a tecnologia atravessa a imagem, e ao mesmo tempo em que a constitui, interpela e faz interpelar sujeitos contemporâneos, produz e faz produzir modos de ver e de interpretar, utilizando-se de recursos técnicos diversos e apropriando-se de discursos tão diversos quanto estes recursos. Todos eles passam por nossos olhos, ainda destreinados para compreender a urgência das imagens digitais e seus tempos, com movimentos que ora congelam o instante, confundindo-nos, ou que ora, vertiginosamente, acelera suas imagens para novamente provocar nossos sentidos.

A extrapolação ao determinado rompe com uma historicidade discursiva, com uma tradição que acomodava os enunciados, que compunham os documentários considerados clássicos e conferem inventividade e criação às videografias e às produções documentais contemporâneas. Para Teixeira (apud MASCARELLO, 2012), as práticas do atual, que inserem a tecnologia e além dela, relativizam e ampliam as possibilidades discursivas de organização dos enunciados, podem, do ponto de vista arqueológico, inserirem seus discursos “nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços [...] [para de novo surgir ou não] no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 2012, p. 31). Tal posicionamento muda a forma do que se inscrevia como determinado, e traz “a) proliferação das denominações; b) nova base técnica; c) diferentes métodos de filmagem; d) novo circuito das imagens objetivas e subjetivas; [...]” (TEIXEIRA, 2012, p. 268).

Nessa perspectiva, Ramos (2001) corrobora tais discussões, apontando que quaisquer estabilizações de sentidos, num filme documentário ou produção videográfica perdem seus sentidos. Assim, privados da norma de seus conceitos específicos, ganham em possibilidades de existência enunciativa, e podem, por este viés, acomodar “séries com limites amplos, constituídas de acontecimentos raros ou de acontecimentos repetitivos” (FOUCAULT, 2012, p. 9). Para esta pesquisa é o caso das produções *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012), as quais se adaptam à imposição dos deslocamentos necessários à contemporaneidade, mostrando, pelos recursos técnicos que movimentam as fotografias capturadas há cem anos, tanto cenas de um passado que quer se encontrar com o presente, quanto elementos que rompem com o determinismo da máquina que quer representar o real.

Mesmo diante da contemporaneidade das imagens híbridas, os elementos utilizados para os gestos de leitura das imagens-*frame* podem se aproximar das ferramentas de análise fílmica. A movimentação fotográfica simula o olhar da câmera e discursivamente compartilha do agrupamento de enunciados da materialidade e dos campos do saber que a eles se associam. Dessa forma, os saberes técnicos que dizem das sequências, tomadas e planos entram para compor a outra rede de saberes técnico-tecnológicos, relacionando-se e produzindo outros enunciados.

Os gestos de leitura empreendidos no capítulo de 6 deste trabalho mostram que vários elementos fílmicos entram no jogo enunciativo da produção de sentidos. Planos longos e curtos, *close*, *zoom*, duração, distância focal, corte, saltos são envidados como saberes necessários e constitutivos da própria materialidade a ser analisada. Entretanto, há uma regularidade dos elementos fílmicos operados nas imagens-*frame*, de modo que do elenco apresentado as noções que mais sobressaem e entram como categorias de observação analítica são: *zoom*, corte, salto e duração, explanados e orientados para a constituição das imagens-*frame*, vistos na figura 1 em capítulo anterior.

Compreendemos que os elementos citados dizem todos a respeito do tempo das cenas e de suas sequências, seja nas configurações analógicas ou nas digitais ou tecnológicas (*softwares* computacionais). O tempo dita um percurso do olhar, por isso um salto, por exemplo, é entendido como uma montagem de dois planos, apagando uma parte do plano anterior e ressaltando o plano que segue (AUMONT, 2003), de tal forma que para o olhar o objeto ou a personagem “salta” num tempo fracionado em milésimos de segundos que distancia uma tomada da outra.

O *zoom* é considerado por Jullier e Marie (2009) como uma distorção do foco e não um movimento, afirmação que se expande quando introduzimos ponderações sobre o tempo empregado para que o olhar, direcionado pela câmera ou por um dispositivo tecnológico, acomode seu foco que ora distancia ora aproxima-se; o corte, por sua vez, é compreendido por Aumont (2003) sob a acepção de corte móvel formulada por Deleuze. Para este, o corte móvel é a “translação das partes de um conjunto que se estende no espaço, mudança de um todo que se transforma na duração” (DELEUZE, 1983 apud AUMONT, 2003, p. 65) e envida um movimento que abruptamente corta, enquanto se move para a mudança.

Já, a duração é uma oposição à continuidade, pois pressupõe um começo e um fim do tempo da cena. Para Aumont (2003), ela é do nível da subjetividade, o que significa, do ponto de vista fílmico, que ao espectador cabe perceber a duração, cujas conceituações podem variar.

Dessa forma, as conceituações brevemente explicitadas dão a dimensão das condições de possibilidade que duração, corte, salto e *zoom*, vistos como saberes técnicos, podem oferecer aos gestos de leitura dos capítulos posteriores.

Na esteira dos saberes técnico-tecnológicos, observamos que documentário ou vídeo são formas de se buscar espaços para sentidos estabilizados, tentativas de tornar a materialidade compreensível e naturalizada. Entendemos, desse modo, que o documentário contemporâneo, como *Meninos do Contestado e Olhar Contestado* inscrevem-se nessa forma documentário videográfica, porque incluem suas produções digitais em *site* de compartilhamento de produções digitais, como o *YouTube* ou em formato digitalizados em DVDs. Nesse processo, podem encontrar, pela facilidade de acesso aos recursos digitais, uma extensão de suas especificidades nos vídeos, assim como a expansão delas em formatos mais urgentes e acessíveis ao público geral; além disso, entram numa ordem economicamente mais viável, do ponto de vista de sua produção e captação de recursos financeiros e tecnológicos.

5.3 DOIS ESPAÇOS DO DIZER: CONJUNTO ENUNCIATIVO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DAS MATERIALIDADES VIDEOGRÁFICAS

5.3.1 Espaço um: Meninos do Contestado

Tratados como uma reunião de séries enunciativas, a materialidade das produções videográficas encontra possibilidades de existência, numa “ordem arriscada do discurso” (FOUCAULT, 2011, p. 7) que, pela reunião desses conjuntos de enunciados, pode, talvez,

fazer reverberar com mais força os recortes da realidade, o tratamento das “verdades” que nele circulam, e que de outra forma talvez não tivessem o mesmo efeito. Para existir e permanecer nesta “ordem das leis” (FOUCAULT, 2011, p. 7) específica de sua produção, *Meninos do Contestado* apresenta seus argumentos num vídeo de 16:12 minutos realizado pelo O Estado de S. Paulo/ “TV Estadão” e enviado para exibição no canal *youtube* em 13/02/2012.

Seu alcance midiático começou com uma reportagem no Caderno Especial de domingo, de 12 de fevereiro de 2012. A reportagem (texto e ideia) é de Leonêncio Nossa e Celso Júnior, ambos contratados pelo jornal O Estado de S. Paulo, muito embora Celso Junior, responsável pela fotografia e cinefotografia, tenha se desvinculado da empresa no ano de produção deste vídeo. Os dois são conhecidos em seu meio como profissionais investigativos, que procuram os debates e os relatos sobre problemas sociais de impacto. A produção ainda conta com a participação de Wilson Pedrosa e Toni Martin, que se revezam nas intervenções técnicas, respectivamente produção técnica e montagem da cinefotografia.

O argumento geral, ou seja, a motivação para a produção do documentário, ancora-se na ideia de que *Meninos do Contestado* tem como tema a Guerra do Contestado, “a maior rebelião civil do Brasil no século 20”, como os repórteres a apresentam. Para desenvolvimento dessa discussão, o vídeo traz uma série de enunciados que apoiam tal argumento, sustentando-se, sob tal ordenamento, em materialidades dos campos imagéticos, como fotografias antigas, registradas à época da rebelião do Contestado e outros registros fotográficos da população e dos lugares em que ocorreu o fato histórico. Embora recentes, esses registros mesclam-se aos anteriores. Há também relatórios escritos, pesquisados em arquivos do Exército Nacional, mapas e gravura, abaixo apresentados como exemplificação da reunião de materialidades utilizadas pelo documentário.

Imagem 34 – Acervo iconográfico utilizado em *Meninos do Contestado*



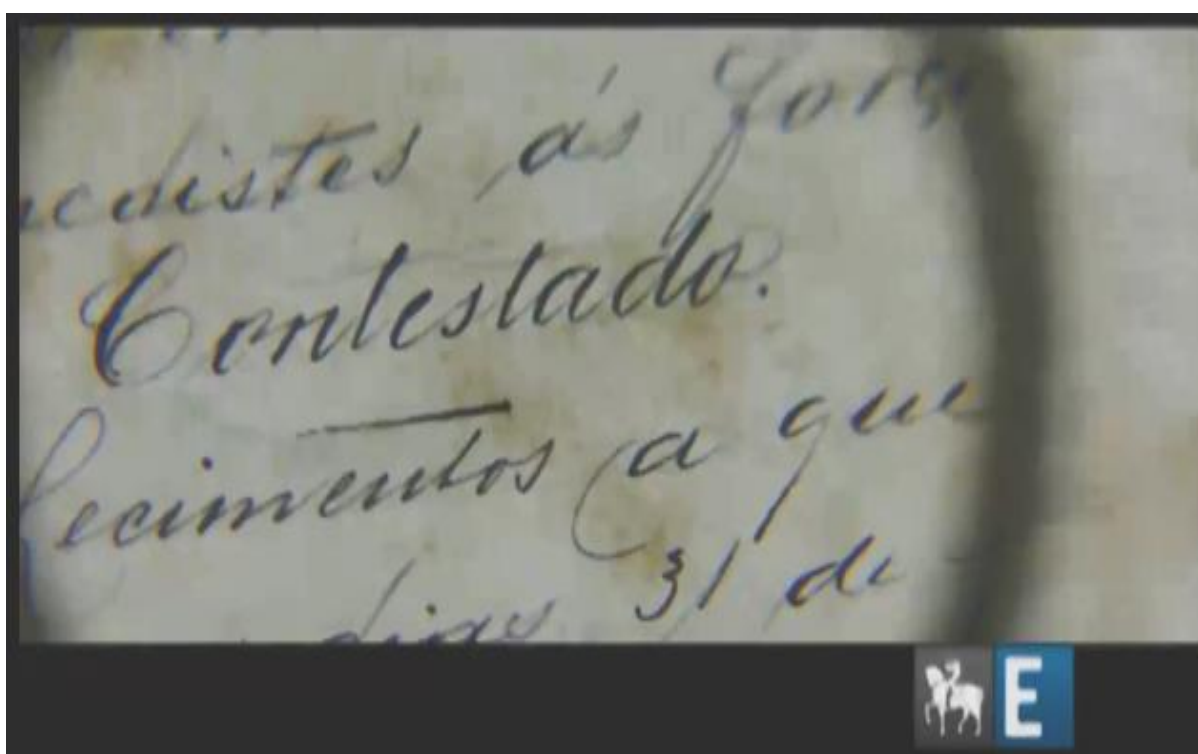


84 MAMÃE SIMÃO, 81, ELIZ QUE NÃO CONSEGUIE DORMIR QUANDO LEMBRA DAS HISTÓRIAS NARRADAS PELA MÃE, UMA SOBREVIVENTE DO REDUTO DE SANTA MARIA - SANTA CATARINA, 11/12/2011. FOTO: CELSO JUNIOR/IAE



85 A LINHA DO TREM, SANTA CATARINA, 11/12/2011. FOTO: CELSO JUNIOR/IAE

OS CABOCLOS SÃO DESCRITOS DE DIFERENTES
FORMAS NOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO DO
EXÉRCITO BRASILEIRO.



Fonte: *Meninos do Contestado* (2012) e blogEstadão.com.br.

Nos domínios móveis, são postos em rede enunciativa, fotogramas de personagens que, mesmo pertencentes à realidade atual, são considerados pela equipe de organização do

vídeo como “testemunhas ou remanescentes” dos caboclos da Guerra do Contestado. Os repórteres Leonêncio Nossa e Celso Júnior integram o material ora como voz *off*, ora como também personagens da produção documental, numa posição de debatedores. A trilha sonora, apresentada em quatro composições, alterna-se com a voz *off*, iniciando e concluindo a produção videográfica.

A síntese da fabulação videográfica centra-se na busca de uma memória para o debate sobre o discurso do que os repórteres chamam de “barbáries e crimes de guerra”, (acepções repetidas por diversas vezes ao longo da narrativa), para tanto, as testemunhas, “os meninos”, pessoas com mais de cem anos, que, na infância, de algum modo, participaram com suas famílias, dos conflitos da Guerra do Contestado, contam o que viram ou ouviram dizer sobre o fato histórico.

Uma testemunha, “alguém que sabe contar” (GAUTHIER, 2011, p. 23), que recorta de sua experiência um lugar de real no passado, para colocar, através de sua voz, balbucios e tremores, um real que encontra lugar no presente, ou para Foucault (2013, p. 39, grifos do autor) “*hístor* (ἵστωρ), aquele que está lá para ver”, produzindo uma forma de verdade sobre, como a produção salienta, as “dificuldades dos tempos da guerra”, produzidas pelo descaso das autoridades, que se prolonga até nossos tempos (governos estaduais e federal). O vídeo marca a posição de exclusão dos considerados descendentes dos contestados, estes que, com o fim das atividades da madeireira e da ferrovia, ocupam instalações abandonadas e voltam para habitar as margens dos trilhos; para o documentário: “voltam para o lugar de onde foram tirados”.

O lugar de quem fala no documentário, como “testemunha”, ou, respeitando os argumentos do vídeo, como um dos “meninos do Contestado” é ocupado, na visibilidade que a imagem nos autoriza a ver, o que aos moldes deleuzianos são “formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto” (DELEUZE, 2005, p. 66); em “novos” moldes de visualidade, ou seja, por uma forma-documentário, antes discutida como uma extensão do emprego feito por Dubois (2013), impressa e expressa em imagens-*frame*. Um exemplo está nos anciãos, já nominados em capítulos anteriores, que ao serem filmados ganham legitimidade, isto é, visibilidade por outros moldes de visualidade, mas acima de tudo ganham existência. Se antes eram vístos nos discursos e na reprodução escrita de sua fala, agora, no momento da tomada das cenas são encontrados como “verdadeiros” e como “reais”, sua existência toma a tela em cor, movimento, expressão e substância. Sua posição e testemunho, no entanto, passa do direito de falar ao direito de ceder a voz a outro; explicando melhor, seu estatuto de testemunha lhes dá forma e legitimação para narrar suas

lembranças e, dessa forma, embasar a temática do sofrimento e privações do que entendemos, na atualidade, como direitos civis e humanos, mas também lhes rouba o lugar da “verdade” que precisa ser acomodada aos nossos olhares, ao nosso tempo. Elementos que podem ser observados nas imagens que seguem.

Imagem 35 – Recorte de cenas 01’10; 01’15; 01’22 (respectivamente de cima para baixo) do vídeo *Meninos do Contestado*





Fonte: *Meninos do Contestado* (2012)

Nesse propósito, os senhores que aparecem no vídeo, renunciam à posição de sujeitos do discurso, para constituírem a grade de enunciados que lhes garante outra posição, uma posição intermediária na rede discursiva, ou seja, ainda que a visibilidade das cenas nos mostre as testemunhas como sujeitos do discurso, nos dando a ilusão de uma fala de autoridade, quem ocupa o dizer, durante todo o percurso das cenas, é o lugar institucional da legitimação do documentário, como uma materialidade do campo imagético, daquilo que é visto e ao sê-lo, torna-se, necessariamente uma “verdade”, do campo da legitimação própria da especificidade videográfica, ainda ligada ao sentido de realidade e da posição sujeito de quem enuncia, no caso os jornalistas, que têm espaço garantido de poder dizer sobre o “real”.

Pensado desse modo “[...] as diversas modalidades de enunciação [de status do sujeito, dos lugares do sujeito, das posições sujeito], em lugar de remeterem à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão [...]” (FOUCAULT, 2012, p.65-66), necessária para o exercício e para a circulação dos discursos, dentro das condições e especificidades da prática do documentário. De tal forma que distantes e não reunidos sob a forma de apresentação do vídeo, os testemunhos dos anciãos, talvez perdessem em significação ou permanecessem encapsulados no tempo e no esquecimento.

A retomada, portanto, das histórias e o modo de retomada delas, pelo documentário *Meninos do Contestado*, constitui o conjunto de enunciados que formam suas condições de produção, oferecendo, à materialidade documental, a possibilidade da existência.

5.3.2 Espaço Dois: Olhar Contestado: desvendando Códigos de um Conflito

A segunda materialidade tratada: o documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* é uma produção considerada por seus idealizadores como um “filme aberto feito com ferramentas livres”. Apresenta-se em quinze minutos (00:15:00) de exibição. Foi realizado por Estúdio Livre Paraná, Animatógrapho e Nada Audiovisual, sendo enviado para exibição no canal *Youtube* em 12/10/2012.

Sob a direção técnica de Fabiane Balvedeti e com roteiro de Fernando Severo, encontramos a reunião de estudiosos dos campos da sociologia, geografia e tecnologia da informação, que, aliados à família do fotógrafo Claro Jansson, organizaram documentos e fotografias para compor uma dupla comemoração: evocar a lembrança dos 100 anos da Guerra do Contestado (1912-1916) e homenagear o fotógrafo Claro Jansson e o conjunto imagético de registro fotográfico do conflito armado conhecido por Guerra do Contestado.

O vídeo utiliza-se de fotografias seculares, produzidas à época do Contestado, para mostrar e discutir as possíveis causas e consequências sofridas pela população que participou do movimento armado. Apresenta por meio do uso de *softwares* de edição de imagens, personagens e lugares, que são “recortados”, focados ou desfocados das imagens fotográficas originais. Produz, por esta tecnologia, o que consideramos como *imagens-frame*, que conduzem nossos olhares para o específico instantâneo da fotografia de outrora e “fabrica”, como no exemplo a seguir, cuja *imagem-frame* levemente orientam o olhar de quem assiste para o centro da fotografia, uma outra perspectiva imagética tanto dos caboclos, como dos militares e de seus espaços de vivência e passagem⁵³, animando e, ao mesmo tempo, produzindo outro regime de ver e de ler tais imagens.

⁵³ Partes dessas discussões foram apresentadas em OLIVEIRA, (2015).

Imagem-frame 07 – Imagens de rendição de caboclos - Capturas 00:11:11; 00:11:14; 00:11:16 e 00:11:19 (em sentido horário) de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Em *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*, vários fatos históricos são reunidos e organizados para mostrar de modo cronológico, o início e o decorrer das ações dos quase quatro anos de conflitos intensos. Pautados nos olhares dos produtores, o vídeo faz “falar”, pelos registros fotográficos, personagens que outrora eram ausentes dos discursos contemporâneos, reolocando-os na ordem de um “discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita [ou vista];” (FOUCAULT, 2011, p.8).

Os registros fotográficos, ao receberem o tratamento tecnológico e serem inseridos na miríade de possibilidades de uso da imagem digital, impressionam por sua lógica de observação e descrição dos horrores de uma guerra civil brasileira, que investiu agressividade e violência a corpos civis e militares destreinados na luta doméstica ou em qualquer luta. No campo do visível, o vídeo precipita-se em discutir as práticas políticas do Estado brasileiro, que, para fazer funcionar seu projeto de modernização, precisa manter a sociedade organizada e protegida das ocorrências e disposições contrárias. Para tanto, faz-lhe a guerra, situação, que como nos aponta Foucault, traz regimes de pensar a defesa da sociedade no seu todo. Desse

modo, o combate ao corpo que destoa, pelo uso das armas, mostra que estas guerras domésticas, aos moldes do que Foucault observou sobre as sociedades de segurança, “[...] se fazem em nome de toda existência; se endereçam a populações inteiras a matar uns aos outros reciprocamente em nome da necessidade delas em viver. Os massacres tornaram-se vitais”, para a vida da população urbana, industrializada e desejosa de modernidade⁵⁴ (FOUCAULT, 2006, p.9, tradução nossa).

O tema da guerra como normalização da população percorre o documentário, que entre fotografias e suas animações traz vozes *off* que completam os sentidos de subserviência da população, entendendo o conflito do Contestado pelo olhar contemporâneo da mídia jornalística e acadêmica, ou de pacificação, presente como regularidade discursiva do ponto de vista militar (vide capítulo 3 desta tese).

As noções de subserviência ou pacificação surgem nas imagens como uma necessidade para a constituição da nação e do Estado civilizado, cujas práticas levariam ao desenvolvimento econômico e à democracia política. Dessa forma, mostrar que o Estado, por meio do Exército e da Polícia, “cuidava” dos seus cidadãos, independentemente da cor ou da etnia, era fundamental para a ordem civilizatória e progressista do Brasil do século XX.

Como exemplo dessas discussões apresentamos um recorte da narração em voz *off* no documentário *Olhar Contestado* que diz:

[...] tanto é que aqui estamos recebendo comida do exército que nos faz uma espécie de favor. Veja eu acabei de perder minha terra, eu acabei de ser expulso do estilo de vida que meus ancestrais levavam desde tempos imemoriais e agora tudo que eu recebo é um pedaço de carne do governo? Essa é uma fotografia que guarda uma violência simbólica muito grande. (informação verbal).⁵⁵

A narração encontra uma fotografia que, ao ser animada, centra, como primeira ação, os personagens que recebem comida. Encenam um churrasco, uma grande porção de carne que se assemelha a partes de uma costela bovina assada de modo tradicional para os habitantes dos Estados do Sul do Brasil, num fogo de chão. Logo atrás das pessoas sentadas ao chão, dispostas como uma família (um homem e uma mulher adultos, uma jovem, quatro crianças pequenas e um bebê, escondido entre as vestes e o colo da mulher), vemos, conforme o *software* avança para ampliar a fotografia, várias outras pessoas: soldados e civis. Contudo,

⁵⁴ “[...] elles se font au nom de l’existence de tous; on adresse des populations entières à s’entre-tuer réciproquement au nom de la necessite pour elles de vivre. Les massacres sont devenus vitaux”.

⁵⁵ Voz *off* 1 (Rafael Ginane Bezerra em participação no documentário *Olhar Contestado*(2012).

a ampliação não faz apenas o trabalho de centralização e afastamento, o recurso técnico-tecnológico emprega um tempo longo para ligeiramente denotar um balanço, uma imprecisão do olho, tal como se olhássemos dentro dos monóculos antigos, até encontrarmos mais uma vez o centro, porém sem desconsiderar seus entornos.

Tal efeito, impossível de ser reproduzido nestas páginas, gera a certeza de que o recurso técnico-tecnológico foi decisivo para completar os sentidos enunciados na voz *off*, *ou seja*, o subjuço da população no passado e a decorrente indignação do olhar do presente.

Imagem-frame 08 – Seguimento de imagens de rendição e churrasco - Capturas 00:11:45; 00:11:57; 00:12:07 (de cima para baixo) de *Olhar Contestado*.





Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

5.3.3 Dois Espaços: o Descontínuo e a Regularidade

Num primeiro gesto interpretativo relativo aos documentários apresentados, podemos propor, entre eles, semelhanças temáticas, que acomodam discursos sobre a Guerra do Contestado; outras semelhanças, ocorrem, ainda, no tratamento da imagem imóvel, com as fotografias antigas que, movimentadas, cedem seu lugar e estatuto estático para entrarem em outra ordem enunciativa; a ordem dos lugares efêmeros e contundentes do que consideramos como “verdades visíveis”, ou seja espaços legitimados de imagens móveis, que diante do regime de sentidos contemporâneos do “ver para crer” dizem mais, ou preenchem mais lugares interpretativos, do que os modos de leitura escritos e até mesmo os fotográficos, como já salientado em capítulo anterior.

Cabem, assim, desencontros entre as duas produções videográficas, a começar por em *Meninos do Contestado*, que, ao trazer séries enunciativas organizam o discurso para produzir comoção e empatia com o sofrimento dos caboclos/*meninos* do Contestado e, para além disso, reverberação dessa comoção, frente às imagens e, principalmente, diante dos testemunhos dos personagens centenários.

Configuram-se, também, inseridos na série de enunciados da rememoração, os sujeitos, que dada a posição enunciativa da mídia jornalística, tomam a palavra diante da câmera, os quais numa relação de forças da ordem da (in)visibilidade, retomam as falas de testemunho, acrescentando a elas o caráter formal e dramático necessário da expressão facial, da articulação vocal, da pontuação pausada na fala cadenciada e lenta, num modo pastoral de condução do discurso, tal como apresenta-se na Imagem 20, observada a seguir.

Somam-se à trilha sonora, textos destacados na tela, fundo de cena com cores escuras, próprias dos sentidos de medo, morte, abandono, que fazem da *voz off*, a mesma voz dos produtores, elaborando uma narração contundente e forte, num tom semelhante aos testemunhos e às imagens dos senhores e senhoras apresentados nos vídeos.

Imagem 36 – Crimes de guerra e o Contestado – Captura 02'24 de *Meninos do Contestado*.



Fonte:Meninos do Contestado (2012).

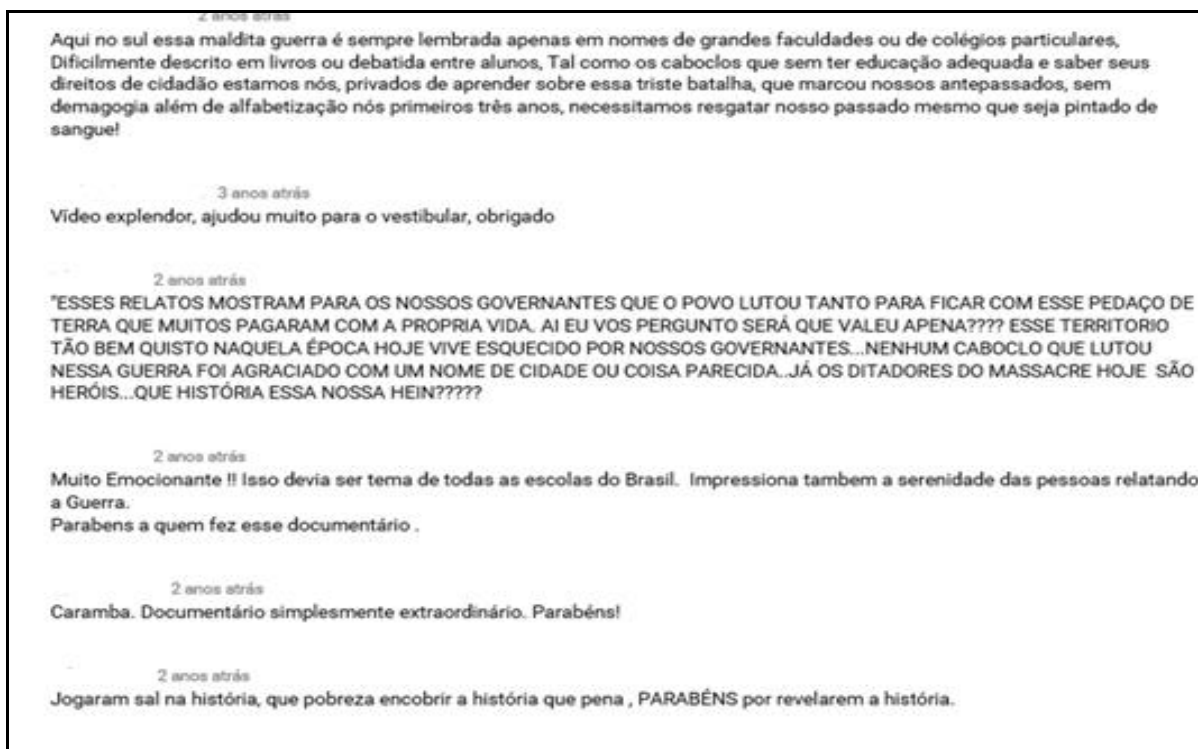
Tais séries enunciativas acomodam o teor de comoção e auxiliam na reverberação do mesmo modo. Toma-se tal afirmação, tendo por base, os desdobramentos pesquisados que o documentário em questão provocou: sites e blogs, *webaulas*, palestras/debates, - meios de circulação midiático/digitais - que divulgaram com propriedade a temática abordada, provocando retornos, em forma de comentários (25 comentários postados no *site You Tube*), que salientaram o caráter informativo e denunciante das reportagens, como podemos observar na Figura 2.

Figura 02 – Conjunto das regularidades discursivo-imagéticas do vídeo *Meninos do Contestado* (2012) em mídias tecnológicas.



Fonte: Coleta e organização da autora.

Figura 03 – Conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre *Meninos do Contestado*.



Fonte: Extensões do documentário *Meninos do Contestado* exibido na plataforma *You Tube* (maio de 2015).

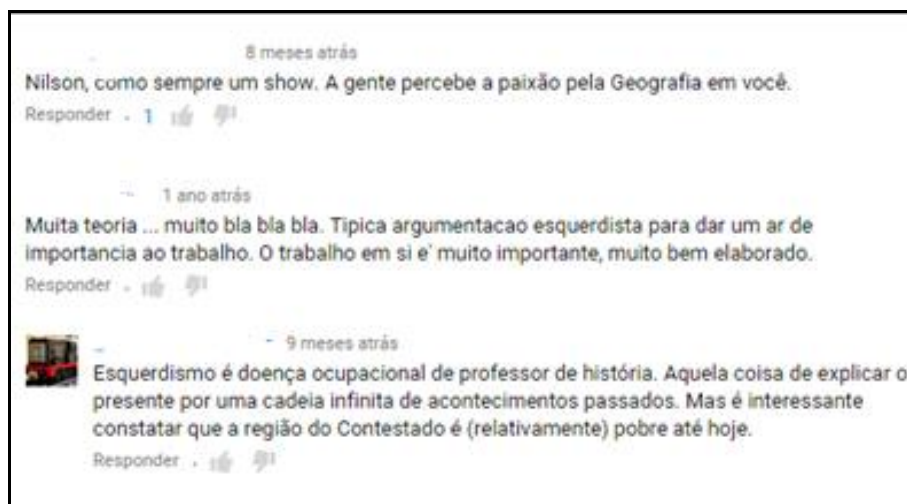
Sobre o documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*, entendemos que os sentidos de comoção não são os que o define, dado que, a pesquisa sobre a repercussão dos meios de circulação, por onde o documentário foi divulgado e comentado, mostrou-nos que os comentários, como um “termômetro” popular, pensado do ponto de vista da heterogeneidade do público, e da decorrente recepção da materialidade, continham, além da apreciação positiva comum, dúvidas sobre a parcialidade dos relatos e textos do documentário, e, primordialmente, questionamentos sobre o posicionamento dos sujeitos, como, a título de exemplo, seu “academicismo” e “esquerdismo”, modo como foi compreendido por alguns internautas/espectadores. Seguem figuras abaixo com os comentários supracitados:

Figura 04 – Conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre o documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*.



Fonte: Extensões do documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* exibido na plataforma *You Tube* (maio de 2015).

Figura 05 – Sequência do conjunto enunciativo (comentários em internet) sobre o documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*.



Fonte: Extensões do documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* exibido na plataforma *You Tube* (maio de 2015).

Alternados entre elogio e boas apreciações ou entre críticas maliciosas, os 19 comentários postados logo abaixo da tela de exibição no *site YouTube*, demonstram as dúvidas e questionamentos, acima citados. Transitam entre a importância da discussão sobre a memória e/ou esquecimento do fato histórico, mas, também, salientam a posição, denominada

“esquerdista” dos sujeitos que agem na *voz off* ou na narração diante da câmera, numa quase “aula” das disciplinas ligadas à história e à sociologia.

As reverberações do vídeo são constituídas de *clip*; palestra, ao vivo e posteriormente divulgada em rede virtual, dos usos da ferramenta tecnológica, usada para a produção de movimentos das fotografias – *software Blender 3D* e *site* oficial para a divulgação e venda do documentário. Encontramos também *sites* que discutem ou apresentam o documentário *Olhar Contestado* como modelo de trabalho e de divulgação da técnica de tratamento e de animação das fotografias, a partir do uso de ferramentas livres.

Figura 06 – Conjunto das regularidades discursivo-imagéticas do vídeo *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012) em mídias tecnológicas.



O documentário *Meninos do Contestado* destaca-se pelo conteúdo político social, que está em vídeo postado no *site* YouTube (em 29/03/2012). Conforme salienta José de Souza Martins (historiador e escritor) “Essa iniciativa [a produção do vídeo] é excepcionalmente interessante [...] ela tira o monopólio [...] da discussão histórica dos historiadores [...] o jornalista vê o vivo [...] isso de falar com três sobreviventes é de restabelecer a conexão com a vida das pessoas” (informação verbal)⁵⁶.

Inscrito, pelo seus produtores, numa contraposição dos discursos da história, *Meninos do Contestado* traz pelos *sites* que divulgaram vídeo, debate e testemunhos; dinamicidade técnica e jogo de teor cênico dos enunciados imagéticos diversos, anteriormente citados e aqui ampliados, como mapas, textos e narrador em fundos de tela escura; trilha sonora; fotogramas com os *closes* dos olhares; tempo de recuos ou distanciamentos das fotografias, que nos dão a percepção de movimento, ações e elementos com reminiscências ao passado, como, por exemplo, o folhear um documento antigo, de um livro e claro as próprias fotografias.

Buscam, os jornalistas, como pontua Milanez (2014), ir além do discurso histórico, para encontrar uma produção discursiva. Nas palavras desse autor “ultrapassam o limite de um gênero textual para atingir sua produção discursiva, [...] por meio dos fragmentos de histórias em seus planos, enquadramentos e movimentos de câmera” (MILANEZ, 2014, p.136) e nos oferecem um espaço para “desmontar verdades”, talvez “verdades” de discursos da história oficial, que contadas de outros modos, proporcionam um desvelar analítico discursivo e uma atenuação do teor dual bem versus mal, proporcionada pelo olhar jornalístico, quando se volta para as cenas em que as testemunhas revelam seus modos de discursivizar sobre o Contestado, oferecendo ao espectador sensibilização.

Pela descrição das funções enunciativas do discurso midiático empregado em *Meninos do Contestado*, podemos observar que a posição jornalista, seus referentes apoiados no olhar do dominador, os campos associados da instituição Militar e da própria mídia com suas tramas imagéticas, além da materialidade vídeo documental, nos mostra a suavização da circulação de pressupostos maniqueístas, ou seja, o documentário *Meninos do Contestado* encontra modos de dizer que os sujeitos do Contestado, sejam eles militares, caboclos ou vaqueanos, foram, de algum modo tocados e/ou subjetivados por condições muito específicas impostas pelo que denominam “descaso e abandono do Governo brasileiro”.

Em *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*, a série enunciativa, organizada para constituir o discurso da exclusão de uma minoria, convida a reconhecer o

⁵⁶ Fragmentos da entrevista de José de Souza Martins (historiador e escritor), em vídeo postado no *site* YouTube.

documentário, do ponto de vista técnico, como inovador e independente, ou seja, para os sujeitos que trabalham no campo dos saberes fílmico tecnológicos, o documentário em questão brinda-os com possibilidades de divulgar o uso das ferramentas abertas. Como salienta Fabianne Balvedi, cineasta, professora e produtora do vídeo, numa intervenção no texto *Filme aberto une arte, história e independência tecnológica*, no portal do SERPRO⁵⁷: “A verdade é que se você não procura soluções mais éticas, nunca alcança um ponto de real autonomia em relação ao uso de tecnologias no Brasil, e não só no setor audiovisual”, ainda, para o Portal do Serpro (2010) “Imagem em movimento. [...] [que] no caso do documentário “Um Olhar Contestado”, significa muito mais. O movimento em questão não é só dos quadros, mas o movimento por descobertas tecnológicas e independência de produção”.

Nesse sentido, os movimentos conferidos às fotografias, mostram, pelo viés tecnológico, novas formas de interação discursiva, não tanto pela movimentação em si, tomada como naturalizada ao campo fílmico das imagens móveis, mas principalmente, pelas possibilidades de mostrar um conteúdo social, como a Guerra do Contestado a partir do uso de tecnologias de alta performance, com ferramentas livres. Procedimentos que, autorizam os produtores e as temáticas ancoradas na tecnologia a abrir possibilidades para que o campo das produções audiovisuais estenda seus formatos e ordens discursivas.

Cabe salientar, ainda, que a possibilidade de uma produção “independente” de regimes tecnológicos padronizados, é, no entanto, ainda um produto, com o objetivo, dentre outros, de mostrar o funcionamento do uso de *softwares* livre e a autorização em DVDs, dispositivo técnico que permite a sua reprodução, a custos mínimos, no sistema operacional Linux. Nessa direção, ponderamos que a produção do documentário *Olhar Contestado*, ao empregar modos tecnológicos inovadores, em registros fotográficos antigos, presentificam o passado, encontram fios de memórias a serem atados ao presente e ampliam as possibilidades do vídeo em conformar-se como fonte de: credibilidade, objetividade e confiabilidade.

Se a especificidade fílmica “se produz quando existe uma história” (PARENTE, 2004, p. 270), ou para os produtores dos vídeos, também se produz quando ocorre uma substantivação dos elementos imagéticos, uma nomeação do que é visto, sentido e posto em funcionamento, a partir dos recursos tecnológicos. Fabulações produzidas pelos cineastas para inscrever a materialidade como pertencente ao verdadeiro do contemporâneo, tanto pela tecnologia empregada, quanto pelos temas e enunciados que os fazem circular e reverberar sentidos.

⁵⁷Cf referências completas ao final

As verdades e o documentário se encontram em relações discursivas negociadas e organizadas em prol dos acontecimentos discursivos que se quer mobilizar. Portanto, quaisquer séries enunciativas por mais próximas de um real, que possam parecer, necessariamente são interpelados pelo imaginário, tornam-se assim “uma abordagem possível daquilo que chamamos de ‘o real’ (que se limita, evidentemente, ao que podemos perceber dele)” (GAUTHIER, 2011, p. 27).

A narratividade do vídeo constitui-se, desse modo, não somente pelo ato de contar, mas de relacionar, pelos processos fílmicos imagéticos, recursos tecnológicos, histórias dos produtores, posições de sujeitos cineastas e temáticas relacionadas com um acontecimento discursivo. Essa força cultural na narratividade é, fundamentalmente, incorporada pelo documentário *Olhar Contestado*, a partir de sua proposta, no uso das imagens fotográficas de Jansson, como um registro da ordem dos enunciados de “verdade”, como nos mostra Fabianne Balvedi, em seu *site*, ao afirmar que “A animação de câmeras virtuais sobre registros fotográficos, ilustrações e desenhos rotoscopiados sobre os documentários da época, fornecem os elementos visuais necessários para a reconstituição minuciosa dos locais, personagens e eventos do conflito” (informação verbal).⁵⁸

Consideramos também que a narratividade dos documentários pode deslizar sentidos para discutirmos a materialidade e seus enunciados, seus encadeamentos, substituições, regularidades discursivas, lhes conferindo uma inscrição singular. Para tanto, encontramos numa ordem discursiva, sob a perspectiva foucaultiana, a concepção do enunciado dotado de quatro funções: o referente, o sujeito, o domínio associado e a própria materialidade, as quais, conforme nos apontam, Tasso e Gonçalves (2012) organizam “um procedimento analítico do enunciado que possibilita, pelo referente, identificar aquilo de que se fala, a que (ou a quem) o enunciado se refere, sobre o quê (ou quem) o sujeito do discurso diz” (TASSO; GONÇALVES, 2012, p. 129). A função enunciativa do referente liga-se, pois, a “leis de possibilidades, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas”; (FOUCAULT, 2012, p. 110).

Nesse regime descritivo, o referente do enunciado, materializado nas fotografias com seu tempo e pelas condições de produção, relaciona-se com os documentários no que tange aos recursos técnicos que as movimentam, assim como os demais elementos (mapas, cartas, desenhos, textos, etc) que movem os objetos de um campo imagético estático (no qual as

⁵⁸ Palestra de Fabianne Balvedi em vídeo postado no *site YouTube*.

fotografias conformam-se originalmente), para o campo da mobilidade técnica dos *closes*, distanciamentos e movimentações, próprios da materialidade fílmica ou videográfica.

Os vídeos, tomados por seus referentes, sobre como os sujeitos do Contestado foram e são vistos, estabelecem pelos recursos tecnológicos relações com o passado de guerra, de exclusões e de espoliações e com o presente de contínua insegurança; movimentam os corpos, antes imóveis do registro fotográfico, para, por meio do funcionamento dos recursos tecnológicos, lançar a materialidade fílmica num jogo enunciativo como “a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado” (FOUCAULT, 2012, p. 111). Assim, consideramos que os recursos técnicos que movimentam as fotografias produzem e fazem produzir uma rede de saberes e poderes, que organiza os conhecimentos relativos de um tempo convocado a de novo existir.

Os enunciados, constituídos, segundo Foucault, por um sujeito, que se posiciona discursivamente, têm, também, possibilidade de existência na ordem enunciativa do contemporâneo. Um sujeito que sem se limitar ao tempo-espaço físico, não precisa de existência na frase ou na proposição, nem, tampouco, na narração dos indivíduos (jornalistas, sociólogo ou geógrafo) que falam nos documentários ou, ainda, os produtores dos vídeos.

Nesta não existência física, o sujeito nos discursos é compreendido como uma “posição absolutamente neutra, indiferente ao tempo, ao espaço, às circunstâncias, [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 114). E, uma posição que está em “um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2012, p. 115), os quais entram na esfera de circulação das práticas e dos dizeres que a materialidade do documentário tanto precisa para existir.

Essas superfícies de inscrição dos enunciados nos levam aos campos ou domínios associados. Trama complexa para Foucault, surgida num jogo de séries discursivas e formulações, como as que apresentam os documentários, que envolvem os enunciados em suas arquiteturas. Conforme discorrem Tasso e Gonçalves “o campo associado estabelece relações com uma gama de enunciados, o que colabora na construção dos sentidos de um enunciado, e ao mesmo tempo, sugere que outros enunciados futuros apareçam” (TASSO; GONÇALVES, 2012, p. 130).

Nessa perspectiva, sejam os campos das ciências da comunicação, - no caso do vídeo *Meninos do Contestado*; como nos domínios das ciências sociológicas e tecnológicas para o documentário *Olhar Contestado*, por exemplo, promovem associações e articulações para fazer circular discursos e práticas.

Isto nos autoriza a considerar que os enunciados produzidos nos vídeos não estão isolados de outros, agrupam-se e geram sentidos específicos, inscrevem-se em práticas relacionadas com um acontecimento, de um tempo ou de um não-tempo, numa densidade temporal das imagens-*frame* que se alia aos movimentos de exibição que lhes foram agregados, com nuances e contornos do passado. Assim, seja por meio dos recursos técnicos, ou da noção entre tempo e movimento ou, ainda, pela narratividade que as imagens evocam, os documentários apoiam-se na circulação e no agrupamento dos enunciados para gerar efeitos específicos de memória e de acontecimento, utilizando-se de enunciados para constituir sua própria materialidade.

Materialidade esta que, como último elemento da função enunciativa, é vista por Foucault como algo que sustenta o enunciado, “ela [a materialidade] é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 123); porém, o filósofo adverte que “a enunciação é um acontecimento que não se repete”, ele tem usos e aplicações muito singulares de uma materialidade para outra e, para além destas, as dispersões a que está sujeito. Então o que interessa para os discursos é, conforme pontua Foucault, as “*possibilidades de reinscrição e de transcrição*” (FOUCAULT, 2012, p. 125-126, grifos do autor), e não sua datação ou seu lugar de interpretação, e sim as pequenas irregularidades que os deslocam ou que os inscrevem na normalização dos dizeres, que se acomodam em um “*campo de estabilização [e outro de] utilização*” (FOUCAULT, 2012, p. 125-126, grifos do autor), lugares, que consideramos os de uma instabilidade ontológica característica dos enunciados videográficos contemporâneos, marcando-os deslocados do tempo e do espaço, do passado e do presente sempre movido.

Reiteramos com Tasso e Gonçalves que:

Importa considerar ainda que os sentidos veiculados em uma imagem resultam da seleção, combinação e manipulação dos elementos visuais considerados básicos, de sua condição própria de sintaxe, tais como: ponto, forma, direção, cor, tom, textura, dimensão, escala e movimento. Faz-se, então, necessário buscar, sob a perspectiva discursiva, o domínio sobre como esses elementos exercem suas funções na materialidade visual (TASSO; GONÇALVES, 2012, p. 130).

O regime enunciativo das materialidades documentais analisadas repete e reatualiza enunciados de outros tempos e ordens, devolve-os ao que são em sua essência:

[...] objetos entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam,

transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. [...] Assim, o enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2012, p. 128).

Nesse segmento, o acontecimento discursivo se inscreve nos documentários quando pautado em uma materialidade, em campos associados, em sujeitos e em referentes que o tornam um efeito, (FOUCAULT, 2011) e talvez aqui o efeito do (ir)real da imagem.

Com esse olhar, a narratividade, ampliada em seus sentidos, no uso dos recursos tecnológicos, presentifica-se pelas possibilidades de existência de enunciados fílmicos que fazem, do ponto vista foucaultiano que buscamos, circular o acontecimento discursivo. Um acontecimento que se relaciona com a vida e esta, por sua vez, que se relaciona, entre outras coisas, com suas práticas e seus discursos, suas regularidades e suas dispersões nos entornos tecnológicos imagéticos das produções fílmicas.

Nada que esteja escondido ou por detrás das palavras e das ações, ou das imagens e sua tecnologia, nos alerta Foucault, e sim imbricado em uma rede múltipla de relações de saber/poder, que se naturalizam, apagam-se, são esquecidas ou simplesmente não evidenciadas, “[...] cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2011, p.58).

Os documentários *Meninos do Contestado e Olhar Contestado*, vistos por este viés, fazem circular um acontecimento porque fazem significar e ressignificar toda uma grade de relações tais, que, por sua vez, retoma e produz efeitos diversos, prolongam a partir de uma “verdade”, e não de outra, o passado e a ilusão de um real presentificado. E enquanto materialidade imagética “produz um recorte [um aspecto] do real que é tomado como um acontecimento” (ORLANDI, 2012, p.58), movimentando tecnologicamente essa vida anterior para o real do presente.

Essas discussões nos levam a continuar no próximo capítulo, considerando pensar as diversas ferramentas teóricas arroladas nos capítulos anteriores, salientando o não tempo dos espaços fílmicos densos e tensos, evocando a narratividade do enunciado ficcional para: falar de suas potências de verdade e de memória; seus processos biopolíticos de rememoração e de celebração em comemorações centenárias; falar, ainda, das visibilidades legadas ao sujeito caboclo pelos modos de visualidade discutidos e de um rompimento do pacto de segurança que produziu e conformou os caboclos do contestado.

Problematizamos, como discutido na introdução desta tese, as condições de possibilidade dos regimes de visibilidade e de visualidade reunidas nas imagens-*frame*, como produtoras ou não de relações de remanência enunciativa, as quais deslocariam e dispersariam os modos de ver e de dizer a população minoritária, dita cabocla, em documentários sobre o centenário da Guerra do Contestado.

Parte de nossa indagação foi observada nas reflexões deste capítulo, posto que a materialidade videográfica documental trouxe seus aspectos técnicos como dispositivos que empregam meios tecnológicos para captar e orientar nossas leituras. Seus muitos modos de se apresentar constituem-se em atributos necessários para as mídias contemporâneas, que tiram desses mecanismos a sobrevivência de suas ordens enunciativas e os modos como as olhamos e como as lançamos na rede discursiva, da qual nós, sem dúvida, também fazemos parte.

Desse modo, os regimes de visibilidade e de visualidade que constituem as imagens-*frame* produzem e fazem produzir relações de remanência enunciativa, reverberando enunciados e dando-lhes condições de coexistência, utilização e de redizeres, ou seja, as “novas” texturas enunciativas sobre o Contestado que emergem nas/das imagens-*frame*, presentes nos documentários, lhes autorizam repetição, pela reinscrição e transcrição.

6 PRESENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA EM TECNOLOGIA DE ANIMAÇÃO FOTOGRÁFICA

Propomos neste capítulo, considerando-se as discussões arroladas nas sessões anteriores, entender o processo teórico-analítico, como aquele que alimenta a descrição do funcionamento dos discursos, do funcionamento de suas práticas, de seus modos de fazer ver, de fazer olhar, de fazer dizer e circular os sentidos e, se possível, seus efeitos.

Para isso, sugerimos um percurso metodológico-analítico das imagens-*frame* que contemple os procedimentos de exclusão, a saber: *interdição, separação, verdadeiro de época*. Neles, pretendemos alojar as imagens-*frame* e discutir sobre seus enunciados e efeitos. Acrescentamos a estas noções pontuadas na obra *A Ordem do Discurso* e já inseridas e discutidas nos primeiros capítulos como um trajeto metodológico profícuo para o estudo de materialidades imagéticas e não imagéticas, outras mobilizadas em *A Arqueologia do Saber*, como: os conceitos de raridade, exterioridade e acúmulo dos enunciados, principiados nas discussões do capítulo três sobre os dispositivos e as sociedades de segurança e as noções de reinscrição, transcrição, campos de estabilização e de utilização inscritos no regime de materialidade repetível dos enunciados.

Na análise, eventualmente lançaremos mão de dizeres, ainda que breves, sobre a importância do jogo da sonorização com entrevistas, voz *off*, trilhas sonoras, que acabam por emoldurar as fotografias/imagens-*frame*, animadas pelo recursos técnico-tecnológicos que os documentários organizam - materialidades estas que se configuram como nosso material de análise.

Além dessas discussões, as análises que vêm a seguir trazem conceitos da biopolítica, a qual compreendida como um dispositivo de controle dos corpos populacionais, pode, pelos recursos técnico-tecnológicos que a mídia videográfica utiliza para mostrar e editar o conjunto fotográfico, fazer circular esses dispositivos de produção discursiva como produtores de verdades, não se furtando em modificar olhares e leituras contemporâneas. Ademais proporemos o tratamento das imagens-*frame* como regimes de visibilidade e de visualidade, arrolados mais proficuamente nos capítulos 4 e 5 desta tese. Esses gestos encontram nas palavras de Tasso (2013) clareza, pois, conforme a pesquisadora aponta, cumpre “a uma imagem evocar que o que se encontra reproduzido, existiu e esteve em um determinado espaço, em determinado “instante” temporal para, então, investir na transposição das barreiras que sustentam a ilusória evidência do real” (TASSO, 2013, p. 113-114).

6.1 PRÁTICAS DE VER, PRÁTICAS DE OLHAR

O que vemos e o que nos olha é uma interrogação que surge nos escritos de Fisher (2002), quando se questiona sobre a mídia e a possibilidade de seu caráter pedagógico. Questão que nos parece muito oportuna para introduzir nossas reflexões sobre as análises dos documentários *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*.

Oportuna por que muitas vezes somos convocados a participar de um regime do olhar ou uma visualidade tal, que nos orienta para espaços permitidos para ver, os quais ecoam as mídias e são distendidos por elas, em especial, a videografia documental, conformando-nos a ver o que nos é direcionado, selecionado, construído, produzido. Situação que gera sujeitos; que nos modela; que nos acomoda em modos de olhar muito particulares, regimes que, quando descritos, podem trazer à luz o “verdadeiro de época” (FOUCAULT, 2011).

Em segundo lugar, a problemática oportuniza-nos refletir que as mesmas ordens de olhar que nos conduzem para certos espaços da tela, também mantêm relações muito estreitas com as formas ou formatos de como somos compreendidos socialmente, ou seja, o que vemos, o que queremos ver ou o que somos lançados a ver, molda o modo como somos vistos. Passamos, nesse processo, de observadores a observados, como o processo maquínico da fotografia ou do Panóptico, discutidos em capítulo sobre a materialidade fotográfica. Então, melhor dizendo, somos observados, vigiados a partir de nossas próprias leituras e a partir das condições e relações que estabelecemos com elas.

Fischer (2002) desenvolve sua indagação dizendo que “o que vemos e o que nos olha, na cultura contemporânea [...] configura-se em nossos tempos uma progressiva transformação do espaço e do debate públicos” (FISHER, 2012, p. 132), moldando, por esse ângulo, um outro sujeito, que socialmente encontra-se na busca, embora muitas vezes unilateralmente, de modos de ver e modos de dizer, que o ajudem a entender a si e aos outros, ou seja, busca reconhecer-se.

Soma-se a este problema inicial outros: Como ler imagens? E como ler imagens videográficas documentais? Sondagens que Tasso (2005) traz contribuições ao afirmar que:

[...] uma imagem pode ser desenvolvida, estudada, investigada, e analisada sob diferentes perspectivas e condições de produção, compreendidas, fundamentalmente, em duas etapas, a saber: (i) o momento de sua elaboração; e (ii) o momento da apropriação/produção dos sentidos pelo sujeito-leitor (TASSO, 2005, p. 133).

Seguindo a perspectiva discursiva empreendida pela autora, entendemos que à imagem devemos um espaço de leitura que objetive tratar de suas condições de emergência, o que significa para Foucault olhar para a “condição de realidade [dos] [...] enunciados. [...] isolar [...] a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem” (FOUCAULT, 2012, p 155). Dessa forma, o momento da elaboração de uma imagem torna-se elementar para estabelecer relações com seu caráter de importância social e econômica, com sua função e estatuto como arte, documento, pedagogia, etc. O momento seguinte, pontuado por Tasso (2005), tratando da “apropriação/produção dos sentidos pelo sujeito-leitor”, cinge a leitura da imagem como um discurso, dá-lhe condições de possibilidade, de existência, de perpetuação e de interpretação, podendo torná-la mais inteligível ao conformado mundo textual/verbal que nos encontramos.

Entretanto, a leitura de uma imagem, como assinala a estudiosa da imagem e(m) discurso,

Seja com o objetivo de descrevê-la, seja com o objetivo de interpretá-la, sob a perspectiva de suas regras de formação, é uma atividade complexa, porque exige [...] não só conhecimentos relativos às estratégias e aos recursos empregados em sua composição como também os das relações com outros discursos (TASSO, 2005, p. 138).

Levando em conta esses apontamentos e as considerações sobre a imagem, há que ressaltar, da materialidade imagética, sua potencialidade ímpar em pode conformar, submeter, identificar, moldar, representar os objetos de que se trata; pois o espaço que lhe é reservado, é um espaço de saberes que nos dizem como olhar para ela e de como seremos, portanto, espreitados, “Misteriosamente, toda imagem supõe que eu a veja”, corrobora Manguel (2001, p. 27).

Nessa amarra reflexiva, Fisher (2012) volta para dizer-nos que os discursos da mídia podem ser lidos a partir do visível e do enunciável, como uma trama, uma rede que combine: (i) os dispositivos técnico-tecnológicos, como: sonorização, roteiros, sequências fotográficas, o jogo de luzes e de planos, cenografia, voz *off*, animações, edições, seleções de tomadas e de planos; (ii) a produção e distribuição, captura de públicos, espaços e horários de veiculação; (iii) as pesquisas de recepção e de aceitação de público, em nosso caso, número de visualizações e/ou postagens de comentários no canal de distribuição/veiculação de vídeos *Youtube*; (iv) as condições de existência, práticas que deram suporte e condições de

possibilidade à produção, como: instituições públicas ou privadas, práticas afirmativas de organizações de terceiro setor, enfim, lugares que difundem e defendem determinadas ações.

Salientamos que, enquanto Fisher situa suas pesquisas na mídia televisiva, nós buscamos entender como o sujeito se presentifica em imagens produzidas pela videografia documental. Desse modo, corroboramos, junto à autora, que estes espaços do visível e do visual, nunca desvinculados do enunciável, como nos lembra a pesquisadora, são regiões de “visibilidade de visibilidades” (FISHER, 2012, p. 137), ou seja, a mídia, “e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo”. Ainda, segundo Fischer (2012) esta duplicação estende-se para os discursos e para os enunciados, os quais moldam nossos modos de ler.

Temos, nessa perspectiva, a réplica que também produz, pois ao replicar o faz de modo particular, enunciando, inclusive, e fundamentalmente, pelos recursos tecnológicos, que investem conceitos de “novidade” e de “inovação” ao que antes já havia sido dito; por conseguinte, investe em sua ressignificação, dando efeitos de visibilidade à produção de novos discursos, “Trata-se de uma luta, de disputas de poder muito específicas, a partir das quais (ou no interior das quais) se fazem e refazem os discursos, os saberes especializados, bem como, os modos de nos tornarmos sujeitos de certas verdades” (FISHER, 2012, p. 137).

Travar o embate entre o que vemos e o como somos vistos, estabelecendo relações entre o visível e o enunciável, sob a perspectiva deleuziana (2005) auxilia-nos a tratar da materialidade videográfica e documental, como discursos que agregam saberes, constituem outros, produzem enunciados e fazem valer e valer-se de verdades nem sempre evidentes, as quais, embora não estejam veladas, como pondera Foucault (2012), cegam-nos para o olhar possibilidades de outras leituras, principalmente dada a força de seu caráter imagético.

A análise discursiva, sob tal perspectiva metodológica, pode instigar diferentes reflexões, abrir discussões, debater sobre nossas ilusões frente às imagens e ao nosso próprio conformismo, mostrar que,

Cada enunciado ocupa aí um lugar que só a ele pertence. [Assim, a análise e] A descrição não consiste, pois, a propósito de um enunciado, em reconhecer o não dito cujo lugar ele ocupa; [...] ao contrário, que posição singular ele ocupa, que ramificações no sistema das formações permitem demarcar sua localização, como ele se isola na dispersão geral dos enunciados (FOUCAULT, 2012, p. 147).

Nessa linha analítica, o quadro 1 agencia alguns dispositivos operacionais e enunciativos sobre as imagens-*frame*, observando-se as relações entre as condições de

emergência e os enunciados concernentes à celebração do Centenário da Guerra do Contestado. Enunciados que providenciaram outros sobre a rememoração do acontecimento factual, mas, acima de tudo, deram condições de emergência aos sujeitos caboclos que ganharam destaque pelos modos de visualidade, visibilidade. As condições de existência enunciativa mostram o funcionamento dos enunciados atravessados pela estabilização dos sentidos sobre os caboclos do Contestado e a singular reunião de enunciados, que derivam de diversos campos do saber e do poder. Descrições que ponderam as condições de possibilidade que os dispositivos técnico-tecnológicos oferecem às comemorações do centenário, as quais conferem sentidos de memória, de estatuto de presentificação e de ressignificação dos dizeres sobre os sujeitos da Guerra do Contestado.

Quadro 01- Funcionamento discursivo dos documentários/*imagens-frame*

FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DOS DOCUMENTÁRIOS (REGIMES DE VER, REGIMES DE DIZER)		
CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA	CONDIÇÕES DE (CO)EXISTÊNCIA	CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE
O QUÊ	COMO	PORQUÊ
Celebração	Ressignificação de sentidos dos enunciados imagéticos fotográficos.	Dispositivos técnico-tecnológicos
Rememoração		Comemorações do centenário
Dispositivo	Reunião singular de saberes técnicos e discursivos que animam as fotografias	Memória

Fonte: Quadro organizado pela autora

O itinerário seguinte é empreender à imagem fotográfica trabalhada, editada e modificada, considerando-se seu caráter imóvel, e invariavelmente documental e monumental, por recursos técnico-tecnológicos que a inscreve em materialidades efêmeras da videografia documental, análises que levem em conta aspectos do hibridismo - fotografia e videografia. Desse modo, o movimento analítico busca assinalar sua resistente moldura de monumento/memória, da mesma forma, promover, se possível, a problematização sobre a produção discursiva e os efeitos biopolíticos que estas práticas de edição fotográfica promovem.

6.2 A FOTOGRAFIA E O DOCUMENTÁRIO: UM DUPLO DISCURSIVO EM SEUS PRIMEIROS MOVIMENTOS

Nessa direção, procede-se à cata de desvelar, desse duplo emoldurado e produzido em circunstâncias específicas, o instante vivido, consagrado que faz emanar, imensuravelmente, efeitos miméticos da realidade. Seria essa uma forma de compreender a verdade do presente? Ou ainda, de estabelecer as condições de possibilidade de buscar, na teia discursiva composta por imagens documentais, o que existiu em certos regimes de olhares em governamentalidade? Poderia, assim, pela mobilização do “isso-foi” do instantâneo, em suas múltiplas interfaces, instaurar uma cartografia do “real” passado ao fugaz presente? (TASSO, 2013, p. 114).

Identificar os primeiros movimentos biopolíticos em imagens, talvez sejam os mais complexos para entendermos, pois, encontrar espaços discursivos nas imagens, que subsidiem nossas considerações sobre a exclusão e o funcionamento dela, é um desafio imediato. Então, o trajeto analítico-metodológico, entra em cena para organizar verbal e formalmente essa aparente desordem da linguagem.

Os vídeos *Meninos do Contestado* e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*⁵⁹ são examinados em conjunto, embora identificados junto às suas imagens-frame, as quais têm privilégio para explicar que se tratam de modos de organizar e de fazer circular redes de poder/saber, que instauram práticas específicas de ler imagens fotográficas inscritas no jogo da efemeridade discursiva. O imbricamento gera a sobreposição fotografia e videografia, de forma que o primeiro efeito é o de não mais poder sabermos o que veio antes ou o que está em plano inferior, sobreposto, se fotografia ou documentário. Um efeito iceberg, cujas pontas visíveis e ilusórias das imagens são apenas uma parte do emaranhado discursivo que se conserva no lugar da invisibilidade, esperando para ser trazido à luz, lembrado e devolvido à ordem do discurso.

As imagens-frame (Imagem-frame 9 e Imagem-frame 10) que se apresentam a seguir, editadas em aproximações, *zoom in* e *zoom out*, e/ou elevações de plano fílmico, são os primeiros registros que dão o tom da animação que se pretende exhibir. Em dois segundos a primeira imagem-frame é levemente deslocada para frente encadeando-se à próxima e oferecendo-nos as noções de guerra, de embate e de relações belicosas, que diante de discussões em capítulos anteriores podem ser confirmadas, num Estado que adentra espaços

⁵⁹ Doravante nomeados: vídeo 1 para o documentário *Meninos do Contestado* e vídeo 2 para o documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*.

rurais, cujo movimento e ação faz romper o “pacto de segurança”, na diligência de firmar outro, o qual negado pelos sujeitos caboclo é combatido com armas.

Num corte súbito do vídeo, temos a segunda imagem-*frame* (Imagem-*frame* 10), a qual, de modo mais contundente, anima-se em um passeio de câmera. Com um foco de câmera, cujo enquadramento é dado em contra-*plongée*, de baixo para cima, apresenta-nos os primeiros traços, não apenas da animação, mas da condução da direção do olhar de quem assiste ao vídeo, evocando o engrandecimento da fotografia, tornada cena. A condução do ver nesses movimentos iniciais de edição, levam-nos para um regime de ver e diríamos de moldar um sujeito de época, o qual encontra-se lá no passado, sem, no entanto, deixar de nos interpelar no presente.

Essa política de olhar controla e normatiza os corpos dos sujeitos fotografados, uma biopolítica da imagem e do olhar a imagem. Além disso, classifica-os entre aqueles que invadem o espaço caboclo, (como os militares/Estado e o capital estrangeiro) e aqueles que foram invadidos/esvaziados⁶⁰, como apresenta a voz *off* que acompanha a primeira sequência de imagens-*frame* selecionada do vídeo *Meninos do Contestado*:

“Eles eram meninos, crianças, quando **em 1912 o exército desembarcou no Contestado, uma região disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, para combater seus pais que pegaram em armas depois que uma ferrovia cortou suas terras e uma madeireira norte-americana, a Lumber Company, começou a explorar as árvores nas margens dos trilhos [...]**” (grifos nossos).

⁶⁰ Os termos são compreendidos por nós como sujeitos invadidos, tomados de seus espaços de viver e esvaziados, suprimidos dessa mesma condição de existência.

Imagem-frame 09 – Destacamento militar - Captura 00:01:39 de *Meninos do Contestado*.



Fonte: *Meninos do Contestado* (2012).

Imagem-frame 10 – Trilhos em terras Contestadas - Capturas 00:01:40; 00:01:41; 00:01:44 de *Meninos do Contestado*.





Fonte: *Meninos do Contestado* (2012).

A segunda animação, (Imagem-frame 10) apresentada no conjunto acima, tem a duração de cinco segundos de exposição. Neles o olhar do expectador vai lentamente descobrindo a fotografia e preenchendo os sentidos da construção de uma ferrovia que corta as terras dos caboclos e da exploração madeireira pelo conglomerado Norte-Americano ao longo dos trilhos, como a voz *off* aponta, finalizando o longo plano e seu passeio pela fotografia, o qual completa e encerra sentidos híbridos entre fotografia e videografia. Nesses moldes, a visualidade empreendida cria as condições de possibilidade para se depreender e apropriar, biopoliticamente, os sentidos apresentados pela voz *off* e faz funcionar o efeito de rememoração do passado, ancorado na celebração do centenário da Guerra do Contestado.

Das possibilidades enunciativas, servimo-nos dos apontamentos de Sontag (2003) para explicitar que os “dizeres” de uma foto, ou seja, entendemos que para a ensaísta significa dizer que “Cedo ou tarde, lê-se na foto aquilo que ela *deveria* estar dizendo” (SONTAG, 2003, p. 28, grifos da autora). Tais possibilidades mostram-nos que os recursos técnicos-tecnológicos empregados nestas imagens-frame tratam de condutas, sejam elas as condutas dos caboclos, sejam as dos militares, sejam as nossas e as de nossas leituras.

Na imagem-frame seguinte (Imagem-frame 11), surgem, com o segundo corte móvel entre as fotografias utilizadas e inscritas nos recursos de animação, as imagens mais importantes do documentário *Meninos do Contestado*, pois, a partir delas tem-se a motivação para o título da produção.

Imagem-frame 11 – Recorte e direção do olhar na rendição - Capturas 00:01:45; 00:01:46; 00:01:49; 00:01:53 de *Meninos do Contestado*.





Fonte: *Meninos do Contestado* (2012)

Acompanhadas da voz *off* que enuncia: “fomos em busca desses meninos, hoje pessoas com mais de cem anos, últimas testemunhas da maior rebelião civil do Brasil no século XX”. As imagens-*frame* evocam o passado de exclusões que a população cabocla sofreu, mostram pela variação de distância focal, o *zoom out*, o qual, como salienta Jullier (2012) apresenta uma perspectiva, que foca, em nosso caso, inicialmente nos meninos, em primeiro plano e sentados ao chão, que vai ampliando-se, desdobrando-se em outros personagens do registro fotográfico, até alcançar um grupo um pouco maior de indivíduos adultos, que em segundo plano e também sentados ou acorados no chão, têm ao seu lado as botas lustrosas de militares.

Numa ebulição de sentidos e de efeitos, os meninos em primeiro plano nos minutos 00:01:45, bem que poderiam ser as testemunhas centenárias que serão entrevistadas ao longo da produção, pois a fotografia, enquanto objeto de memória, joga com a noção de passado e de ficção, o registro fotográfico cria espaços e histórias que mobilizam atos ficcionais e conduzem a leituras várias, cuja distância temporal e a contundência de sua especificidade de documento do “real”, atestariam múltiplas leituras.

O hibridismo das imagens-*frame*, possibilita apreender as condições de emergência, circunscritas à materialidade, sob múltiplos olhares, removendo a fotografia do quadro congelado que a envolve e colocando-a em jogo de relações de saberes e de suas possíveis leituras. Assim pensada, a forma fotografia/videografia amalgamadas constitui-se como objeto de nossa contemporaneidade e como objeto, portanto, dado a moldar-se nas/pelas práticas discursivas que o impelem a falar. Pelo jogo entre o imóvel e o móvel, as técnicas empregadas pelo documentário supracitado fazem funcionar “texturas” da visualidade que nos orientam a dar crédito aos dizeres dos caboclos, a lhes legitimar o confronto armado e, principalmente, a lhes garantir rememoração e celebração.

A imagem isolada da fotografia como memória (SONTAG, 2003) entra no fluxo contínuo das imagens da videografia para movimentar-se, lentamente, como analisamos nas imagens-*frame* 11. Não há nem o frenesi do conjunto midiático da atualidade (cinema, televisão, vídeo), nem o congelamento do objeto fotográfico. A rememoração, os efeitos de memória e todos os demais sentidos que envolvem as comemorações centenárias vêm pelos *zooks* e focos do olhar, os quais pautados nos recursos técnico-tecnológicos, produzem credibilidade e conferem realidade.

Um sistema de cerceamento, de exclusão de possibilidades de leitura, que pode normatizar, controlar os dizeres, moldando-os em condutas e regimes enunciativos de um único dizer, de um único pensar. Esse reinado, do que podemos chamar, de efeitos imagéticos, crê como certo os sentidos, não promove sua expansão, os mantém presos à tradição de circular discursos, promovendo práticas já instituídas. As imagens vídeo-documentais contemporâneas, como as que aqui se apresentam, utilizam-se de recursos técnico-tecnológicos para inscrever ordens discursivas e estabilizar os enunciados em sua repetição (FOUCAULT, 2012). Práticas com investimento no uso desses suportes e das tecnologias digitais próprias. Tratamento que revisita as produções com molduras inovadoras, tendo em vista proporcionar a elas um nível de capacidade narrativa e historiográfica.

Ramos (2012) em *Lendo as Imagens do Cinema* de Jullier e Marie, refere-se à transição das imagens do cinema dos pontos para os *pixels*,

Constatamos, com alguma segurança, algo que já se vislumbrava nos anos 1990: a chamada convergência das mídias, flexionadas pelo suporte digital, possui importância relativa em nosso cotidiano. Vemos filmes, como víamos há vinte anos, na televisão, na sala escura do cinema ou, agora, na tela do computador (para quem não usa o sofá). Mas são sempre filmes, narrativas fílmicas com forma estruturalmente estável, [...] (RAMOS, 2012, p.11; JULLIER; MARIE, 2012).

Para além da declaração de Ramos, consideramos a produção videográfica documental, com certas aproximações com os domínios do cinema, pois, a produção documental sofreu e sofre alterações de práticas e de usos tecnológicos, tanto que, como já salientamos, as materialidades documentais utilizadas têm especificidades que as deslocam para os domínios da videografia e que, no entanto, e parafraseando o autor, supracitado, são sempre documentários.

Diante dessas considerações, entendemos que a estabilização e a desestabilização dos sentidos coexistem nas imagens-*frame*. O uso de recursos técnico-tecnológicos, não são

necessariamente instauradores e multiplicadores de uma nova prática ou de um novo funcionamento discursivo, embora possam empreender possibilidades outras de ler e compreender imagens, quando levamos em consideração a natureza de repetição dos enunciados, observado, primeiramente, como já afirmamos, o campo de estabilização dos enunciados: “Os esquemas de utilização, as regras de emprego, as constelações em que podem desempenhar um papel, suas virtualidades estratégicas”, os constituem e lhes permitem, “repeti-los em sua identidade” (FOUCAULT, 2012, p. 126). No entanto, um ganho na descrição e análise dos regimes de visualidade e de visibilidade, arrolados por nós nesta pesquisa, consiste na capacidade que os enunciados têm de entrar em outras redes de saber/poder, de participar dos discursos de uma época, de se reatualizar e de se apagar diante das condições de outra, oferecendo-se a trocas e combinações.

Após o corte do conjunto de animações anterior, o vídeo insere cinco segundos de movimentação de outra fotografia (*Imagem-frame 12*). Nela o exército ou a polícia de um dos Estados (Santa Catarina ou Paraná) posa com armas em riste, preparados numa quase trincheira, expondo um dispositivo técnico (carabinas ou rifles com gatilhos de repetição ou com municamento) bastante moderno para a época⁶¹. Os gestos, observados na *imagem-frame 12*, moveriam em décadas futuras vários sentidos, que vagaram entre a proteção dos combatentes, até sua cova já preparada⁶². Além disso, os discursos sobre as imagens do Contestado não se furtam em distinguir a soberania dos militares brasileiros, como a que aqui vemos, na qual duas colunas de ataque: uma deitada ao chão, com soldados que talvez tivessem melhor mira e outra composta de combatentes militares em posição de meia genuflexão, estão prontos para avançar e manter protegidos os possíveis comandantes que se encontram em pé. Posições estas que se mantém preservadas no imaginário de todos nós, a partir da midiaticização das guerras nos anos entre 1960 e 1980 (Guerra da Argélia, Vietnam, Bósnia, Afeganistão e outras). O registro fotográfico animado pelo ponto de vista da câmera, parte da esquerda da tela (e da fotografia), para levar-nos diagonalmente até quase alcançar a extrema direita da imagem. O investimento neste percurso dá-nos a dimensão do que a voz *off*

⁶¹ Conforme apontam nossas pesquisas as armas e armamentos bélicos utilizados na Guerra do Contestado tiveram um salto qualitativo à época se comparados aos armamentos utilizados pelo exército em outras rebeliões, portanto, desse ponto de vista, o exército fora na ocasião municado e modernizado. Entram em cena canhões e armas de repetição e carabinas carregadas pela coronha, muito embora vemos ainda em várias fotografias oficiais portando floretes na cintura. Já os caboclos iniciaram a peleja com facões e velhas espadas. À medida que combatiam e derrotavam as tropas federais e estaduais saqueavam-nas e se municavam dos mesmos equipamentos.

⁶² Segundo historiadores a primeira Guerra Mundial foi uma guerra de trincheiras, marcado como o primeiro grande conflito bélico a utilizar este artifício.

enuncia: “estima-se que o conflito resultou na morte de oito a dez mil pessoas”, assim, além da dimensão de quantidade militar e de quantidade de mortes, ressaltadas na imagem, o corte para a entrada visual de um narrador, amplia os sentidos de guerra, como embate armado, violento e demasiadamente prolongado.

Imagem-frame 12 – Militares e armas - Captura 00:01:54; 00:01:57; 00:02:00 de *Meninos do Contestado*.



Fonte: vídeo *Meninos do Contestado* (2012).

Em síntese, as condições de possibilidade proporcionam uma relação singular que a imagem-*frame*, como um dispositivo de fazer falar, mantém com as condições enunciativas e os saberes. O jogo entre saberes técnico-tecnológicos e os regimes de olhar que a memória mantém empreendem gestos de leitura, que instituem pela soberania militar, pelo disciplinamento desses corpos de exército e do cerceamento que impõem, pela força bélica e pelo poder de matar, um processo de controle que vai do disciplinar ao biopolítico, misturando-se e coexistindo em muitos momentos da Guerra do Contestado. Nossos gestos de análise identificam a violência que evidencia a complexa rede de relações entre poder e resistência e as práticas de uma vontade de verdade, que aloja os militares nos discursos de defesa da Pátria e da Nação, contra “seus próprios males”, em nosso caso os sujeitos caboclos inadequados, perigosos e inconformados.

As animações propostas no vídeo 1, quase todas marcadas pela temporização das fotografias nos recursos de *zoon in* e *zoon out*, desempenham o papel de orientar o olhar, estabelecendo um regime de ver e de dizer muito específicos dos discursos jornalísticos. Essa economia dispõe as imagens para serem lidas primordialmente de uma forma e não de outra.

Compreendemos que *Meninos do Contestado* ressignifica sentidos, porque, apesar de colocar no jogo das animações questionamentos sobre a segurança, o abandono e o descaso do governo brasileiro, as relações enunciativas que organiza mantém ainda como referente os enunciados produzidos pelos militares e, embora não desloque suas discussões para outros campos do saber, além dos jornalísticos e reforce uma vontade de verdade, traz para circulação e ressignificação a violência do poder Estatal e sua decorrente resistência por parte dos caboclos.

Nessa perspectiva, o vídeo 1 colabora com a rede enunciativa no que tange à inserção de novos modos de visualidade, os quais, por sua vez, podem provocar outras formas de visibilidade. No entanto, os dispositivos técnicos analisados não contribuem para desvelar invisibilidades e dizeres outros, o que, no entanto, não exime a produção videográfica de contribuir para confirmar o que Jullier & Marie (2012) argumentam, de que “Nenhum ponto de vista é neutro. Todas as posições da câmera conduzem uma série de conotações” (JULLIER; MARIE, 2012, p. 22).

Numa concepção discursiva, cabe salientar também, que os discursos necessários à afirmação dos corpos militares, como instituição primordial de segurança e guarda, para os modos sociais ressignificados, que se apresentavam no início do século XX no Brasil, tinham nos registros fotográficos a legitimação de sua importância, como dispositivo de controle e de manutenção da sociedade desejada, e de sua premente modernização, a qual assegurava e

protegia a sociedade civil dela mesma e dos perigos gerais de uma guerra a que ela estava exposta. Tais discussões sobre a soberania das imagens, organizadas e contratadas pelos militares, que informam e formam os discursos, arroladas no capítulo 4, esclarecem para nós que o vídeo 1 assegura a coexistência de enunciados, suas sucessões, distribuição de funções e de papéis (FOUCAULT, 2012). Análise que entendemos como uma potência da produção, que ao arranjar as imagens, as testemunhas, as investigações conferindo destaque à iconografia, torna o tema da Guerra do Contestado atual, enunciável e inteligível.

As próximas imagens-*frame* são apresentadas nos segundos iniciais do vídeo 2 (*Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito*). Esta produção insere, com a edição ágil, um olhar quase frenético que busca os personagens militares e sua disciplina e formação enquanto cavalgam talvez rumo ao conflito, talvez se esquivando dele ou ainda em deslocamento rotineiro da tropa.

O poder representado pela instituição militar que adentra o território do Contestado – cuja simples entrada e movimentação de pessoas já é desestabilizadora de sentidos e de práticas-, provoca gestos de resistência por parte dos caboclos. Somos lançados a ver o poderio militar pela imagem alucinada da animação videográfica, ficam outros sentidos, como a impotência de ver/saber a soberania da instituição militar sobre caboclos pobres e a resistência calada ou pronunciada de não reconhecer a sociedade de segurança. As problematizações sobre as instituições militares alcançam em Foucault (1999) várias reflexões, como a compreensão de que a importância de tais instituições reside também em sua capacidade de organizar a sociedade. Nas palavras do filósofo, “Elas são importantes, de uma parte, porque permitem, claro, obter vitórias e também porque permitem articular a sociedade por inteiro. [...]” (FOUCAULT, 1999, p.189).

Imagem-frame 13 – Coluna de soldados - Captura 00:00:15 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

A animação da fotografia distribui os sentidos dessa organização militar, que, discursivamente pensados, podem ser ampliados, retratados como práticas de organização e de economia social, como um princípio de análise dos discursos e dos enunciados que circulam socialmente e que têm nas instituições militares um ancoradouro para ordenar, como pondera Foucault sobre os estados de guerra, “uma economia dos homens armados, e dos homens desarmados, num dado Estado, e com todas as séries institucionais e econômicas que derivam daí” (FOUCAULT, 1999, p.189).

Nessas sequências iniciais (vídeo 2) de imagens-frame⁶³, que se apresentam reunidas ao longo dos próximos parágrafos, temos na passagem do décimo quinto segundo, para o décimo sexto segundo da produção (Imagem-frame 14), o corte móvel que apresenta os primeiros registros fotográficos (vide Imagem-frame 13 anterior, no deslocamento que orienta o olhar da coluna de homens à esquerda para o centro/direita, em relação à Imagem-frame 14).

⁶³ Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Imagem-frame 14 – Soldado - Captura 00:00:16 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

A narratividade do vídeo 2, diferentemente do vídeo 1, busca na maior parte do tempo ancoragem na exposição/animação das fotografias. Desse modo, as participações de personagens (parentes do fotógrafo Claro Jansson e estudiosos) não são compreendidas por nós como testemunhos, pois entram na rede de discursos organizadores dessa narrativa predominantemente visual.

A videografia oferece ao espectador noções de comemoração e de resistência relativos aos fatos historiográficos de cem anos atrás, ocorridos à época da Guerra do Contestado, pelo intenso uso de recursos técnico-tecnológicos, os quais modificam a relação com o objeto fotográfico e com o objeto documental. Isto porque as relações de poder/saber estabelecidas nesse jogo da visualidade/visibilidade lançam o espectador a olhar o passado, como se lá estivesse, como se fosse ele a participar da guerra.

Nas imagens-*frame*, ora elencadas, a tropa militar montada, posicionada no canto esquerdo da tela (Imagem-*frame* 13), mostra na duração de apenas um segundo como o recurso tecnológico dirige-se rapidamente até uma figura desfocada (Imagem-*frame* 14) ligeiramente para o lado direito, nela emprega-se outros dois segundos, tempo suficiente para focar a figura e, subitamente, destacá-la numa nitidez necessária para evidenciar altivez, soberania e poder.

Imagem-frame 15 – Soldado em foco - Captura 00:00:17 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Esses deslocamentos importantes mostram a violência do discurso, das práticas impostas para ver o que se “dá a ver”. O passeio tecnológico pela fotografia exhibe inovação, pode ainda, dependendo do ponto de vista, oferecer uma aparente “face legível que teríamos de decifrar” (FOUCAULT, 2012, p. 53), como também, pode evidenciar a regularidade das práticas discursivas que na esteira da utilização do recurso tecnológico de animação fotográfica, inscrito na materialidade efêmera narrativa, limita as fronteiras do próprio discurso.

Na sequência o espectador é levado pela animação, em frações de segundos posteriores a olhar outros soldados, mais uma vez à direita de quem assiste, num plano que encerraria a fotografia (Imagem-frame 16), não fosse o prolongamento da iconografia, que denota uma proliferação de homens entrando nos sertões paranaense e catarinense. A noção de quantidade descortina o “batalhão”, a reunião de soldados para conter outra reunião de sujeitos.

Imagem-frame 16 - Fileira de soldados – Captura 00:00:20 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012)

O problema do contingente que faz guerra e faz resistência aos modos de governo é resolvido, como vimos em capítulos anteriores, com o exército, que em número e em tecnologia impõem término, “pacificação” (vide capítulo 3) ao conflito. O poder disciplinar age para atravessar o poder biopolítico, mostrando sua relação coexistente e profícua. Desse modo, a Guerra do Contestado e seus sujeitos caboclos, já pacificados, são colocados, ao menos nos discursos, em seu lugar, na ordem e na normalidade da população.

O deslize para outra fração da materialidade, no mesmo segundo (*Imagem-frame 17*), destaca um regimento militar montado, enfileirado, organizado e disciplinado, dirigindo-se com desembaraço nas terras contestadas, anunciando seu percurso e sua incursão ao toque de cornetas.

Imagem-frame 17 - Tropa anunciada por trombetas – Captura 00:00:20 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Salientamos a evidência do poderio militar, como também uma evidência do “novo” que se apresenta nos sertões do Paraná e de Santa Catarina. A corneta, um instrumento de anúncio que comporta significados aparentemente tão transparentes de júbilo e de chegada, desliza seus sentidos, para discursos outros, transforma-os num anúncio do terror, por exemplo, é o que recuperamos de uma sequência enunciativa apresentada no jornal *O Estado de S. Paulo*, discutido anteriormente no segundo capítulo desta tese. A sequência apresenta-se, no texto jornalístico, assim:

Maria Simão, com cerca de 1,20m de altura, corpo franzino, usa lenço roxo e um cajado de guamirim, ‘como São João Maria’, ela observa. Maria veste uma jaqueta preta esfarrapada, uma saia remendada, uma blusa por cima de outra para enfrentar o frio do planalto, avolumando o corpo frágil, e botas. No bolso da jaqueta, guarda um saco de fumo de rolo. **Ela reproduz o som das cornetas dos militares anunciando os ataques, como descrevia sua mãe. ‘O pessoal, os jagunços, ouvia de longe as cornetas dos soldados’, relata** (O ESTADO, 12/02/2012, X3, grifos nossos).

A memória do som, mesmo que nunca ouvido, mas frequentemente relatado pela mãe de Maria Simão, que conforme diz a reportagem foi uma sobrevivente do reduto de Santa Maria, associada à ideia de medo, provoca efeitos que perduram, não apenas na personagem,

mas na circulação de dizeres. Outro deslize de sentidos encontra morada nas práticas discursivas de anúncio de um contingente militar forte e organizado. Discursos necessários, como já salientamos, para marcar na memória nacional, desta vez pelo registro da imagem, o sentido de importância do Exército aparelhado, empoderado, moderno e disposto a proteger a pátria e os patrícios, nem que seja deles mesmos.

O dispositivo de segurança age para recuperar as terras e livrá-las dos sujeitos que a ameaçam e não mais se reconhecem, nem são reconhecidos como protegidos pelo Estado. Portanto, a sociedade de segurança opera para acomodar e normatizar os caboclos do Contestado, que embora a combatam por não encontrarem nela o modo de vida desejado, ensejam por voltar à salvaguarda do “pacto de segurança” antes acordado e agora violentamente rompido.

Na fragmentação da fotografia, nos recortes editados e depois reorganizados encontramos direção e regra para as leituras, mais uma vez não há espaços para possibilidades. Ao final desta sequência de animação, algum espectador, consumido e acomodado na pressa em olhar, pode compreender que a totalidade do registro fotográfico foi apresentada, outro teria a certeza de que haveria mais na fotografia, mas aos dois talvez faltassem informações sobre as condições de emergência e de existência, pois a distribuição do que é “dado a ver” promovida pelo recurso técnico-tecnológico (*software Blender 3D*) e sua vertiginosa animação, limitam e excluem as possibilidades de leitura, produzem uma economia do olhar e uma economia dos efeitos, subsidiada pela ordenação do tempo na imagem efêmera.

Sontag (2003) pondera sobre, o que ela nomina, “instrução” para ler uma fotografia. Sobre como lemos e compreendemos as imagens, no caso, para ela, as fotográficas, e., para nós, este objeto híbrido que transita entre o móvel e o imóvel.

A familiaridade de certas fotos constrói nossa ideia do presente e dos passado imediato. As fotos traçam rotas de referência e servem como totens de causas: um sentimento tem mais chance de se cristalizar em torno de uma foto do que um lema verbal. E as fotos ajudam a construir- e a revisar- nossa noção de um passado mais distante, graças aos choques produzidos pela circulação daquelas até então desconhecidas. Fotos que todos reconhecem são, agora, parte constituinte dos temas sobre os quais a sociedade escolhe pensar, ou declara que escolheu pensar. Essas ideias são chamadas de “memórias” e isso, no fim das contas, é uma ficção. Em termos rigorosos, não existe o que se chama de memória coletiva – parte da mesma família de noções espúrias a que pertence a culpa coletiva. Mas existe uma instrução coletiva (SONTAG, 2003, p. 72.73).

Nessa mesma perspectiva, sobre a outra sequência de animação do vídeo *Olhar Contestado*, temos a considerar que ela requer inicialmente olhares de outros quando a questão é a memória. São espaços da literatura e da arte que entram neste momento e completam, ou são completados, pelas descrições e leituras discursivas. Manguel (2001) ao discorrer sobre os monumentos (edifícios, estátuas, etc), atenta para o fato que “a memória torna[r]-se concreta em pedras e cunhagens: algo que sirva como lembrete e advertência, e algo que sirva como um ponto de partida para pensamento ou ação”. Para este autor, “todos os monumentos trazem tacitamente a inscrição: ‘Lembre-se e pense’” (MANGUEL, 2001, p. 273). Nessa conjuntura, inscrevemos a memória como um ponto de análise, uma curva de reflexão, que se apresenta e nos compele a dizer sobre ela, principalmente, porque nas pesquisas desenvolvidas para esta tese sobre a mobilização dos recursos técnico-tecnológicos, pode-se apreender que tais meios, não necessariamente alteram ou transformam os efeitos, embora ressignificados, da fotografia ou do documentário.

Portanto, memória, comemoração, rememoração são efeitos que se conservam nas retomadas, que se impõem como primeiros, numa quase evidência de sentidos necessários ou imaginados/esperados, quando se agenciam noções temporais de um passado que parece prolongar-se, ou não se esquecer, no presente. Se os efeitos imperiosamente presentes na materialidade, não se alteram, apesar da utilização de “novas” tecnologias, ainda, assim, fazem funcionar, o que acreditamos fundamental, outras relações e jogos enunciativos.

Dessa forma, convocamos a memória como um recorrente “lembre-se e pense”, num processo que se retroalimenta à medida que emprega diferentes modos de dizer. Recorremos às palavras de Sontag (2003, p. 74), que afirma “Ter por objetivo a perpetuação das memórias significa, de forma inevitável, que se assumiu a tarefa de continuamente renovar e criar memórias [...]”.

A produção das memórias pelas comemorações centenárias cumpre seu papel nas materialidades que selecionamos, ou seja, agenciam, controlam e produzem sentidos, que subjetivam os sujeitos, que se apresentam nas imagens-*frame*, e investem sentidos dessa memória monumento, detalhando na animação das fotografias, rostos, gestos, grupos, tons de pele, corpos desordenados ou enfileirados, dóceis e docilizados.

Imagem-frame 18 – Coluna de vaqueanos - Capturas 00:10:17; 00:10:22 e 00:10:26 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

O perfilamento de homens a cavalo é horizontalmente acompanhado pela câmera, que num movimento lento e contínuo, percorre da esquerda para a direita, (Imagem- *frame* 18), a longa dimensão que se passa nos minutos 00:10:18, 00:10:22 e 00:10:26, respectivamente, em ordem de cima para baixo. Esta demora do olhar oferece-nos, enquanto leitores, a dimensão da diferença entre quem imperava e dispositivos que utilizava para o assujeitamento, como: armamentos, transportes e até indumentárias e quem era assujeitado.

Quando a incursão pela fileira acaba, a imagem-*frame* ganha outras animações (Imagem-*frame* 19), que não se estendem apenas ao percorrer do olhar em continuidade, empregam modos que exploram o recurso técnico-tecnológico como um agenciador de memória e de rememoração, nos força, nas palavras de Manguel (2001), “a um compromisso, a um confronto; [...] oferece epifania, ou ao menos um lugar para dialogar” (MANGUEL, 2001, p. 286).

A ordem de apresentação das imagens no documentário propõe um movimento, que, diferentemente, do passeio lateral, exibindo os vaqueanos na imagem-*frame* anterior, traz à evidência os caboclos numerosos. A centralização da animação desloca sentidos de dominação e de subjugo, para os de lembrança da resistência armada, apenas vencida após quase quatro anos de embates, revelando enunciados de violação do “pacto de segurança”, discutido no capítulo 3, o qual sob uma nova ordem faz funcionar outros dispositivos, mais modernos e vigilantes, dedicados a observar uma população.

Os caboclos, amontoados ao centro da primeira imagem-*frame*, dispersam-se quando ocorre o deslize desse olhar para a esquerda. Soldados e vaqueanos (imagem-*frame* 19 central), vigilantes e vigiantes do pequeno grupo de rebeldes rendidos, revelam-se rumo à última imagem-*frame*, cujo olhar maquínico do dispositivo técnico-tecnológico passa mais uma vez pelo centro até alcança-la. Nesse percurso do olhar, as ordens políticas e biopolíticas estabelecem-se, visto que captamos brevemente o centro para dispersar nossa visão para os lados, onde estão os sujeitos imbuídos de “poder”. Essa configuração não se faz “sem ao menos uma parte de violência” (FOUCAULT, 2011), que regra e determina lugares e sentidos da memória, de que aos vencedores as glórias, expressas em seus corpos: altivos, eretos, levemente relaxados, prontos para dar-se a ver pela iconografia.

Imagem-frame 19 – Churrasco para os caboclos rendidos - Capturas 00:10:28; 00:10:32 e 00:10:36 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Além da disposição gráfica que “encurrala” o grupo de caboclos no centro da fotografia e das posições dos corpos dos sujeitos, as indumentárias deixam bastante evidente o

lugar daquele que se entende por vencido e daquele que confia ser vencedor. Estes elementos que constituem e instituem as imagens como uma imagem-*frame*, são também reconhecidos por nós como lugares de memória, porque mobilizam saberes de regularização e de desregulação (PÊCHEUX, 2010), asseguram um espaço de estabilidade ao dizer e, em nosso caso, ao olhar também, como um procedimento de exclusão social e discursiva, e dos próprios discursos, que aparta e separa, enquanto organiza, impondo uma memória também baseada numa vontade de verdade que a imagem suscita.

Imagem-frame 20 – Bonifácio Papudo – Captura 00:10:38 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Nesse jogo, há, também, uma vontade de saber que se estabelece, inscrevendo o caboclo de ontem e de hoje, nas relações de docilização e de assujeitamento extremos. A próxima imagem-*frame* (Imagem-*frame* 20), apresentada, é um exemplo desta última assertiva. Em Foucault (2011) encontramos a importância em observar “modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2011, p. 17). As imagens-*frame* dizem, assim, do espaço da repreensão o que é “certo e errado”, do ponto de vista do verdadeiro e do falso, como um sistema de exclusão.

Imagem frame 21 – Bonifácio Papudo em foco – Captura 00:10:42 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Os personagens destacados pelo recurso técnico-tecnológico foram o chefe rebelde Bonifácio Alves do Santos (Bonifácio Papudo) e o tenente do Exército Brasileiro Castelo Branco⁶⁴. O capturado mostra-se subserviente e atento aos possíveis conselhos do capturador, mas também poderia ser um diálogo de amenidades. Para os professores que discursivizam e analisam o conflito no vídeo *Olhar Contestado*, há nestas imagens, que afirmam terem sido encenadas, organizadas para a captura da fotografia, uma violência simbólica que determina lugares e dizeres de uma guerra “civilizada”, acepção desqualificada pelos narradores, que desliza para a eugenia e a morte.

Há aqui uma palavra proibida, uma interdição ao dizer, imposta ao sujeito que na imagem não fala, mas ouve e acata. Contudo, a imagem não revela logo as proibições nela contidas, é preciso que a narração e o tempo da imagem videográfica auxiliem na noção de que ali cabem não conselhos, mas repreensões e coibições.

⁶⁴Informações encontradas em: <http://cienciahoje.uol.com.br/resenhas/por-um-palmo-de-chao>.

Imagem-frame 22 – Tenente Castelo Branco e Bonifácio Papudo - Captura 00:10:48 de *Olhar Contestado*.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Nem revela tão pouco o jogo de relações biopolíticas que a racionalidade das ações Estatais engendra no corpo da população do Contestado. Essa irrupção de poder, de biopoder, ganha ressignificações nas imagens, as quais ao mesmo tempo jogam com a visibilidade da violência que os militares impuseram aos caboclos e a invisibilidade das estratégias que a governamentalidade impôs aos dois sujeitos.

Quanto à enunciação em voz *off*, afirmamos que ao acompanhar as *imagens-frame*, além de sincronizá-las e completá-las, do ponto de vista da técnica fílmica, observamos pelas análises, que seus recursos como trilha sonora e demais sons ou ruídos deslizam para compor um regime de olhar e de enunciar que legitime, no mínimo, a imagem e o debate que ela incita.

No vídeo 2, a narração (voz *off*) ora recortada é de Rafael Ginane Bezerra, professor e sociólogo da Universidade Federal do Paraná, cuja tese de doutorado⁶⁵ foi baseada nas fotografias do Sr. Claro Jansson, autor da maioria dos registros fotográficos capturados durante a Guerra do Contestado. A sequência, a seguir apresentada e discutida, envolve a

⁶⁵ Conf. Referências completas ao final: BEZERRA, Guardados de um artesão de imagens: estudo da trajetória de Claro Jansson e de suas crônicas visuais durante as primeiras décadas do século XX. 2009.

animação de três materialidades fotográficas, as quais uma vez editadas tornam-se *imagens-frame*:

De todo o acervo que eu verifiquei não existem fotos espontâneas, fotos nas quais, os personagens, eles, estão sendo flagrados. Eu chamaria a atenção das fotografias que são já do período final do conflito. E essas fotografias são já fotografias de rendição. Numa dessas fotografias, um dos líderes rebeldes, conhecido pelo apelido de Bonifácio Papudo, ele está de frente para um militar, este militar está de dedo em riste, como quem diz assim: agora você vai ouvir um sermão, você vai ser repreendido /não é?.../.Essa fotografia se você olhar de forma desatenta, facilmente você acredita que é uma fotografia, um flagrante. Não é! É uma fotografia encenada. (Informação Verbal)⁶⁶.

O “cenário” que a voz *off* enuncia é melhor compreendido quando acompanhado das imagens, as quais certificam os sentidos mobilizados na sequência enunciativa verbalizada. Voz e imagens aliam-se (*Imagem-frame* 20,21,22). Entretanto, quando os recursos técnico-tecnológicos atuam, -voz, imagem e tempos da imagem-, transformam-se de relações discursivas que faziam funcionar a memória, para relações discursivas que fazem funcionar o tempo físico e o tempo da imagem, ou seja, passado que é presentificado, presente que rememora. Ambos os dispositivos discursivos produzem sujeitos e à medida que os produzem subjetivam-nos em suas ordens e “regimes de verdade das visibilidades (in)dizíveis do inevitável presente” (TASSO; OLIVEIRA, 2015, p. 16).

Compreendemos que as *imagens-frame*, possibilitadas de existirem pelos recursos técnico-tecnológicos que as instituem como tal, mostram, quando analisadas pelo viés da exclusão sobre a problemática das relações entre poder/saber e sujeito em Foucault, espaços de governamentalidade que se olhadas apressadamente são encobertos pela própria tecnologia e seus recortes e direções. Dessa forma, as *imagens-frame* chamadas nestes parágrafos vão quadro a quadro nos revelando o governo e a direção das condutas dos sujeitos, numa relação em que poder e resistência estão sempre atuando, ou seja, um poder que deseja conduzir as condutas (MAGALHÃES, 2013).

Definimos uma sequência de recortes que divide em quatro quadros as últimas *imagens-frame* desta fotografia (*Imagem-frame* 26), conformada no recurso de animação. Elas mantêm a narração da voz *off* até a sua conclusão, quando é inserida ao vídeo outra materialidade fotográfica.

⁶⁶ Transcrição da voz *off* 1 (Rafael Ginane Bezerra em participação no documentário *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

Na sequência de nossas análises (*Imagem-frame* 23), temos na primeira imagem, no alto à esquerda, o prolongamento da fotografia transformada em cena pelo recurso técnico de animação. Os dois personagens estão ainda no interminável “diálogo” que se iniciou minutos antes; desta vez, o plano abre-se para distingui-los na *imagem-frame* com uma distância focal curta, mostrando-os por inteiro, concluindo o jogo de (in)visibilidades de um corpo forte e de domínio, embora dócil e disciplinado como militar, em relação ao outro fragilizado, maltrapilho e subjetivado. Estas relações enunciativas e de possibilidades de ver e de dizer a cada época, em nosso caso um passado retomado e presentificado, configuram-se para Deleuze (2005), assim: “O que se pode concluir é que cada formação histórica vê e faz ver tudo o que pode, em função de suas condições de visibilidade [e de visualidade], assim como tudo diz o que pode, em função de suas condições de enunciado” (DELEUZE, 2005, p. 68).

Na *imagem-frame* (*Imagem-frame* 23,) há mesmo, em se tratando de uma fotografia editada, fator que causa estranheza, mas ganha em problematização, certa profundidade de campo, a qual “permite, às vezes, operar seleções na imagem que dirigem a atenção do espectador; seu olhar pousará sempre primeiro, por uma questão de reflexo, na zona clara” (JULLIER & MARIE, 2012, p. 30). Nessa inscrição em regimes de tempo e em dispositivos dos domínios videográficos documentais, a imagem mencionada ganha uma forma-cinema, de tal modo, que nos convida gentilmente a olhar para os cantos iluminados da cena, os quais ressaltam outros personagens: caboclos, em sua maioria, uns com vestes brancas (reminiscências do misticismo), outros sentados ao chão, homens, mulheres e crianças que parecem querer escapar da cena. Então, comportando-se como um fotograma, o registro fotográfico, torna-se uma forma-fotografia, podendo trazer e manter em si e nos sentidos que organiza: memória, rememoração, passado e presente, e principalmente, poder e seus desdobramentos em exclusão e apagamentos.

Imagem-frame 23 – Exército, caboclos rendidos e vaqueanos - Capturas 00:10:53; 00:10:55; 00:11:00 e 00:11:04 de *Olhar Contestado*. Apresentação em sentido horário.



Fonte: *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012).

As terceira e quarta imagens-frame, localizadas abaixo, à direita e à esquerda, deslocam suavemente nosso olhar para outros personagens, os quais posicionados ao lado do militar, executam atitudes que em nada assemelham-se aos rostos curvados e olhares baixos dos caboclos, poderiam, no entanto, ser não-caboclos da região, vaqueanos ou militares à paisana. Seus lugares discursivos, talvez sejam os mesmos, nos quais, militares transitam e, assim como eles, sentem que “a vitória” ou “a pacificação”, como preferem os próprios militares, argumentações anteriormente debatidas, com relação aos rebeldes aproxima-se ou já é certa. Aliviados e de semblantes contentes, contrastam, inevitavelmente, com o grupo de pessoas expostas em lado oposto na imagem. Como um teatro (e talvez a voz *off*, enfim, tenha razão) o palco fora brilhantemente montado e organizado para evidenciar o sucesso militar, portanto, sucesso do Estado, na Campanha do Contestado.

O duplo discursivo – fotografia/documentário – apresenta efeitos de memória, já imaginados, dada a especificidade das materialidades em agenciar e moldar tais efeitos em seus dispositivos técnicos. Embora, da combinação dessas duas materialidades surja outra, concretizada em imagens-frame. São imagens que requerem a memória dos objetos imóveis e

móveis e convocam o tempo delas também; seja o tempo do passado que se conserva, apesar de distante fisicamente e quase impossível de ser lido nessa temporalização; seja o tempo do presente que se prolonga, não porque o primeiro estivesse escondido, mas porque ele, melindrosamente, às vezes dá-se a ver e se exhibe na passarela dos discursos indefinidamente repetidos e recuperados.

Sobre tais regimes do visível e do não visível apontamos Deleuze (2005) que, com maestria afirma:

Nunca existe segredo, embora nada seja imediatamente visível, nem diretamente legível. E, de um lado e de outro, as condições não se reúnem na interioridade de uma consciência ou de um sujeito, assim como não compõem um Mesmo: são duas formas de exterioridade nas quais se dispersam, se disseminam, aqui os enunciados, lá as visibilidades (DELEUZE, 2005, p. 68).

As imagens-*frame* enunciam e dão visibilidade aos caboclos. Reunidas e organizadas tornam a materialidade fotográfica e a documental possibilitadas de terem seus enunciados repetidos, colocando os dizeres sobre a Guerra do Contestado em regimes de rememoração e presentificação. Apesar de distante, o passado das fotografias é conservado nestes enunciados imagéticos, cujos rastros atravessam o presente para prolongar-se. Os discursos que circularam sobre o Contestado restam indefinidos, muitos conservam seus lugares, outros recuperam não apenas seus enunciados, mas a possibilidade de se perpetuarem.

Apresentamos o quadro 2 como síntese das relações estabelecidas entre o dispositivo “pacto de segurança” e o seu rompimento e como condições de possibilidade para a produção de um sujeito contestado. É importante observar que os documentários são questionados a partir das noções de verdade, memória, rememoração e segurança.

Os campos de ressignificação dos sentidos desvelam as práticas e as relações entre os saberes técnicos e os saberes discursivos. Colocam em discussão o funcionamento dos já-ditos de sentidos que os saberes técnicos acabam por acomodar em suas práticas.

Quadro 02 – Funcionamento dos discursos sobre os caboclos do contestado

RESSIGNIFICAÇÃO DOS SENTIDOS			
DOCUMENTÁRIO <i>MENINOS DO CONTESTADO</i>		DOCUMENTÁRIO <i>OLHAR CONTESTADO</i>	
EXÉRCITO	CABOCLOS	EXÉRCITO	CABOCLOS
Instituição sob Regime da ordem Estatal	Sujeitos em busca da reparação	Representação do poderio Estatal	Sujeitos da resistência
Apropriação e cautela da terra em nome do Estado.	Sujeitos desassistidos pelo “pacto de segurança”.	Apropriação e cautela da terra em nome do Estado.	Sujeitos que lutam para voltar para o “pacto de segurança”.
Vontade de verdade	Sujeitos da memória e da rememoração.	Vontade de verdade	Sujeitos da memória e da rememoração.
<p>Os campos de ressignificação dos sentidos desvelam as práticas e as relações entre os saberes técnicos e os discursivos, colocam em relação discursiva o funcionamento dos já-ditos que os saberes técnicos acomodam em suas práticas.</p> <p>As práticas tecnológicas inscritas nos documentários - uma reescrita - alteram sensivelmente as relações entre os discursos e pode trazer à tona a invisibilidade dos caboclos do Contestado.</p>			

Fonte: Quadro organizado pela autora.

Dessa forma, institui-se sentidos de retomada dos dizeres, possibilitada pelos documentários. O que consideramos uma reinscrição dos enunciados por modos tecnológicos, os quais conservam, na animação das fotografias, sua ordem de “inovação”, mas não expandem as discussões sobre os sentidos já compreendidos sobre os sujeitos caboclos.

A transcrição dos enunciados não altera significativamente os efeitos de exclusão e de abandono, que os discursos carregam nestes cem anos passados. Portanto, os enunciados, ainda que expandidas as suas formas de reinscrição, conservam impostos e instituídos (FOUACULT, 2012) na ordem dos documentários e da fotografia.

Tal modo de reescritura muda sensivelmente as relações entre os discursos, trazendo à visibilidade, pela transcrição dos enunciados, a invisibilidade dos caboclos do Contestado.

Pelas comemorações centenárias o campo de estabilização pode repetir os enunciados sobre os caboclos em sua identidade, ou seja, a visibilidade, que os modos de visualidade iconográfica, discutidos durante a tese, faz funcionar, descrever e relacionar saberes, retoma dizeres e provoca outros modos de olhar e de problematizar a reunião enunciativa que faz viver e deixa morrer (Foucault, 2006) os caboclos do Contestado.

CENA FINAL: EM VISIBILIDADE E VISUALIDADE

Os estudos e análises, realizados para esta tese, permitiram a aproximação investigativa com materialidades efêmeras - documentários brasileiros, que não fosse a pesquisa restariam no acúmulo indefinido dos enunciados que celebraram o Centenário da Guerra do Contestado. Por sua vez, a tese filiada aos estudos discursivos, sob a ótica foucaultiana, ganhou objetos em diálogos com os estudos da imagem fotográfica, videográfica e cinematográfica.

A reunião desses saberes teve por objetivo investigar como e por que a animação fotográfica, ao convocar a rememoração da “Guerra do Contestado” pela celebração de seu centenário, presentifica esse acontecimento histórico e discursivo em documentário audiovisual, atribuindo-lhe “nova” textura, e, por esse modelo de escritura, dá visibilidade aos caboclos e aos regimes de governamentalidade pelas tecnologias do biopoder e da biopolítica.

Nesse intuito, pudemos inicialmente observar, com nossa pesquisa, que as práticas de edição das imagens-*frame* presentes nos documentários *Meninos do Contestado* (2012) e *Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* (2012) promovem o imediato debate que suscitam reflexões de ordem político-social e cultural sobre o fato historiográfico da Guerra do Contestado. Além disso, possibilitam, pelo modo de organização, sistematização e problematização acerca da temática proposta, visibilidade aos sujeitos caboclos, realizando ora certa manutenção de dizeres e olhares sobre eles, ora colocando esses dizeres em outras relações enunciativas.

O par visibilidade/visualidade, discutido na tese, subsidiou nossas reflexões na compreensão de que os regimes e condições de aparecimento e de evidência das “verdades” obedecem sua época, tal como afirma Veyne (2013): “O que é tido por verdadeiro se faz obedecer” (VEYNE, 2013, p.166). Nessa direção as possibilidades de outros modos de ver também se encontram nesse regime dos enunciados ou nessa economia dos enunciados, que se envolve em relações de poder/saber. “Um ser-luz” (DELEUZE, 2005, p. 67) sobre o *corpus* baseado nos documentários que dispõem e organizam as animações fotográficas, nomeadas por nós como imagens-*frame*, ou seja, uma fotografia que ganha, pelos recursos técnicos e tecnológicos dos domínios efêmeros da videografia, movimentação, como: corte, *zoom*, salto e duração.

A disposição da fotografia em tornar-se móvel é viabilizada e discutida pela noção e conceitualização dos processos híbridos da atualidade, os quais lhe concedem tratamento como materialidade efêmera. Não fossem estas “novas” formas de enunciar os objetos

imóveis, em nosso caso os iconográficos, as imagens-*frame*, descritas e analisadas, não teriam as condições de visibilidade e de enunciação que elas possibilitaram.

A época e os saberes contemporâneos trouxeram à luz outras formas de enunciar e outras formas de ver, as quais deslocam, deslizam, produzem, retomam, combinam, “eventualmente destroem” os enunciados. Como ponderou Foucault (2012, p. 128, grifos nossos), “o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das **contestações e das lutas**, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”.

A pesquisa possibilitou, também, ratificar que a razão de Estado, empreendida durante a Guerra do Contestado, atuou como agência biopolítica de controle e normalização dos sujeitos do Contestado. Tal ordem fora instituída pelo dispositivo do rompimento do “pacto de segurança” o qual, por sua vez, proporcionara as condições de possibilidades para o modo como se estabeleceram os referenciais enunciativos para o exercício da prática discursiva dos documentários. Haja vista que o rompimento do “pacto de segurança” instaura-se e faz-se presente, em nossas análises, em decorrência de deslocamentos e sobreposições de imagens, de forma a delinear sentidos de negligência política, de desamparo social e da negação da condição cidadã dos sujeitos do Contestado.

A tese defendida esquadrinhou um percurso que possibilitou compreender o exercício da biopolítica nas práticas discursivas circunscritas aos documentários. Esforço que demandou percorrer as técnicas lentamente principiadas nas forças exercidas pelo biopoder, as quais, no prelúdio do século XIX, ainda sob a ordem monárquica, foram o procedimento de controle instaurado para conter pela ação e controlar e administrar pelo discurso, o movimento civil, denominado “Guerra do Contestado”. Tal ordem primou por acomodar os sujeitos caboclos, considerados à margem do biopoder instalado e consolidado no Brasil já no limiar do século XX, nos processos de desenvolvimento e de progresso, atravessados de poder disciplinar e biopolítico coexistentes e pela marginalização e exclusão trazidos à visibilidade nas/pelas imagens-*frame*.

Desse modo, os estudos realizados revelaram, na materialidade imagética, o funcionamento discursivo pelo exercício da política e da economia do biopoder, estendido da Guerra do Contestado até nossos dias, sustentado pelo/no combate bélico, como estratégia da governamentalidade para pôr fim ao conflito e às práticas de viver do sujeito caboclo, inscrevendo-o como um sujeito a ser silenciado, o qual ressurgiu na reiteração dos discursos atuais, investigados nas fotografias animadas nos documentários.

Observamos, ainda, que a resistência desse sujeito gerou, nos anos de combate, uma contra conduta ao poder Estatal, a qual pode ser verificada nas análises das imagens-*frame* no capítulo final. Além disso, a “luta” cabocla seguiu nestes cem anos, mesmo após o término do conflito manifestado nas diversas produções escritas e imagéticas, sendo algumas citadas e apresentadas em nossas discussões. A prova para essa afirmação está nas condições de possibilidade e de emergência dos vídeos comemorativos aqui apresentados, que, pelos regimes técnicos, imprimiram nova visualidade à materialidade fotográfica, proporcionando um espaço de retorno, de visibilidade e de rememoração da resistência desse sujeito caboclo.

Nosso percurso metodológico-analítico orientou-nos na direção de alocar, no primeiro capítulo, nossos olhares para o dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”. Tal encaminhamento nos moveu no sentido de buscar na noção de dispositivo em Foucault a emergência do sujeito estudado por nós. As discussões mostraram que os dispositivos não cessam em contestar o lugar de pertencimento da população cabocla, o que para nós significa que os caboclos tiveram por cem anos problematizado seu lugar na sociedade de segurança, incomodados com a possibilidade de lhes ser negado o frágil “pacto de segurança” nunca totalmente reparado. Suas tênues garantias de “vida” são expostas em nossas considerações e comparadas ao rompimento de um “pacto de segurança”, suportado por poderes disciplinares de conformação dos indivíduos caboclos pela força armada, com vistas ao investimento biopolítico de normalização de um “povo” caboclo em população.

O segundo movimento buscou compreender um conjunto enunciativo verbo visual sobre os sujeitos caboclos do Contestado, reunindo nossas primeiras materialidades midiáticas: imagens lindas, encantadoras e comoventes, acompanhadas de reflexões e debates sobre o passado de interdições e de uma atualidade que problematiza as condições de existência do caboclo do Contestado.

O capítulo 3 primou por nos orientar sobre como os discursos sobre os caboclos passaram dos dizeres segregados, proibidos à rememoração e celebração que produz um presente interminável. Os jornais imbuídos de enunciar sobre o caboclo e os cem anos da Guerra do Contestado trazem à visibilidade outras materialidades, como: documentos militares, imagens diversas e, principalmente, a fala dos não valorizados. Seus dizeres divergentes, mostram a insistência em existir, em não se deixar apagar, em se manifestar, testemunhar. Nessa orientação foi empreendido um olhar analítico sobre o funcionamento desses discursos midiáticos e outros que estiveram alojados no espaço jornalístico, apoiando, especificamente, o documentário *Meninos do Contestado* (2012).

O prosseguimento da tese trouxe, no capítulo 4, o objetivo de versar sobre as ordens de visualidade e de visibilidade conferidas às materialidades fotográficas. Além disso, o enunciável e o visível entraram para acompanhar as primeiras capturas de imagens-*frame*, as quais também puderam nos mostrar discursos de exclusão e de “verdades” enunciadas sobre os caboclos. Nossas considerações alcançaram os processos de hibridismo das imagens iconográficas, quando encontraram as materialidades efêmeras. A constituição desse híbrido forma uma superfície outra para a iconografia, na qual há uma membrana fina que deixa iluminar uma profundidade, uma memória nessa “membrana de luz”.

O quinto capítulo discorreu sobre as práticas discursivas documentais, pautadas em categorias teórico-analíticas de base foucaultiana e pelos estudos da videografia e da cinematografia, esquadrihando os regimes de dizer e de olhar do espaço imagético já descrito. Nesta sessão foi realizada uma coleta das condições de produção dos vídeos, observando seu alcance e repercussão em espaços virtuais, que teve o intento de mostrar a repercussão dos documentários no cenário nacional brasileiro e indicar como a circulação das produções contribuiu para deslizar os sentidos do próprio tema relacionado à Guerra do Contestado.

Por fim, no sexto e último capítulo, nossas análises se detiveram no funcionamento técnico-discursivo das imagens-*frame*. Gestos de leituras empreendidos que possibilitaram avançar na busca por compreender o funcionamento discursivo dessas imagens híbridas nos documentários *Meninos do Contestado e Olhar Contestado: desvendando códigos de um conflito* e como elas direcionam nossos olhares e nossas compreensões sobre os sujeitos caboclos. Tais materialidades recortadas, neste capítulo, evidenciaram o funcionamento da reinscrição material dos enunciados sobre os sujeitos caboclos do Contestado, produzindo ressignificações que mantêm os enunciados em campos de estabilização, mas ao mesmo tempo os inscrevendo em regimes outros de olhar e de dizer sobre estes sujeitos e sobre os processos biopolíticos sofridos pela exclusão, pelo silenciamento e pela própria resistência.

Compreendemos que os debates, promovidos em nossas análises, sobre os sujeitos caboclos puderam ser adensados por discussões sobre sua resistência e sua (des)subjetivação aos regimes de poder circunscritos como verdadeiros desde cem anos atrás. Além disso, a reprodutibilidade técnica das fotografias, e especificamente as fotografias que mostram condições de precariedade de vida e de segurança nos interessaram sobremaneira, uma vez que consideramos, que por intermédio dessas imagens os sujeitos são colocados em sua condição humana mais insuspeita.

Para além do espaço das discussões que organizaram a tese e mostraram as primeiras considerações e resultados, reserve-me, mais uma vez, a oportunidade de pronunciar-me em primeira pessoa do singular, para retomar, provocar e estender as ponderações finais aliando-as a algumas inquietações expressas na introdução desta tese. As discussões às quais me refiro dizem respeito aos deslocamentos, que admiti sofrer no texto introdutório. Na ocasião muitas dúvidas pairavam sobre o fazer da escrita, sobre a coleta extenuante do *corpora* e sua utilização ou não na análise, sobre a tese de que a biopolítica foi a estratégia administrada para conter o conflito e normalizar os caboclos do Contestado, sobre o objeto de análise (se os documentários, se as imagens-*frame* ou se os documentários com as imagens-*frame*) e até mesmo sobre o dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”, o qual embora visualizado com vigor à medida que as pesquisas avançavam, causava-me o receio de não saber explicitá-lo sem que meu objeto de análise fosse afetado e “muito” afetado, pelas “opiniões pessoais”.

Os incômodos expostos, ainda que aparentem dificultar a pesquisa, foram valorosos porque demoviam a prática discursiva empreendida para a elaboração da tese a todo instante. Deram-lhe forma e constituição para “pensar” diferente, duvidar e problematizar os enunciados que circularam sobre o Contestado nestes 100 anos passados. Além disso, pude pelo exercício dos questionamentos experimentar certa “liberdade” da reflexão crítica e da problematização, atividades que aprendi a prezar e a realizar com outros objetos que me chegam, práticas que se tornaram exercício interessante.

Como não poderia ser diferente, resultados da tese também entraram neste emaranhado de incômodos e questionamentos, que me conduziram a caminhos singulares, porque primeiramente verifiquei que a animação das fotografias, suportadas e possibilitadas pelos domínios videográfico-documentais, não tirou, como já mencionado, o caboclo de seu lugar enunciativo, não alterou as relações de poder/saber que muitas materialidades de outros domínios, apresentadas na tese, mantêm com os discursos já estabilizados sobre os sujeitos caboclos, nem mesmo trouxe grande mobilização e crítica social para problematizar as questões de vida e de sobrevivência desses sujeitos. Concluindo, os documentários e seus modernos recursos não alteraram os discursos.

Pergunto-me, então, sobre esse primeiro caminho traçado pelo fazer investigativo, se em algum momento esperei pela modificação dos enunciados e se aos documentários caberiam estas funções.

Mais uma vez encontrei-me diante de meus incômodos e retornei ao meu problema de pesquisa, que indagava assim: as condições de possibilidade dos regimes de visibilidade e de

visualidade, reunidas nas imagens-*frame*, produzem ou não relações de remanência enunciativa que deslocam e dispersam os modos de ver e de dizer a população minoritária, dita cabocla, em documentários sobre o centenário da Guerra do Contestado?

Esquadrinhando minha problematização, observei que os regimes de visualidade são permitidos e legitimados a existir pelos documentários, que, longe de alterarem a condição discursiva dos caboclos, administram, pelos saberes técnico-tecnológicos, o olhar e o dizer. Por este mesmo mecanismo dão visibilidade aos caboclos, mantendo-os num feixe de luz muito específico, não autorizando um descortinar das práticas discursivas sobre o Contestado. Nessa direção, embora existam “novas” texturas possíveis para os caboclos serem rememorados, a visibilidade alcançada conserva-os nos dizeres da vitimização, do abandono, da não garantia de sobrevivência, ou seja, ainda estão sob o dispositivo do rompimento do “pacto de segurança”.

Quanto às imagens-*frame*, (posso afirmar de modo irrefutável que foram um presente) a direção empregada, por vezes o frenesi de sua movimentação ou o simples foco em um canto ou em um rosto, me “tiraram o chão”. Ainda hoje não me canso em assisti-las e em pensar como é hipnotizadora a ideia de uma fotografia com duração, com temporização e como isso arranca o objeto de um lugar e o problematiza para ocupar outros espaços. Assim, considero que as imagens-*frame* produzem remanência, no sentido de um “Lembre-se e Pense”, como Manguel (2001, p. 2713) pondera. Esta possibilidade de espreitar a fotografia ansiando pelo movimento na expectativa de quem sabe “mudar algo da próxima vez” é, para mim, fascinante e provocativa, porém, não converte o enunciado em outro, pelo contrário, o movimento dá-lhe condições de reaparecimento no instante, fazendo-lhe contestação ou reconhecimento.

Considero que as análises sobre as imagens-*frame* mostram “as cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2011, p. 58), porque seccionam, pela temporização, o passado, no qual a fotografia está alojada, lançando os caboclos para o presente que os convoca a rememorar nas comemorações centenárias e acabando por dispersar os enunciados em formações discursivas diferentes, em modos diversos de visualidade e em sentidos divergentes, convergentes, singulares ou não. Os sujeitos assumiram pelas imagens-*frame* funções que também variam conforme nossa época de enunciação, tornaram-se espoliados, mas também se converteram em resistentes.

O “instante e o sujeito” das enunciações sobre o Contestado ampliou meu interesse pelos discursos a respeito das guerras, as quais entendo como possibilidades de ver e de dizer

sobre os aspectos mais humanos e desumanos de nossa natureza. Sobremaneira, atraem-me as guerras em território brasileiro, especificamente a região paranaense, sempre tida como pacífica e até apática, no que concerne aos problemas sociais e políticos de nosso país. Um Estado “inexpressivo” nas reivindicações políticas, quase sem relevância nas grandes discussões nacionais; “celeiro do Brasil” nos discursos oficiais, que abriga muitos imigrantes estrangeiros e seus descendentes e que silencia as práticas questionadoras de suas elites sociais - teve uma guerra em seu território.

Esses questionamentos motivaram-me a escavar e a esquadrihar as práticas discursivas de silenciamento da Guerra do Contestado e de seus sujeitos caboclos, na direção de questioná-los em sua identidade: o que foram e quem são? Deslocamentos que me impactam a indagar sobre minha própria identidade. Considero que nisso reside a reflexão sobre um intenso incômodo em pensar, que o sujeito caboclo que combateu no Contestado e teve suas práticas silenciadas, ainda está aqui. Ele foi lembrado pela estratégia da celebração de um centenário, lhe foram dadas condições de mais uma vez dizer de suas práticas discursivas e de todos os enunciados que circularam e circulam sobre ele, mas o silêncio permanece.

Pondero que o insistente silêncio se conserva, quiçá, porque sabemos que somos um pouco ou muito caboclos e, no entanto, negamos esse traço identitário, pois não queremos sê-lo. Sabemos como brasileiros, paranaenses ou não, que uma sociedade de segurança, que se apoia nas garantias que o Estado oferece, tem linhas de gerência e de cuidado muito tênues com sua população. Por vezes, sentimo-nos todos caboclos abandonados e/ou inimigos da Nação, criminosos por não pertencer ao coro de uma maioria, na condição de resistentes e perigosos. Foucault (2013) em uma das conferências ministradas no ano de 1973, na PUC/Rio de Janeiro, afirmou: “você rompeu o pacto social, você não pertence mais ao corpo social, você mesmo se colocou fora do espaço da legalidade; nós o expulsaremos do espaço social onde essa legalidade funciona” (FOUCAULT, 2013, p. 83).

Então, quem quer ser caboclo? O silêncio permanece!

Há de se considerar a tenacidade do sujeito caboclo em retornar, com a obstinação em fazer-se visível, que o institui como um sujeito da resistência, que no instante do conflito armado combateu com armas, matou, prendeu, sequestrou e torturou outros sujeitos. Não atribuo ao caboclo militância e engajamento político, visto que, minhas análises não encontraram nos enunciados imagéticos indicações de práticas políticas que hoje compreendemos como organização e oposição ao poder político. Reivindico para o caboclo um olhar de resistente e de violento, que ainda aparece muito pouco nas produções

documentais ou nas fotografias (que não são fotografias de guerra, são objetos iconográficos organizados e compostos para mostrar um caboclo que precisa da normalização, posto que se assemelha aos bichos das matas e dos sertões e para promover um exército imbuído de ideais de pacificação e de condução desses desvalidos dos sertões ao lugar de proteção ou de punição).

A violência cabocla, encontrada com a coleta das materialidades que contribuíram com a tese, contra a população das cidades e contra o poderio militar, me conduziram a pensar o sujeito caboclo como um resistente que não se deixa facilmente morrer; um sobrevivente, portanto, que se faz viver em alguns discursos e às vezes tem permissão de ser dado a ver. Como já disse antes, um insistente, que embora ciente de que é governado, ressurgue de tempos em tempos como prova de que talvez não seja tão governado assim.

Avalio também que o caboclo ainda não teve reparação do rompimento do “pacto de segurança”. Seu retorno nas celebrações em comemoração centenária, revelam questionamentos, indagações sobre as formas de silenciamento que se apresentam e interrogam: quem comemora? Quem celebra cem anos de silenciamento? Quem rememora o lugar de “caboclo” numa sociedade excludente como a nossa?

Saliento, a resistência do caboclo não é eminentemente política, nem social, nem econômica, como dizem os documentários. É uma resistência à vida determinada e tida como “verdadeira”, que a governamentalidade quer fazer crer. É uma resistência ao existir de um modo e não de outro. É uma resistência que problematiza a nossa resistência quando aceitamos as relações de poder e de saber, que impõem críticas sem dúvidas ao modo como somos governados. E aí, pergunto, mais uma vez, quem quer ser caboclo?

Isso posto, não quero falar da crítica política como resultado de minhas análises, deixando os caboclos no lugar em que sempre estiveram, quis e quero, diante do percurso teórico-filosófico empreendido para a tese, mostrá-los, sondá-los, espreitar os discursos que foram produzidos por e sobre eles.

Do ponto de vista da análise do discurso, também não cabem críticas, porque, após a escavação e o esquadramento das camadas discursivas, é preciso explorar a rede enunciativa, identificando as materialidades, observando os sujeitos e suas posições, estabelecendo relações e associações com seus campos de saberes e as instituições que os balizam, ponderando seus referentes, para, enfim, tentar restituir os discursos em sua ordem.

Sobretudo, observo que apontar críticas, oferece um problema de reconhecimento, ou seja, reconhecer-se no caboclo implica, do ponto de vista da enunciação, continuidade histórica, como se fôssemos o prosseguimento deles. Tal reflexão invalida a indagação sobre

se “queremos ser caboclos”, que passa a exigir reflexões outras, como a observação das práticas discursivas e a reinscrição e transcrição dos enunciados, tirando-nos do lugar do reconhecer-se caboclo. Para Foucault (1982) a problemática dos reconhecimentos pressupõe sucessão.

A história ‘efetiva’ se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. [...] É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar’ e sobretudo não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. [...] É que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar (FOUCAULT, 1982, p. 27-28, grifos do autor).

Por fim, diante dos saberes problematizados, escavados e analisados nesta tese, sigo cortada!

REFERÊNCIAS

- A NOTÍCIA - **Cem anos da Guerra do Contestado**. Joinville. Santa Catarina. 2012.
- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Diz Positivo: entre o castor e a aranha (Prefácio). In: FERNANDES JÚNIOR, A & SOUZA, K. M. (Orgs.). **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia, GO: Gráfica da UFG, 2014, p. 5-9.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letas, 2008.
- ANNAES do Congresso Legislativo – 2ª Sessão da 11ª Legislatura. Casa da Memória de Curitiba/ setor de obras raras.
- AUMONT, J. MARIE, M. **Dicionário teórico e crítico de cinema**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BARTHES, R. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BAZIN, A. **O que é o cinema**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- BELLOUR, R. **Entre-imagens: foto, cinema, vídeo**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p 91-107.
- BENTO MOREIRA, C. **A Revolta do Contestado nas Memórias e nos Ensinamentos Militares de seu Pacificador**. Resende, RJ: FAHIMTB/IHTGRS, 2013.
- BEZERRA, R. G. **Guardados de um artesão de imagens: estudo da trajetória de Claro Jansson e de suas crônicas visuais durante as primeiras décadas do século XX**. Tese (Doutorado em XX), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica editores, 2009.
- CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824).
- D’ALESSIO, V. C. J. **O fotógrafo viajante**. São Paulo, 2003. Dialeto Latin American Documentary.
- DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Ed. Veja- Passagens, 1996.
- _____. **Foucault**. Trad. Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DERENGOSKI, P.R. **A sangrenta guerra do Contestado**. Florianópolis: DIOESC, 2013.

DUBOIS, P. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de arte e forma).

_____. **A Pós-fotografia**. Conferência de Abertura. I Colóquio Internacional: mídia e discurso na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ue7W6HJKVSY>>. Acesso: 06 maio 2015.

ESPIG, M. J. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n. 48, p.849-869: jul/dez 2012.

FATORELLI, A. **Fotografia contemporânea: entre o cinema, o vídeo e as novas mídias**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

FERNANDES, C. A. Fotografia, narrativa visual em discursividade. In: TASSO, I & OLIVEIRA, V. (Orgs.). **Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso: a formação dos conceitos**. Campinas, SP: Pontes, 2015, p. 225-240.

FERNANDES JÚNIOR, A. dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. In: FERNANDES JÚNIOR, A & SOUZA, K. M. (Orgs.). **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade**. Goiânia, GO: Gráfica da UFG, 2014, p. 53-67.

FISHER, R.M.B. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. **Revista Brasileira de Educação**, nº 20. Rio de Janeiro. Maio/Agosto de 2002.

_____. **Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **O Dossier: últimas entrevistas**. Introdução e organização de Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 103-112.

_____. La sécurité et l'État. **Dits et Écrits III**. Paris: Galimard, 1994, p. 383-388.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A tecnologia política dos indivíduos. In: **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. Retornar à História. In.: FOUCAULT, M. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295. (Coleção Ditos e Escritos, vol. II).

_____. **La Volonté de Savoir: droit de mort et pouvoir sur la vie**. Paris: Éditions Gallimard, 2006.

_____. **Segurança, Território, População.** Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O que é um autor. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos:** Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

_____. Arqueologia de uma paixão. In: _____. **Estética, Literatura e Pintura.** Organização e seleção de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 400-410. (Coleção Ditos e Escritos, vol. III)

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **A Arqueologia do Saber.** 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau, 2013.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Sinergia Relume Dumará, 2009.

GALLO, S; VEIGA-NETO, A. Ensaio para uma filosofia da Educação. Especial Biblioteca do Professor: Foucault pensa a educação. O diagnóstico do presente: as principais contribuições do libertário filósofo francês para o campo educacional. **Revista Educação**, n.3, 2014.

GAUTHIER, Guy. **O documentário:** um outro cinema; Campinas, SP: Papirus, 2011.

GAZETA DO POVO, Caderno Vida e Cidadania, 2013.

HELLER, M. I. **A atualidade do Contestado:** edição do centenário da guerra camponesa. Curitiba: J.M. Livraria Jurídica e Editora, 2012.

JULLIER, L ; MARIE, M. **Lendo as imagens do cinema.** Trad. Magda Lopes. São Paulo: Senac, 2012.

KOSSOY, B. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITURAS de um conflito. CEM anos da Guerra do Contestado: Leituras de um conflito **A Notícia.** Joinville, SC. Caderno 1, out. 2012. Edição especial.

LINS, C. Documentário: uma ficção diferente das outras. In: BENTES, I. **Ecos do cinema:** de Lumière ao digital. (org.). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MACHADO, P. P. Dignidade aos descendentes. **A Notícia.** Cem anos da Guerra do Contestado, Joinville, Santa Catarina. Caderno 1. p. 12-13. 22/10/2012.

MAGALHÃES, T. C. **Violência e/ou política.** In: PASSOS, I. F (org). Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.23-40.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**: uma história de amor e ódio. 5ª. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MASCARELLO, Fernando (org.). **História do cinema mundial**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

MEMÓRIA e Alma Caboclas. CEM anos da Guerra do Contestado.: Memória e Alma Caboclas **A Notícia**, SC. Caderno 2, out. 2012. Edição especial.

MENINOS DO CONTESTADO. Documentário. Disponível em : <<https://www.youtube.com/watch?v=uPXF0SQHM70>>. Acesso em: 06 ser. 2013.

MILANEZ, M. Foucault e o cinema: para uma breve arqueologia das imagens em movimento. In: PIOVEZANI, C. CURCINO, L. SARGENTINI, V. (orgs) **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos, SP: EdUSFcar, 2014. p. 125-143.

NASCIMENTO, N. **Casa Verde**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

NICHOLS, B. **Introdução ao Documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

NORA, P. Entre memória e história a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História da PUC-SP**, 1981, pp. 7-28.

NOS trilhos da Guerra do Contestado. HQ. **A Notícia**. Cem anos da Guerra do Contestado. Joinville. Santa Catarina. Caderno 1. p. 2-7. 22/10/2012.

NOSSA, Leonêncio; JUNIOR, Celso. Meninos do Contestado. **O Estado de São Paulo** (Estadão). São Paulo. Caderno Especial. Pp. X1-X13. Domingo, 12 de fevereiro de 2012.

OLHAR CONTESTADO: desvendando códigos de um conflito. Documentário. Disponível em: <<https://www.contestado.org>> / <<https://www.youtube.com/watch?v=FYSN5YhHqA>>. Acesso: 05 set. 2013.

OLIVEIRA, V. A fotografia no funcionamento da temporalidade fílmico documental: espaços da contestação. In: TASSO, I.; OLIVEIRA, V. (Orgs) **Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso**: a formação dos conceitos. Campinas, SP: Pontes, 2015.

OLIVEIRA NETO, G. **O bruxo do Contestado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

PASSOS, L.K. O viés documental nas fotografias de Claro Jansson sobre a Guerra do Contestado. Curitiba-PR, **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 48, p. 51-66, 2014a.

_____. Pequena história da fotografia da Guerra do Contestado. *Anais Eletrônicos*. XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Palhoça- SC, 8 a 10/05 /2014b.

_____. Deleuze e as virtualidades da narrativa cinematográfica. In: RAMOS, F. P. (org.) **Teoria Contemporânea do Cinema**: pós-estruturalismo e filosofia analítica. Vol 1. São Paulo: Senac, p. 253-279, 2004.

PÊCHEUX, M. **Papel da Memória**. In: ACHARD, P. [et. al.] *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 49-57.

_____. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PRIORI, A., et al. A emancipação política do Paraná. In: _____. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 12 maio 2015.

RAMOS, F. P. O que é um documentário. In: RAMOS, F. P.; CATANI, A. (Orgs.) **Estudos de cinema. SOCINE, 2001**. Porto Alegre: Sulina, 2000, p.192-207.

RAMOS, M. M. Vídeo e Fotografia: A imprevisibilidade da imagem técnica. **Revista Travessias**. UNIOESTE. v. 8, n. 1, 2014, 20. ed.. p. 122-138.

RODRIGUES, R. R. A guerra como política ou a política na guerra. *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, n. 04, abril/ 2011.

ROSA, R. A retórica do front, *A NOTÍCIA*. **Cem anos da Guerra do Contestado**. Joinville. Santa Catarina. Caderno 1. Pp. 8-9. 22/10/2012.

ROUILLE, A. **A fotografia**: entre documento e arte contemporânea. Trad. Constancia Egrejas. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ & STARLING. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUZA, K.M. Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo engre medo e bem-estar. In: FERNANDES JÚNIOR, A & SOUZA, K. M. (Orgs.). **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia, GO: Gráfica da UFG, 2014, p. 123-147.

TASSO, I. Linguagem não-verbal e produção de sentidos no cotidiano escolar. In: SANTOS, Annie Rose dos; RITTER, Lílian Buzato (Orgs.). **Concepções de linguagem e o ensino de língua portuguesa**: formação de professores EAD. n. 18, Maringá: EDUEM, 2005, p. 131-173.

_____; GONÇALVES, Raquel Fregadolli Cerqueira Reis. **Discurso imagético, representação e identidade indígena**: questões teórico-analíticas. **Estudos da língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 10, n. 02, p. 125-142. dez. 2012.

_____. Olhares e dizeres da mídia sobre corpos em vigília: a fotografia-documento e o inventário do real. In.: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). **Estudos do texto e do discurso**: o discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos, SP: Pedro e João, 2013, p. 41-64.

TEIXEIRA, F. E. Documentário Moderno. In: MASCARELLO, F. (Org.). **História do cinema mundial**. Campinas, SP: Papyrus, 2012, p.253-287.

TOKARSKI, F. Órfãos e herdeiros do Contestado, **A Notícia**. Cem anos da Guerra do Contestado, Joinville. Santa Catarina. Caderno 1, p. 14-15. 22 out. 2012.

VEYNE, P. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Trad. Luís Lima. 1. ed. Lisboa: Texto e Grafia, 2009. (Coleção Pilares).

VINCENT, G. Posfácio: Uma história do segredo? In: PROST, A. VINCENT, G. **História da vida privada 5**: Da primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WOITOWICZ, K. J. Imagens dos sertanejos da Guerra do Contestado nas páginas da imprensa: Nuances da produção de sentido nos discursos jornalísticos do Diário da Tarde (Curitiba/PR, 1912-1916). In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCON – Sociedade Brasileira de estudos Interdisciplinares da Comunicação, 26., 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

_____. **Imagem Contestada**. A Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2014.

SITES CONSULTADOS:

BENdita guerra. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/bendita-guerra>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

BIOgrafia de Romário Martins: <<http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/noticias/biografia-de-romario-martins/76>>. Acesso em: 31 maio 2015.

CEM anos do Contestado. Cadernos de A Notícia. Disponível em: <<http://edition.pagesuite-professional.co.uk/launch.aspx?eid=2f53d3d7-3ef4-4e84-ac28-9f69781dda87>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

COM Romário Martins surge o registro histórico do Contestado. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-romario-martins-surge-o-registro-historico-do-parana-emk8gu7nwdlkuhngaimmj2ury>>. Acesso em: 31 maio 2015.

CONferência *Questões sobre a “pós-fotografia” nas imagens contemporâneas de Arte*. Abertura do I Colóquio Internacional de Discurso e Mídia da Amazônia. Philippe Dubois (2013). Disponível em http://adamazonia2013.blogspot.com.br/p/blog-page_660.html. Acesso maio 2014.

CONstituição Política do Império do Brazil de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 21 set 2014.

EVOlução da Câmera fotográfica. Disponível em: <http://www.acervosaber.com.br/trabalhos/tecnologia1/evolucao_da_camera_fotografica.php>. Acesso em: 25 set. 2015.

GUerra do contestado é tema de debate em SP. Teatro Eva Hertz, 2012. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=jmXSK3C4DoE>. Acesso em: 24 jun. 2015.

JOSé Cleto. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Cleto>. Acesso em: 15 ago. 2015.

LUMber Company (1929). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=78H4czJ-anI>>. Acesso em: 10 out. 2014.

MARtins, José de Souza. Disponível em :
<https://www.youtube.com/watch?v=jmXSK3C4DoE>. Acesso em 29 mar. 2012.

MUSeu paranense: galeria de fotos: Disponível em:
<<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/galeria/fotos.php?evento=19>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

MAPa demonstrativo da área do Contestado: Disponível em:
http://4.bp.blogspot.com/cyv11Ebw2fg/SxEA8zYRtI/AAAAAAAAAAyA/_sdMSZrbXM/s1600/Conte.

PALestra de Balvetti. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o3N91GUUE3E>. Acesso em 31 jan. 2013.

PLONgée e contra plongée: a arte de medir com a câmera. Disponível em:
<<https://www.agambarra.com/plongee-e-contra-plongee-a-arte-de-medir-com-a-camera/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

POR um palmo de chão. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/resenhas/por-um-palmo-de-chao>>. Acesso em 11 dez. 2015.

REManência. Disponível em
<http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/r%C3%A9manence/6792>. Acesso em maio de 2016.

ÚLTima foto de Adeodato. Disponível em:
<<http://www.cacador.sc.gov.br/portalthome/Downloads/Contestado/ultima%20foto%20adeodato.jpg>>. Acesso em: 01 fev. 2016.